



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no circuito das  
águas em Minas Gerais, Brasil**

Rio de Janeiro

2019

Raphael Vianna Mannarino Bezerra

**Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no circuito das águas em Minas Gerais, Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Teresa Braga Branquinho

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

B574 Bezerra, Raphael Vianna Mannarino  
Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no  
circuito das águas em Minas Gerais, Brasil/ Raphael Vianna Mannarino  
Bezerra - 2019  
237f. : il.

Orientadora: Fátima Teresa Braga Branquinho.  
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro.

1. Águas minerais - Minas Gerais - Teses. 2 Águas minerais -  
Legislação - Brasil - Teses. I. Branquinho, Fátima Teresa Braga. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU 553.7(815.1)

Patricia Bello Meijinhos CRB7/5217 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,  
desde que a fonte seja citada.

---

Assinatura

---

Data

Raphael Vianna Mannarino Bezerra

Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no circuito das águas em Minas

Gerais, Brasil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Teresa Braga Branquinho (Orientadora)  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins  
Fundação Oswaldo Cruz (RJ)

---

Prof. Dr. Ivan da Costa Marques  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maristela Barenco Corrêa de Mello  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fatima Kzam Damaceno de Lacerda  
Instituto de Química - UERJ

Rio de Janeiro

2019

## DEDICATÓRIA

Aos três.

## **AGRADECIMENTOS**

Sem Glória Maria Vianna, Dario Mannarino Bezerra, Rayssa Dias Vianna, Renata Esper, Ana Paula Lemes de Souza, Valderi de Alcântara, Rafael Ramos de Carvalho, José de Arimatéia Valadão, Pedro Portugal Júnior, Elza Neffa, Carlos Estellita-Lins, meu “cão guloso e meigo de orelhas dormidas e patas canhestras” e o banco verde do Parque de Caxambu, teria sido ainda mais difícil.

Sem Fátima Teresa Braga Branquinho, teria sido impossível.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

BEZERRA, Raphael Vianna Mannarino. **Quem controla a água? Das controvérsias à cosmopolítica no circuito das águas em Minas Gerais, Brasil**. 2019. 237f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A tese é composta por três partes (primeira Natureza, segunda Natureza e Cosmopolítica). A ordem das partes tenciona manifestar o peso dos diferentes valores que foram atribuídos às águas minerais ao longo do tempo (científico, econômico e político), enquanto que as conexões específicas entre os diferentes domínios, que conferiram essas sobrecargas, encontram-se descritas nas respectivas partes. Na primeira parte está o feixe de relações que permitiu à medicina adotar as águas minerais como um objeto de sua prática: medicina, química, indústria e política formaram a rede heterogênea que está na origem da fabricação das águas minerais engarrafadas do sul de Minas Gerais. Mais tarde, a decadência da crenologia não resultou no abandono da fabricação de águas engarrafadas. E se a indústria de engarrafamento encontrou nos diferentes territórios as condições para ambicionar o seu crescimento, alguns anos depois, a abertura dos mercados amplificou esse processo; eis a segunda parte da tese. Nesta, a noção de um mercado autorregulado que funciona como uma segunda Natureza foi questionada. A descrição dos ancoramentos institucionais necessários para o funcionamento do mercado de águas minerais foi o método utilizado para desnaturalizá-lo. Mas se o crescimento do mercado se beneficia da subtração das possíveis interferências no seu funcionamento, isto favorece o aparecimento de conflitos territorializados. E se o funcionamento do mercado não parece compatível com os lugares que reúnem outras formas de se relacionar com as águas minerais, surge a necessidade de uma composição, e aí entra-se na terceira parte da tese. No circuito das águas do sul de Minas Gerais, duas situações entre empresas de engarrafamento e grupos de moradores ganham destaque, uma ocorrida em São Lourenço, envolvendo uma empresa multinacional, e outra em Caxambu e Cambuquira, com a participação de uma empresa estatal que abriu um edital de concessão para atrair um parceiro privado em conta de participação para explorar as águas desses municípios. No primeiro caso, o mapeamento das controvérsias observadas buscou representar os desvios desde o planejamento até a interrupção de uma marca de água engarrafada. No caso de Cambuquira e Caxambu, a empresa estatal, sua parceira privada e os grupos de moradores ensaiam um acordo, mas nessa translação de interesses o tom é de alerta, e o recado é que outro presente, com as águas, é possível. E ele deve ser composto.

Palavras-chave: Água mineral. Humanidades Científicas. Estudos das Ciências e das Técnicas. Cosmopolítica.

## ABSTRACT

BEZERRA, Raphael Vianna Mannarino. **Who controls water? From controversies to cosmopolitics in Circuito das Águas, Minas Gerais, Brazil.** 2019. 237f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

First Nature (Science), Second Nature (Economy) and Cosmopolitics (politics). These are the three parts that compound the thesis. But these domains are not purified, and the very specific connections among them (and others) attributed to mineral water dissimilar values. These connections have been explored in each part of the thesis. In the first part were described the relations that allowed to medicine adopt mineral water as an object of its practice. It was possible thanks to the chemical discoveries at the time: while the chemistry brought new entities to mineral water, medicine could incorporate them in its discursive practice. In the south of Minas Gerais (Brazil), medical, chemical and aristocratic interests are in the beginning of the production of bottled mineral water. Later, during the decline of therapeutic hidrology with the mineral water, the industrial potential of this resource were emphasized. That's when second Nature enter in the history of mineral water. The notion of a Market functioning as an autonomous Nature has been provided by Economics, as one way to protect and maintain the *laissez faire*. To denaturalize the Economy, the institutional attachments of the mineral water market were investigated, succeeded by an analyse on how these anchors provide to this market the conditions to grow (while helped to subtract the interventions in its operation). But the permanence of this way of thinking is not more guaranteed than the possibilities of conflicts (and enters the third part of the thesis). In São Lourenço municipality (south of Minas Gerais, Brazil), a group of citizens argued about the possibility of super-exploitation of mineral water by a multinational. To produce a specific brand of bottled water, the company had to take out the iron present in the water, because it would deposit in the bottom of the bottles and affect the commercialization. And it was trough an aliançe between humans and the iron that the company was forced to stop its production of that brand of bottled water. Nowadays, another situation is occurring in the south of Minas Gerais. This time, a national company that posses the propriety of the springs in Cambuquira e Caxambu has opened the bottling activity in these municipalities to a private partner, but several groups of citizens do not agree with the way that the partership was communicated and conducted. Since the bottling is only one way to live with mineral water, the tone is of an alert and the message is that another present with mineral water is possible, but it has to be composed.

Keywords: Mineral Water. Scientific Humanities. Science and Technology Studies.  
Cosmopolitics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Litografia em favor do Movimento da Temperança, em 1846.....	40
Figura 2 - Recomendação para a procedência dos produtos oriundos das águas minerais de Vichy, França.....	50
Figura 3 - “Grande Hotel de Caxambu”, inaugurado em 1892.....	74
Figura 4 - Captação da Fonte Duque de Saxe, em Caxambu (s/d).....	76
Figura 5 - Sanatório nas termas de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais.....	82
Figura 6 - Planta da Empresa de Águas Minerais de Caxambu (1894).....	87
Figura 7 - Propaganda da água engarrafada “Caxambú”.....	88
Figura 8 - Sistema de instalação de aparelhos para o engarrafamento de águas minerais.....	90
Figura 9 - Número de visitantes e exportação das águas minerais, em caixas, da estância de Cambuquira.....	94
Figura 10 - Entrada do Parque com as fontes de águas minerais de Caxambu.....	109
Figura 11 - “Caxambú. Fonte Belleza”.....	110
Figura 12 - O Parque das Águas da cidade Cambuquira.....	111
Figura 13 - Primeira classe do ramal da Estrada de Ferro “Sapucahy”.....	112
Figura 14 - Vista da entrada principal do Parque de Caxambu em três planos.....	114
Figura 15 – Esquema que pode ser lido de duas formas: modernização e vinculação.....	116
Figura 16 - O Presidente Getúlio Vargas em visita à Caxambu, na década de 1930.....	132
Figura 17 (a) e (b) – Diferentes domínios agindo na Lei.....	142
Figura 18 - Águas minerais e subterrâneas tornando-se recursos hídricos.....	143
Figura 19 - Detalhe da água mineral subterrânea vertendo para o ribeirão Bengo, em Caxambu.....	143
Figura 20 - Marcas de bebidas, chocolate e confeitaria comercializadas pela empresa Nestlé.....	160
Figura 21 - Passeata pelas águas no sul de Minas Gerais.....	165
Figura 22 - Região do Circuito das Águas do sul de Minas Gerais.....	176
Figura 23 – Fabricação da água Pure Life.....	182
Figura 24 - Rachadura no assoalho do Parque das Águas de São Lourenço.....	183
Figura 25 - Mapeamento de controvérsias da Guerra das Águas em São Lourenço.....	185
Figura 26 - Reservatórios para o envasamento das águas oriundas das fontes Mayrink I, II e III, no Parque de Caxambu.....	191

Figura 27 - Complexo da Fonte Mayrink, em Caxambu.....	192
Figura 28 - Audiência Pública sobre o edital da CODEMIG (fevereiro de 2017) .....	197
Figura 29 - Edital para seleção de parceiro privado publicado pela CODEMIG .....	211
Figura 30 - Determinação referente ao pedido de paralização do edital da CODEMIG.....	212
Figura 31 - Ata de Processo Licitatório do Pregão Presencial n°. 07/17.....	213

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>SOBRE AS ÁGUAS DA NATUREZA (E A NATUREZA DAS ÁGUAS MINERAIS)</b> .....	25
1.1	<b>Prólogo</b> .....	25
1.2	<b>Águas naturais</b> .....	29
1.3	<b>Águas civilizadas</b> .....	50
2	<b>ATLÂNTIDAS INVERTIDAS</b> .....	55
2.1	<i>Auri sacra fames</i> .....	55
2.2	<b>No meio do caminho, as águas</b> .....	60
2.2.1	<u>As águas virtuosas de Campanha</u> .....	62
2.3	<i>Acquae conunct urbes</i> .....	67
2.4	<b>A promessa das águas</b> .....	80
2.5	<b>Ascensão, apogeu e queda</b> .....	98
2.5.1	<u>A decolagem de Esculápio</u> .....	99
2.5.2	<u>Os parques: utopia ou heterotopia?</u> .....	108
2.6	<b>Epílogo</b> .....	114
3	<b>SEGUNDA NATUREZA</b> .....	119
3.1	<b>A mão invisível da política</b> .....	125
3.1.1	<u>Água, mas recurso mineral</u> .....	125
3.1.2	<u>Recurso mineral, mas água subterrânea</u> .....	136
3.1.3	<u>Por uma desmineralização</u> .....	141
3.2	<b>O mercado das águas minerais</b> .....	145
3.3	<b>Investimento libidinal</b> .....	156
3.4	<b>Recurso mineral, mas alimento líquido</b> .....	161
4	<b>COSMOPOLÍTICA</b> .....	167
4.1	<b>Zonas Críticas no Circuito das águas</b> .....	171
4.2	<b>Tempestade em uma garrafa d'água</b> .....	180
4.2.1	<u>Cartografia de controvérsias</u> .....	186
4.2.2	<u>Para distinguir amigos e inimigos de uma garrafa de água mineral</u> .....	188
4.3	<b>As unidades envasadoras de Caxambu e Cambuquira</b> .....	190
4.3.1	<u>Resistir para existir: para compor duas garrafas de águas minerais</u> .....	193

4.3.2	<u>Os sotaques das águas</u> .....	196
4.3.3	<u>Translação de interesses</u> .....	201
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	216
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	224

## APRESENTAÇÃO

Tomai o atalho que vos agrada e é quase certo que ele vos levará através de um vale para vos deixar ao lado de uma corrente de água. Há nisso algo de magia. Deixai que o homem mais distraído do mundo mergulhe no mais profundo sonho. Ponde-o de pé, dai-lhe um impulso nas pernas e estas conduzirão infalivelmente à água (Herman Melville, ou Ishmael, em Moby Dick).

Há muitas maneiras de escrever uma tese. Há muitas maneiras de aspirar o leitor para uma torrente animada pela energia dos acontecimentos. Há muitas maneiras de tomar um caminho errante que desafia o tédio dos navegantes que nutrem a ternura pelo que é remoto. Se há maneira, subtende-se que há método. Desde Brás Cubas sabemos que, apesar de indispensável, é melhor tê-lo, o método, "sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e a solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor do quarteirão". Como nas memórias escritas pelo defunto, esta tese pode ser lida do começo, ou começar a ser lida pela ponta de sua cauda. Poder-se-ia começar pelas conclusões, onde toda discussão empreendida nos capítulos precedentes estará condensada em um exercício de composição. Ou pode-se partir do início, e então conhecer um pouco - muito pouco, é verdade - sobre ageo-históriado sul de Minas Gerais e a sua relação indissociável com as águas minerais.

Feita essa ressalva, algumas palavras sobre a estrutura da tese. São três as partes que a integram: I – Primeira Natureza; II – Segunda Natureza; e III – Cosmopolítica. Essas partes podem ser resumidas em três domínios: Ciência, Economia e Política, e embora os três se misturem desde o princípio, eles estão assim dispostos para manifestar o peso dos diferentes valores que foram atribuídos às águas minerais ao longo do tempo. As conexões específicas que conferiram essas diferentes cargas estão descritas nas respectivas partes. Também sobre a estrutura da tese, seguramente, o leitor haverá de notar duas recorrências que cabem antecipar: a primeira se expressa nas assíduas notas de rodapé, que testarão os movimentos dos seus olhos; a segunda é a presença de alguns filósofos cujas obras não foram dedicadas ao problema das águas minerais. Sobre a segunda, já antevejo pelos eriçados, pois quando se mobiliza alguns desses autores, saltam as garras dos severos críticos que criaram deuses para movimentos tectônicos. E se utilizei esses filósofos, não o fiz com o intento de gerar descendentes, mas para deles extrair alguns comentários e conceitos que, em alguns momentos, serviram como ferramentas para lidar com alguns problemas que, como rochas num oceano de controvérsias, flutuavam na superfície das águas minerais. Eles serviram-me como utilitários para que eu pudesse me transportar pelas questões da tese, apenas. Sobre as

frequentes notas de rodapé, eu gostaria que elas fossem entendidas como o cerrado. Nesse bioma, há uma característica peculiar: as raízes das tipologias vegetais que nele se desenvolvem são, com alguma frequência, maiores do que a parte visível acima da superfície. Essas raízes não somente coletam a água de regiões profundas, como também facilitam a lenta percolação das chuvas que vão saciar os aquíferos. A relação entre o texto na superfície e as notas de rodapé no subsolo pode ser entendida exatamente assim: a sua parte visível é tornada possível pelas conexões imprevistas que trazem o teor do subsolo para a superfície do texto, enquanto que o seu avesso, quando não é irrigado pela camada superior, ampara, ou tenta amparar, os riscos corridos na superfície. As notas possibilitam as partes do texto, que são protegidas pelas notas. E retornamos à estrutura da tese.

Se a opção for partir do início, será como partir da Ciência e navegar em um barco ébrio rumo aos desvios e misturas que acusam o naufrágio das purificações. Na introdução está explícito o problema de uma Ciência guiada por leis extraídas de uma Natureza precocemente reunida. Se a Ciência, no singular, foi aquela que estacionou a composição do mundo comum na medida em que extraía, de modo privilegiado, os sigilos da Natureza na forma das Verdades absolutas que silenciavam outros modos de existir com as coisas (note-se forte inspiração da obra de Bruno Latour), percebe-se que a noção de Natureza está profundamente imbricada com uma problemática noção de Ciência. E para explorar esse problema, adotei um caminho menos dedicado ao estudo da autonomia da Ciência do que aos desvios e composições das formações discursivas dos enunciados científicos: um *adeus à epistemologia* clássica, pode-se dizer, mas não sem a influência de Isabelle Stengers. Esse caminho, muito instigado pelas humanidades científicas, pode ser definido como um método dedicado a explorar a forçante centrípeta das controvérsias que envolvem objetos e sujeitos, natureza e sociedade, fato e discurso, ciência e política.

No primeiro capítulo, as seguintes partes organizam o seu conteúdo: 1) a medicina adquiriu cientificidade em seu comércio com a química e colocou em funcionamento a Natureza das águas minerais; 2) tratou-se de um saber que importou desse funcionamento as leis necessárias para legitimar a sua prática discursiva sobre as águas minerais; 3) as águas minerais foram perdendo a sua infância mítica conforme as sucessivas análises e comparações foram tornando-as científicas; 4) o que organizou o desenho de um modelo de tratamento crenoterápico a ser repetido e adaptado às diferenças dos outros lugares dotados de águas minerais, como o sul de Minas Gerais.

No segundo capítulo, também na Parte I, são esses os matizes: 1) no modelo importado da Europa estava implícita a medicalização dos corpos, hábitos e espaços; 2) mas

se havia um propósito purificador divulgado pela modernidade, por aqui, sotavento, foi preciso misturar ciência e política (medicina, química, investimentos e alianças com as famílias tradicionais); 3) e a utopia de purificação fomentou o aparecimento das heterotopias: os Parques das Águas; 4) as cidades balneares deveriam retornar o investimento dos capitalistas nas Empresas de Águas que pululavam nas estâncias sul-mineiras, já aí incrementadas com hotéis e cassinos e alguns doentes e muitos sadios; 5) entre as atividades dessas Empresas, estava a produção de águas engarrafadas para a exportação às grandes cidades de onde os aquáticos fluíam para as temporadas nas estâncias; 6) fenômeno que persistiu com regularidade até a proibição dos jogos de azar e o progressivo aparecimento dos remédios sintetizados nos laboratórios farmacêuticos, quando a alopatia deslocou a já afetada crenoterapia de sua potência curativa na medicina dominante; 7) e então a promessa de uma estação de cura nos moldes europeus fora quebrada, embora a atividade de engarrafamento de águas tenha permanecido; 8) e se persistiu, o fez menos como a produção de remédios engarrafados extraídos diretamente das entranhas da Natureza, e mais como uma qualidade de vida engarrafada que expressava certa adequação ao rito civilizatório. Não se encontrará, na primeira parte da tese, senão uma tentativa de descrever analiticamente a adição das entidades que tornaram as *águas santas* do sul de Minas Gerais em *águas minerais, medicamentosas e, portanto, virtuosas*.

O terceiro capítulo, que inaugura a Parte II da tese, é imediatamente dedicado a um problema multinatural: 1) se a primeira Natureza buscou se manter inviolável à política, outra Natureza adquiriu hábitos semelhantes. A Economia colocou em funcionamento um Mercado autorregulado que passou a assumir os contornos de uma segunda Natureza; 2) mas se a purificação da primeira Natureza estava contaminada de política, a economização da política através de um apelo ao funcionamento da Segunda Natureza não se deu sem um ancoramento Legal; 3) atualmente, as águas minerais são enquadradas como recursos minerais, e não como recursos hídricos. Mas, se dessa situação, o mercado de engarrafamento colhe benefícios, também dela são germinados alguns conflitos; 4) a questão institucional das águas minerais é suficientemente complicada e convidativa às possibilidades de divergências de interesses. Elas são águas medicinais e doces e subterrâneas e naturais e minerais e alimentos e bem público e bem privado e, portanto, bem confusas. Procurou-se, nesse capítulo, para dizer como Félix Guattari, “mergulhar no caos para extrair a complexidade” desse emaranhado de designações sobre as águas minerais; 5) contudo, desse enredamento, foi o valor econômico atribuído às águas minerais aquele privilegiado, pois fora ele o destacado na investigação sobre os discursos das empresas e das instituições que as abrigam; 6) o enquadramento das

águas minerais como recursos minerais data de um período marcadamente autoritário, com tímida participação popular na gestão dos recursos, e o mercado das águas pode recorrer ao martelo da lei para subtrair as forças que poderiam afetar o seu crescimento (note-se a autorregulação se valendo de um vínculo institucional); 7) e aí está a montagem de um cenário que convida ao aparecimento dos conflitos.

E entra-se na Parte III da tese: 1) se muitos são afetados pela presença das águas, certamente, a possibilidade de sua ausência – ou de afetação pela presença de agentes contaminantes - desperta vocalizações que expressam maneiras diferentes de se relacionar com as entidades que habitam as águas minerais do circuito das águas do sul de Minas Gerais; 2) esta situação permite considerar o circuito das águas como uma região povoada de zonas críticas, acusadas pelas controvérsias que envolvem as águas, também as minerais; 3) e se há um debate sobre as águas, é preciso criar situações para que os atores envolvidos possam expor as suas representações; 4) identificar um responsável, nessa Parte III, importa menos do que descrever o movimento do conjunto, pois ela é um relato das ações compartilhadas; 5) se houve superexploração para fabricar uma marca de água engarrafada, em São Lourenço, foi por meio de uma improvável agência com o ferro diluído nas águas que os cidadãos estacionaram a atividade de uma empresa multinacional: uma aliança inusitada, para lembrar Donna Haraway; 6) se há a possibilidade de vasta comercialização das águas de Caxambu e Cambuquira, é por uma série de translações que os cidadãos e as empresas envolvidas parecem ensaiar uma beligerante composição; 7) alguns comentários sobre essa composição estão dispersos na conclusão da tese.

Para abreviar essa apresentação, direi da seguinte maneira: ora encerradas no subsolo, ora surgindo das rochas, ora abrigadas em fontes, ora tomadas em garrafas plásticas que frequentemente deixam de carregar as águas minerais para serem carregadas até os rios, lagos, lagoas e oceanos<sup>1</sup>, as questões envolvendo as águas minerais parecem estar por toda parte. Não seria exagero dizer que, hoje, quando abrimos uma garrafa de água mineral, vamos do subsolo aos oceanos, passando pela história da medicina e o seu matrimônio com a química, o interesse das indústrias, o papel da Lei e as reivindicações dos ativistas<sup>2</sup>. Respectivamente,

---

<sup>1</sup> Em novembro de 2017, na Science Magazine, Dame Ellen McArthur alertou que apenas cerca de 14% das embalagens plásticas são recicladas no mundo, ao passo que, ao ano, mais de 8 milhões de toneladas de plástico são lançadas nos oceanos, uma tendência que, caso mantida até 2050, legará aos oceanos um peso de peixes inferior ao de plástico.

<sup>2</sup> Até aqui, se poderá notar a semelhança, não coincidente, pois flagrantemente inspirada, com a seção que inaugura o famigerado livro “Jamais fomos modernos” de Bruno Latour (1994).

cada um desses acontecimentos dará um ritmo aos capítulos da tese. O leitor é livre para escolhê-los conforme a conveniência dos seus interesses.

## INTRODUÇÃO

“Trata-se do presente, do puro presente e de nada mais do que o presente [...] uma expedição a um passado não passado que ainda está marcado a ferro e fogo nas circunstâncias atuais [...] no presente ampliado a que chamamos de modernidade”. Peter Sloterdijk – *A árvore mágica* (1988, p. 15)

Se a Ciência colocou em funcionamento uma Natureza de onde extraiu os fatos e as leis que deferiram à alteridade o privilégio das subjetividades culturais atestadas pelo martelo da Razão, subteve-se que a modernidade se arvorou na busca da luz enquanto sombreou as opacas formas de viver que não adotavam a lente científica para conhecer a realidade.

E se a modernidade se propôs a progredir às custas do atraso, pode-se dizer que a frente modernizadora tratou de empenhar um processo de aceleração (DANOWSKI e VIVEIROS de CASTRO, 2014, p. 19). Supostamente, essa aceleração deveria trazer certa prosperidade. Mas estamos em crise. A Grande Aceleração do século XX (STEFFEN *et al.*, 2011) corroborou para a ocorrência de uma série de descontinuidades espaço/temporais equiparáveis aos eventos geológicos. Origina-se daí a sugestão de uma nova época, denominada como o Antropoceno. Para Paul J. Crutzen, um dos propositores do termo, na ausência de uma catástrofe global como, por exemplo, o impacto de um meteorito ou uma pandemia, a humanidade permanecerá como a principal força ambiental por milênios (CRUTZEN, 2002; CRUTZEN, 2010). O termo Antropoceno sugere, portanto, dois fatores: i) a Terra está se movendo para outra época geológica; ii) a atividade humana é largamente responsável por essa saída do Holoceno, o que prediz que a humanidade adquire o caráter de uma força geológica global (STEFFEN *et al.*, 2011).

E com tonalidades de marcha fúnebre, atualmente, pesquisadores de diferentes áreas têm debatido as implicações desse complicado termo que estranhamente reúne o que a modernidade se esforçou em separar. É possível que isso seja um sintoma do “ar do tempo”, anunciado pelo Filósofo Gilles Deleuze<sup>3</sup>. Especialmente, quando o ar do nosso tempo – o tempo que corre e o tempo que faz (SERRES, 1990, p. 49) -, se encontra agitado, policiado, aquecido, nebuloso, poluído e disputado.

Se a confiança no ar já não parece garantida, a confiança no tempo também já mostra os badalos de seu abalo, e a sensação quase disseminada é a de que “estamos vivendo em tempos estranhos” (STENGERS, 2015, p. 17). Perdemos, pode-se dizer, a confiança no tempo

---

<sup>3</sup> Gilles Deleuze (2013, p. 34) disse sobre o “ar do tempo”: momento “em que pesquisas convergentes estão sendo realizadas em domínios muito diversos”.

que corria feito um rio. Como nas águas teimosas e povoadas de reviravoltas, não parecemos mais saber se o presente repete o passado, ou se um futuro desastroso vem em nossa direção. De repente, tornou-se possível lavar as mãos mais de uma vez num mesmo rio caudaloso. De um lado, se clama o retorno ao passado, e chauvinistas celebram a nostalgia dos tempos de outrora, do outro, fala-se dos anúncios catastróficos, que o nosso tempo está contado, que o futuro anunciado no horizonte se chocará com o presente incerto e nos lançará numa espiral ecocida alimentada por tragédias espetaculares (como o aumento de CO<sub>2</sub> na atmosfera, a acidificação dos oceanos, o derretimento das calotas polares, o branqueamento dos corais, a extinção de espécies; *et ceteras* saltam como peixes agonizantes - e então a sensação de sufocamento).

Sabidamente, Bruno Latour (2014a, p. 26) notou que “[...] o tempo não flui do presente para o futuro [...] mas [é] como se o tempo fluísse daquilo que está vindo [...] para o presente, o que é uma outra maneira de considerar apocalípticos os tempos nos quais deveríamos viver”. Apocalípticos, lembra o filósofo, “no sentido da revelação de coisas que estão vindo em nossa direção”. Ao que completa: “[s]erá apenas quando tivermos mudado radicalmente nossa relação com o tempo [...] que poderemos ser levados a agir sem postergar” (id., p7).

Assumamos aqui o risco de dizer que mudamos a nossa relação com o tempo. A frente modernizadora não esperava que aquela Natureza fria e distante se perturbaria a um tal ponto, que irromperia na política como uma força jamais experimentada pelo homem civilizado. É chegado o tempo da emergência ecológica. Emergência ecológica que marca o Antropoceno. E com o Antropoceno, os pilares do edifício da modernidade – a grande separação entre sujeito e objeto - sofreram um abalo inesperado. E se foi inesperado, é porque o abalo fora provocado, em grande parte, sob a autoridade das Leis mesmas que os modernos consideravam como sólidas e imutáveis. Com a emergência ecológica, os pilares que sustentavam as promessas da modernidade foram se sugerindo tão sólidos quanto as construções que hoje se desvanecem na orla do mar<sup>4</sup>. Com a emergência ecológica e o

---

<sup>4</sup>Trata-se de uma flagrante alusão a Michel Foucault. Mas não sem o incremento das manifestações da nova condição climática. O novo relatório do Painel Intergovernamental do Clima (IPCC, 2018) atenta que já aumentamos em 1°C a temperatura global se comparado aos níveis pré-industriais. Um aumento superior do que as médias anuais está sendo observado em diversas regiões do planeta, dentre as quais a região do Ártico, que tem experimentado estações duas ou até três vezes mais quentes. Ainda assim, mesmo se mantido o aumento da temperatura em 1,5°C, a elevação do nível do mar poderá perdurar por muitos anos, tendo em vista a instabilidade da camada de gelo na Antártida e a perda da manta de gelo na Groenlândia, o que poderá resultar no aumento de vários metros no nível do mar por até milhares de anos. Com isto, a exposição de pequenas ilhas, assim como de áreas litorâneas baixas (p.ex. baixadas) e deltas de rios, eleva os riscos aos ecossistemas e aos humanos a eles associados, incluindo o aumento da intrusão salina, a ocorrência de inundações e os danos nas infraestruturas (cf. International Panel on Climate Change, 2018). Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/summary-for-policy-makers/>> Acesso em: dez. 2018.

acontecimento do Antropoceno, talvez, e esse talvez é muito importante<sup>5</sup>, estejamos, desde Michel Foucault, diante da possibilidade de desaparecimento do homem. Pois se o homem se torna ambiente, é porque ele não parece mais ser possível sem as coisas (e aí já se tem uma referência amputada: o homem parece pouco para o que se é, e o que se pode ser)<sup>6</sup>. Como corolário, conforme a humanidade se torna natureza, as coisas se tornam parte da vida social. Seguramente, dirão tratar-se de uma hipótese prematura, talvez irresponsável. E não há dúvidas de que seja. Mas é preciso alguma coragem para zarpar. É daí que essa tese nasce. Foi consumada nas ruínas da modernidade, gestada na incerteza das classificações e parida sob o alarme da emergência ecológica. Parida no tempo instável que coloca à prova a segurança das embarcações que pensavam navegar por oceanos subalternos como a superfície de água mineral que repousa obedientemente no interior de uma garrafa. Mas, se hoje, há nas garrafas uma tempestade que movimenta a ciência, o discurso e a política, para melhor entender as mensagens dessa intempérie, façamos como o Ishmael de Herman Melville e naveguemos pelo tempo para ver a parte aquosa do mundo<sup>7</sup>.

Estou seguro de que não posso oferecer senão um recorte provisório para tornar possível o embarque anunciado no título da tese. No desafio de uma viagem sem promessa definida, julga-se que um dos territórios mais conhecidos é aquele de onde se parte. A primeira aproximação<sup>8</sup> que aqui será feita, portanto, é da ciência, este porto que é também cais de chegada, um domínio cujos limites vão sendo suprimidos conforme se revelam as relações que contribuem para a generalidade de sua ocorrência.

---

<sup>5</sup>E assim faz notar Roberto Machado (2017, p. 29): "Se a configuração moderna dos saberes mudarem, talvez - e é preciso não esquecer esse "talvez" - esteja próximo o fim da invenção chamada homem".

<sup>6</sup>Note-se o aparecimento das noções para se referir a essa condição hibridizada, tais como a de "coletivo", intercambiada entre o antropólogo Philippe Descola e o filósofo Bruno Latour, para se referir aos agenciamentos entre humanos e não-humanos; ou os "mais-que-humanos", como proposto na "descrição crítica" da bióloga norte-americana Anna-Tsing (2013, pp. 28), e retomada por Donna Haraway (2015) para se referir às alianças existentes - e possíveis - entre humanos e não-humanos.

<sup>7</sup>"Chamai-me Ishmael. Há alguns anos – quantos precisamente não vem ao caso – tendo eu pouco ou nenhum dinheiro na carteira e sem nenhum interesse em terra, ocorreu-me navegar por algum tempo e ver a parte aquosa do mundo" (HERMAN MELVILLE, 2017, p. 25).

<sup>8</sup>Tal fragmento é inspirado na seguinte passagem de Michel Foucault (2016, pp. 36 - 37): "é preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará ou reorganizará se houver necessidade [...] Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever: e em que outra região os acontecimentos discursivos parecem estar mais ligados uns aos outros, e segundo relações mais decifráveis, senão nesta que se designa, em geral, pelo termo ciência? [...] *Trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço* [grifo meu]".

## Da Ciência às controvérsias

Mas “O que é ciência, afinal?”<sup>9</sup>. Retrocedamos alguns séculos, com uma rapidez tão displicente que seria imediatamente acusada pelos historiadores da ciência, para falar desse *presente ampliado a que chamamos de modernidade*. Na aurora da modernidade, ainda no Setecentos, Francis Bacon propusera uma meta à ciência, definida por Alan Chalmers (1993, p. 20) como “o melhoramento da vida do homem na terra”<sup>10</sup>. Relator não apenas da meta, mas do roteiro para que este objetivo fosse alcançado, o seu proponente – o Bacon lido por Chalmers - advogava à progressiva “coleta de fatos com observação organizada”, de onde seriam extraídas as teorias. E assim foram abertas, por entre as filosofias, as picadas da ciência, que, no seu caminhar, sedimentou as bases objetivas daquilo que veio a ser reconhecido como o método indutivo<sup>11</sup>: ganhou gravidade a ciência objetiva, cujos resultados seriam passíveis de comprovação, desde que por intermédio de métodos adequados. Segundo Alan Chalmers, o método indutivo estabeleceu o conhecimento científico passível de comprovação, um domínio cujas teorias derivam dos dados reunidos após a observação e a experimentação: “opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva” (Ibid., p. 21). A confiabilidade científica advinha, pois, e assim pensavam muitos cientistas do século XVII, da comprovação objetiva. Portanto, o indutivismo, conforme descrito pelo epistemólogo Chalmers (1993, pp. 24 – 35), baseou-se

---

<sup>9</sup>As aspas referenciam, literalmente, o título do livro de Alan Chalmers (1993, p. 21), cujo propósito consiste em “dar conta dos desenvolvimentos recentes, explicando tão clara e simplesmente quanto possível algumas teorias modernas sobre a natureza da ciência, e eventualmente, sugerir alguns aperfeiçoamentos”.

<sup>10</sup> E assim pareceu sugerir Francis Bacon em seus aforismos sobre a “interpretação da natureza e o reino do homem” (2002, p. 19): “resta-nos um único e simples método para alcançar nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas”. Assim, os ídolos das Tribos, da Caverna, do Foro e do Teatro, que ocupavam a mente humana, não faziam, para Bacon (ibid., pp.19 - 22), senão obstruir “a ponto de ser difícil o acesso da verdade”. Logo, “a formação de noções e axiomas pela verdadeira indução é, sem dúvida, o remédio para afastar e repelir os ídolos”. Caberia ao intelecto “ser liberado e expurgado de todos eles [os ídolos], de tal modo que o acesso ao reino do homem, que repousa sobre as ciências, possa parecer-se ao acesso ao reino dos céus [...]” (ibid., p. 42). Para Bacon (ibid., p. 43), e já finalizando, “a melhor demonstração é de longe a experiência, desde que se atenha rigorosamente ao experimento.”, i.e., quando não utilizada de “forma correta e metódica, é falaciosa”. E assim deveria se proceder, de modo a “ampliar a investigação até as coisas mais gerais” (ibid., p.44). Logo, tal como a criação divina inaugural com a luz, com a experimentação “deve-se primeiro descobrir e os axiomas verdadeiros, buscando os axiomas lucíferos [...]”. O rigor garantiria, pois, o produto científico, já purificado dos ídolos e do acaso através da experimentação prescrita pelo método.

<sup>11</sup>Sobre a resposta indutivista, i.e., aquela oferecida pelos adeptos do método, diz Chalmers (1993, p. 26): “desde que certas condições sejam satisfeitas, é legítimo *generalizar* a partir de uma lista finita de proposições de observações singulares para uma lei universal”.

em um roteiro no qual a observação rigorosa seria feita “sem preconceitos”, a partir da qual o “estado do mundo, ou alguma parte dele, podem ser justificadas ou estabelecidas como verdadeiras de maneira direta pelo uso dos sentidos do observador não-preconceituoso”. No modelo indutivista, a generalização de leis e teorias foi proporcionada por uma “uma lista finita de proposições<sup>12</sup> de observação singulares para uma lei universal”<sup>13</sup>. E uma vez munido de teorias e leis, tornou-se possível derivar delas uma série de “consequências que servem como explicações e previsões”, o que fora feito através do amplo emprego de um tipo de raciocínio denominado por dedução lógica - “se a premissa do argumento é verdadeira, então a conclusão deve ser verdadeira” (ibid., p. 37) -, ou pela experiência. Ocorre que o princípio da indução não se justifica com um apelo à lógica<sup>14</sup>, e no que diz respeito à experiência, tal princípio também não se sustenta, dado que, com demasia, utiliza-se o mesmo princípio para justificar aquilo que está posto em questão, a saber, o princípio mesmo da indução<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup>Alan Chalmers (1993, p. 26) enumera as condições para as generalizações: “1. O número de proposições de observação que forma a base de uma generalização deve ser grande; 2. As observações devem ser repetidas sob uma ampla variedade de condições; 3. Nenhuma proposição de observação deve conflitar com a lei universal derivada”.

<sup>13</sup>O infinito alcançado a partir do finito - estranha semelhança, acréscimo, entre o crescimento econômico e a Terra.

<sup>14</sup> Chalmers (1993, p. 37-38) extrai um relato “um tanto medonho” sobre o peru indutivista de Bertrand Russel: “esse peru descobriu que, em sua primeira manhã na fazenda de perus, ele fora alimentado às 9 da manhã. Contudo, sendo um bom indutivista, ele não tirou conclusões apressadas. Esperou até recolher um grande número de observações do fato de que era alimentado às 9 da manhã, e fez essas observações sob uma ampla variedade de circunstâncias, às quartas e às quintas-feiras, em dias quentes e dias frios, em dias chuvosos e dias secos. A cada dia acrescentava uma outra proposição da observação à sua lista. Finalmente, sua consciência indutivista ficou satisfeita e ele levou a cabo uma inferência indutiva para concluir: “eu sou alimentado sempre às 9 da manhã”. Mas, ai de mim, essa conclusão demonstrou ser falsa, de modo inequívoco, quando, na véspera do Natal, ao invés de ser alimentado, ele foi degolado. Uma inferência indutiva com premissas verdadeiras levou a uma conclusão falsa”.

<sup>15</sup> Para emprestar alguma coerência para a frase no texto, note-se que em meados do Oitocentos, diz Chalmers (1993, p. 38), David Hume demonstrou conclusivamente que o argumento para justificar a indução é circular, “porque emprega o próprio tipo de argumento indutivo cuja validade está supostamente precisando de justificação”. Vejamos: argumento 1: o princípio da indução foi bem sucedido na ocasião  $x_1$ ; argumento 2: o princípio da indução foi bem sucedido na ocasião  $x_2$  etc.; conclusão: o princípio da indução é sempre bem sucedido. Logo, a conclusão é uma afirmação universal que justifica o princípio posto em questão a partir da utilização das afirmações singulares pretéritas sobre o próprio princípio. Trata-se, pois, de um argumento indutivo e “não podemos usar a indução para justificar a indução”. Há, contudo, outras versões para justificar o princípio de indução, sejam aquelas referentes à multiplicação das observações, que, em circunstâncias específicas não se aplica (“seria necessário um indutivista muito teimoso para botar a mão no fogo muitas vezes antes de concluir que o fogo queima”) (p. 39), embora, cumpre dizer, o acúmulo de observações tenha a sua validade (“seria pouco justificável concluir alguma conexão causal entre fumar e câncer no pulmão sobre a evidência de que apenas um fumante inveterado contraiu a moléstia”) (p.39). Há, também, o recurso probabilístico, que acrescenta o advérbio “provavelmente” às verdades (“À luz das evidências, é muito provável que o sol sempre vai se pôr em Sidnei [Austrália], e que as pedras vão cair para baixo ao serem atiradas”) (p.41), mas “se um grande número de As foi observado sob uma ampla variedade de condições, e se todos esses As observados, sem exceção, possuíam a propriedade B, então todos os As provavelmente possuem a propriedade B”, ainda que considerada a possibilidade de não ocorrência, trata-se de “uma afirmação universal”, já que

Há, todavia, aqueles para quem a ciência não se baseia em indução, e, assim, evita-se o ataque ao problema do método e, conseqüentemente, o ataque à ciência. É aqui que os falsificacionistas adentram na guerra das ciências, conduzidos por Sir Karl R. Popper, que em seu amplamente divulgado “a lógica da pesquisa científica” (2001, p. 41) bradou a galopante assertiva: “Ora, a meu ver, não existe a chamada indução”. Para Popper, os enunciados singulares verificados por experiências, que, por sua vez, levam às teorias, “são logicamente inadmissíveis”, e o nível de exigência para “evitar o erro positivista” dos “sistemas teóricos de ciência natural” deveria ser o estabelecimento de “um critério que nos permita incluir, no domínio da ciência empírica<sup>16</sup>, até mesmo [os] enunciados insuscetíveis de verificação” (ibid., p.42), na condição de que, e isto é o que Popper reconheceu como um sistema empírico ou científico, fosse “passível de comprovação pela experiência”<sup>17</sup> (ibid., p. 42). Em consequência, o critério de demarcação passaria a ser, na proposta do filósofo, “não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema” (ibid., p. 42). Um sistema científico seria validado, portanto, quando a sua lógica fosse submetida ao recurso das provas empíricas negativas: “deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico<sup>18</sup>” (ibid., p.42). E Popper (ibid., p. 44) conclui:

[s]egundo minha proposta, aquilo que caracteriza o método empírico é sua maneira de expor à falsificação, de todos os modos concebíveis, o sistema deve ser submetido à prova. Seu objetivo [é] o de selecionar o que se revele, comparativamente, o melhor, expondo-os todos à mais violenta luta pela sobrevivência (POPPER, 2001, p. 44).

---

utiliza um “número limitado de eventos, que todas as aplicações do princípio levarão a conclusões provavelmente verdadeiras” (p. 41).

<sup>16</sup>Empírico, i.e., “fiel à experiência” (BRUNO LATOUR, 2012, p. 343).

<sup>17</sup> Foi o outrora aluno de Popper, Paul Feyerabend (2016, p. 148), quem ofereceu uma definição sucinta do que aquele considerava por ciência, e não o fez, no entanto, sem que lhe fosse dirigida uma crítica – que aqui incluo apenas porque retomarei as reflexões de Feyerabend logo adiante: “Popper e o seu princípio de falsificação está ao lado dos teóricos: *a ciência é definida pelo método que usa, e esse método é a falsificação*. No entanto, a quantidade de cientistas que se abalam diante de uma única grande falsificação é muito pequena, e a ciência seria bem diferente se seguíssemos apenas os princípios popperianos [...] a melhor coisa a fazer é considerar as regras gerais como aproximações [grifo meu]”.

<sup>18</sup> Portanto, ainda com Popper (2001, p. 42): “O enunciado “choverá ou não choverá aqui, amanhã, não será considerado empírico, simplesmente porque não admite refutação, ao passo que será considerado empírico o enunciado “Choverá aqui, amanhã”. Há, aqui, um risco associado ao enunciado que será colocado à prova.

Na estrutura deste projeto demarcacionista está a exposição das hipóteses às tentativas de falsificação. E quão mais resistentes fossem as hipóteses, maior confiabilidade e firmeza seriam atribuídas à ciência<sup>19</sup>.

Amigo em anarquismo de Imre Lakatos, e errante do caminho inaugurado por Popper, foi Paul Feyerabend, autor de um trabalho<sup>20</sup> escrito na esteira de um dadaísmo irreverente que se antecipou aos slogans<sup>21</sup> de uma tradição “que se mantém una ou intacta, graças à observância de regras estritas, e que, até certo ponto, alcança êxito” (1977, p. 21). É precisamente aí que Feyerabend fez soar, em maiúsculas, um sonoro NÃO, pois *não* se deveria, para o autor, conceder apoio irrestrito a uma tradição que deteria os direitos exclusivos de manipular o conhecimento, na medida em que refutaria os resultados obtidos “por outros métodos”<sup>22</sup>. A história da ciência circula, segundo Feyerabend, por ambientes caóticos que vão além da produção objetiva dos “fatos nus”, já que contêm “ideias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante” (ibid., p. 20). Para Feyerabend, a supressão desses componentes outros, mormente na educação científica, seria uma simplificação que amputaria, da ciência, a complexidade do caos criativo, e a colocaria sob o invólucro de uma lógica; i.e. o “condicionamento dos que trabalham no campo delimitado” (ibid., p. 21).

Partindo da investigação das violações às regras epistemológicas, Feyerabend identificou o progresso<sup>23</sup> científico com o princípio que denominou por “tudo vale”<sup>24</sup> (ibid., p.

---

<sup>19</sup> O que para Chalmers (1993, p. 70) pode ser entendido como a progressiva “proposição de hipóteses altamente falsificáveis, seguidas de tentativas deliberadas e tenazes de falsificá-las”.

<sup>20</sup> Refiro-me ao seu mais conhecido trabalho, a saber: “Contra o método”, também entendido como uma cara endereçada ao seu amigo Imre Lakatos.

<sup>21</sup> Ver nota de rodapé número 12, página 26, da edição brasileira de 1977 de “Contra o método”: “[...] espero que o leitor [...] lembre-se de mim como um dadaísta irreverente e não um anarquista sério”.

<sup>22</sup> “Parte essencial do treinamento, que faz com que fatos dessa espécie apareçam, consiste na tentativa de inibir intuições que possam implicar confusão de fronteiras. A religião da pessoa, por exemplo, ou sua metafísica ou seu senso de humor [...] devem manter-se inteiramente a parte de sua atividade científica. Sua imaginação vê-se restringida e até sua linguagem deixa de ser própria. E isso penetra a natureza dos fatos científicos, que passam a ser vistos como independente de opinião, de crença ou de formação cultural” (FEYERABEND, 1977, p. 21).

<sup>23</sup> Não deve ser entendido, o progresso, no vocabulário de Feyerabend, como a palavra que carrega a ordem positivista. Ao contrário: “De passagem, importa assinalar que o frequente uso de palavras como ‘progresso’ [...] não significa afirmar eu estar de posse de um conhecimento especial acerca do que seja bom ou do que seja mau nas ciências, nem significa [que] pretenda eu impor esse conhecimento aos leitores [...]. *E a minha tese é a de que o anarquismo favorece a concretização do progresso em qualquer dos sentidos a que ele se decida emprestar.* Mesmo uma ciência que se pautar pelo bem ordenado só alcançará resultados se admitir, ocasionalmente, procedimentos anárquicos” [grifos dele] (FEYERABEND, 1977, p. 34).

<sup>24</sup> “[A]contecimentos e desenvolvimentos tais como a invenção do atomismo na Antiguidade, a revolução copernicana, o surgimento do moderno atomismo [...], o aparecimento gradual da teoria ondulatória da luz só

27), circunstância em que as regras fundamentais para o funcionamento institucional da ciência seriam transgredidas por confrontações ou simples abandono. Ocorre que Feyerabend atentou para uma rarefação das situações onde as hipóteses estariam sendo debatidas, e assim, o primado da Razão se construiu, para ele, menos pela argumentação do que pela doutrina. A primeira passou a ser um “obstáculo ao progresso” (ibid., p. 30) e, portanto, moldada pela segunda: sedimentou-se, pois, a repetição na forma de regras, e a diferença procedeu por violações a essas normas<sup>25</sup>; ou, para falar como o autor (ibid., p. 33), “sem um constante mau uso da linguagem [científica] não pode haver descoberta ou progresso”. Para Feyerabend, “tudo vale” para contornar o empobrecimento da história em nome da segurança intelectual.

Para a química-filósofa Isabelle Stengers (2002, p. 48), o relativismo de “contra o método” argumentou que aquilo que os filósofos tomaram por conhecimento objetivo não deveria ser um requisito para o aceite dos cientistas do que viria a ser esse conhecimento. Se a produção de objetividade não é feita sem outros componentes, já que se trata de “uma maneira singular mas não exemplar de se relacionar com as coisas e com outros”, é possível endossar a tese de Feyerabend não como um ataque à atividade científica, “mas contra a identificação da objetividade com o produto de uma conduta objetiva”<sup>26</sup>. E, para Stengers (2002, p. 49), os alvos de Feyerabend podem ser assim resumidos: o positivismo, incluída a “sua variante denunciadora, na medida em que esta assimila o avanço da tecnociência a um destino determinado por sua inexorável identidade, mais forte que as boas intenções dos cientistas”; e os discursos daqueles “teóricos da subjetividade humana que entregam à ciência objetiva o

---

ocorreram porque alguns pensadores *decidiram* não se deixar limitar por certas regras metodológicas ‘obvias’ ou porque *involuntariamente as violaram* [grifos dele]” (FEYERABEND, 1977, p. 29).

<sup>25</sup> “Hoje, podemos dizer que Galileu trilhou o caminho certo, pois sua persistente busca de algo que, a certa altura, se afigurou uma ridícula cosmologia, veio a criar os elementos necessários para defende-la contra aqueles que só aceitam um ponto de vista quando ele é apresentado de determinado modo e que só confiam nele quando encerra certas frases mágicas, denominadas ‘relatos de observação’. E isto não é exceção – é o caso comum: as teorias só se tornam claras e – ‘razoáveis’ depois de terem sido usadas, por longo tempo, várias partes incoerentes que as compõem. Essa operação desarrazoada, insensata, sem método é, assim, condição inevitável de clareza e de êxito empírico [grifos dele]” (FEYERABEND, 1977, p. 33).

<sup>26</sup> E um Feyerabend (2016, pp. 78 - 79) já algo policiado por suas sugestões um tanto controversas, durante uma conferência na Itália, em 05 de maio de 1992, disse para afastar os estigmas de um pensador anti-científico: “o conhecimento existe e *precisa ser usado*. Repito que não estou sugerindo que a ciência deva ser descartada [...] precisamos não de uma aplicação cada vez mais agressiva da ciência, que trata os habitantes locais como se fossem idiotas; precisamos de uma colaboração mais próxima entre os especialistas e as pessoas cujo ambiente os especialistas querem avaliar, modificar, melhorar [...] o que importa é que a abordagem é muito mais humana do que um procedimento puramente objetivo que trata as pessoas comuns não como amigos ou colaboradores potenciais, mas sim como variáveis nem sempre bem-vindas, como possíveis elementos perturbadores”. Ainda que se trate de um fragmento que mobilize termos um tanto genéricos (p.ex. o trecho “abordagem é muito mais humana”), o que fica sublinhado é que o pensamento de Feyerabend não é uma investida contra as ciências, mas, talvez, contra as purificações operadas em nome da grande Ciência.

conjunto do que não é *o sujeito* [...] [grifo dela]” (ibid., p. 49). De onde Stengers coloca um problema:

não seria o relativista Feyerabend ainda demasiado racionalista quando apresenta uma ‘competição imparcial e controlada’ como a única arena onde as ciências poderiam fazer valer o papel apropriado que desempenharam no trunfo sobre as outras tradições? (STENGERS, 2002, p. 50)

E com esse problema a autora aplicou um duro golpe na tradição demarcacionista herdada por Feyerabend: a perda de autoridade na afirmação da diferença da ciência. Isto porque, se há “verdade” na afirmação de que a ciência não pode se ancorar nos preceitos epistemológicos, “ela perde toda a sua autoridade para afirmar sua diferença do ponto de vista da epistemologia” (STENGERS, 2002, p. 50). E, referenciando Feyerabend, Stengers escreveu que ele, no lugar da razão, poderia ter dado “adeus à epistemologia”<sup>27</sup>. Mas se a epistemologia se torna um problema, o que será da reflexão do conhecimento acerca do conhecimento, i.e., da reflexão sobre a descrição meticulosa das práticas científicas? E essa questão coloca outro problema inevitável: a autonomia do exercício científico.

Notemos a noção de paradigma, segundo a proposta de Thomas Kuhn (2006, p. 13), a saber: “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Considerada esta definição, acompanharei o rastro deixado pela navegação de Stengers (2002, pp. 14; 17-19; 50) acerca desta noção para concluir o motivo desta seção.

Se no caso de Thomas Kuhn, o paradigma explica não apenas a conquista cumulativa, mas também a invenção do novo, o corolário de qualquer ataque à autonomia de um grupo funcionando sob determinado paradigma seria entendido como um ataque às possibilidades do progresso científico. E assim, Stengers (2002, p. 17) concebe o anúncio da obra de Kuhn como uma “explicitação da divergência entre os interesses dos cientistas e dos filósofos das ciências”. Mas que, então, na esteira de Kuhn - e não no mesmo respeito que aquele prestou à produtividade científica - surgiu uma nova antropologia que distinguiu “o que interessa aos cientistas e o que deve interessar àqueles que estudam os cientistas” (id.). E para trafegar neste campo, o princípio da simetria torna-se, pois, e ainda com Isabelle Stengers, uma condicionante. É assim que se torna mister explicitar as controvérsias das quais participam também os fatores não-científicos na construção dos fatos científicos. Com isto, diz-se o

---

<sup>27</sup> Trata-se de uma referência ao famoso livro de Paul Feyerabend intitulado “Adeus à Razão”. O “adeus” conferido por Isabelle Stengers ficará mais claro na medida em que o leitor avança em sua leitura da tese, já que aqui se pretende detectar as conexões entre domínios distintos.

seguinte: se o paradigma garantia a autonomia das comunidades científicas na ultrapassagem do passado para o futuro<sup>28</sup>, a simetria se apresentou como uma exigência – daí ser condicionante – que se coloca ao pesquisador atento aos desvios desta ultrapassagem. Aqui assumo o risco de uma simplificação: na medida em que paradigma preocupa-se com a autonomia, a simetria preocupa-se com os desvios<sup>29</sup>. Ao adotar a simetria, o pesquisador percebe que o cientista abandona a característica de produto de sua época e passa à condição de um ator acompanhado de outros atores, tais como a Indústria e o Estado. E torna-se necessário observar o que faz o cientista, feito que este encontra-se acompanhado “de uma coorte de aliados, todos aqueles cujo interesse foi capaz de criar uma diferença nas controvérsias que o opõem aos seus rivais” (STENGERS, 2002, p. 19).

E assim o fez Bruno Latour (2016, pp. 13-14), ao questionar a autonomia das ciências: se muitas pessoas demonstram desinteresse pelo assunto das técnicas e das ciências, o fazem porque não vislumbram alguma proximidade com aquelas matérias. Nesse caso, a ciência se torna um outro, já que o distanciamento é assegurado pela ausência de intimidade. Há, todavia, um grupo de pessoas para quem a autonomia das ciências demonstra o seu valor por estar precisamente alijada das questões de intimidade, e, nessa situação, a sociedade das ciências se cristaliza porque está purificada das intimidades dos outros: “às preocupações políticas, às disputas, à ideologia, à religião”. Se não é possível, como nos diz Latour (2016, p. 16), colocar em ordem esses dois argumentos, que fazer senão “aceitar os dois argumentos simultaneamente”? É o que será cultivado daqui em diante, de modo a colher controvérsias para tecer relações.

---

<sup>28</sup> Ora, basta estar em um laboratório para deparar-se com a atual velocidade na criação dos instrumentos técnicos de análise, e, então, perceber que tal velocidade dificulta a cristalização de um paradigma. Isto porque os laboratórios, para obter certo reconhecimento – e com isto mobilizar o público interessado, incluídos, evidentemente, os investidores – necessitam colocar-se em marcha para publicar os dados que produzem. Isabelle Stengers (2002, p. 143) observou a diferenciação entre a mobilização paradigmática daquela oriunda da velocidade da inovação técnica: o que ocorre “em muitos laboratórios contemporâneos [é] uma palavra de ordem suficiente para alinhar os interesses, sem constituí-los porém em herdeiros do acontecimento”. A aceleração, portanto, prejudica a noção paradigmática, já que não diz respeito às criações que atestam a autonomia, mas dirige-se à uma datação das pesquisas na medida em que os instrumentos utilizados para que tais resultados fossem obtidos tornam-se obsoletos. Uma pesquisa atual depende, portanto, neste caso, do acompanhamento de instrumentos atuais.

<sup>29</sup> Stengers (2002, p. 17) escreveu que “[o] paradigma garantia a autonomia das comunidades e se limitava a interpretar de outro modo aquilo que caracteriza tradicionalmente o ideal de uma *verdadeira* ciência [grifo dela]”, enquanto que o princípio da simetria “exige do pesquisador que ele permaneça atento a tudo que [...] é considerado como desvio”.

# 1 SOBRE AS ÁGUAS DA NATUREZA (E A NATUREZA DAS ÁGUAS MINERAIS)

## 1.1 Prólogo

É curiosa a peça “Um inimigo do povo”, do dramaturgo Henrik Ibsen, publicada em 1882. Especialmente devotada à figura do médico comprometido com a verdade, nela se percebe que a vazão de otimismo do Dr. Stockmann para erigir uma sociedade moderna, esclarecida e saneada no redor de uma estação balneária norueguesa, logo se detém nos meandros das negociações e alianças que seriam exigidas para minar o ranço de conservadorismo que insistia em resistir às ideias propagadas pelos homens de ciência. No texto de Ibsen (2001 [1882]), as esferas da ciência e da política, apesar dos esforços de pasteurização, são recorrentemente contaminadas pelo intenso tráfego dos elementos que as conectam. O protagonista, Dr. Stockmann, é investido por uma vontade de verdade que povoaria as águas com as entidades reveladas pela análise rigorosa dos químicos: o diagnóstico do médico, aí, dependia da análise química, mas afetaria toda uma cidade que fora erguida ao redor de uma estação balneária que prometia um fluxo de visitantes capaz de converter os investimentos no empreendimento em recompensas monetárias. No discurso do médico, as entidades invisíveis se tornaram audíveis, e ganharam relevo nos seus textos elucidativos. E uma vez traduzidas as suas capacidades de influenciar a saúde dos frequentadores, como efeito colateral, a ação desses micróbios se estenderia também aos interesses dos cidadãos e investidores. Ao abordar as diferentes facções dedicadas a suplantar as suas respectivas reclamações, a novela é exitosa na captura das estratégias que proliferam as alianças inesperadas que revelam a circulação recorrente entre domínios distintos, nomeadamente entre a ciência e a política. O diálogo que se segue é extenso, mas o ganho pedagógico que dele poderá ser extraído excede o seu exagero (2001, pp. 13 – 14):

Dr. Stockmann – Sim, sim, esperem um pouco, ficarão sabendo de tudo. Imaginem! Ah! Se Peter [prefeito e irmão de Dr. Stockmann] estivesse aqui! É a demonstração de quão torpes nós somos, verdadeiros cegos, piores que toupeiras.

Hovstad [jornalista e editor do jornal “A voz do povo”] – Que é que o senhor quer dizer com isso, doutor?

Dr. Stockmann (detendo-se junto à mesa) – Não é opinião geral que nossa cidade é um lugar saudável?

Hovstad – Certamente.

Dr. Stockmann – E até mesmo salubérrimo, um lugar que se deve recomendar calorosamente tanto aos doentes quanto às pessoas sadias.

Sra. Stockmann [esposa do doutor] – Essa estação balneária que chamamos de grande artéria, de nervo motor da cidade, de não sei mais o que...

Billing [subeditor do jornal “A voz do povo”] – “O coração palpitante de nossa cidade”, tomei a liberdade de escrever num momento solene...

Dr. Sotockmann – É verdade. Ia me esquecendo. Pois bem! Sabem vocês o que é, na realidade, esse soberbo estabelecimento assim cantado em prosa e verso e que tanto dinheiro custou? Sabem vocês o que ele é?

Hovstad: Diga, doutor, diga logo!

Sra. Stockmann – Sim, diga!

Dr. Sotckmann – O balneário, todo ele, é um foco de infecções.

[...]

Dr. Stockmann – O balneário todo nada mais é do que um sepulcro envenenado, garanto-lhes. Perigosíssimo para a saúde pública! Todas as imundícies do Vale dos Moinhos e dos curtumes infectam a água da canalização que vai ao reservatório das águas. E esse maldito lixo envenena as águas e vai até a praia...

Hovstad – Até os locais de banho?

Dr. Stockmann – Exatamente.

Hovstad – E como pode o senhor estar tão convencido de tudo isso, doutor?

Dr. Stockmann – Fiz pesquisas muito minuciosas. Há muito eu suspeitava de qualquer coisa. Na última temporada, houve entre os banhistas casos alarmantes de tifo e febres gástricas.

Sra. Stockmann – Sim, é verdade.

Dr. Sotckmann – A princípio, pensávamos que as infecções tinham sido trazidas por eles. Porém mais tarde – no inverno – resolvi analisar a água com atenção redobrada.

Sra. Stockmann – Era isso, então, o que tanto lhe preocupava?

Dr. Stockmann – E como me preocupava, Catarina! Mas me faltavam recursos modernos para analisar a água. Então resolvi mandar amostrar da água de beber e da água do mar para a Universidade, para que fosse feita uma análise rigorosa pelos químicos.

Hovstad – E acaba de receber os resultados da análise?

Dr. Stockmann (mostrando a carta) – Aqui estão! Encontraram na água a presença de substâncias orgânicas em decomposição. Está cheia de infusórios, que são detritos animais decompostos. O uso dessa água, quer interno, quer externo, é absolutamente prejudicial à saúde.

Sra. Stockmann – Louvado seja Deus por teres descoberto isso a tempo!

Hovstad – E o que o senhor pretende fazer?

Dr. Sotckmann – Tomar providências para remediar isso, naturalmente.

Hovstad – É possível então...

Dr. Stockmann – Tem que ser possível. De outra forma, o balneário estaria perdido... Só restaria fechá-lo. Felizmente, não chegamos a esse ponto. Sei perfeitamente o que podemos fazer.

Como comentado, a novela prolifera alianças que se fragmentam em pequenos grupos que dão um caráter polifônico ao enredo (ibid., pp. 19 – 20):

Hovstad – Já teve notícias do prefeito?

Dr. Sotckmann – Ainda não. Ele deve vir aqui mais tarde.

Hovstad – Desde ontem eu tenho pensado muito no assunto.

Dr. Stockmann – E?

Hovstad – E daí...? Bem... O senhor, como médico e cientista, só vê essa questão das águas sob o ponto de vista científico e médico. Mas o senhor já pensou nas graves consequências que isso pode trazer à nossa cidade?

Dr. Stockmann – Ah! Que quer dizer...? Vejamos, meu caro, sentemo-nos. Não, ali, no sofá (Hovstad senta-se no sofá. O doutor se acomoda na poltrona do outro lado da mesa). Vamos. Continue.

Hovstad – O senhor ontem nos afirmou que essa água estragada provinha de imundícies que existem no subsolo, não é mesmo?

Dr. Stockmann – Sim. Seguramente. Isso vem lá daquele pântano empestado pelos curtumes do Vale do Moinho.

Hovstad – Pois bem, doutor, vai me desculpar, mas não é essa a minha opinião. A infecção vem de outro lugar. Conheço outro pântano.

Dr. Stockmann – Outro pântano? Onde?

Hovstad – Falo do pântano que está apodrecendo toda a nossa cidade.

Dr. Stockmann – Vejamos, meu caro senhor Hovstad, o que quer dizer com isso?

Hovstad – Todos os negócios da cidade passaram, pouco a pouco, para as mãos de um bando de políticos, altos funcionários do governo.

Mesmo que o Dr. Stockmann soubesse o que precisava ser feito, e ter recomendado uma obra de alteração no sistema de encanação para evitar, através dela, o assédio dos patógenos, ele não contava com a recalcitrância feroz do grupo de investidores, que tinha no prefeito um defensor leal dos seus interesses. Um grupo indisposto a aceitar uma paralisação nas atividades do balneário para a realização das transformações prescritas pelo doutor. Doutor que, investido da certeza revelada pelos químicos, e aliado à imprensa liberal, declarou uma guerra aos conservadorismos que não aceitavam os desmandes dessas entidades invisíveis, vociferadas em seu discurso (ibid., p. 26 – 27):

Prefeito – Você tem a intenção de mandar esse relatório para a direção da estação balneária em caráter oficial?

Dr. Stockmann – Claro! É preciso fazer alguma coisa, e depressa.

Prefeito – Como sempre, você utiliza em seu relatório palavras violentas e exageradas. Entre outras coisas, você diz que estamos envenenando os nossos hóspedes.

Dr. Stockmann – Mas é a pura verdade, Peter [Peter Stockmann, prefeito e irmão do doutor]! Pense um pouco – água envenenada! E, portanto, imprópria para beber e imprópria para o banho! É isso que estamos oferecendo para pobres doentes e veranistas que vêm aqui! Essas pessoas que confiam em nós e nos pagam um bom dinheiro para recuperar a saúde!

Prefeito – E finalmente você chega à brilhante conclusão de que devemos construir um esgoto para as supostas imundícies do Vale dos Moinhos e reinstalar de outro lado todo o sistema de canalização de águas.

Dr. Stockmann – Você conhece outro meio? Eu não.

Prefeito – Hoje pela manhã fiz uma visita ao engenheiro municipal e, como quem não quer nada, falei da hipótese de no futuro fazermos algumas reformas nas canalizações...

Dr. Stockmann – No futuro?

Prefeito – Ele riu, naturalmente, das minhas palavras. Você já imaginou o que poderiam custar essas mudanças? Feito o orçamento, as despesas se elevariam, mais ou menos, a algumas centenas de milhares de coroas.

Dr. Stockmann – Tão caro assim?

Prefeito – E o pior é que o trabalho levaria, pelo menos, dois anos.

Dr. Stockmann – Dois anos? Tanto tempo?

Prefeito – No mínimo. E o que viria a ser da Estação Balneária e da cidade durante todo esse tempo? Sim, porque seríamos obrigados a fechar o balneário. Você acha que alguém viria até aqui sabendo que as nossas águas estão contaminadas?

Dr. Stockmann – Mas elas estão, Peter!

Prefeito – E tudo isso no momento em que a nossa Estação Balneárias começa a ficar conhecida em todo o país! Já passou pela sua cabeça que as cidades vizinhas também podem fazer as suas estações balneárias?

Não acha que, tão logo divulgue essas barbaridades, elas usarão de todos os recursos para atrair os nossos veranistas? Não tenha dúvidas! Nada mais nos restaria fazer senão fechar este estabelecimento que nos custou tão caro. E desse modo você terá arruinado a sua cidade natal.

[...]

Prefeito – O futuro dessa cidade é a Estação Balneária. Você sabe disso tão bem quanto eu.

Dr. Stockmann – Mas o que você acha que devemos fazer?

Prefeito - O seu relatório me convenceu de que as condições do balneário estejam tão precárias como quanto você diz.

Dr. Stockmann – São muito ruins! E quando chegar o verão, com o calor, serão piores ainda!

[...]

Prefeito – O sistema atual das canalizações do balneário é um fato consumado e deve, portanto, ser aceito como tal. Isso não quer dizer que a direção se recuse a examinar as suas ponderações no seu devido tempo, visando aperfeiçoar o sistema. Desde que isto não importe gastos acima de suas forças.

Dr. Stockmann – E você julga que eu me associaria a uma farsa dessa natureza?

Prefeito – Uma farsa?

Dr. Stockmann – Sim. Isso seria uma farsa, uma fraude, uma mentira, um verdadeiro crime contra o povo, contra a sociedade.

Prefeito – Como acabo de dizer, não me convenci de que o perigo seja assim tão grave.

Dr. Stockmann – Sim, Peter; não tenho a menor dúvida de que você está convencido! Meu relatório é claro e concludente; sei muito bem o que estou afirmando. E você, por sua vez, entende muito bem, Peter. Sei que você sabe que é verdade! Mas não quer aceitar. Já que graças a você os prédios e canalizações estão onde estão. Você não quer reconhecer que errou, eu já entendi tudo.

Prefeito – E se fosse isso? Se eu me preocupo com a minha reputação e no interesse da comunidade. Sem autoridade moral, eu não poderia dirigir os negócios públicos da forma que me parece mais proveitosa para a comunidade. É por isso, entre outros motivos, que eu não quero que o seu relatório seja apresentado à direção. É o interesse público que está em jogo! Mais tarde, eu colocarei essa questão na ordem do dia e faremos o que pudermos. Mas em silêncio! Nada, absolutamente nada dessa desgraçada questão deve ser divulgado.

Dr. Stockmann – Isso, meu caro Peter, não é mais possível.

Prefeito – É preciso impedi-lo, a qualquer preço.

Dr. Stockmann – Agora é tarde. Muita gente já sabe.

Prefeito – Quem? Espero que pelo menos não seja essa gente da Voz do Povo.

Dr. Stockmann – Eles, inclusive. A imprensa liberal e independente tudo fará para pressioná-los e cumprir o seu dever.

Se para o doutor, a sociedade deveria ser inundada pela verdade, cuja força removeria os arcaísmos que barravam o avanço da modernidade, para o prefeito, fiel representante dos investidores, o estado de coisas que pairava no tempo seria a condição para a manutenção do funcionamento profícuo da estação. De um lado, a ânsia devoradora de antiguidade promovida pela verdade, do outro, a vontade de permanência das hierarquias que colhiam benefícios nas despesas dos visitantes (ibid., p. 28): “Dr. Stockmann – Não é dever de todo bom cidadão, logo que lhe vêm ideias novas, comunicá-las ao povo? Prefeito – Ora! O povo não precisa de ideias novas. O povo precisa é de boas e velhas ideias!”.

E aqui, contando com a paciência do leitor diante da enxurrada de diálogos, chega-se ao ponto que justifica essa dispendiosa contribuição. Trata-se de uma novela que bem registra as tensões do Dezenove, quando ciência e política, emulsionadas na vida pública de uma cidade que apostava na potência de uma estação balneária, tentavam calibrar o seu poderio bélico para ajustar a fricção entre as desavenças e as afinidades (ibid., pp. 29 – 30):

Prefeito – Esperamos também que declare publicamente sua confiança na direção da Estação Balneária e que você tem a convicção de que farão o que for preciso para que desapareçam todos os vestígios de contaminação das águas.

Dr. Stockmann – Mas para fazer isso são necessárias ações objetivas e claras. E eu não vejo vontade política de meter a mão profundamente nessa podridão. Pelo menos é o que concluo pelo que você me disse.

Prefeito – Como empregado da Estação Balneária você não tem direito a uma opinião individual e solitária.

Dr. Stockmann – Não tenho direito de...?

Prefeito – Como empregado, disse eu. Como cidadão, você pode pensar o que quiser. Como funcionário da Estação Balneária, você não tem o direito de externar uma opinião que não esteja de acordo com a dos seus superiores.

Dr. Stockmann – Mas isso já é demais! Eu, médico, homem de ciência, não tenho o direito de...

Prefeito – Não se trata aqui de uma questão puramente científica, mas de uma questão ao mesmo tempo técnica e econômica.

Menos do que a divulgação dos trâmites que conduzem o drama às reviravoltas surpreendentes, importa mais a ênfase de que as tentativas de purificação sofreriam o impacto provocado pelo comércio com a vida pública. Explico-me melhor (tento): quanto mais os homens de ciência, como o Dr. Stockmann, procuravam estreitar a relação entre a verdade e o bem comum numa fronteira imune ao borro dos interesses, maior parece ter sido a necessidade de que se embrenhassem nas redes de sustentação dos domínios que participavam da vida pública Dezenove (permanência das hierarquias conservadoras, ascensão da imprensa liberal, comércio dos pequenos burgueses, industrialização, competição intercitadina, etc.). Mas se até aqui, adotou-se como exemplo uma novela, rapidamente dirão se tratar de uma arte, tão mais dedicada à retratação subjetiva do que a uma ocorrência historicamente situada. Pois vamos aos registros para justificar a coerência desse prólogo e evitar a violência prematura das polícias dispersivas.

## 1.2 Águas naturais

Essa seção é dedicada a uma multiplicação. À multiplicação dos aliados das águas minerais. Para isso, trarei à tona aqueles para quem estas águas fizeram alguma diferença, já que necessitaram delas para dar sentido às suas práticas<sup>30</sup>. Trata-se, nesse primeiro capítulo, de multiplicar os aliados das águas minerais a partir dos enunciados de uma hidroterapia que ganhou divulgação quando a medicina e a química tornaram-se veículos enunciativos e

---

<sup>30</sup> Parágrafo inspirado no escrito de Isabelle Stengers (2002, p. 119) sobre o Big Bang: “a paixão desses cosmólogos pode ser dita “fazer existir o Big Bang”, ou seja, também poder falar dele em termos de descoberta. Por isso, cabe-lhes tentar multiplicar os laços entre o Big Bang e os cientistas que não pertencem à sua própria especialidade, como diz Latour, multiplicar os “aliados” do Big Bang”, aqueles para quem ele faz uma diferença, aqueles que têm necessidade dele para dar sentido à sua prática”.

portadores de verdades sobre a Natureza<sup>31</sup>. Em outros termos, trata-se de empreender um exercício de reciprocidade: pensar a Natureza sem deixar de pensar sobre os diferentes setores do conhecimento que a colocaram em marcha<sup>32</sup>. Ou seja, pensar sobre a Natureza sem desconsiderar os modos de relacionamento entre os setores do conhecimento que a colocaram em funcionamento com o auxílio das águas minerais.

Michel Foucault (2016, pp. 49 - 60) observou que o aparecimento de um objeto discursivo depende de diversas condições. O objeto passa a existir sob condições tornadas possíveis por um feixe de relações que sustenta a sua permanência: não são os objetos o abrigo das relações, mas são as relações que permitem o aparecimento de um objeto. São as relações, portanto, que permitem falar sobre um determinado objeto. Foi assim que a medicina ficou autorizada a falar da água mineral, através das práticas de nomeação, classificação, análise e explicação: eis o discurso como prática anunciado por Foucault. E no caso das águas minerais, veremos que, se os médicos e os cientistas, nomeadamente os químicos, foram os porta-vozes das águas, pois reveladores de seus segredos, é de se esperar que também fossem os anunciadores dos seus destinos.

O médico Benedictus Mourão (1997, p. 225) escreveu que o desenvolvimento da ciência crenológica “aceitou de bom grado o seu casamento, legítimo e insolúvel, com a química”, uma disciplina, à época, “iluminada pelos princípios científicos convencionados por Lavoisier”<sup>33</sup>. Nesse casamento precoce, a química, ainda juvenil, interessava aos

---

<sup>31</sup> Não se trata aqui, evidentemente, de uma genealogia do discurso, nos termos que Michel Foucault (2014, p. 65) prestou a essa atividade, com vistas a descrever o surgimento da água mineral como um objeto do saber médico. A forma que será empreendida aqui é mais próxima àquela da alternância entre acritica e genealogia, que resumo nas palavras de Foucault (id.): “as descrições críticas e genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se complementarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso [...] ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém [...] nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreende-lo em seu poder de afirmação [...] o poder de construir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.”

<sup>32</sup> É precisamente aqui que Alfred North Whitehead presta um valioso favor “ao comerciar com a metafísica” (LATOURETTE, 1995, p. 11), e, “lançar as bases de uma filosofia natural que seja o pressuposto necessário de uma física especulativa reorganizada” (WHITEHEAD, 2009, p.4). Subentende-se que comerciar com a metafísica é, portanto, dissertar sobre a natureza e o pensamento em uma filosofia heterogênea das ciências, entendida como o “estudo das relações entre os diferentes setores do conhecimento” (WHITEHEAD, 2009, p. 5).

<sup>33</sup> E novamente Michel Foucault (2011, pp. 79 - 98): com o fenômeno da urbanização, aparece, na França do oitocentos, as gemas para o desenvolvimento da medicina social. A necessidade de uma unificação de poderes rivais na unidade urbana dependia de “um poder único e bem regulamentado” (p. 86). Ora, as cidades iam tornando-se centros de produção industrial e a exigência de uma regulação coerente se fazia presente. Por outro lado, agora político, o crescente contingente daquilo que posteriormente seria designado por proletariado começava a acentuar as tensões urbanas entre as camadas ricas e pobres, e demandava a criação de um “poder político capaz de esquadrihar esta população urbana”. Tratando-se de uma população crescente, e não menos conflituosa, estabeleceu-se uma espécie de “medo urbano” (p. 87), caracterizado por certa reticência político-sanitária, ou “pequenos pânico que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII” (p. 87). O

analistas que “procuravam desvendar o porquê das virtudes curativas do medicamento emergido das profundidades da terra”; e a medicina termal, por meio de “recursos ainda que precários”, realizava “deduções sobre o modo de agir de algumas águas minerais, escorados em sua composição” (id.). Consistiam em setores do conhecimento que tateavam e retiravam, por deduções, verdades precárias sobre as águas. Exploremos, com certo afrouxamento de rigor metodológico, algumas regularidades desse tratamento hidroterápico em ascensão.

Em 1757, o médico Jacob de Castro Sarmiento se debruçou sobre o que se achava escrito na matéria médica sobre o tema, a começar pela natureza das águas minerais. Havia, no meio do Setecentos, uma perplexidade acerca da “historia natural das agoas minerais”. E aqueles que pretendiam livrar-se desta perplexidade, o faziam através de um compartilhamento dos saberes; i.e. “comunicando aos mais os experimentos, e as [suas] descobertas [sic]<sup>34</sup>”. O relato de Sarmiento buscou verificar as propriedades das águas de Caldas da Rainha, em Portugal. E diversas garrafas contendo aquelas águas foram enviadas a Londres em atendimento à solicitação do próprio Dr. Sarmiento, que aí estava, para que fossem tecidas as suas observações, posteriormente incorporadas em uma memória. Esta memória fora endereçada ao “Conde da Ericeyra”, para que ele fizesse daquele material o uso que melhor lhe atendesse. Foi através do Conde, escreveu Sarmiento, que o rei D. João V teve acesso à memória e manifestou a sua apreciação pela matéria.

Constava na memória escrita por Sarmiento que em Bath, na Inglaterra, os enfermos buscavam a cura no “geralmente mais frequentado [...] Banno chamado de El Rey”<sup>35</sup> (Ibid., p. 35). Este era um local rodeado por “huns perenes olhos de agoa”, uma cisterna de chumbo - cujo fundo permitia a emergência das águas e a vedação impedia a mistura - e um cano

---

modelo de quarentena responde a esses pequenos pânicos, notadamente por se tratar de um plano quando em situações epidêmicas, capitaneado por ações de imobilidade, de vigilância, de estabelecimento de um registro centralizado, de revista para atestar a vida ou a morte de cidadãos, e de desinfecção. Se na idade média tratava-se de, através dessa prática, purificar o espaço comum pela exclusão do doente, na segunda metade do oitocentos, a prática consistia no internamento norteado por um modelo militar. Pôs-se em andamento uma espécie de mapeamento dos lugares da cidade em condições de proporcionar o recrudescimento ou o aparecimento de doenças, e portanto, “de perigo no espaço urbano” (p. 90); de controle da circulação das coisas, notadamente o ar e a água; e o desenvolvimento da pesquisa e do desenho de espaços com o propósito de evitar a contaminação e forçar a purificação das coisas. Com o desenvolvimento da medicina urbana, a medicina e a química se tomaram em casamento, já que o controle da circulação das coisas interessava à saúde do organismo: “foi precisamente pela análise do ar, da corrente de ar, das condições de vida e de respiração que a medicina e a química entraram em contato. Fourcroy e Lavoisier se interessaram pelo problema do organismo por intermédio do controle do ar urbano” (p. 92).

<sup>34</sup>Subentende-se a manutenção deste advérbio latino (sic) em todas as citações diretas, devidamente destacadas, do trabalho do Dr. Sarmiento na tese.

<sup>35</sup> Assim encontra-se descrito o recinto do banho “El Rey” por Sarmiento (p. 35): “que tem de comprimento 57 pês, e 10 polegadas; de largura 40 pês, e 8 polegadas; e contem, quando a agoa efla da altura de 4 - pês, 414 Toneladas, e 72 Canadas”.

“também de chumbo [...] [que] se estende, e vay subindo ate entrar no fermoço apozento, adonde as Senhoras, e os Cavalheiros, ou todos os Enfermos, vam beber as agoas [sic]” (p.36). E para que os doentes pudessem acessar as águas, deveriam passar por “hum homem [que] faz subir a agoa da cisterna”, o que garantia a chegada da água numa “hermoza [charmosa] pia” de mármore onde

tem huma molher [mulher] o emprego de ir recebendo a agoa, em copos cristalinos de vários tamanhos, e de ir dando a cada Enfermo a quantidade della que lhe ordena o Medico [sic] (SARMENTO, 1757, p. 35).

Note-se que, durante “todo o tempo de beber as agoas, que he de manham [manhã], desde as oito até as dez [sic]”, na varanda daquele aposento, um grupo de músicos empunhava os seus instrumentos “para fazer aos enfermos aquellas horas mais suaves, e mais divertidas”. Assim, aquelas Senhoras e aqueles Cavalheiros, para permitirem-se obter maiores chances de cura, menores doses de tédio e algum conforto ergonômico, eram auxiliados não só por músicos dedicados, mas por um homem e uma mulher que acusavam que a ação medicamentosa das águas prescritas aos bebedores de águas estava relacionada, certa maneira, com a ação empreendida pelos demais. Para simplificar, tratava-se de uma ação compartilhada: formava-se um grupelho, ou uma pequena associação, no entorno imediato das águas de Bath, na Inglaterra.

Mas se pequenos grupos se formavam no redor das águas, eles rapidamente se dispersavam, enquanto noutros lugares, possivelmente não tão distantes, outros grupos, provavelmente agregados por alguns membros outrora associados nas fontes, ganhavam tinos de uma diferenciação e de certo privilégio. O relato do doutor já trazia a cumplicidade de um “fora” no processo de cura pelas águas, uma espécie de seletividade reversa, na qual o ambiente era adaptado aos usuários das águas. Sarmiento (pp. 37 - 39), conferindo uma concessão ao seu compromisso científico <sup>36</sup>, dissertou sobre a particularidade das acomodações da região, algumas “proprias para a residencia de qualquer Principe [sic]”. O entretenimento, notadamente o noturno, não era de difícil gozo, já que “se ajunta, todas as noites, a mais brilhante companhia, de ambos os sexos, para gozarem da sociedade”, uns mais dedicados à “boa conversaçam [conversação]” e outros aos “jogos inocentes e danças”. Ambientes, pois, de “decoro [...] pax [...] concordia, e cortesia; e por cujas portas, jamais pode

---

<sup>36</sup>Escreveu Sarmiento (1757, p. 37): “Se eu relatasse todas as conveniencias e divertimentos, que acham nestas Caldas os achacados, e que conduzem tanto para a cura dos affectos chronicos, me afastaria demaziadamente de meu propozito [...]” e, nesta descrição cumpria-se apenas o objetivo de “dar a Vm [ Conde da Ericeira] alguma ideia, de huma ou outra couza [...]”.

entrar o atrevimento, a discordia, a dezatençam [desatenção], ou controvérsia [sic]”. Dotados de suposta assepsia ética e moral, aqueles lugares dedicados ao entretenimento adquiriam, no relato de Sarmento, uma consideração utópica, suficientemente distante daquelas investidas atrevidas, discordantes e controvérsias engendradas às colônias de exploração/povoamento no além-Atlântico pela Europa Ibérica à época<sup>37</sup>. Afinal, a Grã-Bretanha era o estado mais bem sucedido da Europa, e a política racional atuava como um pavimento para a aceleração do seu crescimento econômico<sup>38</sup>. Não à toa, a química prestava surpreendentes serviços à necessidade da indústria.<sup>39</sup> O que seria feito também através das águas.

Logo, o progressivo conhecimento das águas de Caldas da Rainha, em Portugal, dependia do próprio “conhecimento, e observaçoens [observações] proprias, e communicadas, que em vinte e tantos annos tenho adquirido dos successos, e methodos curativos [sic]” (SARMENTO, 1757, p.40) das águas de Bath. Quão melhores desvendados estivessem os segredos das águas de Bath, menor esforço seria despendido na replicação do método analítico e do modelo hidroterápico às águas de Caldas de Rainha. Nas palavras de Sarmento (Ibid., p. 42), “só se pode remediar e ver a melhor luz, por meio de huma Historia comparativa das agoas minerares de diversa e da mesma natureza [águas de fontes distintas ou águas da mesma fonte] [sic]”. E se o doutor Sarmento ficaria habilitado a recomendar ou proibir os usos destas águas (em casos duvidosos), é dizer que no olho do médico repousava uma fonte de clareza<sup>40</sup>. Clareza que exigia um registro cumulativo das aplicações e respostas

---

<sup>37</sup>A inspiração desse fragmento foi obtida em Fernand Braudel (1992, p. 355), sendo pertinente destacar o seu fragmento: “[A] Europa do Norte e Europa do Sul reconstituíram as suas divergências a as suas posições além-Atlântico. [...] as colônias inglesas libertam-se em 1783, as colônias ibéricas não antes de 1822 e 1824 [...] a Norte, vivacidade, força, independência, carreira pessoal; a Sul, inércia, servidões, a mão pesada das metrópoles, a série de constrangimentos inerentes à condição de periferia”.

<sup>38</sup> Cf. Eric Hobsbawm, "O mundo da década de 1780", em seu conhecido livro "A era das revoluções, 1789 - 1849". A Grã-Bretanha era o estado mais bem sucedido da Europa no século dezoito, e a sua prosperidade estava vinculada ao progresso econômico, e “por volta da década de 1780 todos os governos continentais com pretensão a uma política racional estavam consequentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial” (HOBSBAWN, 1981, p. 36); e as ciências dedicavam-se “à solução de problemas produtivos, sendo que os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria” (id.). Na Inglaterra, financistas, proprietários, administradores, classe média, fabricantes e empresários formavam “as sociedades provincianas das quais nasceram tanto o avanço político e social quanto o científico” (ibid., p. 37). Associações entre diferentes domínios, portanto.

<sup>39</sup>Idem.

<sup>40</sup>A névoa de obscurantismo seria dissipada pela incidência da luz, cuja clareza o olho treinado estaria habilitado a acessar: “O olho torna-se o depositário e a fonte de clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que ele só percebe à medida que lhe deu à luz; abrindo-se, abre a verdade de uma primeira abertura: flexão que marca, a partir do mundo da clareza clássica, a passagem do iluminismo para o século XIX” (FOUCAULT, 1998, p. 11 – 12).

dos enfermos em tratamento para a edificação de uma história comparativa das águas minerais. Assim, progredindo por replicações, as águas minerais foram sedimentando-se lentamente como um objeto na prática do discurso médico que buscava acessá-las, nomeá-las, classificá-las e explicá-las, desde meados do século XVIII<sup>41</sup>.

Nos “Annaes das sciencias, das artes, e das letras”, um médico Francisco Solano Constâncio (1821, p. 33) escreveu que as “aguas naturaes” compreendiam todas as águas “que a natureza oferece no estado liquido”<sup>42</sup>. Para Constâncio (1821, pp. 33 - 35), “toda agua natural contém em dissolução algumas substâncias, que lhe comunicam propriedades particulares”. Quer dizer, no montante de águas que cobrem as “partes mais ou menos extensas da superficie da terra”, as águas naturais possuem propriedades específicas que lhes foram conferidas pelo “contacto com a atmosfera” e pela “natureza dos corpos a cuja acção se achão expostas [sic]”<sup>43</sup>.

As entidades mobilizadas pelo autor, para caracterizar as “aguas do interior da terra, e que d’ella saem formando nascentes”, foram as mais variadas que a empiria de seu tempo possibilitaria atestar, uma vez que essas aguas se diferiam “quanto á natureza e proporção das substancias nelas dissolvidas, e em quanto á temperatura”<sup>44</sup>. Nesse último caso, Constâncio

---

<sup>41</sup>A inspiração para esse parágrafo pode ser encontrada em Michel Foucault (2016, pp. 54 – 56). O filósofo dissertou sobre as condições para o aparecimento de um objeto de discurso, que são as mais diversas: “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova”. Os objetos, então, não são iluminados por aqueles mais aptos a percebê-los; “o objeto não espera no limbo a ordem que vai liberá-lo [...] mas existe sob as condições positivas de um feixe completo de relações”. Relações que “são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais”, mas que “não estão presentes no objeto”. São as relações, ao contrário, que permitem ao objeto “aparecer, justapor-se a outros objetos [...] definir sua diferença [...] ser colocado em um campo de exterioridade”. Essas relações discursivas, portanto, estão “no limite do discurso”, já que “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los. Essas relações caracterizam [...] *o próprio discurso enquanto prática*” [grifo meu].

<sup>42</sup> Cumpre notar que havia, para o doutor, uma atribuição “natural” que nomearia ora à coisa, ora às qualidades das águas (no subtítulo de seu capítulo diz: “considerações geraes á cerca da natureza das aguas naturaes”). Raymond Williams (2011, pp. 89 – 91) observa que “a ideia de natureza contém [...] uma quantidade extraordinária da história humana”, pois trata de uma ideia fundamental apta a expressar a “visão da humanidade de si mesmo e de seu lugar no mundo”. Tal ideia é “complexa e em mudança”, pois acompanha as modificações de “outras ideias e experiências”. Mas é para a utilização da natureza com um sentido dotado de “qualidade intrínseca e essencial de qualquer coisa em particular” que chama a atenção de Williams. Examinando o vocábulo em latim, *Natura*, o autor sugere que “muitas das primeiras especulações sobre a natureza parecem ter percorrido [...] [o] sentido físico, mas com a suposição de que no curso das investigações físicas estava-se descobrindo as leis essenciais [...] imutáveis do mundo”. E assim, “a associação e, então, *a fusão de um nome para a qualidade com um nome para as coisas observadas* possui uma história precisa” [grifo meu], uma vez que, “o que se buscava na natureza era um princípio essencial”. Isto tornado possível porque, segundo Williams (2011, p. 91), “a multiplicidade das coisas e dos processos de vida poderiam então ser mentalmente organizados em torno de uma única essência ou princípio: a natureza”.

<sup>43</sup> Como já praticado em casos anteriores, permanece o advérbio latino (sic) nas citações diretas do relato de Francisco Solano Constâncio.

considerou a atmosfera como uma espécie de termômetro: “humas [águas] são mais frias que a atmospherá, e algumas tem uma temperatura igual á do ar; outras sahem da terra quentes, e até fervendo”. Às primeiras atribuía-se a classificação de águas frias; às segundas eram as águas quentes ou “thermaes”. Algumas águas eram “crystallinas, e tem as vezes uma frescura que as faz mui agradáveis para beber” e, nos casos de trânsito em “circumstancias em que se impregnação mais ou menos de gazes, de saes, e até de substancias organicas, adquirem, nesse caso, hum sabor e outras propriedades”. Sabores e propriedades que as distinguiriam, segundo Constâncio (1821, p. 36), das “naturaes dotadas de um certo grão [grau] de pureza”, e aí recebiam o nome de “aguas mineraes”. E se as águas exerciam “alguma ação sobre a economia animal, por effeito das substancias que contêm em dissolução, ou pela sua temperatura” estas eram nomeadas de “aguas medicinaes”. Constâncio não hesitou em nomeá-las por medicinais, e as diferiu em “aguas naturaes”, “aguas mineraes” e “aguas medicinaes”, classificadas, enquanto tais, segundo medidores de pureza, substâncias dissolvidas, temperatura e efeito sobre o corpo orgânico sob o seu contato.

A medicina e a química seguiam em seus cortejos, ao ponto de Constâncio (1821, pp. 42 - 46) afirmar que “as classificações que se tem feito das aguas naturaes, sendo fundadas sobre o diferente uso que dellas se faz, e não sobre a sua composição chymica, não as adoptaremos como classificação scientifica”<sup>45</sup>. Se a medicina hesitasse, a química perderia um aliado em sua divulgação, e se a química vacilasse, se enfraqueceria a potência científica dos enunciados médicos. Daí que Constâncio viu-se constrangido à “colligir factos espalhados, que forão observados por diversos chymicos [sic]”, notando-se que tais análises não tinham, se consideradas em comparação àquelas do ano de 1821, a “exacção que hoje se tem” (estava-se ainda no ano seguinte ao nascimento de Louis Pasteur).

Prestemos um exame privilegiado à segunda divisão de águas elencadas por Constâncio: “[a] segunda divisão comprehende as aguas que exercem sobre o gosto, e sobre a economia animal, uma acção que não he propria das aguas da primeira divisão [neve, chuva e rios] [sic]” e, a estas aguas, “deo-se-lhe o nome de aguas mineraes [sic]”. Nomeadas assim, pois continham em “dissolução corpos compostos que pertencem [...] á natureza inorgânica”. Considerava-se também, nesta segunda divisão, “as aguas medicinaes, porque muitas d’ellas

---

<sup>44</sup> Cabe retornar à observação de Mourão (1997, p. 225): “as primeiras classificações [das águas medicamentosas], obviamente, se basearam na temperatura, por ser essa a característica mais revelável”.

<sup>45</sup> Lembra-nos Bruno Latour (1995, p. 11), que foi em meados do século XIX, “se livrando das obscuras explicações vitalistas que a química tinha acabado de conquistar o direito de reivindicar o status de ciência”. Conferia, portanto, um papel privilegiado às matérias inertes quando comparadas aos seres vivos.

tem efeitos medicamentosos sobre o homem doente [sic]”. Contudo, Constâncio (1821, p. 45) notou certa insuficiência nessa classificação, já que “ha aguas compreendidas na primeira divisão que contêm precisamente os mesmos corpos que se encontram nas da segunda”, observadas as quantidades inferiores desses corpos imersos nas primeiras. E observou também que “existem aguas mineraes que nunca são usadas como medicamento”. Todavia, sobre as águas medicinais, não apresentou Constâncio qualquer objeção, na condição de que “se restrinja áquellas de que se faz uso no tratamento das doenças”. Cumpre observar que as águas medicinais estavam sendo “geralmente divididas em quatro classes: 1º. aguas salinas; 2º. aguas acidofilas; 3º. aguas ferruginosas; 4º. aguas sulphureas”. Pode-se inferir que a ciência química, em sua infância, reunia um crescente de analistas interessados nos componentes das águas minerais, enquanto os médicos interessavam-se pela ação desses componentes potencialmente curativos nas moléstias descritas pela medicina da época.

Na década de 30 do Oitocentos, um médico John Bell (1831)<sup>46</sup> escreveu sobre o uso de diferentes tipos de banhos, águas minerais e os seus efeitos na “economia animal, em saúde e doença” (p. 5). O médico empenhou um trabalho menos interessado em “excitar, do que agradar a curiosidade”, já que estabeleceu um método de classificação dos banhos “em conformidade com o maior número de fenômenos que atendem ao seu uso”, de maneira que as suas explicações sobre os banhos frios, mornos e quentes permitissem “consertar as opiniões vacilantes da profissão, e evitar o uso empírico de agentes que têm um poder indubitável para o bem ou para o mal, de acordo com as circunstâncias”. O seu relato pretendeu funcionar como um guia, cujos princípios poderiam ser aplicados em casos de “doenças agudas e crônicas” (p.6), já que as orientações ali descritas estavam baseadas “no que é considerada a mais sólida patologia”. No trabalho do doutor Bell (p. 7), um leitor poderia encontrar os “detalhes mais completos e mais conectados, para orientação do inválido e a informação do médico, do que pode ser obtido de qualquer outra fonte neste momento”.

Decerto, há nessa publicação de Bell dois grandes temas: o primeiro é relativo aos banhos, o segundo às águas minerais. Sobre o primeiro tema, prestou-lhe o doutor uma densa descrição sobre os banhos frios, mornos, quentes, de vapor e no mar, distribuídos em nove capítulos, e na segunda parte debruçou-se sobre a história da composição química e das propriedades terapêuticas das águas minerais nas principais fontes dos Estados Unidos da América e da Europa, parte que será aqui privilegiada.

---

<sup>46</sup> As citações do trabalho de John Bell (1831) são traduções diretas minhas.

John Bell (1831, p. 378) atribuíra boa parte da descoberta das virtudes medicinais das águas minerais à circunstância do acidente. Uma vez descobertas as curas pelo uso acidental, as águas permaneciam mantidas em “lembrança tradicional”, o que induziria outros indivíduos a prestarem o mesmo “meio de alívio” aos seus males. Foi assim que a “história e [a] experiência de eras consecutivas testaram” as crenças, na medida em que as pessoas foram se convencendo, através de “restrições e reservas adequadas”, que tratava-se de um remédio “generosamente e livremente fornecido pela natureza”<sup>47</sup>. Remédio este que fora amplamente utilizado por Gregos e Romanos em diversas situações<sup>48</sup>. Nos estabelecimentos sob o regime dos romanos, sublinhou John Bell (1831, p. 380), os “sacerdotes do paganismo” atribuíam a cura menos aos componentes misteriosos das águas do que aos Deuses que as presidiam<sup>49</sup>.

Com a queda do império romano, erodiram muitos daqueles deuses e fontanários, e a água ficou resguardada aos usos prestados em territórios muitos específicos, até que, já no final do século XV, os médicos do Ocidente devotaram alguma atenção às águas minerais. Até então, as fontes, cuja superintendência fora deixada aos “charlatães”<sup>50</sup> que impunham “credulidade” em “cegos e supersticiosos”, eram locais de encontro de “jogadores e bufões provinciais”. E tal retomada das fontes, na Europa, ao que sugere o registro de John Bell, fora norteada por iniciativas como a de Henrique IV, que delegou superintendentes encarregados

---

<sup>47</sup> Do original: “a remedy so bountifully and liberally supplied by nature”. Note-se que a utilização do termo “natureza” aí, nessa frase, é aplicada por um homem de ciência do século XIX olhando para as práticas consideradas ultrapassadas.

<sup>48</sup> Lembra-nos Benedictus Mourão (1997, p. 51), no caso dos gregos, sobre as preferências dos deuses helênicos por certas fontes hidrominerais, tais como Abméa presidida por Júpiter, ou aquelas protegidas por Juno, cuja concepção era por elas requeridas. Mas foi Hércules aquele que mais fontes presidia, ao ponto de “as denominações hercúlea e herculana tornaram-se sinônimas de banhar, ou lugar de cura hidromineral”.

<sup>49</sup> Benedictus Mourão (1997, p. 52) corrobora a assertiva de John Bell quando diz que: “os gregos, como os romanos, rendiam culto às surgências termais nos seus mitos, não acreditando nas virtudes curativas da própria água”. Embora seja um tanto rigoroso conceber certa exclusividade à crença dos cultos, “não acreditando” nos predicados das águas, é possível afirmar, com base nesses autores, que as virtudes das águas eram mediadas pelos deuses: deuses, portanto, mediadores, já que as águas que por eles passavam – incluídos os estabelecimentos – não permaneciam as mesmas que das profundezas surgiam. E aqui encontram-se as duas literaturas em frases de fragmentos quase irmãos, a saber: a parte de Mourão (1997, p. 51), que aqui cito, “os gregos, como os romanos, rendiam cultos às surgências termais nos seus mitos, *não acreditando nas virtudes curativas da própria água. Atribuíam seus benefícios à generosidade dos deuses que presidiam as fontes, ou das ninfas que as velavam* [grifo meu]”; e a parte de John Bell (1821, p. 380), que assim traduzo: “os sacerdotes do paganismo, abusando da credulidade dos inválidos, inventaram certas cerimônias religiosas, que foram insistidas como indispensáveis para obtenção de cura; e as inscrições, ainda vistas nas paredes em alguns dos edifícios anexos, mostram que *as curas realizadas naqueles tempos foram atribuídas menos à eficácia das águas, do que a bondade do deus que as presidem* [grifo meu]”.

<sup>50</sup>Do original: Until then, the mineral springs were the rendezvous of gamesters and provincial buffoons; and the superintendence of the waters was left to quacks, who readily imposed on blind and superstitious credulity (BELL, 1831, p. 381).

de controlar o uso das águas minerais, dos banhos e das fontes do reino, um regime que pareceu se replicar, segundo Bell, na maioria dos estabelecimentos de banhos e águas minerais do continente europeu, nomeando-se, ainda, um médico residente para orientar os usos que daquelas águas se faziam. Ocorria que, também na segunda metade do Setecentos, os químicos estavam aperfeiçoando os seus métodos para descobrir as “partes constituintes de tais águas”, e a disciplina ascendente anunciava aí o seu embarque na história hidrológica. A medicina e a química começaram a produzir uma bibliografia que atuou como um atestado de credibilidade dos efeitos e da composição das águas minerais, distanciando-se progressivamente dos charlatanismos outrora vigentes. Nesse caso, o charlatanismo era tido como um desvio que a medicina deveria eliminar, conforme anunciava as suas verdades dentro das fronteiras de um saber com dedicada orientação científica. Na França, hospitais foram erguidos na proximidade das fontes, nas quais militares e pobres eram atendidos gratuitamente. Por aí também fora forjada uma dedicada melhoria da arte médica, com uma espécie de benefício secundário colhido pelos ricos, já que o elevado contingente dos pobres atendidos alimentava os registros dos bons e maus usos daquelas águas, dos seus sucessos e fracassos. Por conseguinte, e já menos expostos aos riscos da triagem e da experimentação, os privilegiados poderiam fazer o uso daquelas águas sob a quase-garantia<sup>51</sup> - mantida em um “registro regular de todos os casos”, sob o poder do médico (p. 384) - de extrair delas os seus melhores benefícios. Tratava-se, para dizer de outro modo, de um laboratório a céu aberto orquestrado pelo médico, o seu maestro<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> John Bell (1831, pp. 383 - 384) fala em “precisão e certeza” no caso da prescrição das águas aos “ricos inválidos”: “depois de seus efeitos terem sido amplamente [fully] testados em um grande número de indivíduos colocados sob o inteiro controle dos médicos [...] nas mais favoráveis circunstâncias para verificar as operações salutareis do remédio”. Note-se, aí, a presença do médico cumprindo uma função possivelmente mais dedicada a uma demanda do estado (o cuidado dos militares e dos pobres), do que dos ricos e privilegiados. E refiro-me aos contingentes, i.e., número de pessoas, apenas.

<sup>52</sup> Michel Foucault (2016, pp. 61 - 66) sugeriu um método para analisar “a formação das modalidades enunciativas”. Propôs uma investigação apta a encontrar a origem (lei) das enunciações diversas e o lugar de onde elas vêm. Assim, pergunta-se, “quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem?”. Considerando a linguagem médica, Foucault nos indica que “o status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito – não sem antes lhe fixar limites – à prática e à experimentação do saber”. Aí, nos deparamos com o discurso não apenas como portador de significados, ainda que também o seja, mas como prática. E no Oitocentos, e continuamos com Foucault, na medida em que “a saúde das populações tornou-se uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial”, faz-se necessário uma descrição dos “lugares institucionais de onde o médico obtém o seu discurso [...] [e] foi no século XIX que a prática médica cotidiana integrou o laboratório como local de um discurso que tem as mesmas normas experimentais da física, química ou biologia”. E o médico, então, tornou-se o sujeito “que questiona [...] e que ouve [...] que observa [...] e que anota [...] utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação” (p. 63), até que progressivamente vai tornando-se, o médico, “o questionador soberano e direto”, já que, no discurso, “todo um feixe de relações se encontra em jogo” (p. 64). E, portanto, a medicina clínica, no discurso médico, “deve, sim, ser considerada como o relacionamento [...] de um certo número de elementos distintos, dos quais uns se referiam ao *status* dos

Pode-se dizer, inclusive, com base no texto de Bell (1831, pp. 384 - 385), que o “epíteto mineral”, conferido às águas que brotam das profundezas, é um fruto do matrimônio entre a medicina e a química. Pois se as águas estavam “impregnadas de substâncias minerais ou salinas”, temos a química, e se elas igualmente possuíam “gosto forte” e estavam povoadas de “propriedades” que lhes permitiam a aplicação “em um grande número de doenças”, eis a medicina. Sabia-se também que as águas ditas comuns continham, do mesmo modo, “substâncias minerais”, e assim fora proposta, por John Bell, uma substituição do epíteto de “mineral” por “medicinal ou medicamentosa [*medicamental*]”. Entretanto, tratava-se, o “mineral”, de um termo já fortemente enraizado, de “compreensão geral e semelhança de opinião entre todos os escritores e médicos”, e resistente às investidas de uma nova nomenclatura, o que lhe impregnava de um teor clássico, estabilizado pelas copiosas descrições.

Era comum aos médicos da época, inclusive aqueles com “menos conhecimento de sua profissão [every physician the least conversant with his profession]” (ibid., p. 385), o conhecimento do “fato [...] melhor estabelecido” dos “efeitos da água” na higiene, favorecido pelas inclinações das Associações de Temperança (Figura 1)<sup>53</sup>, que questionavam o uso do álcool em detrimento de todas as bebidas que “Deus e a natureza” de gostos “não sofisticados e instinto de preservação mostram claramente” (id.). Apenas com base na narrativa de Bell, pode-se fazer uma simplificação não menos complexa: se as fontes gregas e romanas foram presididas pelo politeísmo, com a recorrência de ocasiões orgásticas, as surgências de águas minerais analisadas em seu tempo, i.e., na modernização, pareciam alinhavadas ao monoteísmo e ao mononaturalismo (um Deus, uma Natureza), de onde seriam extraídos benefícios morais e físicos<sup>54</sup>.

---

médicos, outros ao lugar institucional e técnico de onde falavam, outros à sua posição como sujeitos que percebem, observam, descrevem, ensinam, etc...” (p. 64).

<sup>53</sup> As Associações de Temperança consistiam em movimentos evangélicos nos E.U.A. para conter o consumo de álcool.

<sup>54</sup> O antropólogo Stelio Marras (2004, p. 289) observou que “o princípio epistêmico que se surpreende na classificação dos banhos e das águas se refere imediatamente ao mesmo naturalismo integrante do higienismo ou da medicina social. Naturalismo de sua vez suposto no pensamento dualista ocidental que se atualiza de modo especial no problema da doença e da cura. Sob a concepção de que alma e corpo são ontologicamente separados – um o ser moral, outro o ser orgânico -, tal medicina ocidental equaciona suas terapias de cura segundo a influência que o organismo natural manipulado [...] cause ao homem moral, seu caráter, suas disposições sociais, sua saúde psíquica”.

Figura 1 – Crítica litográfica à embriaguez



Legenda: Litografia de Nathaniel Currier em favor do Movimento da Temperança, em 1846.  
Fonte: Web.

Mas seguia a preocupação sobre quais seriam os elementos das águas minerais que poderiam conferir, ou potencializar, os seus “bons efeitos”. Ora, tratava-se mesmo de uma preocupação, já que foram reportados episódios de “vertigem” e dor “aborrecida na cabeça” (Ibid., p.386), que, em muito, poderiam ter sido consequências inesperadas pelo furor da exposição, ou, como opinou um célebre Vacca Berlinghueri, de Pisa, por “meras visões”. Por repetidas vezes, o mesmo efeito fora provocado no próprio doutor Bell, ao debruçar-se diante de uma pia com água quente<sup>55</sup>. E seria preciso saber se a temperatura das águas exercia um papel determinante na cura, e a mineralidade, nesse caso, seria apenas uma ocasião geológica, ou se seria possível obter efeitos sinérgicos da temperatura com a composição mineral. O que se podia afirmar, até então, e assim o fez John Bell, era a existência de uma série de “doenças

<sup>55</sup> John Bell (1831, p. 386) “I have often found a halfpint tumblerfull of commom hotwater produce the same effects”.

curadas pela água mineral que não tinham sido removidas ou muito mitigadas por livres administrações de água comum” (Ibid., p. 386).

Se a observação, a experimentação e o acúmulo de dados permitiam a teorização indutiva acerca do universo das águas, a completa identidade nos efeitos de reparação entre as águas minerais e as águas comuns aplicadas sob regimes semelhantes não podia ser garantida. Os indícios apontavam para certos benefícios das águas minerais em manifestações patológicas específicas, como em casos de “estado languido do aparelho digestivo e abundantes secreções mucosas” (Ibid., p. 387), não observados em usos análogos conferidos às águas comuns. Como na natação de uma água viva em um oceano de positivismo<sup>56</sup>, a água mineral ganhava território no discurso médico através de um movimento de repetição e diferenciação: de um lado, submetiam-nas às análises científicas que lhes confeririam benefícios em tratamentos específicos, de onde seriam extraídas as regularidades de seus usos; de outro lado, diferenciavam-nas das demais águas e falava-se de uma água que não era comum, já que medicinal e classicamente mineral.

Como já foi comentado, os estabelecimentos dedicados à cura também eram dedicados ao entretenimento. E com frequência, as curas eram menos atribuídas às virtudes das águas do que à “mudança de ar e modo de vida” (Ibid., p. 390). Se não causava dúvida em John Bell que a ambiência exercia um alívio aos “hipocondríacos e [às] afecções nervosas”, o mesmo não poderia ser dito sobre o benefício das imersões nos casos de “reumatismo crônico” e “erupções cutâneas”, para ficar apenas em dois exemplos. Ainda que não fosse possível estabelecer uma regra geral para a aplicação das águas, era possível afirmar “até certo ponto, o poder medicinal de um composto”. Havia, para tal, uma exigência: “apenas por fatos multiplicados, isto é, pela experiência de seu uso, que nós podemos falar positivamente de suas virtudes” (Ibid., p. 390). Ou seja, replicar a experiência para então explicá-la racionalmente<sup>57</sup> (note-se a semelhança com o já citado relato do doutor Sarmiento, ao

---

<sup>56</sup> Trecho inspirado em Michel Foucault (2016, pp. 96 – 97): o enunciado como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. É dizer que no caso das águas minerais, o enunciado sobre a sua Natureza não foi senão uma gota d’água no discurso da medicina flutuando num oceano de positivismo. Há, também, para o termo “flutuando”, a inspiração de Bruno Latour (2016, pp. 74 – 75): “no princípio era o verbo. Apenas depois, a ciência [...]” eis o discurso, essas “grandes camadas de linguagem em que nos banhamos desde a nossa infância, desse bombardeio contínuo de palavras que nos chamam a atenção sobre este ou aquele aspecto do mundo e em que estão coladas em espécies de rótulos que garantem sua maior ou menor *autoridade* [grifo dele]”. Logo, “se querem compreender as ciências, é necessário que partam dessas grandes ondas de palavras mais ou menos desconexas, mais ou menos ordenadas, pelas quais chegam até nós”. Trata-se, e aqui resumo, de relacionar os enunciados com as suas condições de produção, ou como resume um Latour entusiasta dos quadrinhos: “colocar um enunciado flutuante em um balão” (id.). Dai o esforço até aqui empreendido de partir desses discursos para tentar extrair as regularidades daqueles autorizados a falar cientificamente sobre as águas minerais.

comparar, em 1757, as águas de Bath, na Inglaterra, e as águas de Caldas da Rainha, em Portugal, que deveriam experimentar semelhante progresso se os conhecimentos obtidos nas primeiras fossem importados para as águas lusitanas).

Cumpria-se evocar certa precaução para possibilitar a cura dos doentes. Se os seus estômagos estivessem “tão irritado[s] ou tão inflamado[s] que rejeita[m], ou apenas contém com grande dor e desconforto a água mineral que foi tomada” (Ibid., p. 396), então não se esperava colher algum benefício com as águas. E uma vez enquadradas na classe de alternativas medicamentosas, a ingestão das águas minerais deveria estar acompanhada das “mesmas precauções que são geralmente exigidas na administração” dos outros remédios destinados às patologias específicas. As águas deveriam ser ministradas em “pequena quantidade, doses moderadas, intervalos regulares e bastante longos”, com aumento gradual até aonde o estômago pudesse suportar. Isto deveria estar acompanhado da “ausência de qualquer distúrbio simpático desagradável da circulação ou do sistema nervoso” (Ibid., p. 397). Também seria preciso estabelecer um regime que não fosse apenas aplicado às águas, mas à relação entre os médicos e os doentes que buscavam as curas nos lugares de águas minerais. Nesses lugares, a presença dos médicos se fazia capital para a recomendação do uso das águas. E o que parece mais evidenciado é que a virtude das águas dependia da virtude dos médicos que, já o vimos, encontravam-se em um momento de caça e coleta de fatos importados das experiências. E domesticar aquelas águas para florescer a cura seria, portanto, o desafio diante do qual se debruçava a medicina hidrotermal na primeira trintena do oitocentos.

Assim o foi quando, em 1839, um doutor Antonio Albino da Fonseca Benevides (p.1) notou um “esquecimento em que entre nós tem ficado a aplicação das nossas aguas sulphurosas, thermaes, e frias nas diferentes molestias cutaneas”. Tratava-se, neste caso, das águas minerais portuguesas, sobre as quais escreveu Benevides: “Portugal [...], he, relativamente á extensão do seu territorio, o paiz mais abundante em aguas minerais thermaes”. Contudo, “em paiz algum he menos conhecida a sua natureza chymica”. E tal esquecimento tornava-se injustificado, já que bastava que se prestasse um exame aos relatos dos “autores antigos” para verificar o “quanto he proveitoso o emprego de similhantes aguas em grande numero de molestias cutaneas, confirmado por muitas observações clinicas modernas [sic]”.

---

<sup>57</sup> John Bell (1831, pp. 390 – 391): “Onde a experiência é explicada pelo raciocínio, e aplicada por analogia, podemos dar a nossa confiança”.

Se as águas minerais eram tratadas como águas naturais, pois oriundas de nascentes, elas também eram dotadas de uma natureza química ainda em vias de ser descoberta, já que “pena he que o Governo não haja encarregado os nossos chymicos da analyse destas aguas sulphurosas que entre nós tanto abundão [sic]” (p.2). Ainda que as moléstias cutâneas fossem mais abundantes em tempos idos, “estas erão [eram] tratadas por methodos irrationaes e empíricos [sic]”, mesmo que se considerasse que as águas sulfurosas emprestavam um efeito de “melhoras decididas de humas e a cura radical de outras [sic]”.

Ainda que os antigos aconselhassem aos afetados por moléstias cutâneas o uso das águas sulfurosas “thermaes e frias, hepáticas e hepatizadas [sic]” (p.5), não o faziam com base “nos conhecimentos chymicos que possuem [sic]”, já que este era um privilégio dos modernos, mas “porque das suas observações consta, que assim fazião uso de humas e outras em diferentes circunstancias [sic]” (p.5). Assim, diversas moléstias cutâneas, como a sarna e a herpes, estariam à margem da cura pela ausência da “pratica dos banhos sulphurosos”. E isto se devia ao fato de que “a experiência tem mostrado, que o tratamento pelos remedios mais recomendados tem sido infructifero e só se tem podido conseguir huma cura segura pelo emprego das aguas sulfurosas [sic]”, como ocorrido em casos de “lepra incipiente” e “differentes especies de elephantíase [sic]”. Para obter a cura, as águas deveriam ser aplicadas “segundo os preceitos médicos melhor[es] entendidos” (p.6). Mas a aplicação dessas águas não devia restringir-se “somente ao exterior”, visto que a manifestação cutânea poderia ser um sintoma de “vícios orgânicos, e de secreções das visceras abdominais [sic]”, notadamente o fígado, órgão frequentemente afetado “nos indivíduos atacados de molestias de pelle [sic]”, ao que era recomendado, nesses casos, junto ao uso tópico da aplicação cutânea, “usa-las tambem em bebida”.

O doutor Benevides (1839, p. 17) lembrou que a “aplicação bem regulada destes banhos [sic]” deveria ser acompanhada de “atenção ás regras dietéticas”; e aos enfermos caberia o desafio de evitar as “causas phisicas e moraes [sic]” que lhes pudessem agravar ou perpetuar as moléstias cutâneas quando da aplicação “deste tratamento methodico [sic]”. Incorporava-se ao método, o caráter da habitação a qual se submeteria o doente em tratamento, que deveria ser “hum lugar saudavel, livre de humidade, em que se respire hum ar puro”, já que a rebeldia das doenças cutâneas estava associada à “ausência destas condições hygienicas [sic]”. Considera-se, então, que as virtudes dessas águas incorporavam também certo componente daqueles lugares tornados virtuosos, pois dotados de certa assepsia e de inspiração hedônica. Assim, a salubridade proporcionaria um duplo ganho, que aqui já salta

como uma regularidade aguardada na prática hidroterápica: em um só tempo, se buscava obter um ganho moral e físico.

Mas havia quem advogasse à precisa replicação laboratorial das águas minerais medicinais, propondo uma nova classe de águas denominadas como “Águas Minerais Artificiais”. Porque assim estavam designadas no título de um trabalho escrito por um químico de nome F. H. Hecking, que, em 1863 (p. 3)<sup>58</sup>, apontou “direções para o uso” dessas águas artificiais, pois manipuladas quimicamente. Manipulação que fora tornada possível pela “marcha da Ciência”, cuja penetração se dava “nos mais íntimos recessos da Natureza”. E “analisando as suas mais misteriosas operações, nos tornamos cada vez mais independentes *dela* e capazes de agir *nela* não apenas como colaboradores, mas ocasionalmente como rivais [grifos meus]”. E com a descoberta da composição química das águas minerais, e a “consequente produção de preparações artificiais, a Ciência possibilitou à humanidade uma benção merecedora de extrema apreciação”. Então Hecking, impulsionado por diversos pedidos, “imitou” artificialmente um número de águas das “mais valiosas fontes curativas da Europa [...] de acordo com as análises mais precisas de [...] eminentes químicos europeus”.

O argumento de Hecking estava fixado na seguinte exposição: ainda que corroborasse com o conhecimento universal fornecido pela “experiência prática” das autoridades médicas, que demonstravam a eficiência das capacidades curativas das águas minerais, parte da jornada para as estações de tratamento era acompanhada de “uma mudança de ar e exercício, combinada com uma emancipação total dos negócios” (p. 4), e poucas pessoas se encontravam habilitadas a abandonar a sua “esfera doméstica”, mesmo que por um curto intervalo de tempo. Adita-se que as águas que chegavam ao país de Hecking (Estados Unidos da América) se encontravam em estado de inutilidade, “em um estado de decomposição pútrida”. Se o relacionamento com a química favoreceu a extração de leis que reforçavam o argumento dos médicos para a tomada das águas nas fontes, esse matrimônio ofereceu à química a oportunidade de utilizar o saber médico como argumento para replicar artificialmente as águas minerais naturais. E as águas da Natureza, uma vez descodificadas, poderiam jorrar dos laboratórios.

Ora, mas requisitar tamanho poder não parecia ser uma empresa possível sem o recurso discursivo. E Hecking (1863, pp. 4 - 5), já exibindo a característica de um eficiente publicitário, enumerou quatro vantagens, aqui separadas em três atos, que privilegiariam o uso das águas artificiais se comparadas às minerais naturais: a primeira dizia que as águas

---

<sup>58</sup> As citações diretas do trabalho de F. H. Hecking são traduções diretas minhas.

minerais “preparadas”<sup>59</sup> por ele poderiam ser obtidas em “qualquer estação em uma condição pura e inalterada”, ao contrário das flutuações que ocorriam autonomamente às águas minerais; primeiro ato: estabilização da pureza. O segundo argumento referia-se à cura pelas águas preparadas em laboratório sem que fosse necessário envolver o doente com a “perda de tempo, problemas e despesas”, inevitáveis em uma “longa e tediosa jornada”; segundo ato: encurtamento espaço/temporal. O terceiro esforço de convencimento referia-se indiretamente ao encurtamento anterior, já que a reprodução laboratorial permitiria a tomada simultânea, ou em rápida sucessão, das “vantagens peculiares de diferentes fontes médicas [fontes de águas minerais] separadas por grandes distâncias”. Nesse caso, a preferência pelas águas artificiais traria a vantagem adicional de que os pacientes poderiam continuar “sob o tratamento de seus médicos de família”, mais íntimos “com as peculiaridades de suas doenças”: terceiro ato: reforço do vínculo entre família e médico.

Seguramente, Hecking (1863, p.5) conhecia algumas regras gerais que eram aplicadas aos doentes em busca de cura pelas águas. E prescreveu recomendações para aqueles cujo benefício da proximidade de um médico que lhes pudessem recomendar um adequado regime das águas fosse ausente. Neste feito, enfatizou a importância do uso das águas nos meses de maio a setembro, que, naquele Hemisfério, encenava “uma estação repleta de animação na natureza e reagindo com um efeito animador sobre todos os seres”, mas que exigia dos pacientes, por sua vez, “um curso de vida regulamentado e rigoroso” durante as até seis semanas de estação de cura. Portanto, “a quietude e a alegria da mente” seriam “ajudas importantes”. E “o exercício ao ar livre de manhã, em conexão com o uso das águas [...] uma condição essencial de uma cura bem sucedida”, devia ser acompanhado de uma dieta dedicada aos objetivos pragmáticos de cada paciente: rica em vegetais àqueles buscavam efeito aperiente, ou oriunda de animais aos que tencionavam vigor e energia. As restrições gerais eram feitas aos alimentos gordurosos e ao álcool. O saber médico, implícito nas recomendações de Hecking, não anulavam os argumentos que advogavam em prol das águas artificialmente produzidas, mas, ao contrário, conferiam-lhes a força de uma autoridade. Afinal, uma recorrência na tomada do discurso médico da água enquanto objeto é que a extração dos segredos da Natureza exporia a falsidade daqueles inaptos a acessar esses sigilos por meios que não fossem os científicos.

“As águas minerais são o único remédio que nos são oferecidos pela natureza, em um estado adequado para uso imediato”, escreveu um tal Carl Schultz (1865, p. 3)<sup>60</sup>. Ainda que

---

<sup>59</sup> No original: “prepared by me”.

<sup>60</sup> As citações diretas do relato de Carl Schultz são traduções diretas minhas.

fossem dotadas, na antiguidade, “de notável poder de curar todas as doenças”, este crédito fora conferido pelo frágil e “escasso conhecimento das leis naturais”, e portanto, nada confiáveis aos olhos da medicina que beirava a última trintena oitocentista de Schultz, que atribuíra grande parte daquela história antiga<sup>61</sup> à condição de “superstição” e “mistério”, já que não se explicava “facilmente”, e ganhara alcance a partir das “perversões intencionais e exageros de médicos locais que desejavam atrair multidões de pacientes”. As águas minerais tinham características que lhes conferiam uma composição heterogênea se comparadas às demais águas, acusadas principalmente na forma de seu “grande volume de gases” e de seus “ingredientes minerais” mantidos em solução e pela temperatura, cuja amplitude trafegava em uma variação de “33° a 212°” (Ibid., p. 4). Não bastava apenas adicionar o epíteto mineral como simples condicionante para designá-las como águas que não eram comuns, mas apontar, nelas, com o máximo de precisão científica, aqueles elementos que as permitiam diferenciar-se. Nesse apontamento, a química ganhava o privilégio de uma premissa, pois sem os químicos, os médicos perderiam uma condição necessária para a atualização da cientificidade de seu discurso. No discurso médico, havia a tradução da química numa prática terapêutica. Já a química poderia extrair do discurso médico um atestado de legitimidade de sua prática científica, o que beneficiava a produção artificial das águas minerais (e despertava o interesse industrial).

Se por um lado, era possível engarrafar as águas minerais artificialmente produzidas nos laboratórios, por outro, a recomendação médica recorrente era a de que o engarrafamento deveria ser realizado preferencialmente nas fontes. A água Vichy<sup>6263</sup> é uma daquelas poucas águas minerais naturais cuja reputação alcança, no mundo, lugares longínquos das suas

---

<sup>61</sup> Escreveu Schultz (1865, p. 3) que “as inúmeras publicações semi-científicas que foram anualmente provenientes de locais de fontes europeias merecem, de fato, pouco crédito, e só ultimamente foram realizadas pesquisas rigorosas e confiáveis sobre a composição química das fontes minerais, e seus efeitos fisiológicos sobre a vida saudável e o corpo doente”.

<sup>62</sup> As descrições sobre a Água Vichy aqui apresentadas foram encontradas no documento sem autoria definida intitulado: *Vichy and its medicinal properties: as found by the most prominent doctors in the world*. New York: Louis Weiss & Co., printers. National Library of medicine. Bethesda, Maryland. 1898. As citações diretas são traduções diretas minhas.

<sup>63</sup> Tamanha é a relevância deste local para a saída do obscurantismo da hidroterapia que, informa-nos Mourão (1997, p. 195): “as fontes medicinais saem, então, do obscurantismo em que permaneceram durante muitos anos. Isso se deveu em grande parte a Madame de Sévigné, dama aristocrática de grande projeção social, que as lançou em moda investida das funções de correspondente de diversos jornais franceses, e pelas cartas que escreveu à sua filha, condessa de Grignan. Publicadas após a sua morte, essas epístolas [...] contêm pormenores sobre os costumes daquela época e exatas informações sobre as estações termiais dos Pireneus e Vichi, onde fez estação de cura nos anos de 1676 a 1678”.

origens – e assim dizia o relato sobre as propriedades medicinais das águas de Vichy, “como encontrado pelos médicos mais proeminentes do mundo”, de 1898. À época, Vichy era uma cidade na qual milhares de doentes – cerca de 60.000 ao ano (1898, p. 1) - buscavam, a cada temporada, o tratamento com as águas minerais. E a reputação das águas fora acompanhada de uma ampla tentativa de reproduzi-las, o que gerava certa expectativa acerca da replicação artificial daquelas faculdades naturais.

Qualquer água pode ser analisada, e com cuidado os seus ingredientes minerais podem ser colocados juntos no laboratório do químico, misturados com a devida quantidade de água, que é então carregada com gás, e a mistura pode então ser rotulada como bem se entender (VICHY, 1898, p. 2)<sup>64</sup>.

Seria possível reproduzir laboratorialmente a cura que acometia àqueles que utilizavam as águas naturais? Se fosse afirmativa a resposta, seguramente o seria devido à química. Mas se fosse negativa, como transparece o relato no documento aqui citado, prediz supor que no laboratório científico,

os mistérios do laboratório da Natureza não são facilmente divulgados; a água mineral verdadeira é mais do que a combinação de certos elementos químicos com a água. É algo dotado de qualidades cujos modos de produção nos escapam, mas cujos efeitos são distinguíveis e visíveis, e não podem ser imitados pelos humanos. Todo investigador que já estudou a ação das verdadeiras águas minerais naturais sempre chegou a essa conclusão que, embora seja aceita por todos os observadores científicos, ainda não foi totalmente impressa no povo em geral (VICHY, 1898, p. 2)<sup>65</sup>.

Foi preciso conceder à Natureza certo silêncio, um mutismo seletivo, manifesto em um segredo submerso que, nesse caso, a ciência estaria habilitada a desvendar não em sua totalidade, mas sussurrá-lo, e, aos poucos, atualizá-lo através das progressivas verificações. Como na perigosa caminhada no gume de uma faca amolada, uma concessão desequilibrada operaria um corte profundo que incapacitaria ou a medicina, ou a química: se puramente curativas, as águas perderiam em cientificidade e estenderiam convites aos charlatães; e se apenas científicas, os remédios extraídos das entranhas da natureza perderiam o mistério de sua fabricação e estenderiam convites à réplica laboratorial: se química demais, perdia-se a cura; e se panaceia curativa, perdia-se cientificidade.

---

<sup>64</sup> No original (1898, p. 2): “Any water may be analyzed, and with care its mineral ingredients may be placed together in the chemist’s laboratory, mingled with the proper amount of water, which is then charged with gas, and the mixture may then be labelled as one pleases.”

<sup>65</sup> No original (1898, p. 2): “The mysteries of Nature’s laboratory are not thus divulged; a true mineral water is more than a combination of certain chemicals with water. It is something possessed of qualities whose mode of production escapes us, but whose effects are distinctly visible, and cannot be imitated by man. Every investigator who has ever studied the action of true natural mineral waters has always come to this conclusion which, though it is accepted by all scientific observers, has not as yet been thoroughly impressed upon the people at large.”

Portanto, aos desavisados, ávidos pela capacidade de cura por meios artificiais, restava uma esperança que, ao contrário, não habitava os observadores científicos da época. Aquelas águas minerais naturais tinham indicações precisas, e a prova de sua eficácia era confirmada nas crescentes exportações por todo o mundo. As três fontes das águas de Vichy (Célestins, Grande-Grille e Hopital), além de características semelhantes, tinham uma “composição ideal”, uma vez que podiam ser tomadas por extensos períodos sem causar danos, já que as doenças para as quais eram prescritas apresentavam uma causalidade crônica (p.ex: distúrbios estomacais e problemas no fígado, para os quais eram recomendados o uso das águas das fontes Grande-Grille e Hopital; e problemas decorrentes de alterações nos níveis de ácido úrico, cujo uso prioritário deveria ser da água da fonte Célestins). O processo de engarrafamento era realizado de maneira a respeitar os critérios que representavam o “acme da mecânica e da precisão científica” (Ibid., p. 4) que, assim, garantiria a “pureza absoluta” (Id.) daquelas águas. Se aquelas virtudes tendiam a perder-se, isto seria dificultado pela ação dos recursos não-humanos das engenhosidades que funcionavam a todo vapor. O agir de humanos com os não-humano garantiria, neste caso, a inabilidade humana – mesmo com o auxílio dos laboratórios - de replicar precisamente a natureza daquelas águas, já aí hermeticamente cerradas em uma garrafa de água que dificultaria a rarefação da sua pureza e dos seus mistérios. Assim, a natureza irreplicável era, de um modo bem distinto do que nos falam os ambientalistas de hoje, preservada em garrafas.

E aquela natureza irreplicável fora repetidamente estudada a partir da reunião de resultados de “séculos de observação clínica” (p. 5). E como ocorria com as demais águas minerais, esperava-se que a eficácia do uso fosse maior quando tomadas diretamente nas fontes. Mas se a água engarrafada fosse prescrita para algum caso específico de tratamento, que isto fosse feito com a utilização direta da água exportada nas garrafas de água “Vichy” (ou que se utilizasse dos sais minerais oriundos da própria água). Ora, isto se tornava possível também pela tecnologia aplicada na região, que tinha a capacidade de evaporar a água e delas retirar os sais. Os sais, então, se adicionados a uma água de nascente pura, poderiam nela ser incorporados, e a água artificial se tornaria mais próxima daquela natural que jorrava das fontes. “Próxima”, pois “a natureza não revela os seus segredos” (p. 13). A dessalinização, que hoje seria objeto de controvérsia<sup>66</sup>, ali era inclusive incentivada, e o sal “Vichy-Etat”

---

<sup>66</sup> O leitor notará, mais adiante, num capítulo inteiro dedicado à Guerra das águas em São Lourenço, sul de Minas Gerais, que a alteração artificial das propriedades “naturais” das águas minerais foi um elemento determinante no encaminhamento da controvérsia entre os cidadãos e a empresa Nestlé Waters, esta última acusada pelos primeiros de alterar artificialmente as propriedades das águas minerais da cidade. Ver páginas 184 - 193 da tese.

tinha como a melhor propaganda o fato de ter sido diretamente retirado daquelas águas naturais, cujas virtudes, já escrito anteriormente, eram atestadas por séculos de observação clínica. Este sal poderia ser adicionado também na forma de comprimidos cunhados sob alta compressão, e “três desses comprimidos são suficientes para um copo de água” (Ibid., p. 15) para, então, liberar no recipiente os sais e também o gás em uma quantidade semelhante àquela presente na água Vichy.

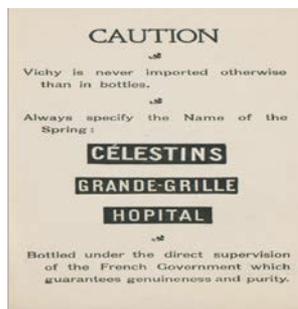
A água Vichy fora desmembrada para que a sua natureza fosse vendida em partes: garrafas, comprimidos de sais e pastilhas digestivas. O charlatanismo médico<sup>67</sup> era também evitado nesses produtos com capacidades terapêuticas (Figura 2), já que, no documento aqui consultado, a frase que inicia o parágrafo que o encerra é na forma de um alerta: “cuidado com as imitações”. Alerta que, cumpre dizer, consta em um documento que traz a tutela da observação médica já purificada das investidas charlatanescas. Havia, portanto, uma dupla jornada normalizadora que não pretendo esgotar, tampouco precisar o seu surgimento, mas apenas fazer notar a sua ocorrência: uma dizia respeito ao médico, de alguma maneira autorizado a emitir enunciados que legitimavam um saber alijado daqueles dos charlatães, nesta categoria incluídos, possivelmente, todos os relacionamentos com as águas que não estivessem pautados por uma prática médica, moderna e científica; a outra normalização dizia respeito ao objeto técnico das garrafas de água mineral, já, aí, buscando diferenciar-se das tentativas de quimerizar artificialmente a reunião dos seus componentes; tratava-se, pois, de um objeto precisamente cunhado sob a tutela da precisão científica, que o atestado médico viria a condecorar.

Para resumir, cabe notar que a investida da reprodução artificial, quando não industrialmente legitimada pelo atestado médico do rótulo, era desacreditada sob o caráter de charlatanismo. E benefícios econômicos poderiam ser extraídos dessa assertiva, pois apenas os produtos cunhados sob os mais rigorosos métodos de assepsia e precisão receberiam o rótulo de sua eficácia. Produtos que pertenciam à indústria que os propagavam, com o crédito científico e o atestado de pureza extraídos de uma Natureza cujo segredo só se revelava àqueles que a encerravam em garrafas ou comprimidos contendo os seus sais.

---

<sup>67</sup> “Que a medicina seja um dos setores em que os limites são mais rigorosos, em que o público é exortado a aderir aos valores da ciência, não é um acaso. [...] O conflito [...] entre médicos e aqueles que são denunciados como charlatães [...] sempre teve por alvo o *público enganado* [...] o que implica que a prática médica científica [...] procura inventar como um corpo doente poderia [...] diferenciar o *verdadeiro remédio* do *remédio falso*.” É assim que Isabelle Stengers (2002, pp. 33 – 34) define a prática médica sob a hipótese de que sua entrada na ciência foi favorecida pela sua diferenciação do charlatanismo, já que estes configuram obstáculos ao próprio experimento.

Figura 2 – Alerta para o uso das águas de “Vichy”



Legenda: Recomendação para a verificação da procedência dos produtos oriundos das águas minerais de Vichy, França.

Fonte: Vichy (1898, p. 17).

### 1.3 Águas civilizadas

A Europa, o vimos, não era homogênea no que dizia respeito às águas minerais e ao aparato civilizatório que elas engendravam. Em alguns lugares, como Bath, na Grã Bretanha, e Vichy, na França, as águas já expressavam o amadurecimento da civilização requerida pela modernidade, enquanto em Portugal, por exemplo, havia muito a ser feito para nivelar luzes e obscuridade, urbano e rural, *a cidade e as serras*<sup>68</sup>. Foi o caso de Jacinto, personagem do romance de Eça de Queirós (1901, pp. 12 - 13), que inebriado de civilidade nos Campos Elísios, proclamou ao amigo português, Zé Fernandes, o princípio da modernização:

Aqui tens tu, Zé Fernandes - começou Jacinto, encostado à janela do mirante - a teoria que me governa, bem comprovada. Com estes olhos que recebemos da Madre natureza, lestos e sãos, nós podemos apenas distinguir além, através da avenida, naquela loja, uma vidraça iluminada. Mais nada! Se eu porém aos meus olhos juntar os dois de vidros simples de um binóculo de corridas, percebo, por trás da vidraça, presuntos, queijos, boiões de geleia e caixas de ameixa seca. Concluo portanto que é uma mercearia. Obtive uma noção: tenho sobre ti, que com os olhos desarmados vês só o luzir da vidraça uma vantagem positiva. Se agora, em vez desses vidros simples, eu usasse os do meu telescópio, de composição mais científica, poderia avistar além, no planeta Marte, os mares, as neves, os canais, o recorte dos golfos, toda a geografia de um astro que circula a milhares de léguas dos Campos Elísios. É outra noção, e tremenda! Tens aqui pois o olho primitivo, o da Natureza, elevado

<sup>68</sup> Note-se que o desenvolvimento da crenologia no Brasil foi posterior à Portugal que, por sua vez, foi posterior ao ocorrido na França: “os médicos, tanto portugueses como brasileiros, sofreram a influência das escolas médicas francesas e mimetizaram os processos de instauração da hidrologia médica nos respectivos países. A instauração em Portugal foi anterior à do Brasil” (QUINTELA, 2004, p. ?). Em tempo: a frase destacada em itálico no texto da tese é o título do livro de Eça de Queirós.

pela Civilização à sua máxima potência de visão. E desde já, pelo lado do olho portanto, eu, civilizado, sou mais feliz que o incivilizado, porque descubro realidades do Universo que ele não suspeita e de que está privado. Aplica esta prova a todos os órgãos e compreenderá o meu princípio.

Se Jacinto povoou o horizonte de sua janela através dos seus instrumentos - vai-se do binóculo ao telescópio; e dos derivados de suíno, produtos lácteos e frutíferos da mercearia aos oceanos de Marte -, então, conclui-se que quão mais científica fosse a mirada da sacada nos Campos Elísios, mais povoada de objetos estaria a Natureza, manifesta nos olhos do *observateur*. E isto seria feito através da Civilização, uma condição de felicidade para o satisfeito habitante de Paris. E por que não dizer algo semelhante das águas minerais sob as miradas dos químicos nos laboratórios? Se a medicina se tornava social na medida em que se ocupava cada vez mais das coisas da cidade, isto não parecia possível sem o auxílio dos instrumentos laboratoriais. É de se pensar que a medicina tenha sido fundamental na socialização dos objetos trazidos à luz pela química. A medicina social, nesse sentido, ajudou a povoar o mundo com as entidades não-humanas com as quais os homens deveriam aprender a viver<sup>69</sup>:

Todo um aparador vergava sob um luxo redundante, quase assustador de águas - águas oxigenadas, águas carbonadas, águas fosfatadas, águas esterilizadas, águas de sais, outras ainda, em garrafas bojudas, com tratados terapêuticos impressos em rótulos. - Santíssimo nome de Deus, Jacinto! Então és ainda o mesmo tremendo bebedor de água, hem?... Um aquático! [...] Ele [Jacinto] derramou, por toda aquela garrafa encarapuçada em metal, um olhar desconsolado: - Não... É por causa das águas da Cidade, contaminadas, atulhadas de micróbios... Mas ainda não encontrei boa água que me convenha, que me satisfaça... Até sofro de sede.

Se aí, Paris experimentava os "pequenos pânico" (FOUCAULT, 2011, p. 87)<sup>70</sup> causados pelas insalubres condições acusadas nas muitas entidades que atulhavam as águas da cidade, pode-se dizer que também foram as águas minerais habitadas por entidades divulgadas pela química. A química seguia cumprindo a sua parte no discurso dos médicos, e as entidades por ela reveladas apareciam impressas nos tratados terapêuticos dos rótulos das

---

<sup>69</sup> Em outras palavras, se poderia dizer que se as ciências povoavam o mundo de espíritos, para falar como Gabriel Tarde (2018, p. 51). A química traria a sua contribuição com a qual a medicina, e aqueles atingidos por ela, deveriam aprender a lidar. As mônadas, para Gabriel Tarde (2018, p. 51), "se insinuam no coração da ciência contemporânea". E esta é uma grande hipótese que vinha sendo estabelecida cientificamente - sem o reconhecimento mesmo dos cientistas! -, pois na medida em que tudo parecia se reduzir à matéria, ao mesmo tempo, se multiplicavam os agentes espirituais do mundo. Esta é seguramente uma alegação desconcertante. E vejamos: se a doença é uma entidade "tratada como uma pessoa pelos antigos médicos" (ibid., p. 53), esta entidade, pois matéria, se pulveriza em "desordens infinitesimais de elementos histológicos" (ibid., pp. 53 -54), e, para tal, foi preciso um Pasteur e a sua "teoria parasitária das doenças, que explica essas desordens por conflitos internos de organismos minúsculos" (ibid., p. 54). Nesse sentido, julga-se aqui habilitado entender que se trata de "povoar, a encher os corpos vivos de átomos espirituais ou quase espirituais" (ibid., p. 63).

<sup>70</sup> Cf. Nota de rodapé número 33, página 30 da tese.

garrafas. Desde então, há algo mais nas garrafas de água mineral do que imaginava a vã modernidade: há nas garrafas uma Natureza encerrada, mas também o discurso embutido, a indústria engarrafada e o hábito civilizado: ciência, discurso e política, portanto.

E se havia sede de civilidade, e as águas ainda não detinham um amplo poder de convencimento, foi comum o incremento das suas funções com métodos heterodoxos que expressavam a Civilização:

Espalhava pela mesa um olhar já farto. Nenhum prato por mais engenhoso, o seduzia; - e, como através do seu tumulto matinal fumava incontáveis cigarretes que o ressequiam, começava por se encharcar com um imenso copo de águas oxigenada, ou carbonatada, ou gasosa, misturada de um conhaque raro, muito caro, horrendamente adocicado, de moscatel de Sirácusa.<sup>71</sup>

E num mesmo copo, Esculápio e Baco brindam à Modernidade<sup>72</sup>. E desse mesmo copo emerge o esboço de uma prematura conclusão que nos guiará para a introdução da seção seguinte: havia o esforço de uma mineralização enunciativa das águas, quando as águas minerais se tornaram parte de uma Natureza disponível ao avanço da Ciência. Uma Ciência que pretendia desvendá-las, classificá-las, transformá-las, recomendá-las, prescrevê-las e, portanto, torná-las cientificamente minerais. Torná-las cientificamente minerais na medida em que os fatos, diluídos nos enunciados, eram extraídos da Natureza colocada em funcionamento por essa Ciência mesma. E a decodificação da Natureza ocorria não apenas por atribuições gerais, como também por intermédio dos instrumentos e experimentos os mais diversos. É dizer, com base no material que até aqui fora consultado, que sem os instrumentos e experimentos as águas minerais não teriam sido classificadas e recomendadas aos usos que foram destinadas pela prática de um discurso médico que ascendia. E as águas minerais, embora pertencessem a uma história geológica de milhares de anos, provavelmente não se mantiveram as mesmas após a ascensão da ciência moderna dos séculos XVIII e XIX. Se é possível retirar uma conclusão parcial, pois imprecisa, do que até aqui fora analisado, é que, com a entrada da medicina na história das águas, a natureza (das águas) abandona a sua condição outrora atribuída de causalidade exclusiva ao empreendimento humano, e os humanos perdem o privilégio de detentores da historicidade: o humano e o não-humano passam a compartilhar de uma geo-história<sup>73</sup>. E não podemos dizer que a existência da

<sup>71</sup> Zé Fernandes sobre o bebedor de águas Jacinto, em "a Cidade e a Serra" ([1901], p. 37), de Eça de Queirós.

<sup>72</sup> E será a reunião desses deuses mesmos que darão o tom à transformação operada pelas águas minerais no sul de Minas Gerais. E desses Deuses falarei mais tarde. Por ora, cabe apenas o registro de que era possível irmaná-los também nos copos.

<sup>73</sup> Cf. Latour, B. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, II (1), 7 – 26 Mar-Jun., 1995. Na medida em que se atribuía à natureza

natureza das águas esteve vinculada a um discurso médico que se atualizava em sua relação com os elementos descobertos pela química? É por isso que não é irresponsabilidade considerar que a crenologia foi um acontecimento na história das águas minerais, pois ela, a crenologia, ao que tudo indica, colocou em funcionamento, nas águas, a sua Natureza. Ora, mas “nem tudo na ciência é científico”<sup>74</sup>, e na origem da divulgação das águas estava a ciência e a medicina se embrenhando nas searas do comércio e da indústria. E esta é uma confortável maneira de resumir esse feixe de relações que está presente na origem da divulgação da hidroterapia científica.

E se é possível extrair algo da atmosfera crenológica do Oitocentos, é que essas águas pareciam uma superfície confiável sobre a qual se poderia navegar rumo à modernização. E como ocorrido nos quinhões que descobriram os descobridores, isto seria realizado em detrimento daquilo que era tido por arcaico. É preciso registrar que também aí estava ocorrendo uma mudança na prática médica. Uma mudança que, para dizer como Georges Canguilhem (2011, pp. 187 - 189), se manifestou na política e na economia, sob a influência de uma indústria crescente, e que levará ao que ficou conhecido como normalização. E se uma norma é "aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar"<sup>75</sup>, fala-se da imposição de uma "exigência a uma existência". Nesse sentido, tratava-se da resolução de uma desavença entre o arcaico e o novo, entre a crença e o enunciado científico, que seria pacificada através da prática médica. E parece ter sido esse o caso das práticas higiênicas, manifestas como um interesse político dedicado "à saúde das populações considerada estatisticamente, à salubridade das condições de vida, à extensão uniforme dos tratamentos preventivos e

---

como o reino das causas, uma historicidade das coisas permanecia em uma condição inverossímil. Naquela perspectiva, apenas os humanos, através da intencionalidade, seriam capazes de transcender o reino estático dos objetos. Ao tratar as coisas da natureza como pessoas, passaram os objetos a conquistar um “papel na fábrica do mundo humano”, o que prediz dizer que a natureza e a sociedade passam a compartilhar a mesma historicidade, e na medida em que a primeira torna-se novamente histórica, torna-se, portanto, mais realista. A segunda, por sua vez, passa a aproximar-se mais do que se denomina como senso comum, e abandona o cárcere da linguagem e dos quadros conceituais (LATOUR, 1995, p. 22). Uma geo-história, portanto.

<sup>74</sup> Bruno Latour, em “Um Inquérito sobre os Modos de Existência” (2013, p. 29), coloca a personagem central do seu livro diante de uma espécie de revelação proporcionada pela dedicada etnografia por ela praticada. Nessa empresa, a etnóloga percebe que “nem tudo na ciência é científico, nem tudo é jurídico no Direito, nem tudo é econômico na economia... Em resumo, ela percebe que não será capaz de orientar a sua pesquisa de acordo com os domínios modernos (com os domínios estabelecidos pela modernidade)”. Portanto, a noção de “domínios distintos” deixa de fazer o sentido que outrora fizera para a leitura moderna, e “a fronteira indica menos uma linha divisória entre dois lugares homogêneos do que uma intensificação do tráfego transfronteiriço entre elementos estrangeiros” (id.) [tradução minha].

<sup>75</sup> Canguilhem aponta que "quando se sabe que *norma* é a palavra latina que quer dizer esquadro e que *normalis* significa perpendicular, sabe-se praticamente tudo o que é preciso saber sobre o terreno de origem dos termos norma e normal". E isto, ao que se sugere, foi importado pela medicina crenológica do oitocentos.

curativos elaborados pela medicina" (Ibid., p. 195). E assim como é seguro dizer que houve forte influência desses ares no Brasil<sup>76</sup>, isto não se deu sem que se produzissem relativas particularidades. Digamos que o avanço da frente modernizadora, ancorada nas águas minerais, no Brasil, foi, sim, influenciado pelas práticas europeias, mas havia, aqui, um território "por debaixo" que impedia a sua plena replicação. Direi, para adiantar o leitor, que o esforço de suplantar as idiosincrasias do território brasileiro com a régua da modernidade foi como tentar manter em um relevo amarrotado um tecido teso.

---

<sup>76</sup> Sobre as condições para o aparecimento do higienismo do Brasil existem muitos estudos. Um estudo bastante conhecido continua sendo o livro de Machado et. al (1978), referência que emprestará suas contribuições para as análises empreendidas mais adiante na tese.

## 2 ATLÂNTIDAS INVERTIDAS

### 2.1 *Auri sacra fames*

A relação de Minas Gerais com a mineração é tão seminal quanto semântica. O geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, contratado em 1803 pelo Governo Português para dirigir as fábricas de ferro daquele país, fora posteriormente enviado ao Brasil, onde ficou encarregado da diretoria do Real Gabinete de Mineralogia, no Rio de Janeiro, com o dever de providenciar estudos sobre a já decadente atividade mineradora. Incumbido de tal tarefa redigiu, entre outros documentos, um registro intitulado “Pluto Brasiliensis; memória sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais”. No referido trabalho, o geólogo comentou a descoberta do ouro na Província de Minas Gerais (pp. 34 – 87). Evidencia-se, de antemão, que a narrativa do autor remetia a uma terra conquistada sob duras penas, por conta do dificultoso acesso conferido pelo aspecto geográfico inerente à região – uma “poderosa muralha” que impedia o “acesso pelo mar”, tomada por “matas impenetráveis” que intimidavam o invasor desde as encostas escarpadas. Note-se que o progresso era dificultado por uma condição biofísica, aí também incluída a presença dos “índios antropófagos”. Assim, concluía o geólogo (1944, p. 34), “quanto mais numerosos forem os invasores, tanto maiores serão os obstáculos a vencer”, e a progressão, evidentemente, estaria condicionada à ultrapassagem desses obstáculos. Eschwege observa que as primeiras entradas nessa região – outrora cortada por apenas duas estradas sobre as quais transitavam com quase exclusividade tropeiros e animais de carga – ocorreram após a caça aos índios<sup>77</sup>, quando “a descoberta casual das pedras preciosas e do ouro, alcançaram alguma importância”.

Em finais do Seiscentos, outras entradas ávidas pelas notícias do ouro abundante na Província de Minas Gerais foram realizadas, com destaque para as investidas dos paulistas Bartolomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira. Foi Bartolomeu Bueno, no retorno de uma expedição aos sertões, em 1695, quem entregou ao Organizador da Bandeira<sup>78</sup>, Carlos Pedroso, as 12 oitavas de ouro que foram remetidas ao então Governador

---

<sup>77</sup> O historiador Charles Ralph Boxer (1969, p. 54) atenta que as expedições realizadas nas zonas paulistas tinham por objetivo principal o recrutamento forçado de ameríndios, que seriam escravizados e/ou domesticados para trabalhar nas lavouras dos paulistas. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-idade-de-ouro-do-brasil-dores-de-crescimento-de-uma-sociedade-colonial/pagina/54/texto> >. Acesso em: mar. 2017.

<sup>78</sup> Termo originalmente concedido às companhias de milícias portuguesas cuja organização se dava em bases paramilitares. A sua referência aos grupos formados por “bandeirantes” paulistas consistia em uma designação sobre a reunião de dezenas e até centenas de membros, cuja maioria era composta habitualmente por auxiliares

do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas. Ocorre que não apenas o ouro fora entregue ao Governador, mas a prodigiosa notícia da descoberta do metal naqueles sertões, o que animou as expectativas e encorajou as investidas sobre aquelas regiões. E como consta no relato de Eschwege (1944, p. 37), entusiasmado pela promessa de encontrar mais ouro, Bartolomeu Bueno partiu novamente de São Paulo e, diante da impossibilidade de carregar todos os provimentos, decidiu plantar roça na proximidade do Rio das Velhas. Foi nessa ocasião que se encontrou com outros aventureiros, dentre os quais certo Manuel Garcia e um Coronel Salvador Fernandes, que supostamente obteve uma quantia de 12 oitavas de ouro por ocasião da venda de um trabuco para o companheiro de Bartolomeu Bueno, Miguel de Almeida. E quando retornou a Taubaté, Manuel Garcia “causou grande sensação”, e foi também aí que a sua animação pela posse do ouro fora logo substituída por certa animosidade, momento em que “deixou Carlos Pedroso da Silveira arrebatá-lo o metal, que foi levado ao Governador Sande”. Foi por conta desse episódio, segundo Eschwege, que Carlos Pedroso da Silveira fora alçado à categoria de Capitão-Mor da vila de Taubaté, com as funções de prover o Quinto e construir uma Casa de Fundação naquela vila localizada na margem da estrada de onde retornavam os sertanistas. E cada vez mais expedições foram empreendidas na busca do metal, que caso fosse obtido recompensaria os riscos associados às viagens. Logo, os antigos obstáculos mantidos pela precaução da dúvida foram cedendo lugar ao benefício da certeza, e os paulistas

assim iam devassando as principais florestas da serra do lobo [...] que separa as Capitânicas de São Paulo e Minas, impelidos, não mais pelo objetivo da caça aos índios, então pouco rendosa, mas pela ambição de enriquecerem-se rapidamente com a descoberta do ouro (ESCHWEGE, 1944, pp. 37 – 38).

Ao passo que as notícias conquistavam a reticência de aventurar-se nos sertões em busca do enriquecimento rápido comparado à caça aos índios, os conflitos foram se multiplicando entre os concorrentes, notadamente nas vilas paulistas de Taubaté e Piratininga, que exerciam um papel importante na organização das entradas para os sertões. E na medida em que os grandes grupos de busca implodiam pela interferência das divergências internas, multiplicavam-se as facções de exploradores, o que derivou em um aumento na área explorada. Entretanto, e atenta Eschwege (1944, p. 38), ainda que as entradas tenham se

---

ameríndios, um ou dois frades no papel de capelães e por um núcleo formado por paulistas (BOXER, 1969, p. 54).

capilarizado por córregos e rios, “que o ouro pudesse ocultar-se nas montanhas, ninguém ainda conjecturava”.

Com base na descrição de Eschwege (1944, p. 38), percebe-se que a descoberta dos locais auríferos gerou um processo de interiorização da população outrora litorânea. E assim, as entradas paulistas começaram a enfrentar a concorrência de outros estados, como o Rio de Janeiro e a Bahia. Os vindos do Rio conquistaram o acesso às custas de “matas cerradas”<sup>79</sup>, enquanto os originários da Bahia encontraram “passagem ao longo dos sertões incultos”<sup>80</sup>. É de se notar que, do final do Seiscentos até o início do Setecentos, a região de Vila Rica fora explorada pelos paulistas Antônio Dias e Padre João Faria Fialho, respectivamente oriundos de Taubaté e da Ilha de São Sebastião – o segundo, na condição de capelão da expedição de Taubaté -, e de Tomaz Lopes Camargo. O ouro obtido nessa região era dotado de um aspecto particular que lhe conferia uma cor escura, e a região ficou conhecida como Ouro Preto. O aspecto aurífero sedimentado no nome da região estimulou um processo migratório intenso que por ali gerou um expressivo aumento populacional.

Enquanto as descobertas de locais profícuos à exploração aurífera foram sendo acrescentadas ao mapa do ouro, os pousos serviram como as bases estruturantes para o estabelecimento de novas vilas, e o caso do Arraial do Carmo é emblemático. A ausência de

---

<sup>79</sup> Alberto Roberto Lamego (2007, pp. 95-97), um tanto mais atento à paisagem biofísica, escreveu que diversos “determinismos” contribuíram para o que chamou de um “domínio cultural da cordilheira”: “a descoberta das minas de ouro também se deve a um inflexível determinismo telúrico, atraindo as levas de ambiciosos para os campos do altiplano, a se estenderem por trás da Mantiqueira [...]”. Ali, onde “centenas de quilômetros de mata virgem o separavam [o homem da Guanabara] dos campos mineiros”, a “floresta inviolada se interpunha entre a ambição do fluminense e as lavras, vedando-lhe a comunicação”. No momento em que a Metrópole passou a reconhecer a “importância da Guanabara como centralizadora das comunicações para o interior”, foi quando se pensou em um caminho através da “cerrada imensidão das selvas entre a serra dos Órgãos e a Mantiqueira que se afasta para o norte com a bacia do Paraibuna, [e que] desmedidamente alongava a distância entre o Rio de Janeiro e os campos de Minas”. Foi, portanto, e ainda com Lamego (ibid., p. 96), contra “essas centenas de quilômetros de florestas”, “nesse emaranhado matagal”, que Garcia Pais gastou “com a sua energia e a de seus índios o gume dos machados a rasgarem uma picada interminável. Um sulco apenas nessa imensidão de troncos descomunais a serem abatidos, entrelaçados numa tremenda teia vegetal”. Ao longo desse caminho se originariam os pontos de ancoragem que mais tarde formariam as cidades hoje conhecidas como Paraíba do Sul, Vassouras e Paty do Alferes. E o substrato geológico conferia certa particularidade à vegetação em decorrência de sua contribuição à fertilidade do solo, favorecida pela geomorfologia: “As formações geológicas do vale estendendo-se pela bacia do Paraibuna, dão origem, pela fertilidade do solo ao grande complexo florestal que só termina quando varada a Mantiqueira aquém de Barbacena, onde os quartzitos, folhelhos e xistos da série Minas, elevam a superfície dos planaltos, só permitindo uma vegetação de arbustos entortilhados e dispersos em cerrados”. Este limite, portanto, “entre as rochas de duas eras”, repercutiu, diz-nos Lamego, “na geografia humana do vale”, visto que a presença de certos campos de formação protezoróica convidavam os afluentes do rio Grande, que “serpeava um dos velhos caminhos das Bandeiras, origem de cidades e vilas como Baependi, Aiuruoca e Bocaina”: as duas primeiras, hoje, cidades bem conhecidas no sul de Minas Gerais.

<sup>80</sup> É provável que por “incultos”, Eschwege tenha tomado os locais isentos da presença daqueles que o autor considerava como provedores de civilização. Na página 40 do referido trabalho, diz o geólogo: “numa terra inculta, não palmilhada ainda pelos civilizados (os primeiros descobridores não possuíam cultura alguma) [...]” (ESCHWEGE, 1944, p. 40).

calor impedia o exercício de um trabalho contínuo, já que a região, como caracterizou Eschwege (1944, p. 39), era de “extraordinária frialdade de águas no leito profundo, a correrem continuamente por entre muralhas a pique e matas virgens, através das quais não penetram a luz do sol”. Soma-se o preço elevado de víveres por conta da escassez<sup>81</sup>, que impelia nos exploradores certa elasticidade na sua fixação, com recorrente abandono até que fosse chegado o período da próxima colheita. Embora dotada de clima descortês, foi crescente a chegada de novos colonos na região nos anos que se seguiram a descoberta, de tal maneira que, em 1711, o arraial, por autorização do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, fora elevado à categoria de vila, que, posteriormente, ficou conhecida como sede do bispado de Mariana. E abriu-se ali “uma picada através de quase inacessíveis rochedos e impenetráveis florestas, guiando-se sempre pelas águas turvas do ribeirão de Ouro Preto”<sup>82</sup> para originar “a estrada sofrível” entre Vila Rica, atual Ouro Preto, e o arraial do Carmo, atual Mariana.

Eschwege sugere uma dinâmica que parecia replicar-se pelos diversos povoamentos cujas origens remetiam à descoberta do ouro. Conforme o metal se tornava escasso – ou desvalorizado pelas qualidades dos lugares que forneciam ouro de “baixo título” -, tais povoamentos entravam em uma decadência que tentavam transpor com o desenvolvimento de outras atividades. O geólogo escreveu: “eu poderia mencionar ainda dezenas de lugares que, outrora, viviam da mineração e dela retiravam todo proceito, embora hoje vivam miseravelmente, com as casas a ameaçarem a vida dos passantes<sup>83</sup>”. Seu breve relato sobre a vila de Campanha (Eschwege, 1944, p. 45), embora escassa de detalhes, é, nesse aspecto, especialmente relevante: “[sobre a vila de Campanha] [e]m virtude de sua riqueza, foi objeto

---

<sup>81</sup> Ainda que ressalvas devam ser evocadas acerca do caráter amplo de sua afirmação, o relato do Frei Antonil (1837, p. 153) – trabalho que será detalhado adiante - dizia sobre a quantidade de mantimentos nas minas: “Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo que se ha mister para a vida humana [...] não se póde crer o que padecêrão ao principio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com huma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento [sic]”.

<sup>82</sup> Tamanha foi a relevância dessa característica que Eschwege chegou a escrever que a descoberta da atividade de mineração em Ouro Preto, por parte dos mineiros do arraial do Carmo, fora acusada “pelas águas turvas do ribeirão” (ESCHWEGE, 1944, p. 40).

<sup>83</sup> É possível que Eschwege (1944, p. 45) estivesse se referindo ao que denominou como os indisciplinados “aventureiros de todas as classes sociais, oriundos de diversas províncias, espalhados num vasto território de quarto comarcas, quase tão grande quanto a França”, cuja jurisdição era delegada à um único homem e “nem sempre era reconhecida e acatada pelos sertanistas inquietos”. Me parece que este foi, segundo a narrativa do geólogo, um cenário marcado por disputas que culminou na denominada guerra dos emboabas, onde os paulistas – ainda que miscigenados - tentavam garantir certa exclusividade no direito ao ouro frente às investidas de migrantes Portugueses e originários de outras regiões do Brasil, estes últimos investidos da promessa de obtenção do metal.

de muita inveja. Caiu, igualmente<sup>84</sup>, no abandono, e seus moradores passaram a cuidar da engorda de porcos e do plantio do fumo”.

O trabalho do historiador Marcos Ferreira de Andrade (2014) apresenta uma cuidadosa descrição da formação da Vila de Campanha, que através de diversos desmembramentos, entre 1798 e 1962, deu origem a mais de 150 municípios que hoje fazem parte do sul de Minas Gerais. Nas primeiras décadas do século XVIII, a região conhecida como “Minas do Rio Verde” fora ocupada pelos paulistas em sua busca pelo ouro, e essas minas permaneceriam na clandestinidade<sup>85</sup> até 1737, período em que o ouvidor da vila São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, quando da ocorrência de uma expedição militar, tomou posse da região e emprestou o seu nome ao que, algum tempo depois, ficou conhecido como o arraial São Cipriano. Após a construção de uma capela, a região fora batizada como arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade, cuja jurisdição ficou delegada à comarca do Rio das Mortes. Embora recém nomeada, persistia a disputa da região entre o governo da capitania de São Paulo e a Câmara da vila de São João del-Rei. Foi em 1795, com base em argumentos que afirmavam a expansão demográfica e econômica do território – as 35 léguas de distância da vila de São João del-Rei; o elevado custo com o pagamento aos oficiais de justiça da comarca do Rio das Mortes; o aumento da população local; a necessidade de obras públicas, entre outros -, que os mais influentes habitantes do arraial reivindicaram a sua promoção ao estatuto de vila. A reivindicação foi rejeitada por parte da vila de São João del-Rei, que não considerava os habitantes do arraial habilitados para exercerem os cargos de juízes e vereadores; afirmava que grande parte do ouro obtido no local era extraviado por meio de atalhos que levavam ao Rio de Janeiro ou a Santos; e atentava para a inexistência de uma igreja decente na região. A região pretendida à vila de Campanha comportava dez freguesias – Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí – e três julgados – Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí – que se estendiam por praticamente toda a área do que é atualmente denominado como o Sul de Minas (ANDRADE, 2014, pp. 34-37).

A estratégia adotada por alguns moradores para neutralizar a resistência de São João del-Rei foi solicitar a criação da vila da “Campanha da Princesa”, um apelo político que

---

<sup>84</sup> “Igualmente”, pois colocado pelo autor com objetivo de comparar destinos semelhantes observados em outras vilas e povoamentos após a decadência da atividade mineradora.

<sup>85</sup> O autor argumenta a favor da hipótese de tal clandestinidade ao utilizar relatos do próprio Cipriano José da Rocha, nos quais constavam observações sobre a existência de um povoado com praças e ruas ordenadas e presença de casas. Ver: Andrade (2014, p. 35).

renderia uma homenagem à esposa do príncipe regente<sup>86</sup>. Soma-se, aí, a promessa de que terça parte das rendas anuais seria enviada diretamente à princesa, para os seus “alfinetes”. E então o príncipe doou à D. Carlota Joaquina o senhorio da vila, que deixou de ser arraial mediante um alvará de 20 de outubro de 1798, e teve o auto de criação expedido em 26 de dezembro de 1799. Assim, a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, fora marcada pelo desmembramento, dissolução e criação de novos distritos, vilas e comarcas que respondiam às demandas de distintas localidades (ANDRADE, 2014, pp. 38-44). Cumpre ir, agora, mais fundo na história de Campanha.

## 2.2 No meio do caminho, as águas

As recordações do Coronel Francisco de Paula Ferreira Rezende (1832 – 1893) foram reunidas em "uma tal ou qual autobiografia" (REZENDE, 1988 [1887], p. 25), e são um importante relato de quando muito se escrevia "senão na Corte e sobre a Corte", acerca dos "costumes [...] e que vão de algum dia em dia se apagando" da gente daquele tempo, que por aquela região fora moldada e ajudou a moldar. Foi o caso deste "Filho, neto e bisneto de mineiros" (ibid., p. 27), que pouco saiu de Minas, a não ser pelas ocasiões das breves viagens empreendidas até a Corte, e que não teve outra morada senão "a vivificante e sempre tão benéfica sombra das [...] montanhas", terra na qual o bem-nascido Rezende assimilou "idéias e sentimentos [...] com o leite, com o ar e com os anos [sic]". Os paulistas, escreveu o Coronel, atraídos pela promessa do ouro, pouco, ou talvez com muita pressa, se fixaram por ali, ao ponto que

esse ouro que aqueles mesmos paulistas andavam tão afanosos a procurar tão longe [...] nas ruas de Campanha, quando a chuva é grande, se o pode ver, assim como eu mesmo muitas vezes o vi, misturado ou por cima do esmeril ou de areia preta e fina, que, lavada e batida pela enxurrada, se deposita e se conserva pelos interstícios da calçada (REZENDE, 1988, p. 28).

Campanha, disse Rezende, foi a primeira vila (e cidade) que existiu no sul de Minas Gerais, sendo, desde a sua descoberta, entre a segunda ou a terceira década do século XVIII, a "primeira cabeça de todo aquele território" (ibid., p. 29). Tomando como base edificante o relato do provinciano Coronel (ibid., pp. 29 - 31), há de se notar a presença de algumas estórias sobre a origem da região. Segue-se a que pareceu convencer o memorialista. Falava-se de "dois sentenciados" que atravessaram, desde o escape das prisões de Vila Rica, "os sertões inabitados" que se estendiam para o sudoeste, e que, após alguns dias de viagem, se

---

<sup>86</sup> Que viria a ser D. João VI.

"depararam com um quilombo composto de dois pretos" que possuíam o seu próprio estabelecimento rural, "do qual e de alguma criação de porcos tiravam subsistência". Os fugitivos passaram a viver em deliberação com os quilombolas, até que "manifestando-se algum predomínio da parte dos brancos, deliberaram os pretos descartar-se daqueles". Um conflito fora originado e, saindo vitoriosos, os dois fugitivos se tornaram os novos proprietários. Pouco depois, esses dois, fazendo picadas no mato para produzir comunicações, encontraram "uma fazenda [...] cujo dono era aplicado ao curato de Baependi". As relações foram seladas com um casamento entre os antigos prisioneiros e as filhas do fazendeiro, que se mudou com a família para o antigo quilombo, "talvez levado pela abundância de ouro que prometia o terreno". Para Rezende, "são esses os primeiros habitantes do lugar onde é hoje a cidade a Campanha".

E conforme ocorria com as cidades de onde emanavam as notícias de ouro abundante, na medida em que o metal fosse retirado, a população seria rapidamente acrescida até que viesse o esgotamento dos primeiros deslumbres e da cata fácil. E a "prosperidade de Campanha muito pouco durou". Neste sentido, a decadência de Campanha era um caso antigo aos olhos de Rezende, sobretudo porque, já bem despovoada da abundância do metal, distava consideravelmente das vias férreas, "esse elemento tão poderoso de vida" (Ibid. p., 31), que conduziam a modernidade por entre as cidades vizinhas que cortavam. E dessa vizinhança, Campanha nutriu parte do seu sustento.

As festas religiosas eram um confiável "barômetro" para aferir a "prosperidade de um lugar qualquer", e naquele tempo, eram "a riqueza ou as magnificências que se ostentavam na celebração das festas religiosas ou na sustentação do culto público" (Ibid. p., 32). Mas findando a penúltima década do século XIX, período em que começou a escrever as suas recordações, o coronel já não observara a frequência desses festejos que expressavam abundância. Rezende bem sabia que isto não era uma prova "evidente da decadência da povoação, pois que tudo isto podia ser apenas o efeito do desaparecimento ou de uma simples decadência do sentimento religioso", já algo enferrujado pelo sopro moderno que ventilava cientificidade enquanto avançava pelo País. Isto, evidentemente, não suprimiu a atividade religiosa, mas talvez, em Campanha, a tenha atenuado. É o caso de olharmos para os batizados e casamentos, notadamente os "das pessoas da mais alta sociedade" (Ibid., p. 44), que, nos primeiros quarenta anos do século XVIII, eram para os padres "exatamente o que hoje [já na última vintena daquele século] costuma ser para um médico uma boa operação ou para advogados certas defesas no juri". Se naquele primeiro tempo, os padres colhiam os benefícios das bênçãos dos beneficiados, o mesmo não se podia dizer dos médicos e

advogados, que "nunca tinham destas gordas manjubas" (Ibid. p., 45). Os médicos não eram tão necessários "em um tempo em que tanta gente sabia curar e não matava mais do que eles", e os advogados tampouco, porque "tinham tanto de poucas letras quanto tinham de muitas tretas" (Id.)<sup>87</sup>. É aqui, precisamente, que essas recordações oferecem a sua contribuição, ao sugerir a ocorrência de certa substituição: onde antes era possível extrair um duplo benefício, i.e., se curar e evitar os riscos de uma intervenção médica, depois deixou de sê-lo. O que ocorreu para que os médicos passassem a recolher as gordas manjubas conforme arrastavam contingentes de pacientes para as suas redes?

Sabe-se que nas vias mineiras, notadamente em sua parte meridional, não circulavam apenas o ouro e as pedras preciosas que abasteciam a província, mas também os enfermos que buscavam a cura nas águas de Campanha (ANDRADE, 2014, p. 190). O antropólogo Stelio Marras (2004, p. 25) observou a existência de registros que datam de meados do século XVIII sobre a ocorrência dessas águas nas rotas do ouro em Minas Gerais e em Goiás. As vilas de águas santas tiveram uma importante contribuição na ocupação dessas áreas outrora evitadas por conta da presença dos bandoleiros que atuavam na região, principalmente nas proximidades das povoações de Campanha e Baependi. No meio do caminho para as preciosidades estavam as águas santas de Campanha, e lançando olhar para a história dessas águas estava a medicina, que pretendia converter aquela santidade em virtudes científicas.

### 2.2.1 As águas virtuosas de Campanha

O aspirante à doutor José Xavier Lopes de Araujo, natural de Campanha, prestou uma tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1848, sobre “um objeto de grande ponderação [...] a analyse das aguas acidulas gasosas (Virtuosas da Cidade de Campanha)”. Araujo entendia que a descrição das águas minerais não era uma tarefa fácil, mas um desafio, já que

na sciencia que trata da mesma (Chimica), por muito que tenhamos estudado e sobre ella meditado, descobrimos uma difficuldade inquestionável, e por numerosas razões, que longo seriaexhibir, reconhecemos sua utilidade para bem nos dirigirmos no scabroso trilho da vida Medica(ARAUJO, 1848, p. 7).

---

<sup>87</sup> “Os advogados daquele tempo nunca poderiam fazer mundos e fundos [...] Ora com o médico dava-se a mesma coisa não só porque eles quase nunca faziam operações [...] mas ainda porque nenhum deles se atrevia a cobrar uma cura por estimativa e sobretudo por uma estimativa que só ele conhecia ou que só por ele era arbitrada como uma imaginação verdadeiramente gananciosa”. Francisco de Paula Ferreira de Rezende ([1832 – 1893], 1988, p. 45) sobre os médicos e advogados da Campanha antiga, ou “nesses bons em que a tão pouco se reduziam as nossas ambições”.

Tornava-se a química, e já o vimos, um caminho nada fácil, mas necessário, para a terapêutica das águas. E isto se devia

ao limitado numero de conhecimentos que possuímos, acerca das árduas sciencias naturaes [...] á desproporção que existe entre nossas poucas idéas, e a sciencia vastíssima em questão (ARAUJO, 1848, p. 8).

Assumido o desafio de transpor o receio da “limitada sphaera de conhecimentos, que possuímos a tal respeito”, a tese do doutorando José Xavier de Araújo funciona como um relato que, embora não seja possível generalizar, permite sugerir apontamentos sobre o tratamento que era conferido, no Brasil, às águas minerais em meados do Oitocentos. As primeiras linhas da tese (ARAUJO, 1848, pp. 9 – 13) foram destinadas à mais geral caracterização das propriedades e dos usos da água, tida como um “corpo liquido, transparente, sem gosto, cheiro, ou sabor, de que usamos para beber, lavar e etc.”. A sua composição era oriunda “dos resultados os mais exactos, que os químicos poderão [puderam] obter [...] um volume de gaz oxygeno, e de dois volumes de hydrogeno”. As águas em formato líquido dispostas livremente pelo globo eram, segundo Araujo, as “Aguas Doces, e Aguas Mineraes”. Tratava-se de uma “substancia iminentemente essencial ao sustento do homem, e dos animaes [sic]”, mas as águas que estes grupos tinham necessidade “para viver e se conservar no estado de saude, não é medicinal”. E assim, meio que alijados os vegetais e priorizados os homens, desde que separados dos animais, a água doce era aquela que, na classificação de Araújo, prestavam serventia apenas para a manutenção da saúde já adquirida, isto quando não sofria o efeito das contaminações ao longo do caminho. Portanto, “a agua sahio [saiu] pura da mão do Autor de todas as coisas, e as diversas qualidades, que ella acquire na superficie do globo, dependem de circunstancias estranhas á sua natureza [sic]”.

As águas minerais diferiam das águas doces por conterem “grande quantidade de substancias medicamentosas para ter, sobre a economia animal, uma acção particular dependente da natureza, e das propriedades destas substancias [sic]” (Ibid., p. 10). O seu poder terapêutico, decorrente daquelas substâncias, cujos arranjos se deviam investigar, lhes conferiu a sugestão de Araújo (pp. 10-11) de que “melhor seria a denominação de Aguas Medicinaes”, razão do seu uso prioritário. Se o Autor de todas as coisas conferia a purificação às águas doces, “o seio da terra encerra muitas origens d’Aguas Mineraes” (ibid., p. 11), que eram diferenciadas quanto à temperatura, em quentes, termais ou frias, e segundo as substâncias que as compunham, como “gasosas, ou aciduladas, aguas salinas, aguas ferruginosas, e aguas sulfurosas, ou hepaticas”.<sup>88</sup> A confiança que fora atribuída às

capacidades terapêuticas das águas minerais não era um fenômeno novo, já que “remota [de] antiguidade a confiança”, ali “justificada pela observação dos modernos”.

Ora, e como poderia se duvidar da sua eficácia se “acredita-se que ellas offerecem ao mesmo tempo um meio, medicamentosos e hygienico?” (ibid. p. 11). Se os modernos justificaram as crenças dos antigos através de suas crenças científicas, isto não deveria ser relegado. Afinal, tratava-se de um remédio oferecido pela Natureza<sup>89</sup>, mas investigado pela desconfiança científica através de uma série de métodos e aparatos diversos, como aquele “termometro de Réaumur” para aferir a temperatura das águas e permitir a sua classificação: uma Natureza apresentada em códigos que a Ciência pretendia decifrar. Natureza aquela que, para o doutor Araujo (p. 12), “tem temperado a virtude das aguas, sua força, e as tem proporcionado á uma infinidade de temperamentos”.

E se a desconfiança habitava o espírito científico, é de se esperar que ela também fosse estendida às águas, que não serviam como uma panacea para a cura de todos os males, controvérsia que muito tinha “concorrido a desacredita-las no espirito dos médicos” (ibid., p. 12), já que “a natureza tem partilhado á muitas fontes propriedades especiaes, bem distinctas,

---

<sup>88</sup> Melhor fosse definir a presença do *Autor como Maestro da Natureza* se recorrêssemos à noção empregada por Michel Foucault (2016, p. 243) – embora em situação absolutamente distinta – de se tratar de um “positivismo rudimentar”; i.e., quando a lente científica ainda refletia a soturna presença divina nos enunciados. Para ilustrar tal recorrência, pode-se consultar o episódio da conversa entre os senhores Exner e Van Lyden, do romance híbrido (pois ficcional e histórico) de Peter Sloterdijk (1988, p. 60 – 64). Van Lyden, o jovem médico, se encontrava em uma diligência a caminho de Paris para estudar “as mais modernas técnicas da medicina”. Na mesma diligência se encontrava, entre outros, o clérigo Exner, curioso acerca do discurso nauseado de Van Lyden – aí afetado pelo chacoalho da diligência, desejando terra firme. E da náusea de Van Lyden, os dois operaram um salto para a humanidade. Disse o clérigo que “a humanidade está profundamente enferma. Apenas um Deus poderia ainda nos salvar, mas com isto não quero dizer que este Deus precisaria atender, forçosamente, o rogo do nosso desespero”. Então vem à tona, na conversa, o episódio do grande terremoto de Lisboa, ocorrido em 1775, cuja notícia se espalhou pela Europa e lançou o raio da dúvida na outrora pétrea confiança em Deus do ainda pequeno Exner: “eu havia sido criado na confiança de que Deus, em sua impotente onipotência iria, em todos os momentos, reger as leis da natureza de forma tal que esta natureza e o mundo dos homens pudessem coexistir na mais perfeita harmonia”. Mas com o terremoto, abalou-se também a confiança divina do garoto: “sim, era como se meu interior também tivesse ocorrido um terremoto”. Ainda menino, não havia outro conceito de Deus “senão aquele católico universal e verdadeiro, o Deus para o qual se elevam as torres das igrejas em direção aos céus”. Mas com o terremoto, tremendo acontecimento, o menino fora tomado por um “pânico mortal” e começara, ali, “a suspeitar que aquele Deus, que deveria habitar a torre, há muito havia perdido o controle sobre a Terra”. Após as alucinações provocadas pelos “delírios febris” que acometeram Exner, seguido do abandono da condição estacionária em que se encontrava em decorrência do descontrole divino sobre o destino da Terra, bastou que ele fosse às ruas para verificar que elas permaneciam no mundo. Mas “alguma coisa restou”, e o menino havia compreendido que com tudo aquilo que viesse a se deparar, seria preciso prestar um exame “para ver se pertencia verdadeiramente à realidade ou ao jogo de sombras que externamente quase não se distingue do real”. De um lado, o jovem médico que buscava na França os métodos mais adequados para “curar os indivíduos que colocaram a faca na garganta de um deus vertical e que agora pretendem supera-lo”; e do outro, o clérigo, já ali contaminado pela ascensão de uma natureza que parecia friamente autônoma, na medida em que escorregava da policialesca mão divina. Por aí, podemos dizer, Deus estava na Ciência que tentaria fulminá-lo com a força de sua luz, ao passo que a Natureza parecia se livrar dos cordames da marionete divina.

<sup>89</sup> Araújo (1848, pp. 10, 11): “A natureza nos da deliberadamente este remedio para nos convidar a ter n’ellas [as águas minerais] o mais das vezes recurso nas moléstias”.

que não são desmentidas desde os séculos [sic]” (id.)<sup>90</sup>. As águas minerais eram recomendadas para o caso de moléstias crônicas específicas, uma vez que as experiências mostraram que “nas molestias agudas [...] as aguas mineraes não convem [sic]” (id.). Isto porque a evolução rápida destas últimas exigia a intervenção por “meios activos”. E no caso das moléstias crônicas, não podia “obter-se sua cura senão pelo concurso dos socorros, que nos offerecem a pharmacia, e sobretudo a hygiene [sic]” (id.). À medicina interventiva atribuía-se a solução para as moléstias agudas, enquanto a medicina hidroterápica em ascensão se ocuparia das moléstias crônicas: no primeiro caso, a intervenção se daria diretamente no ambiente do corpo; no segundo, o ambiente do corpo estaria condicionado à um ambiente externo apto a lhe fornecer as ideais condições de cura e prevenção:

Quantos individuos esgotados por violentas enfermidades tem recobrado, por uma viagem ás Águas Mineraes, o tom, a mobilidade, a energia, que se teria talvez tentado de lhes dar de uma outra maneira com sucessos menos assegurados ![...] é preciso confessal-o, quanto esta acção medicamentosa das Águas é favorecida pela viagem, o apartamento dos lugares testemunhas dos males, que tem-se soffrido, o abandono momentâneo de todos os negócios, e de tudo que pode pôr em jogo uma sensibilidade muito activa, a esperança de uma cura próxima, um ar puro, um regimen salutar, a regularidade no emprego methodico do tempo das Águas, nas horas da comida, o levantar, o deitar; muitas vezes mesmo nos prazeres, os divertimentos? A vida activa, que os doentes passam nas Águas, inverte bem depressa a ordem de suas idéas, e os arranca ás affecções tristes, que os ameaçam occultamente (ARAUJO, 1849, p. 12).

O ceticismo era compartilhado por muitos médicos que negavam a ação medicamentosa das águas minerais, e as melhoras das condições dos doentes eram correntemente atribuídas “à viagem, à distracção, à mudança de ar, e de habitos” (Ibid., p.13), recomendações que, para os cétricos, forneceriam soluções “poderosas para a cura de molestias vaporosas, e hypocondriacas”. E com vistas a afastar a ameaça do ceticismo, o Dr. Araujo escreveu:

Para conceber sua acção, o medico deve considerar não só sua composição, mas também o tempo, o modo de sua administracção, a impressão que ellas produzem sobre os diversos órgãos, e principalmente sobre o estômago por sua quantidade, e sua temperatura. Deve-se acrescentar a influencia simultânea do clima, da estação, da nutrição, e do exercício [sic] (ARAUJO, 1849, p. 13).

Aquelas virtudes codificadas pela Natureza teriam o efeito desejado sob o corpo do doente se acompanhadas de um rigoroso código comportamental. E na sua tese, o médico levantou uma questão:

---

<sup>90</sup> Aqui José Xavier Lopes de Araujo (1948, p. 12) recorre às propriedades terapêuticas de outras águas, dentre as quais estão as de Vichy, as quais prestarei um exame pouco adiante. Dizia o autor: “Na verdade desde um tempo immemoravel as Águas de Vichysão recommendadas nos engorgitamentos chronicos do Fígado, e das vísceras abdominaes; as do Monte de Ouro na phlhísica pulmonar, e as de Baréges nas chagas feitas por armas de fogo, e moléstias cutâneas antigas [sic]”.

por que as mais das vezes certos doentes atacados de moléstias, ás quaes o uso das águas parece contraindicado, procurão o seu emprego inconsideradamente sem a determinação de medico algum, e conseguem o fim desejado, voltando restabelecidos para suas casas. A que é devido este phenomeno? [sic] (ARAUJO, 1849, p. 23).

“[S]em duvida ao clima do lugar”, ele respondeu. Lugar aquele que teve a sua fama divulgada na superficie daquelas virtuosas águas que, “até o anno de 1838”, tinham as suas propriedades vagamente conhecidas, pois as observações, até então, não tinham sido realizadas por “pessoas competentes”. Foi somente depois da visita de um “illustrado medico compatriota” que as observações passaram a ganhar contornos positivos, após a comprovação da “proficua acção therapeutica da Agua Gasosa da Campanha” em uma série de males<sup>91</sup>. Ora, mas falava-se de um clima que, em conjunto com as águas, não seria suficiente para o alívio dos males se não estivesse acompanhado de um “regimen”; isto é, de uma conduta específica que já sugeria um extravasamento da medicina individual para o social:

É com o auxilio do regimen que se chega a curar as moléstias as mais rebeldes, e as Águas Mineraes não tem poder algum se se não observa ao mesmo tempo as regras, que prescreve a hygiene (ARAUJO, 1849, p. 24).

Ao médico caberia, então, escutar os progressos obtidos pelos doentes e orientá-los para uma conduta mais apta a permitir o processo da cura, isto, cumpre lembrar, sob a tutela, segundo Araujo (1848, pp. 25-26), de preceitos gerais que deveriam “servir de base de conducta aos bebedores D’agua, e aos banheiros”<sup>92</sup>.

O governo da província tinha, nesse aspecto, um importante papel a desempenhar; e assim, o doutor Araújo (pp. 28 – 29) finaliza a sua tese com algumas recomendações que aqui cabem referenciar<sup>93</sup>. Ele escreveu que seria preciso fundar “um estabelecimento [...] para a melhor conservação da mesma Agua [...] [e] para abrigo dos doentes”, e rapidamente se

<sup>91</sup> Males assim descritos por Araujo (1848, pp. 23-24): “coqueluche, gastralgias, hypocondrias, eólicas spasmodicas, affecções nervosas, chloroso, obstrucção das vísceras abdominaes, vômitos teimosos, dores de estômago, dyspepsia, atonia do apparellio digestivo, affecções chronicas das membranas mucosas, catarrhos bronchicos, da bexiga, da uretra, e congestões do systema uterino; producções mórbidas do systema ganglionario lymphatico, engorgitamentos, hypertrophias, endurações, affecções lentas, o repetidas do systema vascular sangüíneo com tendência edema geral, suppressão de hemorrhoides, e hydropesias por sua dupla propriedade de provocar a absorção, e as ourinas abundantes [sic]”.

<sup>92</sup> É possível que José de Araujo estivesse se referindo aos locais onde eram realizadas as práticas dos banhos.

<sup>93</sup> Pode-se recorrer novamente às observações de Michel Foucault (2016, pp. 64 – 65), para melhor entender essa difusão do saber médico em recomendação universalizante: são os feixes de relações que se encontram em jogo que atribuem, ao médico, no discurso clínico, o papel de questionador soberano e direto: “relações entre o espaço hospitalar, como local ao mesmo tempo de assistência, de observação purificada e sistemática, e de terapêutica, parcialmente testada, parcialmente experimental, e todo um grupo de técnicas e de códigos de percepção do corpo humano [...] relações entre o papel do médico como terapeuta, seu papel de pedagogo, *seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social* [grifos meus]”.

converteu em um engenhoso hidrólogo capaz de oferecer as mais detalhadas contribuições para o “desempachamento do rio Lambary-Pequeno”, cujo leito deveria ser rebaixado

até a profundidade de seis palmos, desde a ponte, que fica na estrada geral até a confluência de um córrego anonymo, cuja extensão será de oitocentas braças para evitar as inundações da varzea, onde ja estão edificadas varias cazas para impedir o refluxo da Agua Mineral, que nasce, e corre quatro palmos abaixo do nível da várzea (ARAÚJO, 1848, p. 28).

Acompanhava-se a necessidade de “construir-se uma caixa d’Agua oito palmos da casa de banha existente”, para levar a água encanada ao espaço dos banhos. E então seria “indispensavel” a construção de uma “hospedaria, que tenha até 140 palmos de comprimento e 60 de fundo, dividida internamente em cellas de 14 palmos quadrados, communicadas por um extenso corredor para abrigo dos pobres de ambos os sexos”. E que essa hospedaria fosse erguida “junto ao antigo cemiterio afim de desfructar uma corrente de agua nativa [...] e as saudaveis influencias da atmospherá desse lugar”. As recomendações do doutorando Araújo indicam que o médico se preocupava com algo mais do que a relação com o doente, como a estruturação do espaço para a gestão dos corpos, muitos ainda saudáveis.

E isto pareceu se replicar nas cidades emergentes do sul de Minas, após os sucessivos desmembramentos de Campanha. É dizer que no sul de Minas Gerais houve cidades que surgiram das águas, que tentando conjugar arcaísmo e modernidade, crença e ciência, mitos e realidade, assumiram a forma de verdadeiras Atlântidas invertidas.

### 2.3 *Acquae condunt urbes*

No título dessa seção está uma referência à assertiva proferida pelo prestigiado doutor Henrique Monat, um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1886), que, em seu relato intitulado “Caxambú” (1894, p. 19) escreveu: *acquae condunt urbes*. Se as águas constroem cidades, Caxambu emerge como um exemplo.

Se por um lado, as ruas da capital, no Rio de Janeiro, tentavam se ajustar ao modelo europeu, por outro, as diferenças dos lugares conferiam novos arranjos a esses envelopamentos. Não à toa, o doutor H. Monat observou que o abate da vegetação em Caxambu parecia seguir um caminho semelhante àquele da capital, já que, na “Câmara Municipal do Rio de Janeiro ficou approvedo que as arvores compromettem a esthetica, embaraçam a circulação e talvez até sejam anti-hygienicas” (1894, p. IV)<sup>94</sup>. Seguiu-se na

<sup>94</sup> Os numerais romanos indicam a numeração da introdução do livro de Monat. Os números arábicos indicarão as páginas das seções após a seção introdutória, e, portanto, o restante do livro.

construção de Paris, onde a imprensa, segundo o Dr. Monat, havia se esforçado para “a conservação de um arbusto que nasceu sobre o telhado da Grande Opera” (id.). Em Caxambu, com a supressão da vegetação que se punha em andamento, teria a cidade “adquirido mais um termo de comparação com a rua do Ouvidor”<sup>95</sup>, e um distanciamento de Paris. Não se trata de carimbar o doutor Monat como um vanguardista da causa ambiental, apenas de atentar que a influência europeia atuava, de sorte, como um lado razoável para se escolher diante das práticas civilizatórias que seriam colocadas em curso na estância sul-mineira.

As críticas de Monat não eram dirigidas apenas à retirada das árvores de Caxambu, mas às coisas que dependiam da administração pública, situação definida pelo doutor como “ainda muito rudimentar”<sup>96</sup>. E o ensejo de modernização também deveria transbordar para as águas da cidade, cujo desconhecimento internacional era atribuído às “duas empresas que as têm explorado, porque nem ao menos se esforçaram por fazel-as recommendar do estrangeiro, apresentando-as em Chicago ou em Pariz, donde voltariam, com certeza, premiadas [sic]” (1894, p. V). Não parece coincidência que no estado de Minas Gerais, inclusive nos hotéis da região, se encontrava, com maior facilidade, “as garrafas de água de Seltz e Apollinaris, mas não se encontram as de Caxambu”. Monat observou que tal dificuldade decorreu da opção de importar os vasilhames da Europa para abrigar as águas de caxambu, o que seria compensado no elevado preço das águas engarrafadas no local, já “igual ao das importadas do estrangeiro” (1894, p. V). Sabia-se que muitas cidades dotadas de fontes de águas minerais possuíam fábricas de engarrafamento, e comparando o estado das águas em Caxambu com o estado das coisas nas cidades com fontes de águas minerais, notadamente as europeias,

são muitas as lacunas ainda a se preencher: não temos serviço de fiscalização medica nas fontes medicinaes; não temos estatística; a venda das águas é livre como a de qualquer outro artigo; a falsificação conta com a impunidade [sic] (MONAT, 1894, p. V).

Se as mensagens e as informações daquela estação de cura enfrentavam as ineficiências dos setores que deveriam estar habilitados para divulgá-las (o Correio, o Telégrafo e a Indústria de Engarrafamento), também seria preciso pôr em funcionamento uma astuciosa produção de informações internas, como os registros médicos, que confeririam às capacidades de cura das águas o poder irrefutável da estatística, e o controle do comércio das

---

<sup>95</sup> Ainda hoje uma conhecida rua no centro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>96</sup> Escreveu Monat que “o correio, apesar do movimento que tem, é equiparado ao de um burgo a povoar-se [...] No Telegrapho, depois se haver soffrido o vexame de escrever na ponta de uma mesinha, em que trabalha o telegraphista, - o qual, coitado! Bem que se esforça por evitar indiscrições, - é muito commum ver-se regeitado o despacho porque o trafego mutuo é muito limitado” (1894, p. IV).

águas minerais engarrafadas como artigos distintos, o que sinalizaria para uma efetiva fiscalização que deveria dedicar-se ao desencorajamento das falsificações.

Sem dúvida, como nos tantos relatos até aqui consultados, a natureza das águas se revelava conforme a química e a medicina se tomavam em casamento. O fato novo é que a medicina também passava por atualizações, e se nem tudo na medicina era científico, é porque havia algo que conferia um valor exclusivamente medicinal na prática clínica<sup>97</sup>. E a preocupação de Monat com os registros parecia confirmar isso. A hidroterapia poderia até funcionar bem com o auxílio da química, mas, para Monat, sem o recurso do arquivo, a clínica com as águas não estaria cortejando a sua plena capacidade. Capacidade esta que conduziria águas, pessoas e a cidade à modernidade.

Em um pequeno fragmento de seu relato sobre as águas de Caxambu, até então um povoado do município de Baependy, o Dr. Monat traz os elementos de uma intervenção colocada em andamento pelo avanço da modernização:

Nossa Senhora dos Remédios de Caxambú, ou simplesmente Caxambú, é uma pequena povoação do município de Baependy, Estado de Minas, célebre por suas fontes medicinaes. Tão sorprendentes foram as curas obtidas pelos primeiros doentes, que dellas fizeram uso, que o povo as denominou Aguas Santas; mais tarde, á medida que se lhes foi conhecendo a natureza, a composição, os efeitos physiologicos e therapeuticos, foi se dissipando o character mystico, e as fontes tomaram o nome de Aguas Virtuosas de Baependy. Crescendo todos os dias a reputação das fontes maravilhosas, que vieram a salvar o municipio da decadencia em que se precipitava, o nome de Baependy vai sendo esquecido, e hoje diz-se corretamente Aguas de Caxambu (MONAT, 1894, p. 1).

Em um só tempo, se avançava sobre as crenças com o apelo da força da Natureza, na medida em que se desencantavam as águas pela decantação dos fatos. No caso das águas, tratava-se de uma Natureza cujo acesso era resguardado aos doutos e hábeis esculápios que, privilegiados que eram, seguiam desenvolvendo as receitas e os modelos para sanear um povo ainda banhado em atraso e feitiço. E apenas um caminho parecia ser condizente com as necessidades de salvar aquele povo imerso em misticismo: seria preciso batizá-lo nas águas da modernidade. Para dizer de outra forma: seria preciso civilizar o povoado de Nossa Senhora dos Remédios e suas “olarias muito rudimentares, innumeros ranchos, casebres pobretões, de aspecto miseravel, cobertos de capim, habitados por uma população dominada

---

<sup>97</sup> Toma-se aqui novamente como inspiração o livro “Um Inquérito Sobre os Modos de Existência” de Bruno Latour (2013, p. 35). Ainda que a personagem do livro, a etnógrafa, perceba que não há fronteiras entre os domínios diversos que investiga, existem diferenciações reais entre os domínios. Mas há um tipo muito particular de conexão entre os domínios diversos, e os domínios, por sua vez, parecem se importar com valores precisos.

pela indolência” (MONAT, 1894, p. 27). Se é possível radicalizar o argumento, pode-se dizer que “as Aguas Santas” eram vícios<sup>98</sup> que as virtudes civilizatórias estariam dedicadas a curar.

As águas de Caxambu já eram bem conhecidas pela santidade que acalmava os males daqueles que as procuravam, dentre os quais os muito numerosos lazarentos que formavam verdadeiros acampamentos de doentes, causando furor àqueles que buscavam nessas águas a cura para outras desgraças, tais como os “dispepticos, os reumathicos, os papudos<sup>99</sup>, os cancerosos, os cegos e os loucos” (MONAT, 1894, p. 5) que, assim como os leprosos, ora tomavam a água santa, ora banhavam-se nela. Isto gerou uma ação de intimidação dirigida aos morféticos que, sob pena de prisão, foram forçados ao abandono daquela região<sup>100</sup>. Com o abandono da região, o mato seguia ganhando o terreno outrora ocupado pelos acampamentos de doentes nos arredores do poço de onde surgia a cura milagrosa, ao ponto de “em 1844 [...] apenas indicar-se vagamente a séde do poço, occulto no matagal, inundado pelas águas de um ribeirão” (ibid., p. 6).

Naquele mesmo ano, um fazendeiro de Barra Mansa, Antonio de Oliveira Arruda, veio procurar as águas para curar a sua esposa. Ali, ele mandou os escravos descortinarem o mato que encobria o poço e, nessa feita, outra fonte foi desvelada. Algum tempo após a sua estadia, o fazendeiro deixou uma quantia de dinheiro para que João Constantino Pereira Guimarães, um comerciante português, ficasse encarregado de dar continuidade aos melhoramentos no local. O comerciante, em decorrência de sua constante ausência na região, confiou a tarefa ao amigo Francisco de Oliveira Mafra. Neste ínterim, o mato cobriu as águas, e seria preciso um novo financiamento para reiniciar os trabalhos. Após os esforços de Mafra, escreveu Monat (1984, p. 8), dentre os quais a solicitação à Câmara de Baependy da quantia

---

<sup>98</sup> Monat cita um relato intitulado “Amor ao Progresso”, escrito por um médico de nome Manoel Joaquim, sobre a presença de um sábio estrangeiro que, hospedado na fazenda que outrora abrigou os descobridores da água santa, “analysou rapidamente sua composição e determinou-lhe a natureza, indicando as applicações therapeuticas [sic]” (1894, p.3). Ocorreu que algum tempo depois da análise feita pelo sábio, um indivíduo “soffrendo de hepatite chronica [sic]” pediu que ele o curasse: “Não é preciso ir á botica, respondeu [o sábio], faça uso da água santa, que o curará [sic]” (ibid., p. 4). Esta foi, segundo Monat, “a primeira cura com o uso das águas de Caxambú, de que temos noticia” (ibid., p. 4). Mas se aquela água era santa, decerto a fama de suas capacidades de cura rondava a região antes da chegada do sábio (que inclusive recebeu-as com esse nome, se seguirmos o relato à risca, ao doente que o procurara), e o processo de lenta sedimentação de sua santidade na escuridão da crendice resta quase evidente no seguinte fragmento, retórico, de Monat: “Pode-se admittir que um sábio designasse pelo nome de Agua Santa a uma fonte, que nas vesperas ele tinha analysado, logo apôz sua descoberta, precisando sua natureza e suas indicações? [sic]” (ibid., p. 5).

<sup>99</sup> É provável que Monat esteja se referindo aos afligidos pelo bócio.

<sup>100</sup> Que a lepra fosse uma ameaça à saúde da população desde o Império não há dúvidas (cf. MACHADO et. al., 1978, p. 140). Mas a lepra também se relacionava especialmente com o saber médico, cujos critérios presidiram a localização, a organização e o funcionamento dos leprosários que buscavam isolar os morféticos do convívio cotidiano das cidades (Ibid., p. 142). O que se destaca aqui é que os leprosos eram ameaças à saúde de uma população bastante útil ao sucesso da Coroa, e daí os frequentes episódios de seu isolamento, por vezes violento.

necessária aos melhoramentos da região para a recrudescência das águas, a recompensa viera com a descoberta de novas fontes.

Resta observar que se os melhoramentos hesitassem, também o faria a terapia de cura, já que o mato e o alagadiço seguiriam tomando de volta os lugares por eles antes ocupados. E desde a divulgação da fonte primeira, seria preciso logo dedicar-se ao impedimento de duas progressões: dos contingentes improvisados de morféticos e do mato que insistia em disfarçar as águas. Dito de outro modo, a virtude das águas estaria condicionada ao acesso ordenado dos doentes, e o ordenamento territorial se pôs em andamento para proporcionar a terapia de cura.

E como “ia-se já dissipando a lenda das Aguas Santas; já os incuráveis, os cancerosos, os cegos não as procuravam mais” (MONAT, 1894, p. 14). Daí a Bartimeu o que é de Bartimeu, pois as águas, dali em diante, seriam oferecidas àqueles que teriam melhores chances de ultrapassar os infortúnios de seus males:

eram muitas as curas realizadas de muitas outras molestias; aos exageros das narrações primitivas, sobrenaturaes, succedia uma nova série de curas, não mais anonymas, mas reaes, porque citavam-se os nomes dos que tinham aproveitado com o uso das aguas virtuosas de baependy (MONAT, 1894, p. 15).

E não seria exagero dizer que, a partir de então, a realidade estaria condicionada ao registro de nomes, sobrenomes, doenças e curas operadas pelo uso das águas. E naquele tempo, a alvorada da realidade seguiu evaporando a fantasia das águas, que passariam a se precipitar na forma de virtudes científicas. E foi nesse tempo que o “padre Correia de Almeida” celebrou as virtudes daquelas fontes<sup>101</sup>, também anunciadas pouco depois pelo “padre Britto”, que, naquela altura, voltava para Barbacena já aliviado de seus incômodos, enquanto ecoava aos seus amigos, tão numerosos quanto “as suas ovelhas”, o dom da cura naquelas águas. Se os fatos pareciam substituir as crenças, não seria prudente negligenciar o atestado de legitimidade dos fatos impressos no discurso dos padres, que pareceu atrair a atenção dos “dispepticos, rheumaticos, anêmicos etc”, moléstias ancoradas nas figuras dos “barões de Juiz de Fóra, o marquez de Paraná, o Coronel Francisco de Paula Lima, o Capitão Manoel de Castro Guimarães, o Coronel José Vieira de Rezende e Silva, o Capitão Lacé” (MONAT, 1894, p. 15). Se as águas eram santas aos olhos dos cegos e lazarentos sem nomes, agora, as suas virtudes ganhavam pronomes<sup>102</sup> e sobrenomes.

<sup>101</sup> Escreveu a seguinte sátira o padre Correia de Almeida: “Por me faltar a saúde / Vou ausentar-me d’aqui; Quero gozar da virtude / Das aguas de Baependy; E hei de fazer um lundú / Às aguas de Caxambú [sic]” (in: MONAT, 1894, 15).

<sup>102</sup> No sentido que lhe presta Machado de Assis (1862): “O pronome é uma voz que se põe em lugar do nome”. Assim, um nome pode ser substituído por uma posição, um privilégio, uma patente. (Cf. “Preleções de

E se os lazarentos e cegos não deixavam na região sequer a desgraça de seus registros, por outro lado, os visitantes renomados, em retribuição aos serviços prestados pelas águas de Caxambu, sentiam-se no dever de “cooperar para o seu engrandecimento, e todos porfiavam em deixar um vestígio de sua passagem” (MONAT, 1894, p. 16). E foi aí que a fama das águas passou a se dirigir aos úteros das senhoras. E algumas “que nunca tinham concebido”, ou outras “que pareciam já ter pago o seu tributo á natureza”, se tornaram “mães depois de seu uso” (id.). Os comentários sobre as afamadas águas que abriam o caminho para a gestação fluíram até a Corte, “e a princesa D. Isabel, anciosa por perpetuar a dynastia dos Braganças, fez a viagem a Caxambú em 1868” [sic]. Mas se a ciência das águas galgou a posição outrora ocupada pelas águas santas, por outro lado, o crédito às capacidades profílicas das águas era incrementada pela confiança na crença. Ao menos assim o foi quando da visita da Princesa, que, crédula nas águas, prestou

um voto a Santa Isabel da Hungria, promettendo-lhe construir um templo no morro da Cruz, onde em 1863, um dos moradores mais estimados de Baependy, Francisco Viotti<sup>103</sup>, erigira o symbolo da Redempção, que alli existe ainda (MONAT, 1894, p. 16).

E meio abençoado, meio científico, nem de todo divino, tampouco de todo fato, mas menos santo do que virtuoso, Monat (1894, p. 16) encerra o que entende como o “historico do primeiro periodo de Caxambú”. E se ali, naquele período, ainda se reconhecia a insistência de um aspecto rudimentar na cidade, não é estranho suspeitar que as águas minerais converteriam aquele quinhão, outrora chafurdado de mato, num candidato a uma fração republicana do país. É nesse sentido que o recorte temporal aplicado por Monat (ele acusa, na página 20, o aparecimento de um período verdadeiramente “cientifico das aguas de Caxambu”) atenta para um domínio científico de margens indefinidas. E se são indefinidas, é porque as suas fronteiras são tão fixas quanto as bordas de um lago durante uma intempérie. Se o vento transborda na forma de ondas que invadem o domínio terrestre, e fagocita as suas margens, algo semelhante pode ser observado no domínio científico. Isto para novamente lembrar que “nem tudo na ciência é científico”<sup>104</sup>.

Os ventos vindos de fora seguiam impulsionando o empreendimento científico nacional, e a replicação dos melhoramentos para pôr em funcionamento, ao redor das fontes,

---

Gramática pelo Dr. Semana”, de 27 de julho de 1862). Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica>> Acesso em: dez. 2018.

<sup>103</sup> Cumpre notar que o estimado morador era um Doutor cujo nome ainda hoje, no século XXI, é emprestado a uma fonte do Parque das Águas.

<sup>104</sup> Ver página 53 da tese, com especial atenção à nota de rodapé numero 74.

os laboratórios a céu aberto, deveriam estar “de acordo com o que existe nas cidades similares do estrangeiro, estabelecimentos de duchas, salas de inalações, etc.” (MONAT, 1894, p. 18). É de se notar que a ocorrência dos melhoramentos estaria vinculada tanto ao capital monetário, quanto ao político: e para que a natureza das águas pudesse derramar as suas virtudes sobre os males daqueles que as procuravam, seria preciso interessar aos capitalistas e aos membros da Câmara. Assim o foi - Monat (1894, p. 18) fala em sete anos batalha para o convencimento -, quando o Sr. Dr. Julio Horta Barbosa ficou encarregado "dos melhoramentos approvados pela Camera, que votára um novo credito de vinte contos".

Após os melhoramentos nas fontes, empreendidos sob o comando do Dr. Barbosa, observou-se um aumento no afluxo dos doentes. Toma-se em conta que os doentes precisavam de locais para abrigá-los durante o seu exílio de cura, e os hotéis começaram a pulular na cidade (Figura 3). E esses doentes, ao contrário daqueles que outrora estiveram acampados de maneira improvisada nas adjacências do que ainda era um poço milagreiro, com o surgimento das novas instalações "podiam demorar-se o anno todo" (1894, p. 19): *“acquae condunt urbes”*.

Figura 3 – Grande Hotel de Caxambu



Legenda: “Grande Hotel de Caxambu”, inaugurado em 1892. Autor da foto: Augusto Soucassex. Data provável (1906 – 1908).

Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Acervo Público Mineiro <sup>105</sup>

Se as águas fundam cidades, e deveriam ser tuteladas pela Razão, em Caxambu pode-se dizer que a construção científica das águas se deu através do seu desmembramento em componentes quimicamente verificáveis. Foi o que fez o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que "tinha visto curas prodigiosas, obtidas em Caxambú, e movido pelo espírito de progresso <sup>106</sup> [...] quiz dar áquellas aguas o seu valor therapeutico, sem o qual só empiricamente pôde ser manejado um agente medicamentoso [sic]" (MONAT, 1894, p. 20). E teve início o que o Dr. Monat identificou como o "período científico das aguas de Caxambú" (id.).

Período científico tornado possível pelas alianças políticas com figuras já bem estabelecidas e interessadas na valorização do território, conferida pelas afamadas águas que deveriam temperar doses de modernidade científica e o insistente atraso das elites. E a

<sup>105</sup>Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Notação: JP 11-2-041. Fundo João Pinheiro. Disponível em: < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29048](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29048) > Acesso em dez. 2018.

<sup>106</sup> Michel Foucault (2016, pp. 26, 27) observou que a noção de "desenvolvimento" implica um reagrupamento de "acontecimentos dispersos". Podemos cultivar semelhança com a noção de progresso. Nesse sentido, esses acontecimentos dispersos são reunidos em um princípio organizador. Assim, quando tal noção é reivindicada, desde o início já se está imerso em um "princípio de coerência" e diante de um "esboço de uma unidade futura". O mesmo ocorre com a noção de "espírito", que confere aos fenômenos de uma época dada "uma comunidade de sentido". São laços cujas validades são reconhecidas desde o começo. Portanto, atuam como "regras normativas, tipos institucionalizados". Daí a sua recorrência no discurso médico (tomemos como exemplo o fragmento que originou a presente nota), cujo funcionamento se dava de maneira relacional com outros discursos, tais como o científico, o econômico e o político.

“Empreza de Caxambú” ganhou, em 1883, um presidente Barão e dois diretores, um médico e outro capitão<sup>107</sup>, lançando Caxambu em “um período de verdadeira prosperidade”(Ibid., p. 20).

Seria preciso não apenas divulgar as águas e interessar aos outros nas suas virtudes, mas também comprová-las cientificamente. Dotá-las de competitividade buscando igualá-las àquelas já possuidoras de selo científico, para então diferenciá-las. Partia-se da diferença das águas minerais de Caxambu para igualá-las às demais, e nessa equiparação reforçava-se a sua diferença.

à medida que Caxambú prosperava e multiplicavam-se os casos de curas, crescia uma campanha de hostilidades; um allegava não terem sido feitos estudos completos, outros acusavam captações mal feitas; fazia-se o paralelo entre as águas de suas fontes e as similares do Estado, menos estudadas ainda, e até as estrangeiras, querendo-se demonstrar teoricamente superioridade em todas as demais. E as curas todos os dias a provarem a superioridade de Caxambú (MONAT, 1894, p. 22).

Mas o retorno da Companhia, tocada pela política científica, não era imediato, e os dividendos não satisfaziam “muito às exigências do capital, que, collocado, deve logo pôr ovos de ouro” (Ibid., p. 23.). Tal condição despertou no Conselheiro Francisco de Paula Mayrink um senso de oportunidade, diluído nas águas que prometiam bons negócios, o que era corroborado pelo Dr. Viotti. A reticência do doutor em desfazer-se da empresa fora suplantada pela vontade do Conselheiro em adquiri-la, e a concessão passou para o controle de Mayrink.

Mesmo sob nova administração, a promessa de uma estação balnear nos moldes europeus continuaria atrelada às águas de Caxambu, que deveriam rivalizar com as alóctones para disputar os doentes nas romarias de cura. O modelo de concessão parecia o mais adequado para suprir as generosas quantias e prover o aparato de engenharia necessário aos melhoramentos que levariam a cidade a rivalizar com “Vichy, Carlsbad, Spa, Eaux Bonnes, attrahindo frequentadores de todo o Brazil e do estrangeiro”<sup>108</sup>.

Se seria preciso analisar as águas para torná-las competitivas. O progresso das fontes seria indissociável da progressão das análises científicas que, por sua vez, dependiam de financiadores. E ainda que uma comissão aprovada pela Academia Nacional de Medicina

<sup>107</sup> Respectivamente, o Barão de Maciel, o doutor Polycarpo Viotti e o Capitão Antonio da Penha Andrade (cf. MONAT, 1894, p. 20).

<sup>108</sup> Em Poços de Caldas, também no sul de Minas Gerais, Stelio Marras (2004, p. 59) notou algo semelhante. Para o autor, “como os governos de então não podiam assumir toda a obra de um só golpe, resolveu-se por abrir o negócio a empreendimentos particulares, que adquirissem o privilégio de exploração das águas”. Por ali revezariam “médicos e homens de governo em associações que se formam e se desfazem em dissensões para novamente se reagruparem sob o comando de outros doutores e influentes”. A semelhança com Caxambu é evidente.

tenha sido enviada à Caxambu para a análise das águas, o Governo de Minas obrigou “o concessionario a outros melhoramentos ainda, de accôrdo com os progressos da sciencia” (Ibid., p. 24) (Figura 4). E o Conselheiro Mayrink, então, arrendou, por dez anos, a “exploração das águas” para um capitalista e um engenheiro<sup>109</sup>.

Figura 4 – Captação em Caxambu



Legenda: Captação da Fonte Duque de Saxe, em Caxambu (s/d). Note-se o acréscimo de mediadores para o acesso à Natureza purificada das águas.

Fonte: Monat (1894, p. 117).

Ainda que o acesso às fontes fosse mediado por camadas de engenhosidades, acreditava-se que quanto mais interferências fossem acrescentadas no caminho das águas até os doentes, mais elas perderiam a potência contida na composição de suas entidades. A indicação contumaz era a de que as águas deveriam ser tomadas nas fontes, “porque, brotando do solo, não soffrem alteração em sua composição e apresentam um certo modo de ser que escapa á analyse” (MONAT, 1894, p. 243), e “nos processos de engarrafamento, na conservação, quando mesmo se tenham tomado todas as cautelas necessárias, dão-se sempre modificações, que lhes diminuem as virtudes therapeuticas” (Id.).

<sup>109</sup> Os “Srs. José Richmond Gomes Guimarães, capitalista, e Dr. João Martins da Silva, engenheiro” (MONAT, 1894, p. 24).

Se as águas tendiam a se decompor assim que surgiam do subsolo, caso transportadas sem a precisão científica elas perderiam ainda mais a ação concertada das suas entidades, cujo segredo estava impresso em seu dote terapêutico. O engarrafamento deveria ser “dirigido, como deve ser, com rigor científico” (Ibid., p. 243), para “transportar águas de todas as fontes a grandes distâncias” (Id.). Mas o engarrafamento em Caxambu era “fantasioso”, pouco científico: o microclima da garrafa só seria eficaz se isolado do macroclima ansioso por lhe invadir o lúmen. E as garrafas translúcidas não garantiam a eficácia decorrente da manutenção dos componentes das águas sob uma organização hermética e, portanto, isolada: “ora é sabido que só as garrafas pretas ou azuladas garantem uma água da decomposição pelos raios luminosos” (Ibid., p. 245). Igualmente importante à cor deveria ser o formato das garrafas, adaptado para viciar a sua disposição nas gôndolas de modo a lhes fixarem as virtudes. “Em Spa, em Vichy, mesmo apesar de usarem-se garrafas comuns, prefere-se a garrafa de fundo redondo, de modo que nunca possa ser conservada de pé, porém sempre deitada” (Ibid., p. 245). Mas apesar das recomendações

vêm-se a cada instante garrafas de pé nos cafés, nos armazéns, nas farmácias, por toda parte: d’ahi resulta que a rolha, não estando em contacto com o líquido, secca; portanto pelo póros da cortica e pelo intervalo entre o gargalo e a rolha não só escapam-se gases, como também pelo vácuo, que se fórma, entre a rolha e o líquido, o oxygenio do ar penetra: se porém a garrafa não pode ser conservada de pé, a água sempre molhando a rolha, a oclusão é hermética, as perdas não se fazem (MONAT, 1894, p. 245)

O asseio dos vasilhames deveria ser intensificado e aperfeiçoado, já que naquela reciclagem improvisada de Caxambu, as garrafas produzidas para outros fins cediam os seus vazios às águas colhidas pelos criados dos hotéis da cidade “sem laval-as, e não é raro em certos hotéis vêr-se a água misturada a um resto de vinho ou de vinagre” (Ibid., p. 246)<sup>110</sup>. Para o médico, a modernização da cidade deveria ser dilatada ao máximo de componentes que convidavam à permanência do atraso. Se parecia sofrível a vida de um doutor que acumulava tolerâncias diante de um modo de engarrafar que fosse “o mais primitivo possível”, isto parecia encontrar um limite em relação às águas engarrafadas para a exportação, que “eram lavadas muito rapidamente, de modo que não é raro encontrar na água fragmentos de palha, capazes de corromper a melhor, a menos susceptível de alteração” (Ibid., p. 246). Um modo de engarrafamento mais eficaz e organizado deveria suplantar o até então praticado em Caxambu: “uma garrafa se enche na bica; o jorro d’água que n’ella penetra soffre a acção do ar; a garrafa cheia é posta de lado até que, cheias todas, se proceda ao arrolhamento, uma,

<sup>110</sup> Tampouco se estendia o cuidado preconizado pelo Dr. Monat aos rótulos das garrafas: “em um eu vi servir-se, por muitos dias, uma garrafa de água D. Pedro, com o rótulo – *Limonada purgativa de Citrato de Magnesia*” (MONAT, 1898, p. 246).

duas horas depois [sic]” (id.). E um método científico de engarrafamento atenuaria o assédio dos componentes externos que buscavam, por todas as falhas, penetrar nas garrafas, contaminar a Natureza das águas e então destituí-las de suas vocações medicinais.

Mesmo as rolhas deveriam se adaptar aos ditames da Ciência. Mas não as “rolhas velhas, de que se servem os criados de alguns hotéis” (Ibid., p. 249), pois esta já parecia uma batalha perdida, e seria mais prodente relevar essas insistências do que combatê-las. Mas replicar essas gambiarras nas águas engarrafadas para a exportação seria inadmissível; a qualidade da cortiça deveria ser “fina, nova, lavada em agua a ferver ou no vapor”, para então ser “macerada na agua da fonte que se quer engarrafar”. Assim, se “introduzida por compressão ella satisfará seus fins”. (Id.). Fins anunciados em suas vocações, tais como as águas ferruginosas que, sob um engarrafamento impreciso, deixava impresso no fundo das garrafas a decantação desse componente que conferia a especificidade de sua indicação: “d’ahi a côr preta dos depósitos da agua D. Izabel exportada” (Id.).

Esperava-se que o anúncio das águas prodigiosas viesse impresso em um pequeno apêndice de chumbo, fixado com resina, com as indicações e a posologia daqueles remédios engarrafados nas fontes. Mas em Caxambu, raramente esses anúncios se encontravam fixos. E a proporcionalidade parecia direta: quão mais científico fosse o engarrafamento, mais se poderia aproveitar as virtudes das águas reveladas pela ciência, o que vinha acusado naquela espécie de rótulo chumbado: “eu estou certo que quando essas linhas vierem a ser publicadas já a administração terá conseguido exportar aguas de todas as fontes, porque terá posto em pratica o que aconselha a sciencia [sic]” (Ibid., p. 250).

A alta presença do gás carbônico junto às fontes conferia às águas de Caxambu uma vantagem competitiva se comparada com as águas artificiais. Se, por um lado, a sua potência estava implícita no saber médico que autenticava a organização naturalmente concedida aos seus componentes, por outro, um benefício econômico poderia ser obtido dessa naturalidade impressa nas “aguas naturaes gazozas”. Pois o “meio mais econômico e mais fácil de obter gaz, que não possa ser prejudicial a quem usa da agua, é aproveitar o das fontes” (Ibid., p. 250). O objetivo maior consistiria em ultrapassar o primitivismo do engarrafamento e, a partir do acréscimo de mediadores qualificados, dotar as águas de componentes adicionais que lhes resguardassem a sua pureza originária (engarrafá-las cientificamente, portanto). Nessa feita, seria possível resguardar os seus segredos paulatinamente desvelados pela ciência, já

impressos nos rótulos que traduziam a Natureza das águas minerais receitadas pelos médicos, também aí, interessados na indústria<sup>111</sup>:

Não podemos exigir que todos conheçam a diferença entre o volume total de gaz n'uma agua e o coefficiente de solubilidade, útil a quem a ingere; podemos, porem, exigir de quem a exporta que a mantenha em condições de ser útil depois de manipulada, tanto quanto na fonte, ja que o meio de obter esse resultado é facil de por em pratica (MONAT, 1898, p. 251).

No caso do sul de Minas Gerais, a mineralização científica das águas se propôs a lavar um atraso lamacento e afogado em crenças imaturas. Se o pântano escondia a ciência, a Natureza eclipsaria as crenças, e as águas seriam cientificamente aliadas ao progresso da República<sup>112</sup>. E nessa modernização povoada de concessões, Caxambu foi aparando os excessos de santidade: de “Água Santa” para “virtudes científicas” e, portanto, de povoado de “Nossa Senhora dos Remédios de Caxambú”, para o povoado de “Caxambú”. E Se o Mato velava a promessa de Progresso, conforme progredia sobre a localização dos poços, o funcionamento da Natureza colocado em marcha pela Ciência foi desencantando o feitiço das águas. Deu-se voz ao silêncio da Natureza para silenciar o barulho fantasioso das crenças apregoadas em santidade. Acusava-se o fetiche das águas através da crença nos fatos que autenticavam o seu potencial de exportação: eis o processo de *fatichização*<sup>113</sup> das águas minerais de Caxambu.

---

<sup>111</sup> A garrafa de água mineral se concretizaria conforme o estreitamento do fosso entre as ciências e as técnicas, para falar como Gilbert Simondon (1980 [1958], pp. 32 - 33). A permanência de certo aspecto artesanal no engarrafamento das águas de Caxambu deveria ser substituída conforme o acréscimo de um cuidado científico. Para novamente lembrar Simondon: “a fase artesanal original é caracterizada por uma fraca correlação entre as ciências e as técnicas, enquanto a fase industrial é caracterizada por uma forte correlação [trad. pessoal]” (id.). Tornada concreta, i.e., ajustado o plano construtivo com a perspectiva científica, as garrafas de águas minerais poderiam, enfim, adquirir uma vocação industrial.

<sup>112</sup> Aqui utilizei noção de progresso conforme descrita por Isabelle Stengers (2002, pp. 182 – 183): “O progresso faz a triagem entre aquilo que merece ser conservado e amplificado e o que pode, com algumas dores passageiras, ser relegado ao passado. O progresso seleciona e condena o que lhe opõe obstáculo. Ele nos autoriza portanto a tratar de duas maneiras radicalmente distintas os problemas do presente conforme estes anunciem o futuro ou representem um passado fadado a ser superado”.

<sup>113</sup> A paciência do leitor já fora repetidamente testada para indicar que a Ciência importou os fatos diretamente da Natureza para qualificar os sistemas de crenças - ou reivindicou o poder despedaçá-los como um martelo (Latour, 2001, p. 312). O que complica essa relação é pensar que os fatos científicos, portadores de Verdades sobre a Natureza, são forjados, fabricados, assim como as crenças. Com isto, age-se através dos fatos, assim como se age através dos deuses: crê-se, em ambas situações: a substituição do banho santo pelo gole curativo pode ser tomado igualmente como uma prática de crença: fátiche, ou fé(i)tiche, portanto. Cf. Latour (2001; 2002b).

## 2.4 A promessa das águas

Conforme observado por muitos doutores, havia de ser notada a importância do clima no processo de cura das moléstias que afligiam aqueles que procuravam as estâncias hidrominerais. E é comum encontrar o aparecimento desse fator, com certo privilégio, nas análises hidroterápicas nas estâncias brasileiras. Como está no relato do doutor Sergio Valle, que apresentou uma "these" sobre o clima e as águas de Cambuquira, na ocasião do "2º Congresso das Estâncias Hydro-mineraes do estado de Minas", ocorrido em Araxá, em agosto de 1929. Não por coincidência, a tese do doutor Sergio Valle é dividida em duas partes, onde, na primeira, há um privilégio conferido ao clima de Cambuquira, e, na segunda, uma descrição sobre as águas da cidade.

Sergio Valle observou que o Estado externava alguma preocupação com as estâncias hidrominerais, porém ainda incipiente, mas que sinalizava para o estabelecimento de uma aliança com a medicina, já que estivera convencido "de que é a nós que cabe a mais flagrante responsabilidade no desenvolvimento e no renome de nossas respectivas estâncias" (VALLE, 1934, p. 8).

Se a crenologia deveria ser reconhecida como uma ciência, os crenoterapeutas deveriam exercer uma atividade que iria além das suas habilidades requeridas e do "conhecimento das aguas que maneja", mas que fossem versados em "Physiologia e Clinica Geral", para que pudessem, então, pôr em prática a medicina além das fórmulas reveladas pela química. Seria preciso desenvolver habilidades fortuitas, com

indicações seguras e as contraindicações peremptorias das águas, o estudo pontilhoso dos doentes, a escolha cuidados dos regimes dieteticos, as prescrições e as proscipções de praticas desportivas, enfim, a assistencia inteligente aos aquaticos, sempre descrentes da sciencia provinciana [sic] (VALLE, 1934, p. 9).

Cabia ao crenoterapeuta registrar clinicamente, sistematizar os resultados e publicá-los nas associações médicas para, enfim, tornar a crenoterapia científica e obter a confiança dos aquáticos e do Estado sobre as potências da prática em ascensão. Para resumir, e assim pensava o dr. Sergio Valle (1934, p. 1934, p. 9), a fama das estâncias, as chances dos doentes e a divulgação das curas entre os pares da classe médica estariam conectadas à crenologia.

Seria preciso abandonar o "empirismo esteril" para, através "da observação clinica desapaixionada, pela analyse scientifica dos efeitos da crenotherapie, [e] pelo determinismo das experimentações desbravadoras de caminhos novos", atravessar os empirismos e as paixões com a força pura e objetiva da ciência. E as estâncias se poriam à marcha da modernidade, da ordem e do progresso. Mas tal esforço patriótico não se daria sem consequências. Pois as águas, assim como os pedaços de terra nos continentes descobertos,

apesar de já serem conhecidas pelos antigos, interessavam aos forasteiros que nelas enxergavam a promessa de prosperidade. Fala-se, em Cambuquira, da estória de três irmãs que legaram as suas terras aos seus escravos, e da sua posterior desapropriação, “em 1861, pela importância de 800\$000 [oitocentos mil réis]” (VALLE, 1934, p. 14). Um proprietário, habitante de um lugar ainda hoje conhecido como Marimbeiro, atendia pelo nome de Cambuquira, e a ele fora atribuída

com visos de verdade, pelo menos verdade histórica, a descoberta das aguas mineraes” da estância. E a ele também deveria ser conferida “imorredoura gloria, somando-se nelle, de modo realmente digno de registo, o merecimento de um novo Christovão Colombo e a felicidade rara de um Americo Vespuccio [sic] (VALLE, 1934, p. 14)<sup>114</sup>.

Não é repetitivo dizer que se fossem tomadas as decisões por essas escolhas de modernização, as estâncias seriam verdadeiros laboratórios que funcionariam a céu aberto e, portanto, expostas aos modismos que sopravam a embarcação da Ciência, donde a crenoterapia<sup>115</sup>. E não é coincidente tal afirmação: "Uma estação de águas, é, não há negal-o, uma espécie de sanatorio. E a alma de um sanatorio está, inquestionavelmente, na cultura e na dedicação do seu corpo clínico [sic]" (VALLE, 1934, p. 10) (Figura 5). E o corpo clínico se dedicaria aos corpos não apenas dos doentes, já que, se tomavam para si o papel de condutores para a civilidade das cidades sobre as águas, seria preciso abarcar doentes e não doentes nesta empresa. Mas seria sobre os enfermos que tal privilégio havia de ser conferido. Em Cambuquira, os doentes faziam uso das águas sem os preceitos médicos adequados, e uma contraindicação poderia ser tomada como um indicador de possível cura, como os obesos influenciados "pela ação eupeptica do agente therapeutico, que lhes augmente o appetite e as banhas [sic]" (ibid. p. 11). Os médicos não deveriam "pactuar com tais absurdos", e apenas a "feição scientifica" poderia retirar da crenologia a sua imprecisão "algo charlatanesca" (id.).

---

<sup>114</sup> O médico Thomé Brandão (1940, p. 9) escreveu que a Câmara Municipal de Campanha, “a cujo conhecimento haviam sido levados os rumores da criação do novo arraial, constituído pela antiga fazenda, resolveu, por utilidade publica, proceder a desapropriação dos terrenos pertencentes ao bando de pretos fazendeiros [sic] (BRANDÃO, 1940, p. 9)”. Seguindo Thomé Brandão (1940), se reconhece que aquelas terras estavam sob disputa, com a progressão dos forasteiros sobre os quinhões destinados aos ex-escravos. Esses últimos, por sua vez, foram realocados para a região hoje conhecida como Marimbeiro, já citada como o local onde viveu um dos proprietários, nomeado Cambuquira. Nessa estória, que aqui adotei, talvez irresponsavelmente, por motivo de escasso material de pesquisa, a estância carrega no nome o descobridor das águas. E a antiga fazenda, já posse da municipalidade de Campanha, foi acolhendo um crescente de habitantes até que, em 1872, fundou-se o arraial de Cambuquira.

<sup>115</sup> Se essa noção salta ao leitor algo exagerada, basta sublinhar a seguinte assertiva: “Releva que se faça a observação minuciosa do doente, esmiuçando-se bem toda a sua história pregressa. Tudo deve ser registrado para que se possa pôr o producto de nossa experiência ao conhecimento de toda a classe medica, que em geral, ignora completamente, com razão, alias, por falta de observações clinicas publicadas, quaes as indicações e quaes as doses de nossas fontes [sic]” (VALLE, 1934, p. 10). Note-se aí a semelhança com algumas etapas do funcionamento laboratorial (p.ex. a observação minuciosa, o registro, a produção de resultados e as publicações).

Isto porque "os estrangeiros e os nacionaes habituosos a frequentar as estâncias européas, aqui chegados, admiram-se do nosso primitivismo crenologico [sic]" (id.).

Figura 5 – Termas em Poços de Caldas



Legenda: Sanatório nas termas de Poços de Caldas, sul de Minas Gerais.  
Fonte: Thermas Antônio Carlos, Poços de Caldas (Arquivo pessoal)<sup>116</sup>.

O primitivismo crenológico havia de ser transposto pela evolução da objetividade científica. E esta parece uma maneira particular de, novamente, referenciar a passagem das águas santas para as águas minerais e científicas. A inspiração, nesse processo metamórfico de transformação, fluía das fontes europeias, onde, já em 1934, "[d]istribuem-se os doentes entre elas racionalmente [...] cada um vae buscar em cada fonte o que só esta lhe pode dar [sic]" (ibid., p. 11). Já no Brasil, "cada estância tem de ser uma panaceia" (ibid., p. 12). E considerando os relatos até aqui consultados, a ordenação parecia se colocar como uma condição para o progresso, o que deveria ser replicado nas estâncias brasileiras, para torná-las, enfim, coisas públicas. Bastaria banhar o caos nacional na organização estrangeira para tornar as estâncias de cá rivais à altura das estâncias de lá, desde que contempladas, enfatizadas e valorizadas as diferenças daqui:

Cambuquira não é somente, ou só é secundariamente uma cidade de verão, sendo acima de tudo uma estancia de cura hydro-mineral que pode e deve ser frequentada durante todo o anno, graças ás condições naturaes de seu clima, e ao contrario das estancias européas, que o inverno rigoroso põe em hybernacão desde Outubro até Mayo [sic] (VALLE, 1934, p. 22).

Em Cambuquira, havia de se valorar a importância do clima para confirmar a sua vocação. Para o médico, o clima na região apresentava “condições favoráveis que oferece

<sup>116</sup> Embora se fale de Cambuquira, cumpre notar que a imagem espelha o que se esperava de um sanatório que também realizava a cura com as águas, na época.

como próprio para sanatórios e para convalescentes de todo o genero [sic]” (VALLE, 1934, p. 19). E movidos por esse clima propício à instalação de sanatórios, deveriam fluir, por todo o ano, “os anemiados, os depauperados, os neurasthenicos, os hystericos [sic]” (Id.), porque pairava por lá uma “acção sedativa do repouso reconfortante, do frio secco e estimulador que jamais chega a extemos incomodativos ou importunos, e da luminosidade constante [sic]” (id.). E isto seria o suficiente para “haurir novas forças, bem estar e alegria de viver” (id.). Havia uma espécie de determinismo climático para a instalação de sanatórios dedicados a retirar os doentes das exigências cotidianas e dos acometimentos exaustivos, que nas grandes cidades convidavam às manifestações das doenças. Dizia-se cumprir, em Cambuquira, uma vida “verdadeiramente campestre, sem os trajas anty-higyenicos dos grandes centros urbanos” (Id.)<sup>117</sup>. E por ali não seria necessário “martirizar os pés dentro dos sapatos Luiz XV”, ou “abafar as cabeças dentro de chapéos complicados, para abster-se do contacto livre do sol [sic]”, mas dedicar-se aos “exercicios moderados, das caminhadas salutareis, [e] do somno tranquilo e certo [sic]” (id.). Todas essas questões não eram dignas de objeção por parte daqueles que nelas enxergavam benefícios secundários nos processos terapêuticos. Pois havia uma vasta paleta de recomendações para a aplicação dos princípios higiênicos na estância hidroclimática, e esses princípios, tidos como “a base da eugenia” (Ibid. p. 20), deveriam se expressar desde a conduta dos pacientes até a arquitetura dos lugares próximos das fontes.

O clima seco e a atmosfera pura e luminosa eram benefícios que contrastavam com as águas minerais povoadas de entidades incertas e imersas em uma obscuridade que a ciência deveria não apenas revelar, mas tornar compatível com aquelas condições climáticas que empolgavam os praticantes da “heliotherapia”<sup>118</sup> (VALLE, 1934, p. 20). Pois em Cambuquira, as radiações solares não pareciam sofrer as atenuações de suas capacidades terapêuticas, “porque a atmosfera é isenta de poeiras, de vapor d’água e de vento de grande velocidade” (Ibid., p. 21). E a estância alargaria o seu potencial de cura, indo das águas que por lá brotavam até a cura atmosférica pela ação dos raios solares, que poderiam atuar

---

<sup>117</sup> Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 103) notou que um dos efeitos da improvisada tentativa de instalar uma burguesia urbana no Brasil estava na generalização de algumas peculiaridades antes concernentes ao universo do patriarcado rural. Uma norma de conduta passou a extravasar os seus ditames e a mentalidade da casa-grande transbordou para as cidades: “É bem típico o caso testemunhado por um John Luccock, no Rio de Janeiro, do simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto”.

<sup>118</sup> Em resumo, tratava-se de uma terapia de exposição aos raios solares: “As propriedades físicas, químicas e biológicas dos raios ultra-violetas, a de aumentar a fluorescência dos corpos, a acção microbicida, a acção biótica para o protoplasma superior, a regeneradora dos tecidos, a de fixar o fósforo [...] a de intensificar a reserve alcalina do sangue, a de enriquecer o numero de globulos vermelhos, a de estimular o systema nervoso, o sympathico e as glandulas de secreção interna, etc... [sic]” (VALLE, 1934, p. 20).

desimpedidos sobre os corpos dos “convalescentes de molestias infecciosas graves”. E estariam habilitados a encontrar os benefícios da terapia solar os “anemicos”, “rachiticos”, “lymphaticos”, “pre-tuberculosos” e “arthriticos” [sic] (Id.). Havia, portanto, uma economia solar ainda pouco explorada, que jorrava do céu sem que “ninguém se lembrasse de canalizal-a para os cofres do Estado [sic]”.

E se as águas e a atmosfera do lugar deveriam ser convertidas em benefícios econômicos, é de se suspeitar que a cidade devesse se adaptar de tal maneira, que não se interpusesse nas ações diretas desses elementos nos corpos dos doentes. Seria preciso não interferir nem nos componentes das águas, nem nos componentes da atmosfera, para que a cidade, assim como os visitantes, pudesse se banhar nos benefícios dessa purificação. Para manter as qualidades daquela Natureza primeira, seria preciso mantê-las purificadas de toda interferência ou mácula que os empreendimentos humanos, tais como aqueles das grandes cidades, pudessem lhes provocar, e daí se exibiriam, em Cambuquira, “as prendas que as singularizam: a doçura do clima [...] e o efeito therapeutico de suas aguas mineraes” (VALLE, 1934, p. 21).

Tratava-se de um exercício de adequação. Havia, nas estâncias hidrominerais, as águas, obviamente, mas também o clima. As águas eram um motivo primeiro, pois não bastaria um clima profícuo ao apagamento das impurezas se não houvesse as águas naturais para o amansamento das vísceras indolentes. Contudo, esses territórios de águas minerais não bastavam. Seria preciso operar um duplo movimento que aqui chamarei de repetição da diferença. Buscava-se a inspiração nos modelos em funcionamento das estâncias hidrominerais que já operavam a purificação dos corpos daqueles que nelas se tratavam: exercício de repetição. Mas havia, por decorrência, um esforço de diferenciação, no qual a ciência interpretava um determinante papel: as águas não eram igualmente distribuídas entre as estâncias, tampouco era o clima, e seria no reforço dessas diferenças que as estâncias poderiam rivalizar umas com as outras na disputa pelos doentes. E a orientação dos médicos era determinante nesses casos, pois funcionaria como um atestado científico das singularidades dos lugares. Não à toa, o discurso médico se desdobrava também em uma prática que atuava como uma importante propaganda das peculiaridades das cidades – e, com frequência, como se viu, os próprios médicos assumiam alguma função nas empresas de águas minerais das estâncias hidrominerais. E não parece coincidência que a primeira das quatro conclusões do trabalho sobre as águas e o clima de Cambuquira, cunhado pelo doutor Sérgio Valle (1934, pp. 45 – 46), diz que “Cambuquira, como estação climática, rivaliza com Bello Horizonte e está acima de Therezopolis”, restando às demais conclusões o caráter

técnico que se espera de um texto médico que se pretende científico. A purificação, nesse caso, não parece alva como a atmosfera do lugar, e a objetividade científica já apresentava a contaminação dos interesses difusos e dispersos sobre uma estância hidromineral em ascensão.

Em 1940, quando do II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo, o doutor Thomé Brandão apresentou um trabalho sobre a formação e a situação da estância de Cambuquira, encetado com um elogio ao privilégio científico de revelação da Natureza:

Ao acaso, unico agente, quasi, que nas mãos do homem colocou todas as descobertas, se deve o serem desvendados os caprichosos segredos da Natureza, que por diversas regiões do Globo espalhou as suas riquezas, de entre as quais, as aguas mineraes. Trouxeram essas o seu concurso, explorados em parte pela ciência, ao serviço desta, como um dos maiores agentes terapêuticos, em defesa de organismos degradados pelas molestias. À medida que novas terras iam sendo desbravadas, ao conhecimento dos povos civilizados iam chegando as noticias de aguas miraculosas, que um capricho do acaso indicava como poderoso agente curativo de determinadas afecções. O empirismo fazia aproveita-las pelos carecedores de saude, que a outros iam levando a boa nova, atraída a atenção dos cientistas ao estudo da nova maravilha [sic]” (BRANDÃO, 1940, p. 7).

Antes, eram terras bravas, imersas em obscurantismo caprichoso e empiria generalizada, organizadas num caos de entidades improváveis que recebiam os agouros da conquista da saúde sobre a doença, do bem sobre o mal. Mas as terras bravas foram sendo desbravadas, domesticadas, ordenadas, materializadas e, assim, se tornando civilizadas. A Natureza se colocava aí como um grande fora, uma *res-extensa* que, na medida em que se expandia pelo mundo, conspirava para o aparecimento bastante localizado dos estranhos acasos que a Ciência pretendia desvendar, censurar, desmistificar, e converter em argumentos irrefutáveis para fomentar o aparecimento das manchas de civilidade.

No sul de Minas Gerais, conforme as curas seguiam sendo divulgadas, se despertaram “novas fontes de renda”, e as fontes de águas minerais “faziam jorrar moedas de ouro, em vez da prata liquida delas expelida” (BRANDÃO, 1940, p. 8). E dessa condição “[n]asceram as estancias Sul Mineiras à lei da Natureza, impulsionadas pela ambição comercial” (Id.). Antes, o “empirismo emprestou-lhes virtudes terapeuticas”, ao ponto de fazer retornar “estômagos cansados” ao seu “trabalho fisiológico”, assim como as “tantas outras denominações morbidas” que “desapareciam de circulação naqueles que ao uso das aguas foram se atirando” (Id.). E bastou um acréscimo na dose de cientificidade dessas divulgações circulantes para que as águas de Cambuquira comessem “a ser faladas” (Ibid., p. 9) em anúncios embutidos de modernidade, já que “maiores virtudes e maior atração possuem os novos, preferidos aos antigos, já conhecidos” (Id.).

Se a modernização se pretendia às custas do arcaico, com a fundação da República, novos ares puderam circular nas estâncias sul mineiras, e “para tudo que era possível ser explorado organizavam-se empresas e companhias” (BRANDÃO, 1940, p. 13)<sup>119</sup>. Mas as empresas particulares instaladas nas municipalidades sufocadas em suas águas abundantes não viam senão o “domínio da politicagem”, tal que

era o destino das novas estancias agrilhado ao lento caminhar, de quase nulo desenvolvimento, de Municipios ainda mal servidos de vias de comunicações com os grandes centros civilizados [sic]” (BRANDÃO, 1940, p. 13).

Em Cambuquira, a “Empresa União Industrial dos Estados do Brasil” foi incumbida da “exploração comercial dessa riqueza aqui distribuída pela Natureza [sic]” (Id.), até que fora transferida para a Empresa Lambarí-Cambuquira e, mais tarde, incorporada à empresa de “Caxambú”, formando a “Empresa Caxambú-Lambarí-Cambuquira” (Id.). Foi essa a empresa responsável pela captação das fontes por entre os brejais que deram lugar ao parque de Cambuquira.

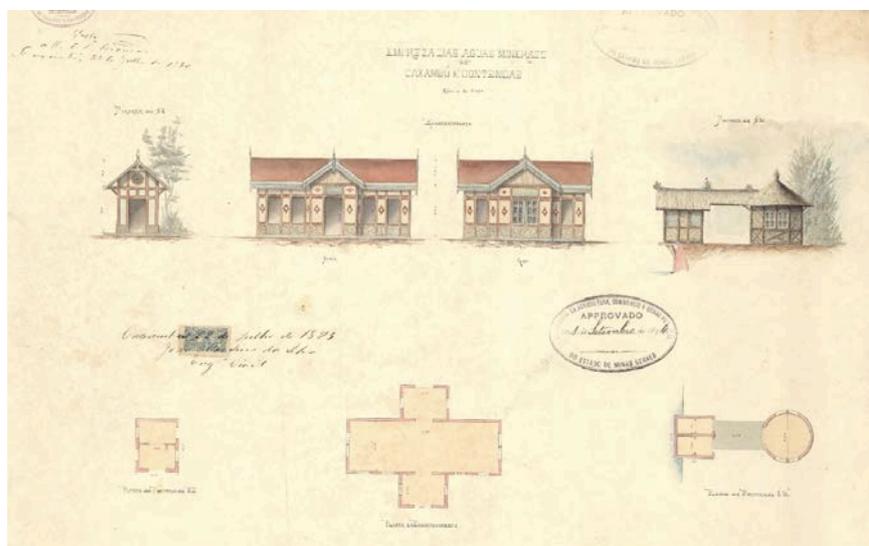
Com o parque e a inauguração de um estabelecimento hidroterápico, Cambuquira incrementou-se de civilidade, e, tal como em Caxambu, hotéis foram empreendidos para abrigar os aquáticos que por lá já se encantavam pelas virtudes das águas. Mas se havia sede de cura, havia também a voracidade dos negócios, e o crescimento desordenado da cidade se tornara incompatível com a ordenação do progresso pretendido sob um signo republicano e moderno, pois fora realizado “sem que a isso se opusesse uma regulamentação severa, base de uma orientação determinada e com exigências obrigatórias de interesse publico” (BRANDÃO, 1940, p. 14). E essa modernização arcaica deveria ser sucedida por um modelo menos rudimentar, a ser empreendido com o auxílio do Estado, que até então sequer tinha muitas notícias do crescimento improvisado daquela candidata à estância hidromineral, “cujos dotes naturais foram os maiores impulsionadores do seu progresso”.

---

<sup>119</sup> O historiador Bóris Fausto (2015, p. 217) escreveu sobre essa “febre de negócios e de especulação financeira” no primeiro ano da república. Situação que ficou comumente conhecida como “encilhamento”. Para esse historiador, o sentido atribuído ao encilhamento é semelhante ao que ocorre nos locais onde os cavalos são preparados para as corridas, e teria sido aplicado analogamente “à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a ideia de jogatina”. O historiador observou que desde o final do Império, já havia a constatação de que a quantidade de moeda que circulava no país era incompatível com o crescente trabalho assalariado e o ingresso de imigrantes. No governo provisório, Rui Barbosa, então ministro da fazenda, baixou uma série de decretos para aumentar a oferta de moedas, como uma estratégia de adaptação à nova realidade do país, e “facilitar a criação de sociedades anônimas”. Não parece coincidência que o “papel fundamental” para colocar em andamento a emissão de moedas, “coube ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil dirigido por um dos grandes empresários da época, Francisco de Paula Mayrink” - o mesmo que deteve a concessão da empresa de água de caxambu. Com a expansão do crédito veio a ideia de que a república seria “o reino dos negócios”, e com a inauguração da república se observou o aparecimento de muitas empresas, como as empresas de águas no sul de Minas Gerais.

O casamento entre Natureza e Progresso não era uma contingência, pois seria dessa Natureza que se extrairiam as Leis que conduziriam Cambuquira para a modernidade, tal como ocorrido na vizinha Caxambu, já “à frente de suas co-irmãs, em situação topográfica que mais facilitava o estabelecimento de uma cidade [...] mais próxima dos troncos de comunicação, fornecida pela via férrea [sic]” (BRANDÃO, 1940, p 16). Essa via férrea encurtava a distância entre Caxambu e as demais cidades, e lhe conferia um privilégio manifesto não apenas na predileção dos aquáticos, como também pela implementação de uma Empresa de Águas (Figura 6). Em Caxambu, observou-se um auxílio do Estado à “ganancia exploradora das empresas a quem foram arrendadas as fontes e parques” (BRANDÃO, 1940, p. 17). E a empresa de Caxambu, “que lutava em concorrência com a de Lambarí e Cambuquira” (Id.), acabou sendo incorporada às demais para a formação de uma grande empresa, a “Empresa Caxambú-Lambarí-Cambuquira”. E “estava formado o truste das águas minerais” (Id.), onde uma grande empresa administrava a exploração em três localidades diferentes, e “dirigidas pela mesma administração, tinham de, forçosamente, se sujeitar as mais fracas ao desenvolvimento maior da predileta” (Id.).

Figura 6 – Planta da Empresa de Águas Minerais de Caxambu



Legenda: Planta da Empresa de Águas Minerais de Caxambu (1894), desenhada pelo Engenheiro Civil João Martins da Silva.

Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo Público Mineiro<sup>120</sup>.

<sup>120</sup> Notação: SA- 011(01). Fundo Secretaria da Agricultura. Disponível em: < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos/brtacervo.php?cid=967&op=1](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=967&op=1) > Acesso em: dez. 2018.

Se Caxambu era a predileta das cidades irmãs, não surpreende que as suas águas fossem as escolhidas para divulgar os remédios engarrafados gestados nas fontes do sul de Minas Gerais<sup>121</sup> (Figura 7). Chegou-se inclusive, na “exploração comercial”, a engarrafar a “água de Cambuquira com os rótulos de águas de Caxambú” (BRANDÃO, 1940, p. 17). Apenas após a criação das prefeituras de Lambari e Cambuquira tal empresa fora dissolvida. E as águas, até então concentradas em uma única empresa, passaram a ser apreciadas novamente pelas suas diferenças: para cada prefeitura, as suas empresas. E naquele período, um empréstimo fora concedido às prefeituras para os “serviços de remodelação e embelezamento das estancias de águas minerais” (Id.).

Figura 7 – Propaganda da água de Caxambu



Legenda: Propaganda sobre a água engarrafada “Caxambú”.

Fonte: Revista “Fon Fon!” (22 de setembro de 1917)<sup>122</sup>.

Cumpria agora seguir com o planejamento de reforma das estâncias, e “que se aproveitasse a lição de experiência tiradas das estancias Européas, adotando-se entre nós o que para nós fosse aproveitavel” (Ibid, p. 19). Um químico chamado Charlie Berthaud fora contratado para “dirigir os serviços de captação das fontes carbo gazozas” (Ibid., p. 49), e em

<sup>121</sup> Caxambu já recebia uma atenção distinta do Estado desde meados do século XIX. Em 1851, o Presidente da Província de Minas Gerais, José Ricardo de Sá Rego (1851), havia liberado uma prodigiosa quantia para o melhoramento da fonte das águas de Caxambu (à época ainda pertencente ao povoado de Baependy). Dizia Rego (1851, p. 21) que, para permitir o “melhoramento desta fonte”, através dos trabalhos sobre um terreno outrora inundado (é provável que se trate do córrego hoje conhecido como Bengo, uma vez que o relato do qual aqui extraio um fragmento, escrito pelo presidente da província, estava referido às “Águas Mineraes do Cachambú”), fora preciso “desviar o correço que passa em pequena distancia da fonte e dessecar o terreno que lhe fica adjacente”. E assim, o leito do córrego fora rebaixado e, como beneficio resultante, observou-se a “concentração de águas mineraes, e o apparecimento de novas fontes mais ricas de acido carbônico e sães de ferro, ás quaes ainda mais tem já recorrido muitas pessoas com manifesto proveito em diversas enfermidades”.

<sup>122</sup> Disponível em: < [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_anos.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_anos.htm) >. Acesso em: dez. 2019.

Cambuquira se fixou, apregoado às promessas das águas ainda em plano de captação. E se as águas fluíam do solo, para Berthaud fluíam

os necessitados, não somente os residentes como os estranhos à terra, que recorriam aos seus conhecimentos científicos, arvorando-o em médico, na falta de profissional que os atendesse (BRANDÃO, 1940, p. 49).

Em 27 de maio de 1892, Berthaud, já antevendo um potencial de engarrafamento das águas minerais, aliou ciência e indústria em um

Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o Systema e conjuncto de installação de apparatus para o engarrafamento de aguas mineraes gazosas naturaes [sic]<sup>123</sup>.

Nesse memorial, o químico escreveu que

A acceitação geral que o uso das aguas mineraes gazosas naturaes obtem nos lugares onde ellas apparecem, constituem uma fonte de riqueza avultada para as localidades que as possuem e onde ellas chamão o concurso dos consumidores trazendo consigo a prosperidade e desenvolvimento das mesmas [sic].

E logo seria “possivel augmentar ainda os resultados pecuniarios, proporcionando ás localidades distantes das nascentes os beneficos efeitos do consumo de taes aguas pelo transporte das ditas convenientemente engarrafadas [sic]”. Contudo, a obtenção de tal resultado exigiria “certos requisitos” que deveriam

ser escrupulosamente observados não tão somente no modo de recolher as aguas mineraes na sahida do solo, como tambem no processo de engarrafamento em si próprios [sic].

Do esposamento entre ciência e indústria nasceria uma técnica de engarrafamento cientificamente orientado, que tinha por objetivo que as aguas conservassem “todas as suas propriedades naturaes sem que sejam suscptiveis de alterar-se pelas manipulações necessarias ao processo [sic]”. E convencido de que a sua invenção cumpriria a função para a qual fora planejada, Berthaud concluiu que o

systema que apresento satisfáz perfeitamente essas condições e requer o emprego de apparatus os quaes considerados separadamente ou no conjuncto constitue a base do presente pedido de privilegio [sic].

Tratava-se da solicitação de um privilégio industrial cunhado por um químico dedicado a engarrafar metodicamente as águas minerais dos lugares de onde surgiam. Então, para que as águas pudessem fluir das fontes para as garrafas, conservando a sua pureza originária - logo, Natureza -, seria preciso

1º Um reservatorio collocado directamente sobre o orificio de sahida de canalisação vindo da nescente ou das nascentes e pelo qual passam todos os productos agua e gaz das mesmas nascentes.

<sup>123</sup> O referido documento pode ser encontrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro sob a seguinte notação: BR JANRIO PI. O. O. 1041. Cod. Fundo: PI. Unidade Custodiadora: CODES/DEL.

2º A distribuição por meio do mesmo reservatorio desses productos aos aparelhos de engarrafar subtrahindo-os ao contacto de ar.

3º A distribuição para o consumo local na fonte da agua e gaz que sahe pela torneira da bacia.

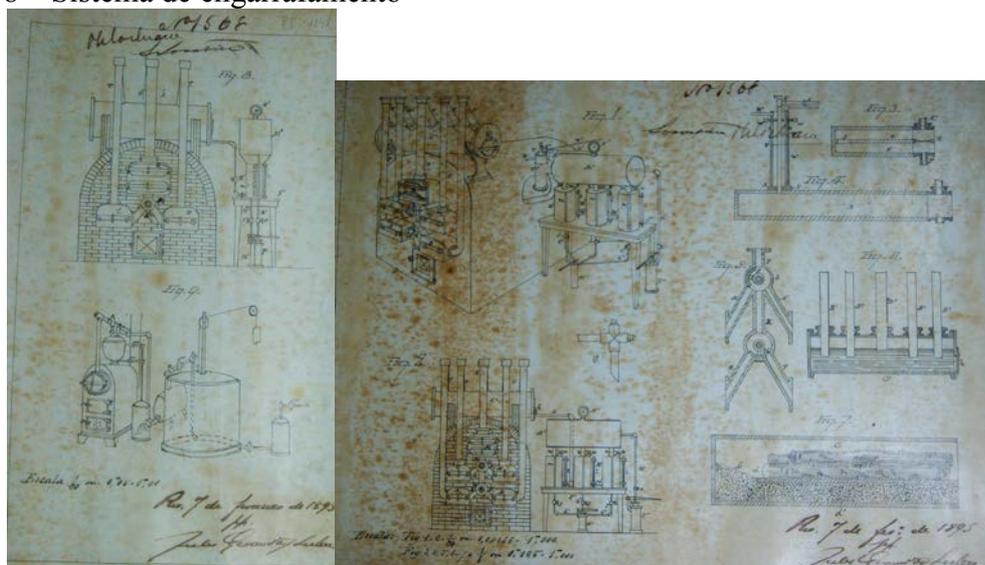
4º A manipulação das águas e gazes conservado-lhes sempre as mesmas propriedades naturaes.

5º Reservatorios intermediarios permittindo de obter pela collocação dos mesmos perto dos saturadores, a agua a uma pressão constante e de regular com uma grande precisão a dosagem agua mineral e dos gazes lancados nos compressores.

6º A applicação ao trabalho das aguas naturaes dos mesmos aparelhos servindo para a saturação e engarrafamento das aguas artificiais usuaes modificados com as addições descriptas neste systema e conjuncto de installação de aparelhos o engarrafamento das aguas gazosas naturaes simples ou ferruginosas.

E um químico, meio engenheiro, buscava interessar à indústria (e os investidores)<sup>124</sup> através de um “systema e conjuncto de installação de aparelhos para [o] engarrafamento de aguas mineraes gazosas naturaes” (BERTHAUD, 1892) (Figura 8).

Figura 8 – Sistema de engarrafamento



Legenda: Sistema de instalação de aparelhos para o engarrafamento de águas minerais. Autor: Charlie Berthaud (1892). Foto: Arquivo Pessoal.

Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro<sup>125</sup>.

O que fora incorporado a uma Cambuquira já algo desbravada, algum tempo antes, pelo engenheiro Américo Wenneck, também sócio da empresa de águas da cidade. Em seu romance “Judith” (1912 [1878], p. 30), Werneck escreveu que a saúde da personagem que emprestou o nome ao título do livro encontrava-se “seriamente ameaçada pelos ares do Rio

<sup>124</sup> Aqui a noção de *interesse* é tomada como em Latour (2000, p. 179), “é aquilo que *está entre* os atores e os seus objetivos [grifo do autor]”. É assim que uma tensão se cria entre os atores, o que gera um processo de seletividade daquilo que os levará aos seus objetivos.

<sup>125</sup> O referido documento pode ser encontrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro sob a seguinte notação: BR JANRIO PI. O. O. 1041. Cod. Fundo: PI. Unidade Custodiadora: CODES/DEL.

[de Janeiro]”, o que motivou a sua mudança para o interior de Minas Gerais. Descontadas as pequenas conspirações de Werneck ao longo de sua ornada perseguição à precoce Judith, de 14 anos, na “mais bela aurora do [s]eu sexo, quando não foram polluidas as virgindades do coração” (Ibid., p. 51), atentemo-nos aos fatos progressistas desse engenheiro, no caldo efervescente de um país onde “a vontade do cidadão é livre e a da cidadã depende da do marido, do pai ou do irmão”, como diagnosticou Machado de Assis (1862)<sup>126</sup>.

Quando a República ainda não havia sido instaurada no país, o Progresso não precisou aguardar nenhuma proclamação para adentrar nos territórios através dos trilhos que conduziam mercadorias e pessoas aos seus destinos e paradas. A estrada de ferro D. Pedro II seguia do Rio de Janeiro até Boa Vista (Engenheiro Passos), de onde se “partia para o sul de Minas e [o] interior de Goyaz” (WERNECK, 1912, p. 60). E ao beirar as margens do Paraíba do Sul, via-se que o fogo “carcomia os troncos decepados e, rebrilhando aqui, ali, semelhava um lençol de pyrillampos” (Ibid., p. 62), comunicando que as florestas cediam as suas ocupações aos cafezais: a ferro e fogo *progredia o Progresso* no Brasil<sup>127</sup>. E deixando para trás as florestas colocadas abaixo, Werneck subiu para a serra do sul de Minas, com a intenção de se casar, e se até lá as ferrovias não chegavam, fora preciso seguir com os muares e tropeiros em meio ao complicado caminho da serra do Picú, ainda mais difícil de transpor quando dos meses chuvosos<sup>128</sup>. E depois de alternar idas à Corte e voltas ao sul de Minas, Werneck se instalou em Águas Virtuosas (atual Lambari)<sup>129</sup>. E ali, já absorto pelos clamores civilizatórios, enfatizados após a visita de Benjamin Constant àquela estação balneária,

<sup>126</sup> Crônicas do Dr. Semana. Preleções de Gramática, 27 de julho de 1862. Disponível em: < <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?limitstart=0> > Acesso em dez. 2018.

<sup>127</sup> “Progredia o progresso”: em uma expressão, a união de um verbo complicado e um perigoso substantivo. Sobre o termo “a ferro e fogo”, consiste no título do livro do historiador Warren Dean (2004, pp. 195 – 200). Nas grandes fazendas doadas por sesmarias, o café passou a ser o principal foco de produção. E no Vale do Paraíba fluminense, o plantio fora amplamente empreendido nos mares de morros que hoje reverenciam, como súditos desnudos, as montanhas da Mantiqueira. Mares de morros de vestes escassas porque “os incêndios de muitas clareiras elevavam imensas nuvens cinzentas de fumaça [...] na metade do século, à medida que se acelerava a derrubada da Mata Atlântica para o café, uma nuvem amarelada pairava sobre a província durante esses meses [...] em agosto e setembro, as cinzas do interior caíam sobre a cidade do Rio de Janeiro” (DEAN, 2004, pp. 199; 200).

<sup>128</sup> Um fragmento do Jornal do Commercio, de 1875, já demonstrava os hábitos tendentes de quem abusava da paciência dos tropeiros no caminho para o sul da Mantiqueira: “Seguia-me de perto o camarada mais feio e estúpido que deparou-me fatal sina. Era este demonio, negro, velho, destentado, e chamava-se por ironia *Benjamin*: imperturbável respondia-me somente nhô-sim, e nhô-não, com uma monotonia desesperadora [...] o camarada me olhava de soslaio, e foi deixando-se ficar ao largo não querendo ouvir os threnos de Gonçalves Dias e Castro Alves [sic] (R.T., Apontamentos de Carteira de Viagem a Caxambu, Jornal do Commercio, 1875, ano 54, número 3)”.

<sup>129</sup> O famoso Cassino dessa cidade é obra de Americo Werneck.

dedicou-se ao projeto, compartilhado por muitos adeptos dos saberes positivos, de instalar uma república no Brasil. Ao contrário do gênio de “republicano platônico” (WERNECK, 1878, p. 211) de Constant, pois um positivista preocupado apenas com “a parte científica, com abandono completo da secção política e religiosa” (Id.), Américo Werneck lhe comunicou a importância de considerar as outras seções, e de lá, Constant retornou combativo e ampliado, já que não apenas científico, mas comprometido politicamente (Ibid., pp. 211 e 212).

Ainda que saibamos que esses domínios não fossem tão impermeáveis conforme proclamavam os positivistas mais aguerridos, importa participar que Werneck, como muitos homens daquele tempo, se enxergavam como pontas de lança de um projeto político embebido em ciência para fazer avançar a civilidade guiada pela razão. O que resta evidente em sua visita à Cambuquira, quando Werneck (1878, p. 213) notou tratar-se de “um povoado composto de casebres de baixo valor”, mas, ainda assim, um local “onde existiam duas fontes de águas minerais a borbulharem de um pantano” (Id.). E “[q]uem dispusesse de trinta contos de reis podia comprar tudo aquilo”, pois naquela “lamentável ruína”, ninguém parecia dar “importância á riqueza ali abandonada á desídia dos governos e á ignorancia do povo” (Id.). E segue a transcrição do plano traçado por Werneck:

Comprei alguns quinhões da Empreza de Aguas do Lambary, adquirei os direitos e privilegios que ela tinha sobre as fontes de Cambuquira, organizei uma outra empreza com o capital de trinta contos e mudei-me para aquelle lugar (WERNECK, 1878, p. 213).

Após comprar a mata adjacente às fontes - esboço de um “parque magnífico, já feito pela natureza” (p. 213) – e “todos os terrenos ocupados pelos caboclos nas imediações das fontes [sic]” (Ibid. p., 214)<sup>130</sup>, Werneck deu prosseguimento “á sondagem do pantano [sic]” (Id.). As nascentes descobertas ganharam os nomes das fontes Fernandes Pinheiro, Augusto Ferreira e Roxo Rodrigues. E sobre a “fonte gazoza, baptizada mais tarde com o nome Regina Werneck [sic]”, ele ergueu um “barracão para o engarrafamento”. Na origem da grande transformação espacial de Cambuquira estava um engenheiro positivista comprometido a subverter a ignorância do povo e a negligência do governo através da implementação de uma empresa de águas minerais, e de tudo mais que ela podia prometer.

E aqui retornamos ao médico Thomé Brandão (1940, p. 151). Se as “misteriosas leis” da Natureza que moviam as rochas e lhes rearranjavam as fraturas permitiram o surgimento das águas por entre o “[c]harco em que rãs e sapos coaxavam”, é de se dizer que os rumores

<sup>130</sup> “apesar da ilegitimidade de sua posse [sic]”, Werneck argumentou.

foram se tornando fatos, e as águas foram adquirindo Natureza conforme se revelavam as descobertas científicas. E isto se estendeu até o processo de engarrafamento, cuja captação deveria ser norteadada pela “aplicação de processos mais ou menos científicos” (Ibid., p. 152). E foi Americo Werneck quem iniciou esse processo, acrescido em cientificidade por Charlie Berthaud. Em Werneck, Cambuquira encontrava a engenharia dos negócios, em Berthaud, a engenhosidade da ciência. E esses homens se reconheciam como capacitados para conduzir Cambuquira às promessas das águas, tal como ocorria na Europa. E isto fora reforçado pela presença do médico Ferreira Neto, recém-chegado de Lambari, que “aliando à proeficiencia clinica, especializado em hidrologia medica” às “qualidades de perfeito cavalheiro” ajudou a atrair, para Cambuquira, “as primeiras levas regulares de frequentadores” (BRANDÃO, 1940, p., 42).

E os médicos seguiram substituindo-se no consultório do parque, enquanto alguns frequentadores se tornavam tão convictos das águas quanto leais às estâncias. Mas se os visitantes iam até as fontes, das fontes as águas seguiam em garrafas. Em 1911, 2.027 caixas de água foram exportadas pela empresa de águas sob a administração da prefeitura de Cambuquira (Figura 9). Pouco depois, capitalistas paulistas fundaram a “Empresa Cambuquira de Aguas Minerais” (Ibid., 44), que ficaria encarregada da conservação “dos bens arrendados, procedendo dos serviços de pintura e pequenos reparos” (Id.), incluídas as fontes de águas minerais. Sob a administração desta empresa, a exportação de águas deu um salto se comparado ao rastejar dos anos precedentes - embora o Parque não tenha se beneficiado desses lucros, já que “tudo quanto no Parque se encontra ali existia, antes que fossem essas ultimas empresas organizadas” (Ibid., p. 45). Se as águas eram externalizadas nas formas de garrafas cerradas, os lucros eram internalizados na forma de capital concentrado, enquanto o parque seguia no compasso repetitivo de permanecer o mesmo sob a promessa de ser outro.

Figura 9 – Visitantes de Cambuquira e exportação das águas minerais

Cambuquira 47

QUADRO DE FREQUENCIA DE HOSPEDES DA  
ESTANCIA DE 1910 a 1939

Ano	Hospedes	Ano	Hospedes
1910	836	1925	3.136
1911	1.010	1926	2.903
1912	1.123	1927	3.074
1913	1.201	1928	3.530
1914	1.332	1929	2.437
1915	2.054	1930	2.792
1916	2.769	1931	3.164
1917	2.884	1932	3.461
1918	3.030	1933	3.198
1919	3.792	1934	3.407
1920	3.346	1935	3.452
1921	2.517	1936	3.899
1922	3.384	1937	4.008
1923	3.833	1938	5.626
1924	3.477	1939	6.917

QUADRO DE EXPORTAÇÃO DE AGUAS MINERAIS  
DE 1911 A 1939

Ano	Caixas de agua	Ano	Caixas de agua
1911	2.027	1926	17.020
1912	4.551	1927	21.000
1913	10.443	1928	20.000
1914	10.549	1929	17.000
1915	13.761	1930	12.258
1916	11.913	1931	7.408
1917	11.547	1932	6.922
1918	14.605	1933	5.680
1919	19.000	1934	5.805
1920	16.993	1935	9.666
1921	15.900	1936	9.585
1922	17.000	1937	10.292
1923	20.900	1938	8.574
1924	13.360	1939	5.329
1925	21.000		

Legenda: Número de visitantes e exportação das águas minerais em caixas da estância de Cambuquira.

Fonte: Thomé Brandão (1940, p. 47).

Se as estatísticas demonstravam um aumento no número de visitantes à Cambuquira, esperava-se que esses aquáticos fossem os porta-vozes dos “sítios de reparação da saúde [sic]” (BRANDÃO, 1940, p. 50). E a formação das estâncias, “moldada pela lição [...] [da] velha europa [sic]” (Id.), aliada à aplicação de “capitais particulares, será o unico meio de para elas encaminhar a corrente de hospedes [sic]” (Id.). Mas assim como ocorria na Europa, as chamadas águas artificiais já brotavam no caminho das águas engarrafadas. E para rivalizar com essas águas artificialmente engarrafadas, seria preciso reafirmar a naturalidade terapêutica das fontes. E havia aí um complicado desafio. Se, por um lado, seria preciso atrair os hóspedes para as fontes, por outro, seria preciso atrair a atenção dos consumidores para as águas engarrafadas naquelas fontes mesmas, de modo a manter profícuo o negócio do engarrafamento: os hóspedes deveriam rumar do caos urbano ao sul de Minas, e as águas deveriam sair do sul de Minas até o caos urbano.<sup>131</sup> Nesse ponto, o tratamento que seria concedido ao aquático seria revertido à estância, pois nas vozes dos aquáticos estariam divulgadas, nas grandes cidades, as promessas impressas nos rótulos das águas naturais das estâncias sul-mineiras. Esperava-se, assim, a ativação da dupla função das águas: “não

<sup>131</sup> Thomé Brandão (1940, p. 48), quantificou os frequentadores de Cambuquira: em 1919 foram 3.792; em 1929, 2.437; em 1935, 3.452; em 1936, 3.899; em 1937, 4.008; em 1938, 5.626; e em 1939, 6.917. E a seguinte passagem expressa a confiança de Brandão na divulgação das águas pelos aquáticos quando em retorno às cidades: “dessa maior frequencia decorrerá, forçosamente, o aumento da exportação [sic]” (Brandão, 1940, p. 51).

somente de renovadoras de energias vitais, mas de fator economico” (Id.)<sup>132</sup>. Eram águas minerais multifuncionais que, nesse caso e naqueles lugares, conduziriam a república ao progresso vital e econômico.

Pode-se dizer que as águas minerais do sul de Minas Gerais sofreram uma espécie de possessão *espiritual* (para retomar o termo de Gabriel Tarde). Se os espíritos da crença tentavam sabotar o plano positivista dedicado às águas, a ciência não tratou senão de povoar as águas com outros espíritos que não aqueles santos, mas habilitados em censurar toda sorte de contaminação provocada pela mágica dos feitiços. E a “ciência, em seus diversos ramos, veio a pouco e pouco dando o “porque” dos efeitos observados, transformando para mais racionais as “antigas crenças aberrantes” (BRANDÃO, 1940, p. 115). E assim se tentou replicar, no sul de Minas Gerais, a análise “paciente dos sabios [sic]” europeus,

dissociando o precioso liquido em seus diversos componentes minerais, estudada a complexidade de sua forma, investigados os seus modos de ação e as reações a se operarem nos organismos doentes (BRANDÃO, 1940, p. 115).

Mas as águas engarrafadas não eram de acesso fácil, e ainda que fluíssem em generosas quantidades das fontes, após engarrafadas, não eram compatíveis ao que entrava nas bolsas dos cidadãos brasileiros. As águas engarrafadas se apresentavam em “preços não acessíveis a todas as bolsas, quatro vezes mais caras que o mais caro leite empregado nas grandes cidades, e no duplo do preço da gasolina” (BRANDÃO, 1940, p. 117): com as ressalvas matemáticas, é de se pensar: para cada dois litros de gasolina, um de água engarrafada.

E se uma gente distinta era aquela que se aventurava nas estâncias sul-mineiras, era de se esperar que, nas cidades, a água mineral engarrafada no sul de Minas Gerais fosse também um benefício dos bem nutridos e dos bem transportados, desde que cientificamente comprovados os seus benefícios extraídos da sua naturalidade. Mas se no velho mundo, dos segredos da natureza, “nenhum [...] ficou oculto às investigações da ciência, facilitada a tarefa do terapeuta nas aplicações a fazer, dispondo de todos os dados fornecidos pelas multiplas e cuidadas analises [sic]” (Ibid., p. 118), no Brasil sabia-se “aproximadamente, mas não rigorosamente” sobre os segredos da “composição química das [...] fontes” (Id.). E a utilização terapêutica decorria “um tanto pela dedução baseada nessas analises” (Id.), já que pouco “controle de laboratorio possuem os clinicos que mourejam nessas estancias [sic]”

---

<sup>132</sup> Anotou Brandão em comparação com as águas artificiais: “Elas não constituem apenas fontes de exportação de aguas de mesa, que representa o minimo de seu valor em concorrência com a verdadeira avalanche de aguas artificiais, cujo numero ascende a mais de 200 variedades. Significam verdadeiras fonts de saude e vida, não somente para os filhos do Estado, como para toda a população da terra brasileira [sic]” (BRANDÃO, 1940, p. 51).

(Ibid., p. 119). O laboratório atuava como um catalisador que amplificava as vozes das entidades que habitavam as águas minerais, e reconhecer as águas enquanto compostos medicinais traria o efeito colateral de tornarem possíveis os exercícios das suas replicações, i.e., das suas imitações artificiais.

Os laboratórios das águas industriais artificiais não estavam localizados necessariamente na proximidade das fontes, e talvez fosse mais lucrativo que não estivessem, pois assim se encurtaria a distância até as “mesas de refeições, nos bars e restaurantes que se servem, a saciar a sede” (Ibid., p. 139)<sup>133</sup>. A esses laboratórios, Thome Brandão chamou de “fabricas de veneno”, que colhiam os benefícios das “irrisórias taxas que sobre elas incidem, mantidas contra todos os direitos da defesa sanitária, embaraçando, pela facilidade com que são atiradas ao consumo, a vida das estâncias” (Ibid., p. 140)<sup>134</sup>.

Se o discurso médico sobre as águas minerais naturais lhes conferiu uma plataforma de divulgação científica, o mesmo já não poderia ser atribuído às águas artificiais. Ainda que constituídas nos laboratórios, essas águas artificiais não se encontravam acompanhadas do

---

<sup>133</sup> Werner Baer (1983) estudou a industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. O autor notou que os “surto de industrialização” das primeiras décadas do século XX estiveram vinculados ao cenário externo, “quer em interrupções nos suprimentos de além-mar em virtude de guerras, quer na redução das importações face à menor disponibilidade em divisas, insuficientes para financiar as importações, dada a retração do mercado internacional para os principais produtos de exportação do país” (BAER, 1983, p. 11). E se para muitos economistas, um período de Guerra pode ser considerado próspero, o recenseamento de 1920 pareceu animar tal enunciação, quando a indústria alimentar experimentou um expressivo crescimento: a produção deste setor “em 1907, representava 26,7% do valor total da produção industrial, passando sua parte a 40,6% em 1920” (Ibid., p. 13). Neste setor estavam incluídos os alimentos, as bebidas e o fumo. Em 1920, o setor de bebidas correspondia à 5,9% da produção industrial; 4,5% em 1940 e 4,3% em 1950. E o setor químico e farmacêutico, nesses mesmos anos, representou, respectivamente, 6,0%; 10,4%; e 9,4%. Thomé Brandão estava na década de 1940, período de salto da produtividade industrial do setor de bebidas, mas também do setor químico e farmacêutico, este último possivelmente influenciado pelas descobertas científicas de Alexander Fleming, cujas entidades e suas redes laboratoriais contribuíram para a derrocada das águas minerais tomadas como remédios legitimados pela ciência.

<sup>134</sup> Para que se tenha uma vaga ideia sobre o lucrativo negócio das águas engarrafadas, e as tentativas de imitação, basta consultar os inquéritos policiais sobre a falsificação das águas minerais. Em 25 de setembro de 1904, foi autuada uma prisão em flagrante, quando do cumprimento de um mandato de busca e apreensão, de Joaquim Ferreira da Silva, um português de quarenta e dois anos, pela posse de três garrafas da água “Apolinaris (apolinaria, ou apolinario)”. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Doc. Notação: BR JANRIO CS. 0. IQP. 46. Fundo: Inquéritos policiais. Em treze de agosto de 1912, também no Rio de Janeiro, a empresa de Aguas Gazoas e Franz Hartmann positivaram a informação de que Pires & Cia, “estabelecidos com fabrica de gazozas a Rua Figueira de Mello N. 27 continuam na usurpação imoral das marcas dos supplicantes, apesar de já contra os supplicados existir neste Juizo um processo em termo de [ilegível]” (página 2). Já havia um processo em curso. Os supplicantes solicitaram que o Juiz mandasse “expedir mandado de busca e apprehensão contra os referidos usurpadores [sic]”, por meio da nomeação de “dois peritos que examinem a infração commettida, e arbitrada a fianca que deverá constar do mesmo mandado [sic]” (página 2) – aí, uma atenção para o comércio das ciências com o domínio do inquérito. Os peritos, dentre eles um Doutor Ildefonso de Azevedo, já se encontravam sob o “compromisso legal de, bem e fielmente sem dolo nem malicia empenharem o cargo de peritos para o qual foram nomeados (página 24 do inquérito), para verificar, i.e., dar força de verdade, ao caso. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Doc. Notação: BR RJANRIO CS. 0. IQP. 2286. Fundo: Vara Criminal do Rio de Janeiro, 5.

atestado de eficácia dos médicos crenólogos, mais dedicados a propagandear a importância de se tomar as virtudes das águas nas fontes. Contudo, quando não fosse possível um paciente dedicar o seu deslocamento, ou tempo, até as fontes, com alguma frequência, os médicos se apressavam em resguardar a importância das águas naturais engarrafadas cientificamente de onde fluíam, para que fossem transportadas aos doentes de maneira a manter, o máximo possível, a coesão das suas propriedades.

Mas há de se observar uma rarefação. Se as águas artificiais foram ganhando os territórios antes cobertos pelas águas naturais, isto parece se relacionar com três grandes questões que cumpriria investigar com mais acurácia, e que tomam aqui o rosto de uma hipótese vacilante: a primeira diz respeito à uma técnica que foi aqui pouco comentada, a de adição artificial de gás carbônico às águas. Sem a adoção dessa técnica, esse mercado não pareceria à altura de rivalizar com as águas naturais, que detinham a vantagem desse componente dissolvido desde a surgência nas fontes. A segunda questão assume uma forma monetária: se as águas engarrafadas do sul de Minas Gerais possuíam um valor tão elevado, ao ponto de não poder rivalizar com as artificiais, pode ser que isto tenha se devido ao compromisso de sua extração diretamente nas fontes - e daí até o consumidor nas cidades haveria um processo de encarecimento. A terceira questão surge de uma observação bastante sutil, e potencialmente a mais importante: o murmúrio de um tempo em que o discurso sobre a capacidade terapêutica das águas sofreu uma desidratação. Isto não significa que as águas estivessem abandonadas à sorte de suas potências, embora estivesse sinalizado que estava em curso um processo de diluição da sua vocação: as águas foram cedendo o seu espaço de protagonista e assumindo o papel de um importante coadjuvante nos processos de cura daqueles que eram encaminhados para se tratar nas estâncias: as águas minerais foram se tornando assumidamente auxiliares nas práticas terapêuticas, e a crenoterapia foi adquirindo a feição de uma modalidade não apenas dedicada à cura pelas águas, mas de “associação de fatores varios, entre os quais a agua mineral [sic]” (BRANDÃO, 1940, p. 225).

Em 1940, um doente que fosse encaminhado para o tratamento em uma estância hidromineral não deveria se “julgar dispensado dos demais cuidados que requer o seu estado de doença” (BRANDÃO, 1940, p. 225). Pois as águas poderiam até auxiliar na diminuição das doses dos medicamentos convencionais em tratamentos diversos, mas nem por isso os dispensariam. E aí se vê a dedicação dos crenólogos da década de 1940 em diferenciar os “bebedores de águas”, tais como o indolente Jacinto do romance de Eça de Queirós, dos “utilizadores de água” (Ibid., p. 226), estes metódicamente orientados. Tão aferrado a esta convicção como um equilibrista à sua vara, o médico Brandão escreveu que as fontes de

Cambuquira jorrariam “ondas de prata liquida em permanente egressão das misteriosas profundidades, de onde, como gotas de sangue, virão a transfundir, nos organismos gastos, novas virtudes de energias” (Ibid., pp. 237, 238): e não se poderia solicitar, à época, uma propaganda mais eficaz para reforçar a confiança nas águas, que dos seus lugares prometidos já experimentavam a overdose de um ceticismo encapsulado nos modernos medicamentos sintetizados nos laboratórios. Não à toa, o Dr. Thomé Brandão (Ibid., p. 238) encerrou o seu relato com uma concessão aos espíritos não científicos, parecendo convocar na crença os suspiros que precedem um mergulho de volta ao obscurantismo, que já se mostrava mais ou menos presente no futuro próximo das águas do sul de Minas Gerais. E recorreu, então, ao soneto de Hermeto Lima sobre Cambuquira, buscando, na crença, um sopro de esperança para seguir com a promessa de uma estância que tinha pela frente um destino transatlântico: “Ela é tão santa, tão gentil, tão boa / Que em cada gota de água que ela escôa /Dá-nos a força que nos traz a vida”.

## 2.5 Ascensão, apogeu e queda

“très républicain de conviction et très aristocrate de temperament”  
(Machado de Assis, 1898).

O trabalho de Stelio Marras (2004) é inevitável àqueles que pretendem se transportar à atmosfera de ascese das estações de águas no sul de Minas Gerais. E nele está um recurso mitológico edificante desta seção. Marras (2004, p. 296) escreveu sobre os dois tempos de Poços de Caldas, inventados pelo escritor Jurandir Ferreira: “o primeiro [tempo], exclusivamente curista, apenas regido por Esculápio, e o segundo, já tendo Baco incluído”. Dois tempos regidos por deuses que se irmanam no sul de Minas: e quando Esculápio encontra Baco, a cura encontra a carne e cicatriza como uma marca indelével na história de formação das estâncias.

E uma passagem, de 1875, no Editorial “Gazeta da Tarde”, embora referida à Caxambu, condensa a narrativa de que aquelas cidades prometidas aos doentes carregavam a promessa de civilidade que emanava da Europa e inebriava os cidadãos:

Está plenamente conhecida pela experiencia dos ultimos annos a falta insuperavel de commodos para a constante e progressiva concurrencia que afflue de todos os estados e demandão, ou por doença ou villegiatura o bellissimo clima de coxambú onde existem as fontes thermaes tão preconisadas e de incontestaveis resultados [...] mais saliente tornou-se esta falta, depois que o ramal da sapucahy tornou rapida e facilima a viagem até aquelle ponto [...] a empresa já adquiriu [...] o unico terreno proximo das fontes e tem contratado a construção de um Grande Hotel e Cassino [...] com todos os requisitos de hygiene e conforto adoptado em estabelecimentos congeneres na Europa [sic].

Também em 1875, um Coronel Fulgêncio de Castro prestou o seu testemunho na forma de um “guia para uma viagem ás aguas medicinaes de Caxambu”. A cidade mineira já acumulava, por aí, alguma civilização, acusada pela presença de uma “botica bem provida de medicamentos, consultório de dentista, loja de barbeiro, oficina de selaria, ferrador, agência do correio [...]”. Um tédio ocasional seria suplantado na “casa de bilhar e outros jogos”, ou pelas refeições com “excelente carne de vaca, carneiro e porco”. Os vinhos, louças e vidros eram “caríssimos”, ainda que fosse tal “carestia [...] motivada, sem dúvida, pela despesa de transporte, e pelo grande consumo, que tem, destinando-se elas à exportação das águas medicinais”. Essa reciclagem fora permitida pelo apetite de homens e mulheres que, dedicados à apreciação dos vinhos esvaziavam o conteúdo das garrafas, cedendo-lhes espaço às águas minerais: para as águas estaria Esculápio, e para o vinho estaria Baco.

### 2.5.1 A decolagem de Esculápio

[O]u terá sido ele afetado pelo espírito de sua época, que então conferia à arte médica as melhores perspectivas políticas e antropológicas e colocava a medicina na ponta de uma campanha revolucionária contra os males do mundo? (Peter Sloterdijk – A árvore mágica, 1985, p. 23).

Se as águas eram “multivocacionadas”, e, portanto, “virtuosas por vocação”, pois “expressavam modernidade” (MARRAS, 2004, p. 285), é de se considerar que os médicos foram os impulsionadores dessas virtudes mesmas. Isto porque, no século XVIII, o canto de galo da medicina anunciou certa mudança na prática médica<sup>135136</sup>.

---

<sup>135</sup>A relação de caráter outrora clínico entre a figura do médico e do paciente extravasou no momento em que a medicina passou a se ocupar dos problemas que originalmente não lhe diziam respeito. Em uma conferência realizada em 1974, no então Instituto de Medicina Social do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ, Michel Foucault (2010, p. 173) atentou para a “decolagem da medicina” no século XVIII. O filósofo observou a ocorrência de uma decolagem sanitária que foi acompanhada por um desbloqueio técnico e epistemológico da medicina, o que, a sua maneira, recaiu sobre o território sul mineiro. E ainda que Foucault (2011, p. 101) tenha observado que “Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres [...] como também de separação e exclusão”, tal prática, no caso brasileiro, ocorria ainda na primeira trintena do oitocentos. No jornal mineiro “O Universal”, em 15 de fevereiro de 1839, página 4, alguém chamou a atenção da Assembleia para o pedido da Câmara Municipal de Campanha sobre a necessidade de nomear um “Agente encarregado de manter a boa ordem naquelles lugares, e acautellar a destruição das agoas”. A quantia para manter a boa ordem dos lugares serviria não apenas para cautelar a destruição das águas, mas também às “pessoas affectadas do mal da elephantiasis”, situação com a qual o Governo “possa fazer recolher aos Hospitaes os mendigos que vagueião pelas ruas, tornando-se pesados á sociedade, e communicando á outros a sua desgraçada enfermidade [...]”. É de se imaginar que esses candidatos à internos fossem destinados a um internato sem promessa de retorno, pois se alguma melhora pudesse ser obtida para lidar com os sintomas da elefantíase, por outro lado, com exceção das situações em que fossem enviados para outro lugar, ou de volta às ruas, como poderiam se recuperar, no hospital, da mendicância? Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> acesso em: dez. 2018.

O aspecto relevante a ser destacado aqui é que a medicina passou a adquirir uma tendência universalizante, pois sem campo fronteiroço definido<sup>137</sup>. Passou a fecundar e ser preenchida por outros domínios, e, nessa feita, causou algum esgarçamento no tecido sobre o qual repousava o funcionamento das antigas hierarquias no Brasil. E por isso foi preciso costurar laços com as elites desabitadas aos novos costumes, para reforçar a resistência das redes de conexões entre o saber médico e a política da intimidade nos territórios.

É o caso de nos perguntarmos: quantos não foram os bem-nascidos que, tais como o Sr. Camilo Seabra, aportaram no Brasil, vindos da Europa e munidos com um “diploma na albigieira”, para utilizar como referência o conto “A parasita azul”, de Machado de Assis, escrito em 1873?<sup>138</sup> Parece haver nos traços patéticos do protagonista algumas frequências daqueles idos<sup>139</sup>.

Decerto, as chances de Camilo Seabra foram impulsionadas já no balanço do berço, pois “nascera rico, filho de um proprietário de Goiás”. Isso bastaria para aludir à sina dos muitos filhos bem-nascidos do Brasil, que poderiam admirar de perto as cidades europeias, desde que não lhes faltassem “gosto nem meios”. O retrato do filho do Comendador Seabra, Camilo, permite, através da caneta arguta de Machado (1994 [1873], pp. 3 - 5), traçar um

---

<sup>136</sup> Outra mudança importante, sublinhou Foucault (2010, pp. 177 - 183), foi entre 1844 - 1847, com a descoberta do anestésico. Assim, as cirurgias começavam a ocorrer sem dor, mas a ausência de cuidados assépticos delegava ao paciente a ameaça da infecção. Com a introdução da assepsia, em 1870, convertem-se as cirurgias em uma prática médica que começa a se espalhar pelo mundo. E ainda que aparentemente não apresente uma relação detectável com as águas, essa alteração provavelmente desencadeou uma mudança na medicina: se as chances eram melhores aos pacientes, os médicos seriam mais requisitados. E quão mais requisitados fossem, é possível que o prestígio dos médicos tenha aumentado (cf. nota 87, páginas 62 da tese).

<sup>137</sup> Foucault (2010, pp. 182) reconhece quatro processos que caracterizam a medicina do século XVIII, a saber: i) o aparecimento de uma autoridade médica que não é apenas restrita ao saber, mas que toma decisões em níveis distintos (p.ex. uma cidade); ii) a medicina passa a interferir em objetos que diferem de seu projeto original relativo à demanda do doente e, por exemplo, a água, as construções, os terrenos, entre outros, vão se convertendo em objeto da medicina; iii) a introdução de um aparelho estatal de medicina coletiva, o hospital, que, antes de meados do século XVIII, eram o abrigo dos desenganados e desafortunados; e iv) a introdução de mecanismos de administração médica, como os registros.

<sup>138</sup> O referido conto pode ser encontrado no site: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto>> . Acesso em: jul. de 2018.

<sup>139</sup> Que a literatura seja um domínio suspeito para falar da ciência, ou cientificamente, não há dúvida, mas se utilizo a literatura como referência, é porque os sujeitos, ou personagens, nesse caso, importam menos do que as condições para o aparecimento dos enunciados daquela época. Pode-se aí reinterpretar Foucault: “o sujeito do enunciado é a posição absolutamente neutra, indiferente ao tempo, ao espaço, às circunstâncias, idêntica em qualquer sistema linguístico, em qualquer código de escrita ou de simbolização, e que pode ser ocupada por qualquer outro indivíduo” (Foucault, 2016, p. 114). Ou pode-se apelar para a conversa entre Bruno Latour e Michel Serres (s/d, p. 39): BL: “e para si o que é, então, a literatura?”. MS: “Sob certos aspectos, uma história bem contada parece-me possuir pelo menos tanta filosofia como aquela que se exprime com todo luxo técnico”. O que fora radicalizado na seguinte conclusão do segundo (MS): “A filosofia é suficientemente profunda para fazer compreender que a literatura é mais profunda do que ela”.

desenho de seu tempo, o que já salta de imediato ao considerarmos o padrão<sup>140</sup> ao qual se destinava, caso vingasse, o menino Camilo. Seu pai, o comendador, disse ao naturalista Francês, padrinho do rebento que nomeou: “Compadre, [...] se este pequeno vingar, hei de mandá-lo para sua terra, para aprender medicina ou qualquer outra coisa em que se faça *homem* [grifo meu]” (ASSIS, 1994, p. 3). Ora, mesmo que se manifestassem outros tatos do pequeno, parece que a distinção dos médicos saltava do caldo das outras coisas que se faziam os homens.

E já na França, alguns anos após os seus preparatórios, e sob os cuidados do padrinho, o candidato a médico parecia não se deter pelas intempéries expressas nos contingentes de destituídos que perambulavam pela Paris da metade do Oitocentos. O berço de Camilo lhe proporcionava o acalento de uma boa mesada que ali, na cidade-Luz, poderia “bem servir para duas ou três pessoas em iguais circunstâncias”. E seguiu disposto a concluir os seus estudos e regressar ao país “como um cidadão esclarecido e apto para o servir”. Após as provações dos exames, Camilo se tornara médico, e lá na Europa permaneceu em viagens que muito satisfizeram os desejos do mancebo, já parisiense até o osso. O tempo passava e a permanência de Camilo na França testava a paciência do Comendador fincado em terras brasileiras. Seria preciso que o filho retornasse do exílio parisiense para ocupar a sua posição na pátria que o aguardava.

Sob a ameaça de perder os afagos emanados do berço, Camilo Seabra retornou ao país para servir como um cidadão em sua cidade natal “menos parisiense que o Rio de Janeiro” (p. 6)<sup>141</sup>. Se a Corte transpirava arremedos da cidade-luz, a mesma medida de inspiração já não poderia ser esperada na cidade de Goiás, de onde um jovem Camilo partira, donde o retorno, agora, o comendador aguardava. Após tomar o vapor para Santos e seguir para São Paulo, fora chegado o tempo de seguir o caminho para Goiás. A travessia, como era de se esperar, tinha algo de sofreguidão, acusada na enfadonha marcha dos animais, excetuando-se, evidentemente, as mudanças de ritmos provocadas pela aventura dos acontecimentos imprevistos e, talvez, pela fanfarronice das conversas com os parceiros de viagens. Ao parar

---

<sup>140</sup> A noção empregada tem origem na conversa de Gilles Deleuze com Claire Panet: “a maioria é algo que supõe [...] a existência de um padrão. No Ocidente, o padrão de qualquer maioria é: homem, adulto, macho, cidadão [...] O padrão é esse. Portanto, irá obter a maioria aquele que, em determinado momento, realizar este padrão. Ou seja, a imagem sensata do homem adulto, macho, cidadão” (DELEUZE).

<sup>141</sup> Um sentido especial a essas aspas pode ser obtido se o leitor retornar à descrição do relato do Dr. Henrique Monat, sobre Caxambu, na página 68 da tese (a cidade mineira, menos parisiense e mais próxima da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro).

nos pousos dispersos pelo caminho, os criados e os animais dividiam as cargas, e enquanto os segundos descansavam, os primeiros se dedicavam ao preparo das refeições ligeiras, que em muito distinguiam daquelas saboreadas por Camilo nos *boulevards* parisienses. Sob a cantiga dos tropeiros e a sorte de estio, o sono reabastecia os corpos dedicados aos destinos a que se dedicavam alcançar, isto porque o destino de Camilo era uma sina, um compromisso de resolver as desavenças entre os atrasos de sua pequena cidade e as atualizações das luzes importadas da Europa.

Sérgio Buarque de Hollanda (2014, p. 92) falou sobre a “ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa”. E se anunciei que, nesse capítulo, o leitor iria encontrar uma tentativa de manter teso o tecido civilizatório sobre o amarrotado território brasileiro, foi para sinalizar certa incoerência no acordo nacional que parecia comprometido em resolver a condição colonial com o estabelecimento de um Estado burguês moderno. Nessa suposta ultrapassagem dos tradicionalismos seculares, uma cláusula do pacto consistiria no crédito conferido às leis e à medicina, que continham as receitas das muitas prerrogativas para o aparecimento de uma nação civilizada. Assim sendo, a ferrugem dos costumes de um povo condenado ao atraso deveria ser retirada cirurgicamente, e reescrita com as doses prescritas em leis morais e adequadas ao azeitamento da máquina civilizatória. Porém, é importante ressaltar que tal empreendimento não seria realizado sem resistências, ou em curto intervalo de tempo<sup>142</sup>, e no caso mais específico da higiene<sup>143</sup>, a animação dos médicos encontrava a animosidade de setores reticentes da população<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> José Leopoldo Ferreira Nunes (1999, p. 272) inclina-se, inclusive, a dizer que “não, os médicos não forjaram a sociedade; não forjaram as prescrições morais que suas alocações refletiram”. Isto porque, em suas pesquisas, esse autor encontrou um desacordo disseminado entre os médicos sobre as pautas morais, o que tornou difícil “acreditar que a ação médica no campo da moral tivesse se orientado por um padrão racional uniforme”. Nesse caso, “os profissionais da arte de curar não conseguiram implantar a maioria das medidas preconizadas no âmbito da moral” (Ibid., p. 273). Isto, contudo, não anula a ocorrência de uma reorientação dos métodos e objetos médicos, tampouco invalida o amplamente utilizado termo “medicalização da sociedade”. Tal termo, “historicamente datado da modificação da própria medicina”, coloca o problema inevitável de “um deslocamento de seu foco preferencial de observação e análise. Das doenças de nossa constituição biológica para os males de nossa conformação moral” (ibid., p. 274). E daí, a medicina extravasa os seus domínios para outros campos, tais como o direito e a biologia. Que a medicina tenha abandonado uma parte das controvérsias em que esteve naqueles tempos, não resta muita dúvida, o ponto que busquei reforçar, seguindo o trabalho de Nunes, é que a agenda civilizatória pautada nos preceitos médicos, dentre os quais os preceitos morais, não foram plenamente estabelecidos, ainda que tenha deixado, pelo caminho, muitos rastros e devastações da sua passagem.

<sup>143</sup> A noção de higiene aqui entendida conforme Machado et al. (1978, p. 53), que a caracterizaram como um tipo de intervenção da medicina “que coloca em primeiro plano a questão de sua função social”, na medida em que utiliza conceitos e produz programas que coloca a “sociedade [...] como novo objeto de suas atribuições”. Nessa condução, “a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar o correlato de um modelo médico-político de controle contínuo”. Daí, portanto, que atribuem, os autores, à higiene uma face da medicina social. Com algum esforço é possível enxergar essa presença na própria

Stelio Marras (2004, p. 107) escreveu sobre um doutor Fortunato Rafael Nogueira Penido, médico heterodoxo que chegou à Poços de Caldas, na década de 1850, em busca de um tratamento que pudesse lhe aliviar dos problemas decorrentes de um possível reumatismo. Mesmo que aquelas águas beneficiadas de aspectos físico-químicos garantissem aos seus primeiros descritores a particularidade de uma água enxofrada, isto, por outro lado, a associava ao diabo. E ainda que fosse considerado o socorro dos seus aspectos terapêuticos, certa precaução era recomendada para evitar banhar-se em uma benção herética. Ocorre que aquele doutor encontrava-se na ebulição entre as razões místicas, religiosas e uma razão higienista emergente<sup>145</sup>. Havia, para Penido, nas virtudes daquelas águas, uma atribuição que lhe fora conferida por um poder divino que a iluminura medicinal não deveria negligenciar. E seriam essas virtudes que lavariam os atrasos do povo e conformariam uma nação civilizada. A civilização e a higiene traziam algo mais do que a promessa de saúde. Traziam um novo modelo dotado de formas, normas e padrões que buscavam dirimir os perigos diversos ao plano civilizatório, dentre os quais aquele da doença. E seria preciso, portanto, convencer as mentes menos iluminadas da necessidade de adotar os métodos refratários à ocorrência das moléstias.

Essa assertiva parece compor com a figura do professor e doutor Francisco de Castro, para quem o conselheiro Ruy Barbosa (1902, p. 12) escreveu o prefácio de um livro póstumo: ainda que estivesse o doutor Castro diante das “das impossibilidades opostas á razão, não desmaiou jámais da fé na sciencia, como não perdeu a fé em Deus, mau grado ás impiedades da natureza”<sup>146</sup>. E foi dessa Natureza impiedosa, cujos mistérios a Razão buscava decifrar, que o Esculápio pareceu alçar o seu voo. Note o fragmento da fala de Francisco de Castro, proferido em 23 de janeiro de 1897 (1902 [1897], p.4), quando do ato da colação de grau de doutores em medicina:

---

definição emprestada à “higiene” pelo médico Afrânio Peixoto (19XX, pp. 6 - 9). Em um estudo endereçado aos “alunos do curso médico de Higiene”, o doutor Peixoto escreveu que a higiene não era uma ciência, mas “uma aplicação pratica de quase todas as sciencias”. Tratava-se, para o doutor, de um “conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida”. Pretendia-se adotar a “escolha das condições mais salubres” para a “arte de prolongar a vida”. E seria prudente remover a “insalubridade fatal de certas condições naturais” e “reduzir tudo ao termo desejado de uma salubridade perfeita”.

<sup>144</sup> A revolta da vacina, nos lembra Marras (2004, p. 103), é um exemplo de tal resistência.

<sup>145</sup> Relata o Dr. Penido (*apud* MARRAS, 2004, p. 109): “sigamos os preceitos de nosso Divino Mestre, e amaldiçoado seja todo aquele Esculápio que por seus interesses, orgulho e egoísmo, quiser contestar a verdade desta doutrina”.

<sup>146</sup> Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5238>>. Acesso em: mar. 2017.

Na carreira que elegestes, meus jovens collegas, em várias direções será solicitada a vossa actividade: ora desempenhareis um papel meramente clínico, estaes á cabeceira do doente, sois a testemunha, o arbitro, o juiz irreconhecível de uma situação em que se pleiteia a manutenção da vida, propriedade moveiça, como outra nenhuma ha que mais o seja, mas cabedal eterno, de que nada mais são os organismos que depositarios ephermos; outras vezes vos acharei investidos nas funções da medicina publica, e então ou tereis de esclarecer com as noções das sciencias naturaes e das sciencias biologicas os graves problemas da justiça, ou vos caberá salvar os interesses das populações na esfera agitada da hygiene collectiva.<sup>147</sup>

Eram problemas que apenas os feitores da Ciência poderiam degustar, afinal, “ninguém tem o direito de consultar com a sua opinião, ou com o seu voto, matérias em que é notoriamente jejuno.” (Ibid., p. 9)<sup>148</sup>. E completou o médico, “quer servir a sciencia? Quer honral-a? Incline-se deante da sua soberania, e passe de largo de seus domínios [sic]”<sup>149</sup>. A decolagem de esculápio, portanto, refere-se ao sobrevoos de uma medicina que lançou sombra aos domínios que não lhe diziam respeito originalmente. Tratava-se, pois, de uma progressiva enunciação de fatos<sup>150</sup> que deveriam desmentir, quando não interditar, todas as doutrinas inaptas a acessar a misteriosa fonte de onde eles eram extraídos: “absurdas são, com effeito, e perigosas todas as doutrinas que não se embebem na filosofia dos factos e tentam passar por cima deles” (CASTRO, 1902[1899], p. 14). Àqueles desprovidos dos beneficios do método científico, cujo caminho, para o dr. Castro, se trilha “de hypothese em hypothese, variando de erro”, estariam, portanto, alijados da Verdade, essa “alavanca que desarraiga mundos”. A

<sup>147</sup> Fragmento que corrobora um regime de regularidade da medicina já observado por Machado et al. (1978, p. 155), a saber: “a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado”.

<sup>148</sup> Embora estivesse se remetendo à possibilidade de as faculdades de medicina, de direito e as escolas politécnicas passarem à jurisdição dos sindicatos mercantis, nota-se, no discurso de Francisco de Castro, a existência de uma espécie de esfera imaculada, cujo acesso privilegiado seria conferido à Ciência. Ver com especial atenção a advertência de Castro (1902 [1899], pp. 13 - 14).

<sup>149</sup> As tentativas de objeção seriam apressadamente censuradas pela autoridade do argumento científico: “É impossível rebelar-se: dois e dois são quatro! A natureza não lhe presta contas; ela não tem nada a ver com seus desejos e com o fato de você gostar ou não de suas leis. Você é obrigado a aceitá-la como ela é, e por conseguinte, também todos os seus resultados”. Tal fragmento, extraído da pena mordaz das “Memórias do subsolo”, de Fiodor Dostoiévski ([1864] 2013, p. 31), não despreveria melhor a abotoadura dos grilhões imputados pela severidade das leis da natureza que os sábios e doutos poderiam acessar e, quando pertinente, utilizar a autoridade dos fatos para censurar.

<sup>150</sup> Cabe dizer que, para Francisco de Castro (1902, p. 22) “o alvo a que visa a sciencia não é a aglomeração dos factos; para isso basta o empirismo: ela tem por mister pesquisar as leis que se desentranham delles e os regem [...] poderá dizer-se, que as leis também são factos; não há dúvida; mas o são sob uma expressão genérica e abstracta [...] o empirismo colige a matéria bruta da observação intuitiva, abastece os seus reservatorios com essas noções universaes [...] a sciencia examina, aprofunda, coordena, systematiza, theoriza, sempre exacta nos seus processos, intransigente nos seus principios, irreduzível nos seus phenomenos, fixa nas suas regras, logica nos seus resultados, previdente e bem fazeja nos seus fins”. Em resumo: uma Ciência cujos caminhos traduzem as leis de uma Natureza misteriosa, na qual os códigos encontram-se imiscuídos na sólida importação de fatos.

Ciência funcionava, assim, como um ponto de apoio para a vontade de verdade<sup>151</sup> da medicina. E os obstáculos a essa vontade permaneceriam sob a ameaça de serem colocados abaixo, vale lembrar, apoiado na rigidez inabalável da Razão: poderosa alavanca que arrasa mundos.

Mas a Ciência não parecia tão purificada da vida dos homens. Pelo menos, não tanto quanto propagavam os seus comprometidos divulgadores. É o que indica um cáustico Lima Barreto, que, em 1920, concluiu uma crônica sobre o fantasma higienista que rondava o país, espectro acusado na “presunção”<sup>152</sup> profissional de “lamentável estreiteza” dos médicos, dentre os quais o doutor Francisco de Castro:

Quando morreu o professor Francisco de Castro, suspeitou-se que houvesse sido de peste, que reinava entre nós naquele tempo. Os médicos de Saúde Pública quiseram verificar a cousa; mas a camarilha do doutor Castro, a cuja frente se achava o senhor Azevedo Sodré, se opôs violentamente que eles cumprissem o seu dever. Chico de Castro não podia morrer de peste bubônica... São assim os nossos ferrabrases de higienistas à prussiana: dois pesos, duas medidas (BARRETO, 2004 [1920], p. 22).

Bem se sabe que um contraforte à frente modernizadora permanecia firme às investidas civilizatórias no território brasileiro. As elites rurais e aristocráticas que se mantinham desde a colonização poderiam até se aliar aos projetos de Progresso, mas dificilmente o fariam sem prevenir os prejuízos aos seus privilégios. E se o rígido paternalismo era um dedicado oponente às ideias da França revolucionária (HOLANDA, 2014, p. 101), a liberdade não estaria em pé de igualdade com as repetidas fraternidades que recorriam no país, especialmente ali no sul de Minas Gerais<sup>153</sup>. E pode-se até dizer que jamais

<sup>151</sup> Foucault (2014, p. 17) escreve sobre a vontade de verdade: “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Eis o motivo da metáfora da alavanca.

<sup>152</sup> O termo “presunção” emprega aí uma noção de tomada de distância para emanar dominação, já que para Lima Barreto, “cada profissão tem a sua presunção e se julga como a dominadora de todas as outras, sem perceber que todos os ofícios se entrelaçam e a nossa sociedade é uma rede de artes e mesteres, todos eles necessários a ela” (BARRETO, 2004 [1920], p. 21).

<sup>153</sup> “Pelos meados do século passado, veio para o Brasil um português que se chamava Manuel Ferreira Lopes. Tendo estabelecido-se como comerciante em Campanha; aí se casou com D. Maria Eugênia de Jesus, cuja família se achava entrelaçada com a dos Machados de Oliveira, de S. Paulo, mas na qual, por outro lado, parece que havia alguns parentes caboclos [...] Quase pelo mesmo tempo em que veio para o Brasil o Quartel Mestre Manuel Ferreira Lopes, veio igualmente o Coronel Severino Ribeiro que pertencia a um família nobre de Lisboa, e que tendo-se estabelecido em uma fazenda de cultura na freguesia da Lagoa Dourada, ali se casou com D. Josefa de Rezende. Esta D. Josefa de Rezende era descendente de uma das Três Ilhas; e esta simples frase – descendente de Três Ilhas – equivale para muita gente a uma genealogia; visto que, na província, essa frase tem uma significação especial; e essas Três Ilhas conservavam um certo *que* de legendário. Como, porém, nem todos têm motivo ou obrigação de as conhecer, eu direi simplesmente, que eram três irmãs que, tendo vindo para Minas, logo que esta província foi descoberta, aqui se casaram e tornaram-se os troncos das três grandes famílias

se seria moderno naquelas condições<sup>154</sup>. Pois se era comum aos médicos atuarem nas empresas de águas minerais e embrenharem-se na economia, também foram comuns os pedidos de socorro feitos pelos homens da ciência aos investidores bastantes arraigados nos domínios familiares tão influentes na política. E mesmo o afamado crenólogo Pedro Sanches de Lemos tratou de praticar as suas concessões ao patriarcalismo, quando recorreu ao seu compadre, Agostinho José da Costa Junqueira, para lidar com as dificuldades da empresa concessionária das águas de Poços de Caldas (Cf. MARRAS, 2004, pp. 111, 122).<sup>155</sup>

Mas jamais ter sido moderno não cancela o apetite de purificação e progresso. E por mais que a mediação política fosse necessária para reafirmar a autoridade médica, os doutores sul-mineiros se consideravam amplificadores privilegiados dos segredos da Natureza, que deveriam calar as paixões políticas. A figura do doutor Pedro Sanches Lemos parece bem reunir esse ensaio agônico de modernização à brasileira.

Esse doutor emprestou hábitos, práticas e discurso ao Dr. Lino, personagem do romance “Aguas de juventa” de Coelho Netto, sito em Poços de Caldas. A romagem para esse vale de águas fumegantes teve início ainda no final do Setecentos, quando alguns entrevados e lázaros corroídos pela lepra substituíram os caçadores atraídos pelos animais que outrora bebericavam a água dos poços na busca de sal (LEMOS, 1904; p. 653; COELHO NETTO, 1925[1904], p. 8)<sup>156</sup>. E os doentes passaram a ir à Poços para banhar as suas chagas nas caldas:

Os primeiros que ali chegaram, em lentos carros de bois, colmados em esteiras, atupidos de mantimentos – uns entrevados, roxos, vultuosos, corroídos – achando-se em tão deserta paragem, entre crespas florestas [...] armavam barracas de lona ou levantavam palhoças e, ligando-se estreitamente numa solidariedade de reciproca defesa e consolo reciproco, passavam mezes em cura, arranchados em torno do aquaçal que alastrava [sic] (COELHO NETTO, 1925[1904], p. 8).

---

de Rezendes, Carvalhos e Junqueiras, que, entrelaçando-se, há tantos anos, com tantas outras, hoje cobrem quase todo o centro sul de Minas, e uma grande parte de S. Paulo [sic]” (REZENDE, 1988, pp. 37 – 38).

<sup>154</sup> Uma indisfarçável menção ao ensaio de antropologia simétrica de Bruno Latour (1994) “Jamais fomos modernos”.

<sup>155</sup> Foi o próprio Pedro de Sanches Lemos quem fez notar que o capitão Joaquim Bernardes da Costa, pai de Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, esteve em Poços de Caldas, em 1815, para a sua terceira estação balneária, para tratar um reumatismo. Ele “tomou a resolução de fazer com que os seus filhos requeressem diversas sesmarias nestas paragens: daqui nasceu a actual fazenda do Barreiro, que consta quasi todas das sesmarias então requeridas, posteriormente compradas a seus irmãos pelo major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira [sic]” (LEMOS, 1904, p. 654). Note que o major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira era o pai do compadre de Pedro de Sanches Lemos.

<sup>156</sup> Pedro Sanches Lemos sublinha que se tratavam de caçadores portugueses, que já familiarizados com a fama das águas de Caldas da Rainha em seu país de origem, rapidamente transferiram tais caldas para aqueles poços que atraíam os animais: eis, segundo essa narrativa, Poços de Caldas (LEMOS, 1904, p. 653).

E seguindo a regularidade dos locais de águas virtuosas, em Poços, “[a]s notícias das curas milagrosas logo cresceu a ambição e com ella foram acudindo ao ermo logarejo os primeiros habitantes” (Ibid., p. 11), que aumentados em números ergueram construções, “dando ao antigo deserto, desfavorecido tristonho, o aspecto gracioso de uma cidadezinha acolhedora” (Id.). Mas se as águas animavam os grupos de banhistas que do alagadiço extraíam os alívios, se não a cura, para os seus males, ali também havia uma potência que o

dr. Lino, médico das águas, pensava em alindar com o auxílio patriótico do Governo de Minas, transformando-o em parque, á inglesa [...] e ao centro, o Casino: um palácio de architectura moderna, com salões de concerto, de baile, de jogo, restaurante, bibliotheca e um recinto severo, com mappas e ceroplastia, para conferencias scientificas (COELHO NETTO, 1925[1904], pp. 13 – 14).

E se as caldas das águas prometiam alívio aos doentes, o casino, os concertos, os bailes, os jogos e as refeições evaporariam o tédio das temporadas<sup>157</sup>, enquanto um ambiente frio e severo se dedicaria a colocar em debate as coisas da Natureza, cuja distância gélida seguiria assegurada pelas traduções de seus mistérios nas palavras dos cientistas agrilhoados ao exercício de purificação: fina sociedade de um lado e fria Natureza do outro.

A separação entre política e ciência, difundida na narração de Coelho Netto (Ibid., p. 15), também se encontrava na emancipadora ânsia de modernidade do dr. Lino, quase inseparável do dr. Pedro Lemos: “A terra: um encanto! Primeiro clima do mundo, aguas incomparaveis. Os homens... puh! Arrasava-os: politiqueiros da peor espécie [sic]”. Ou, para falar como o próprio Lino:

Carneiros, meu amigo; carneiros. Depois, emperrados na rotina: gostando do lodo em que vivem atolados, oppõem-se a todo o progresso [...] [p]olitica e fanatismo. A igreja é aquillo que se vê: um antro. Tudo perdido, meu amigo. O que ha por ahi, ó borra de Humanidade (COELHO NETTO, 1925[1904], p. 16).

Borra de politicagem que fora rapidamente denunciada pelo Doutor Pedro Lemos:

Brevemente chegarão a esse logar centenas de pobres enfermos em busca de allivio aos seus padecimentos e encontrarão tudo no mesmo pé! [...] o publico faz apenas pequenas conjecturas, porque de nada é informado; tudo se faz debaixo do mais inviolavel siggilo! Parece incrível que a administração provincial não se dê pressa em fazer a luz sobre assumpto tão importante de saúde publica! [...] Que importam que venham engenheiros examinar as obras, se tudo permanece sempre no mesmo antigo estado! (LEMOS, 1904, p. 714).

---

<sup>157</sup> Também sobre Poços de Caldas, o ácido João do Rio (s/d, p. 10), no nome de um sarcástico Antero, relatou um episódio de divertimento que expressava civilidade aos hóspedes da temporada: “Atraídos pela civilização, os hóspedes sobem ao salão, imenso. Fica, ao fundo, uma rolêta, que parece complemento e é a oração principal. Tudo aí não se paga – os licôres, o café, o charuto, as águas. É preciso ser muito neurastênico para ter má vontade. As senhoras jogam. Os homens jogam. Acabada a civilização, isto é, o tango, que se transfere para o club, a rolêta corre atrás da música e os hóspedes descem ao saguão á espera dos jornais do Rio, de S. Paulo, da sua vida [sic].”

É como aplicar um conta-gotas nas águas minerais e trazer algo da sociedade brasileira do final do Oitocentos, notadamente a sul-mineira. Para os modernizadores, o antigo estado havia de ser transposto para que se impusesse a travessia para a novidade, desejada não só pelo médico Pedro Sanches, como pelos outros médicos residentes no sul de Minas Gerais. E se, por um lado, persistiam as antigas estruturas familiares, por outro, as instâncias balneares precisariam ser rearranjadas para cumprir o que se esperava da sua promessa de emprestar ares de civilização àquela região empoçada no sul da Mantiqueira. E os parques seriam lugares outros naquelas cidades balneares. Seriam arquiteturas de compatibilidade enquanto a política e a ciência, o velho e o novo, seguiam enovelados nas estações de cura do sul de Minas Gerais.

### 2.5.2 Os Parques: utopia ou heterotopia?

“Sabemos que, nos espaços, existem esferas mais espaçosas que a nossa, e cujos espíritos têm uma inteligência que não podemos sequer conceber” (Isidore Ducasse – Conde de Lautréamont, 2015, p. 93).

O leitor da obra de Michel Foucault pode perceber, com algum esforço, que os textos intitulados “O corpo utópico” e “As heterotopias” revelam certa confiança por parte do autor. Neles, Foucault expõe a sua ternura pela investigação daqueles espaços outros que, de alguma maneira, se mostraram presentes ao longo de sua obra: a heterotopologia traz à Terra a utopia dos espaços da sua investigação. Mas há de se reconhecer que a heterotopologia nasce interrompida pela prematura partida de seu criador. Como bem notou o geógrafo Edward Soja (1996, p. 162):

As heterotopologias de Foucault são frustrantemente incompletas, inconsistentes, incoerentes. Elas parecem focadas em microgeografias peculiares, míopes e quase-localizadas, desviantes e desonestamente apolíticas. No entanto, elas também são maravilhosos incunábulo de outra jornada frutífera para [...] os espaços que a diferença faz, para as geo-histórias da alteridade [tradução minha].

Foucault (2013, pp. 9 – 12) escreveu sobre aquela utopia que mais ferozmente acomodou-se na urgência existencial dos corpos, a saber, o “grande mito da alma”. Nessa utopia, diz-nos o filósofo, a alma “é pura”, e se o “corpo lamacento [...] vier a suja-la, haverá sempre uma virtude [...] mil gestos sagrados que a restabelecerão na sua pureza primeira”. Poder-se-ia dizer, como o fez Foucault, que o corpo desaparece na virtude das utopias.

No sul de Minas Gerais, dizia um codinome R.T., no Jornal do Commercio, de 12 de janeiro de 1875, página 2, em seus apontamentos da carteira de viagem à Caxambu, que o ribeirão Bengo, aquele que hoje corta o Parque das Águas da cidade, em tempos de cheia, proferia “carícias impuras” que, no decorrer de seu ato, iam “profanar o leito sagrado das

fontes”. Às “fontes encantadas [...] cortadas pelo córrego Bengo”, também as saudavam um rústico “como a botica de Deus”, mas que sob a ameaça de ruína por completo abandono poderiam se perder “sob a lama, as pedras, e o lôdo que ali se acummulão [sic]” (Figuras 10 e 11). E os aquáticos, imersos em promessas de purificação, consternavam-se com as mais diversas situações, tal como a ocasião em que “uma preta lavara mesmo na fonte Izabel que é a mais concorrida, a chaga hedionda de uma perna, e lá deixára os trapos cheio de pus! [sic]”. Purificar o corpo seria, portanto, o ato de banhar-se no imaculado, momento em que, após tal exercício, juntava-se ao lodo do chão a lama do corpo, que escorria, ali, para baixo e debaixo dos pés. E bastaria uma cheia ocasional, a cor da pele, ou um trapo para nodoar a utopia e macular a purificação.

Figura 10 – Entrada do Parque das Águas de Caxambu



Legenda: Entrada do Parque com as fontes de águas minerais de Caxambu. O ribeirão Bengo pode ser visto à esquerda, sob a ponte. Data provável (1906 – 1908). Autor da foto: Augusto Soucassex.  
 Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Acervo Público Mineiro<sup>158</sup>

<sup>158</sup> Notação: JP-11-2-048. Fundo João Pinheiro. Disponível em: <  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29055](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29055)>. Acesso em: jan. 2019.

Figura 11 – Fonte Beleza em Caxambu



Legenda: “Caxambú. Fonte Belleza”. Numa imagem, o título da promessa que nomeia a fonte. Data provável (1906 – 1908). Autor da foto: Augusto Soucassex.  
 Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Acervo Público Mineiro<sup>159</sup>.

Mas o corpo não se reduz com tamanha facilidade, já que possui, ele também, “lugares sem lugar” (Foucault, 2013, p. 10), e para ser utopia, basta que se seja um corpo. As utopias nascem do corpo e “talvez, retornem contra ele” (ibid., p. 11)<sup>160</sup>. E assim como ocorre com o corpo, há de se notar, como lembra Foucault (ibid., pp. 19 - 20), o aparecimento de utopias sem lugares precisos, reais e mapeáveis, e “é bem provável que cada grupo humano [...] demarque, no espaço que ocupa [...] lugares utópicos com tempos ucrônicos, expressos em regiões de “passagem”, de “parada transitória” e “fechadas”. São os matizes das grandes cidades, por exemplo. Mas há lugares “destinados a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como contrasepaços [...] utopias localizadas”. São “lugares reais fora de todos os lugares”: existem lugares que reúnem utopias, mas não o fazem sem um custo territorial. Interpretarei esses lugares como os custos territoriais da reunião das utopias. No caso das

<sup>159</sup> Notação JP-11-2-022. Fundo João Pinheiro. Disponível em: < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29029](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29029) >. Acesso em: dez. 2018.

<sup>160</sup> E para Foucault (2013, p. 12), “o corpo humano é o ator principal de todas as utopias”. Lembremos que os homens, quando da ocasião dos banquetes atenienses, dizia Sócrates ao interrogado Górgias, entoavam um canto no qual enumeravam as melhores coisas: “a primeira ter saúde, a segunda, tornar-se um belo homem, e a terceira [...] enriquecer-se sem dolo” [451 – e] (PLATÃO, 2014, p. 187); as utopias da saúde, da beleza e do enriquecimento, demandavam, pois, de antemão, um corpo sadio e atlético para a sua realização. Os lugares da saúde, da beleza e do enriquecimento irradiam do corpo. Foucault (2013, p. 14) escreveu: “meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo [...] está em outro lugar que não o mundo. É em relação a ele [...] que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo [...] meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.”

águas minerais, a utopia da purificação demandava as heterotopias das fontes, desde que mantidas, as últimas, sob severo asseio (e retornava-se novamente à utopia da purificação). Amplificando tal escala, se para a utopia da purificação tornaram-se necessárias as heterotopias das fontes, para a utopia das fontes tornavam-se necessárias as heterotopias do Parques (Figura 12).

Figura 12 – Parque das Águas de Cambuquira



Legenda: O Parque das Águas da cidade Cambuquira. Data provável (1906 – 1908). Autor da foto: Augusto Soucassex.

Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Acervo Público Mineiro<sup>161</sup>.

E se o corpo se purificava nos goles e banhos, legando ao lodo a lama que outrora o encrustara, mais adiante aguardava-o, sob o pretexto do alívio da mente, o templo da sua danação, os cassinos. E aqueles templos habitados por Baco complementavam a utopia dos Parques, e esses espaços, que deveriam ser incompatíveis, demonstravam não só a sua justaposição<sup>162</sup>, mas a sua inusitada ligação<sup>163</sup>.

<sup>161</sup> Notação: JP-11-2-013. Fundo João Pinheiro. Disponível em: < [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29020](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29020) >. Acesso em: jan. 2019.

<sup>162</sup> Observou Foucault (2013, p. 24): “Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis”.

<sup>163</sup> Se a monotonia das estações de cura demandava certa distração, seguramente os casinos eram locais adequados ao deleite dos corpos entediados: “na época o movimento de turistas dependia do pano verde e figurativamente, *o barulho das fichas de madrepérolas soava como a melodia da noite...*”, descreveu Benedictus Mário Mourão (1997, p. 237). Mas o que fazer quando esses prazeres passaram a suplantar os benefícios de uma estação de cura? Mourão (1997, pp. 198 - 199) observa que, ainda na Europa do Oitocentos, notadamente na Alemanha, a presença daqueles em busca de cura para os seus males era inferior, quando comparada com a presença dos jogadores. E também no caso das estâncias minerais brasileiras, “os sadios sobrepujavam os doentes” (MOURÃO, 1997, p. 238). É de se considerar a rúbrica desses entediados e sadios em João do Rio (s/d., p. 8): “Banho. Há cavalheiros que o tomam de 35º para engordar. Outros mergulham em 41º para emagrecer. Não há ninguém doente. As mazelas, os reumatismos, as seborréas – o mobiliário estragado da sociedade fica por aí noutras hospedarias. Estamos num hotel *snob*. Avisos por todos os lados participam aos doentes de verdade que o lugar não os admite. É exclusivamente de cura mundana [sic]”.

E para concluir essa seção, seguindo Michel Foucault, pode-se extrair alguns breves princípios de uma ciência dos espaços outros, de uma heterotopia, e começar dizendo que se as sociedades constroem as suas heterotopias, essas heterotopias assumem formas variadas; são inconstantes. “Poder-se-ia talvez classificar as sociedades, por exemplo, segundo as heterotopias que elas preferem, segundo as heterotopias que elas constituem” (Foucault, 2013, p. 21). E “toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que construíra outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda” (Ibid., p. 22). É o caso de pensar nos antigos acampamentos de morféticos ao redor dos poços das águas santas, e a sua substituição por fontes e parques de águas cientificamente virtuosas. “Ocorre que as heterotopias são frequentemente ligadas a recortes singulares do tempo” (ibid. 25). E se “[h]á heterotopias que são ligadas ao tempo”, pode-se dizer que existem heterotopias crônicas. Nesse caso, basta pensar nos Parques durante as temporadas de cura, quando se buscava nas águas e no clima das serras do sul de Minas um alívio para os males e para o clima das regiões litorâneas densas de urbanidades: *Fugere urbem*, das cidades às utopias, e das utopias às heterotopias. No Jornal do Commercio, em 1875, alguém escreveu:

Ficará ella sendo o centro risonho e alegre da *high life* do Rio, imitando assim Vichy em França ou Baden na Allemanha. Os centenares de contos todos os annos gastos lá, e isto até que o sibillo da locomotiva a embrenhar-se pelas florestas de Minas faça-se ouvir alli como um brado de progresso [sic] (R.T., Jornal do Commercio, 12 de janeiro de 1875) (Figura 13).

Figura 13 – Primeira Classe do Ramal



Legenda: Primeira classe do ramal da Estrada de Ferro “Sapucahy”. Data provável (1906 – 1908).  
Autor da foto: Augusto Soucassex.

Fonte: Sistema Integrado de Acesso ao Acervo Público Mineiro<sup>164</sup>.

E pode-se concluir que na origem dos parques das águas do sul de Minas Gerais estava a promessa de se criar um lugar consagrado à utopia da purificação. Uma purificação “meio-religiosa e meio-higiênica” (FOUCAULT, 2013, p. 26). Ao entrar nos parques, purificava-se do clima húmido e povoado de convites às doenças do litoral, para então banhar-se nas águas envoltas por um clima seco e bastante apropriado ao exorcismo das urbanidades. Em Caxambu, o conselheiro Ruy Barbosa pareceu descrever com alguma precisão esse sentido de purificação meio-higiênica e meio-religiosa:

Visitei, percorri, desfructei, com admiração e encanto o Parque das Águas; é a medicina entre jardins de uma florescência deslumbrante. Minas ainda não percebeu todo o valor de sua joia. Quando a lapidar e engastar como ella pede, estas fontes de vida verterão luz, como de estrellas, que vá fallar bem longe, aos que sofrem, dos suaves privilegios deste torrão abençoado [sic] (RUY BARBOSA, 1919).

É precisamente por isso que se pode considerar os parques das águas do sul de Minas Gerais como heterotopias, pois

são a contestação de todos os outros espaços, uma contestação que pode ser exercida de duas maneiras: [...] criando uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado mal posto e desarranjado (FOUCAULT, 2013, p. 28).

Em outras palavras, tratei de considerar os parques como contraespaços. Não como absolutos e isolados, mas contraespaços que reverberam formas menos inéditas do que importadas do modelo europeu, e, ainda assim, suficientemente descontínuas, para, então, reunir a sua diacronia num mosaico de pequenas rupturas operadas na vida cotidiana dos visitantes<sup>165</sup>. Olavo Bilac, de passagem por Caxambu, escreveu em uma crônica no jornal Gazeta de Notícias, em 15 de abril de 1906:

E eu pensei comigo mesmo: [...] [e]u sou um civilizado, ou antes um envenenado pela civilização: não poderia viver sempre aqui, nesta paz e nesta meiguice, porque teria saudade da poeira, das intrigas, da hipocrisia, da peraltice do Rio. Na roça teria saudade da cidade, como na cidade tenho saudade da roça”.

E não há exagero em supor que o rigor comportamental da cura com as águas nos parques fosse um atletismo de restabelecimento da pureza do corpo. Por ali, uma pureza insistentemente nodada pela ocasião de um rendimento dionísico prestado nos Cassinos. E nas cidades sul mineiras persiste a cicatriz de um contraespaço entrecortado pela sucessão de

<sup>164</sup> Notação JP 11-2-044 . Fundo João Pinheiro. Disponível em:

<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=29051](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29051)>. Acesso em: dez. 2018.

<sup>165</sup> Daniel Defert (2013, p. 37) descreveu o sentido que tomo de empréstimo no fragmento acima: “é preciso uma forte ritualização das rupturas, dos limiares, das crises. Estes contraespaços, porém, são interpenetrados por todos os outros espaços que eles contestam [...] há reverberação dos espaços, uns nos outros, e, contudo, descontinuidades e rupturas”.

crônicas que atesta, em nossa época, um passado presente. E em que outro lugar um visitante poderia desafiar a linearidade do tempo moderno, ao se deparar com uma circunstância tão evidente de tempos mastigados? (Figura 14)

Figura 14 – Vista da entrada principal do Parque de Caxambu



Legenda: Vista da entrada principal do Parque de Caxambu em três planos: a ninfa, o balneário e o morro do Cristo (mito, ciência e religião). O tempo mastigado.

Fonte: O autor, 2017.

## 2.6 Epílogo

Nessa primeira parte, mais ainda nesse capítulo, pôde-se vislumbrar a ocorrência de duas narrativas: a primeira, da modernização, “supõe a extensão progressiva da natureza, cujas leis universais substituiriam pouco a pouco a diversidade das crenças subjetivas” (LATOUR, 2016, p. 204); a outra narrativa “supõe, por sua vez, o desaparecimento progressivo da distinção entre o mundo dos sujeitos e o dos objetos, o emaranhamento cada vez maior entre o governo dos homens e o governo das coisas” (idem)<sup>166</sup>.

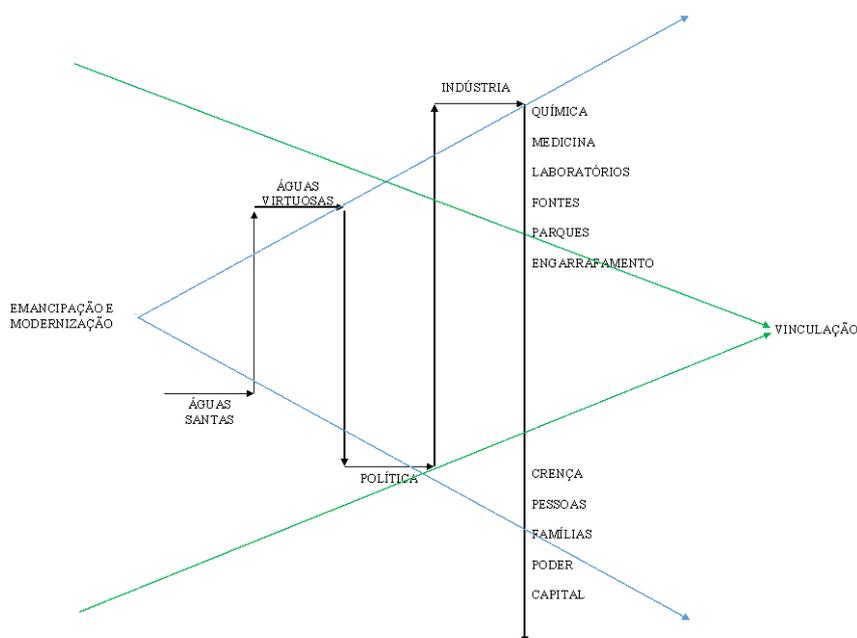
<sup>166</sup> Um bom resumo desses relatos pode ser encontrado em Latour (2016, p. 66): “é como se pudéssemos realizar duas interpretações completamente opostas [...] [a] primeira supõe, em cada estágio, uma ruptura radical com o passado, ruptura graças à qual o subjetivo e o objetivo, o político e o científico, os humanos e os não-humanos se distinguem cada vez mais entre si”. Esta ruptura é identificada pelo filósofo como uma interpretação emancipadora, pois moderna. “Uma segunda interpretação acarreta, ao contrário, que em cada estágio se dá uma implicação cada vez maior [...] entre as técnicas, as ciências e as políticas, cada vez mais difíceis de desemaranhar”. Esta interpretação é definida por Latour como “vinculação e ecologização”.

Se adota-se a primeira narrativa, se diria que os médicos permaneceriam sendo modernos, e a ciência se afastaria progressivamente da política e do mundo dos homens<sup>167</sup>. Isto porque, na modernidade, a coesão sistemática dos elementos que compõem o nosso cotidiano, e a sua substituição por novos elementos, foi o que deu a impressão de um tempo linear, um tempo que passa: o tempo moderno passa na medida em que as coisas estejam caminhando na sua mesma velocidade. E o mesmo ocorre com a substituição dessas coisas, que devem obedecer a mesma disciplina de alinhamento: na modernidade, o tempo caminha como um fluxo. E nesse fluxo está o progressivo afastamento entre os sujeitos e os objetos. No caso do sul de Minas Gerais, excessivamente simplificado nas setas de cor azul da Figura 15.

---

<sup>167</sup> Sobre essa relação ambígua entre um mundo da ciência e o mundo da política, Bruno Latour (2001, p. 318) escreveu: “Em cima, fatos e valores se mantêm infinitamente distantes, sobretudo na teoria das ciências. Embaixo, sujeitos e objetos estão entremesclados ao extremo, especialmente na prática da ciência. Em cima, fatos e valores se mantêm infinitamente separados. Embaixo eles se confundem, são redistribuídos e remexidos interminavelmente. Em cima, ciência e política nunca se misturam. Embaixo elas se renovam continuamente, de alto a baixo.” Se quisermos, é possível utilizar essa referência ao olhar para a Figura 16, bastando substituir onde se lê “em cima”, por “nas setas azuis”, e onde se lê “embaixo” por “nas setas verdes”.

Figura 15 – Modernização e vinculação



Legenda – Esquema que pode ser lido de formas opostas: no relato de emancipação e modernização, as setas de cor azul indicam o afastamento progressivo entre os sujeitos e as coisas, entre a ciência e a política. No relato de vinculação, as setas em cor verde anunciam o crescente emaranhamento entre os sujeitos e as coisas, entre a ciência e a política (natureza e a sociedade)<sup>168</sup>. As setas escuras indicam a passagem do tempo.

Fonte: O autor, 2019.

Mas parece que jamais se foi moderno por ali. E quão mais afastados os homens de ciência se diziam das questões da vida coletiva, em cada tentativa de fundar a civilidade naquelas cidades empoçadas, mais atolados eles ficavam nos pantanosos terrenos da política (as setas em cor verde da Figura 16). Para que fosse possível acessar a pureza das fontes que vertiam a cura diretamente da Natureza, fora necessário acrescentar camadas de trabalho humano, e para que os doentes pudessem se curar nas fontes, fora preciso o melhoramento destas, o que demandou elevadas doses de financiamento. E para isso, fora preciso que os médicos interessassem os capitalistas nas promessas das águas capazes de reverterem aqueles torrões de atraso em espaços que expressariam modernidade. E para cumprir a promessa das águas que fluíam das fontes, fora preciso construir os Parques, que, por si apenas, não dariam conta de suplantar o tédio das temporadas de cura: hotéis e cassinos foram erguidos, e reverberavam os hábitos da gente distinta que tomava os trilhos nas grandes cidades para submergir nas atlântidas invertidas sul-mineiras - daí a alcunha de *aquáticos*. Mas se o

<sup>168</sup> Trata-se de um esquema inspirado e adaptado do muito mais sofisticado e dedicado proposto por Bruno Latour (2016, p. 67).

modelo europeu inspirava a construção daquelas estâncias, e animava a gente de cabedal que por ali se embebia em cura e vinho, as garrafas destituídas do conteúdo de Baco passaram a abrigar as águas minerais coletadas nas fontes, para que então fossem enviadas às cidades. E o incremento de técnicas mais sofisticadas de engarrafamento foi tornando o processo mais alinhado com os lucros aguardados pelos financiadores do projeto industrial. O engarrafamento cientificamente orientado das águas minerais permitiu o envio às cidades de caixas e mais caixas contendo o remédio engarrafado nas fontes. E no litoral, quão mais se falava dos prazeres e alívios encontrados nas estâncias do sul de Minas, mais adeptos se reuniam no ritual de bebericar a civilidade engarrafada. As propagandas não faziam senão acrescentar esse tino civilizatório ao composto medicinal. A moda engarrafada atçou não somente os falsificadores, mas também os químicos que enxergaram ali um mercado em ascensão, enquanto os médicos afirmavam que quão mais curas estivessem descritas, menos charlatanescas seriam as águas. Mas o elevado preço da saúde engarrafada era um privilégio de poucos, e a concorrência entre rótulos naturais e artificiais, entre fontes e laboratórios, ganhou acirramento. Porém, o destino dessas cidades prometidas aos sedentos por cura, civilidade e fanfarra guardava uma colisão imprevista. Como num transatlântico prestes a se encontrar com um acaso agônico, um azar inesperado abordoou as estâncias bem onde elas se mantinham na superfície da fina sociedade: a proibição dos jogos afugentou a gente privilegiada que insistia por lá<sup>169</sup>. Gente que rapidamente abriu mão daquela promessa de modernidade já tornada antiga, levando consigo os seus dotes para buscar outras fontes de entretenimento que as estâncias destituídas dos cassinos não poderiam mais oferecer. É dizer que, enquanto os remédios naturais do sul de Minas Gerais perdiam o seu efeito sobre os desejos dos afogados nas urbanidades das grandes cidades, sem os jogos de azar, esses aquáticos deixariam, definitivamente, de apostar na promessa de provar, no sul da Mantiqueira, os respingos de uma Europa distante. Eis um resumo da ascensão, apogeu e queda da promessa de modernidade difundida nas estâncias hidrominerais do sul de Minas Gerais.

Até aqui fora realizado o exercício de tentar reatar o nó górdio, i.e, tecer a rede heterogênea que está na origem da proliferação das águas minerais. Nesse esforço, procurou-

---

<sup>169</sup> Benedictus Mourão (1997, p. 237) sintetiza esse momento: “Em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra [...] impregnado de clericalismo e penetrante cheiro de sacristia, proibiu os jogos de azar em todo território nacional. Os cassinos, que tinham se transformado no maior atrativo das estâncias hidrominerais, foram impiedosamente e inesperadamente fechados”. Note-se que Marras (2004, p. 125) denomina como “duplo golpe” o impacto sofrido pelas estâncias. No curismo, com a “difusão veloz dos medicamentos químicos sintetizados em laboratório”; e no turismo: com “a proibição [...] dos jogos de cassino [...] o laço que até então unia Baco à Esculápio, responsável pelo incrível afluxo às estações de águas, nunca mais seria reatado”.

se demonstrar que as águas minerais, desde a sua divulgação, são tão reais quanto discursivas e coletivas, ou, “ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, [e] coletivas como a sociedade” (LATOURE, 1994, p. 12). E se o fiz, foi porque entendo que, hoje, para falar das águas engarrafadas, é preciso passar pela medicina, o seu esposamento com a química e o comércio com a indústria. Pois nessa hibridação está uma maneira, talvez desconcertante, de tecer uma geo-história que não teve por outro objetivo, nessa primeira parte da tese, senão colocar em evidência a contradição fundamental que vai conduzir as águas minerais até as atuais controvérsias entre os grupos de cidadãos e as empresas de engarrafamento no sul de Minas Gerais: a permanência da hipnose reptícia herdada do mantra dualista da modernidade. De um lado, a Natureza, agora do Mercado, cuja mão invisível agita a maré dos negócios, do outro, a agitação política dos ativistas: *In media res*, como se verá, a Lei, os desejos e as negociações mergulhadas em um banho de água mineral.

### 3 SEGUNDA NATUREZA

I empty a bottle and I feel a bit free (Joe Strumer e Mick Jones)

Em janeiro de 2019, no início do mandato do recém-eleito Presidente do Brasil, o ministro da economia disse em seu discurso de posse: “Quanto maior o grau de intervenção na economia, menor a taxa de crescimento”, e depois completou: “agora, eu acho que é hora de otimizar o crescimento de novo”<sup>170</sup>. Nos fragmentos dessa transcrição pode-se extrair um fundamento rudimentar: a intervenção na economia é um obstáculo ao crescimento, este tomado como um catalisador do funcionamento econômico.

É como se a Economia assumisse um estágio transcendente e um funcionamento autônomo, inversamente proporcional ao grau de intervenção: um Mercado autorregulado, costuma-se dizer. E como não lembrar daqueles cientistas com acesso privilegiado aos segredos da Natureza, de onde foram extraídas as leis com as quais procuravam abafar os ruídos que incomodassem o progresso científico? Mas a ciência, e o vimos no caso das águas minerais, não estava desvinculada desse mundo “de baixo”; i.e., da política. É o caso de dizermos o mesmo da Economia e a sua importação de fatos diretamente do Mercado autorregulado (Ciência e segunda Natureza)?

Nesse ponto, é prudente resgatar a contribuição de Norbert Elias (2006, p. 185), que observou que o direcionamento para uma abordagem científica do campo econômico foi acompanhado de uma transformação, na transição para o Dezenove, nas formas tradicionais da organização do poder, o que livrou o mercado da regulação governamental. Tratou-se de “novas experiências como algo da ordem da natureza. Esse era o único modelo disponível para conceituar um conjunto integrado de funções impessoais e autorreguladas”. Uma transformação que também foi notada por Michel Foucault (2008), que ao olhar para o meado do século XVIII, sublinhou a ocorrência de uma objeção menos dedicada ao abuso da soberania do que ao excesso de governo. E para esse autor, a economia política foi o instrumento intelectual que permitiu essa metamorfose na razão governamental. A economia política, ele disse:

se propõe como objetivo o enriquecimento do Estado. Ela se propõe como objetivo o crescimento simultâneo, correlativo e convenientemente ajustado da população, de um lado, e dos meios de subsistência, do outro [...] Pois bem, garantir

---

<sup>170</sup> Discurso de posse do ministro da Economia, senhor Paulo Guedes. Fragmentos extraídos no intervalo entre 36:49 e 46:50. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/videos/v/integra-do-discurso-do-ministro-da-economia-paulo-guedes-durante-transmissao-de-cargo/7272071/> >. Acesso em: fev. 2019.

de forma conveniente, ajustada e sempre proveitosa a concorrência entre os estados (FOUCAULT, 2008, p. 19).

Para Foucault (ibid.), a economia política não desvenda os direitos naturais anteriores à prática do governo, mas descobre certa naturalidade nessa prática, e como disciplina, ela se dedica a estudar a natureza própria da ação governamental. E a consequência que se pode extrair dessas primeiras investidas é a de que

Se há uma natureza que é própria da governamentabilidade, dos seus objetos e das suas operações, a consequência disso é que a prática governamental não poderá fazer o que tem para fazer a não ser respeitando essa natureza. (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Se seguirmos este filósofo, o sucesso da prática governamental estaria condicionado à consideração dessas leis naturais, e se a economia política propôs como objetivo o enriquecimento do estado, o simples desconhecimento das leis do seu funcionamento, divulgadas pela disciplina nascente, corresponderia ao flerte com a bancarrota: o insucesso estabelece aí uma ligação menor com a tirania do que com a ignorância, pois ignorar as leis da natureza seria um equívoco que poderia levar o governo à derrocada. E se os economistas tinham a tarefa de dizer a verdade sobre os mecanismos naturais manipulados pelos governos, em linhas gerais, interpreta-se que o especialista adquire, pela força da verdade, o poder de estabelecer limites na arte de governar. Vontade de verdade que seria extraída de uma natureza que um grupo de privilegiados poderia acessar, fazer falar e traduzir em leis que conduziriam as linhas de ação governamental. E é particularmente interessante que a noção de natureza tenha adquirido essa função de um grande anfiteatro para o espetáculo da tragédia humana. Ideia que podemos encontrar em Immanuel Kant, na “garantia da paz perpétua” (2008 [1795], p. 23)<sup>171</sup>, que escreveu:

[o] que subministra essa garantia é tão-só a grande artista, a Natureza (*natura daedala rerum*), de cujo curso mecânico transparece com evidência uma finalidade: através da discórdia dos homens, fazer surgir a harmonia, mesmo contra a sua vontade.

Michel Foucault (2008) comenta esse texto de Kant, para quem a garantia da paz perpétua, concedida pela Natureza, atuou na formação do direito civil, do direito internacional e do direito cosmopolita (comercial). Pois esses direitos são a retomada, pelo homem, na forma de obrigações, do que havia sido um preceito da natureza: a retomada do preceito da natureza pelo direito poderá entregar o que já havia sido prometido pela própria natureza: a

---

<sup>171</sup> Quanto à menção do “cenário” oferecido pela Natureza: “antes de determinarmos com maior precisão essa garantia, será preciso examinar o estado que a natureza organizou para as pessoas que agem no seu grande cenário” (KANT, 2008 [1795], p. 25).

paz perpétua, mas, dessa vez, garantida pela planetarização comercial (FOUCAULT, 2008 pp. 79; 80). Nessa chave, a paz perpétua de Kant é garantida não pelo direito, mas pela natureza.

E não parece gratuito o privilégio concedido por Michel Foucault (2008, p. 84) ao naturalismo, quando falou do liberalismo<sup>172</sup>:

[v]ocês verão que o que caracteriza essa nova arte de governar de que lhes falava é muito mais o naturalismo do que o liberalismo, na medida em que, de fato, essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc., é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos. Até em Kant, que afinal não é tão economista assim, que é muito mais um jurista, vocês viram que a paz perpétua é garantida não pelo direito, mas pela natureza. De fato, é como um naturalismo governamental que se esboça no meado do século XVIII (FOUCAULT, 2008, pp. 83 – 84).

É aí que se torna possível falar em segunda Natureza. Em nossos dias, são muitas as análises sobre o funcionamento supostamente autônomo desta segunda Natureza, mas dois antigos investigadores ecoam como incontornáveis. Os dois dividem o primeiro nome e multiplicam-se nos estudos sobre o tema: Marx e Polanyi. O primeiro Karl banhou a sua barba no espectro cientificista que rondava a Europa do século XIX<sup>173</sup>, e daí desenvolveu minuciosas descrições das inconfiáveis que se agudizavam em seu tempo. O segundo Karl, também sinistro, nasceria poucos anos após a obstinada passagem do primeiro pelo mundo. Ao primeiro Karl atribui-se, frequentemente – e com alguma ignorância –, o planejamento das tragédias causadas pelas sangrentas práticas “istas” extraídas dos “ismos”<sup>174</sup> que tentaram instaurar uma política científica. Ora, e para me ater na delicada superfície desse lago congelado que não pretendo me aprofundar, foi em nome de uma “Ciência” econômica, das “leis científicas” da história e de uma política “científica” que muitos foram massacrados pelos clamores dos “istas”. Por outro lado, para os seus fiéis opositores, nomeadamente os liberais, o “ismo” dos “istas” não interrompeu a noção de uma economia científica, mas foi

---

<sup>172</sup> Michel Foucault (2008, p. 83) esboça uma caracterização do que chamou de liberalismo ao realçar três aspectos, a saber: “verificação do Mercado, limitação pelo cálculo da utilidade governamental e [...] posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial”.

<sup>173</sup> Consultar, a esse respeito, o comentário sobre a análise de Adam Smith acerca do estado de progresso ou estagnação das sociedades, na introdução de sua Crítica da Economia Política (MARX, 1983, p. 204): “Para dar um caráter *científico* àquilo que, na sua obra, vale como rascunho seria necessário estudar os períodos dos diversos graus de produtividade no decurso do desenvolvimento dos diferentes povos [grifo meu]”. E aí a importância de estabelecer um método analítico científico, tal como aplicado à Natureza: “[o] consumo é também produção, à semelhança da natureza, em que o consumo dos elementos e das substâncias químicas é a produção da planta” (ibid. p. 208).

<sup>174</sup> Inspirado em Vaneigem (2002, pp. 28 – 29), sobre o banho de sangue conduzido pelos “ismos”, ou, “mundo dos ismos”.

tomado como um desvio, um problema ultrapassado que pecou por tentar politizar uma ciência exata e indiscutível; i.e., tentou politizar a economia<sup>175</sup>.

Para Bruno Latour<sup>176</sup>, o equívoco está precisamente aí: o marxismo não desmoronou porque tentou politizar a economia, mas porque tentou “economicizar” a política<sup>177</sup> (um neologismo meu); ou, para ainda falar como Latour (Id.): o marxismo desmoronou porque tentou cientificar a política através da economia. E para este pensador, o segundo Karl, Polanyi, pode apagar os mal-entendidos do primeiro, Marx, pois a diferença entre eles está no lugar conferido à economia: para Marx, assim como para os liberais alvos de sua fúria, a economia existe e serve de infra-estrutura para o resto da vida social. É como se tivéssemos, de um lado, o problema da “economização” da política, e do outro, o problema da politização da economia. Em ambos, a economia preside a vida social. Para Polanyi, é precisamente essa crença que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, e uma economia verdadeiramente política deveria evitar compartilhar dessa noção da economia presidindo o funcionamento do *socius*.

Pois como disciplina, a economia não descreve o mundo, mas prescreve a maneira que deseja que se fale do mundo, o que, lembra Latour (Id.), é algo profundamente diferente<sup>178</sup>. Daí a leitura deste que, para Polanyi, a história dos dois últimos séculos é aquela da resistência da vida social contra a interpretação dada pela economia, ou, contra a interpretação econômica do funcionamento da Segunda Natureza<sup>179</sup>. Pois a tese de Polanyi (2000, p. 18) é

---

<sup>175</sup> Parágrafo fundamentalmente inspirado em Bruno Latour (1999), “O curto-circuito da economia”. Especial para a Folha de São Paulo. 07/02/1999. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs07029903.htm> > Acesso em mai. 2018.

<sup>176</sup> Bruno Latour (id.): “O curto-circuito da economia”. Especial para a Folha de São Paulo.

<sup>177</sup> Bruno Latour (id.) fala em “curto-circuitar” a política.

<sup>178</sup> Note-se a repetição da palavra “disciplina” para falar de economia. Se o fiz, foi com a intenção de atribuir a sua função na produção do discurso econômico usual. E também o fiz inspirado na definição que Michel Foucault (2014, p. 34) atribuiu à função da disciplina, a saber: “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. Usualmente, a disciplina econômica, com as suas importantes ressalvas, não descreve o mercado, mas o protege das interferências que, por ventura, possam lhe prejudicar o funcionamento (o fragmento destacado do discurso do novo ministro, que inicia essa parte da tese, decorre, como ele mesmo lembrou, da “Teoria Econômica”). Ou como Karl Polanyi (2000, pp. 170 – 171) ressaltou: “o *laissez-faire* não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida”.

<sup>179</sup> Karl Polanyi (2000, p. 142) observou que “a natureza biológica do homem surgia como um funcionamento de uma sociedade que não era de ordem política [...] [e] a sociedade econômica emergia como algo separado do estado político”. E, “uma vez que a sociedade emergente nada mais era do que o sistema de mercado, a sociedade humana estava agora ameaçada de mudar as suas bases para outras inteiramente estranhas ao mundo moral do qual fizera parte, até então, o corpo político”. E então a naturalização, pois “na medida em que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza [...] Na sua essência, a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da

que o mercado autorregulável fora sempre uma utopia, visto que tal instituição não poderia existir sem aniquilar a substância humana. E se a sociedade adotou medidas para se proteger desse mercado que procedia por purificações, tais medidas feririam o sistema de autorregulação, desorganizariam a vida industrial e ameaçariam a sociedade em mais uma maneira<sup>180</sup>. Para Polanyi (Id.), a civilização do XIX, ocidental, se centralizou nesse modelo institucional, o que permite rastrear a sua *grande transformação*, com o soerguimento de (novos) impérios em um mar de sangue.

E quando se fala em liberalismo, mesmo que renovado, não é preciso muito esforço para perceber o andamento de um projeto político para libertar o mercado das intervenções. Afinal, é de se esperar que a imposição de uma agenda liberal demande uma intervenção política para purificar o mercado das interferências indesejadas. E se o objetivo dessas manobras é adubar o terreno para o crescimento econômico, pode-se dizer que esse crescimento progride pela subtração das intervenções que pudessem afetar o funcionamento desejado pelos jardineiros do mercado. E isto, ou seja, esses braços que afastam os indesejados como uma mão abana o zunido dos insetos, se dá através do aprisionamento do liberalismo em esferas purificadas da intervenção. E nessa seleção artificial, a segunda natureza, nesciamente darwiniana, perde o seu funcionamento autônomo e vai abdicando de seu lugar cativo no firmamento da Economia. Torna-se uma utopia, para falar novamente como Karl Polanyi.

Para designar o ocorrido no século XIX, Karl Polanyi chamou a economia de “religião secular”. Mas, como notou Bruno Latour (2014, p. 7), “ele estava convencido, pobre alma, que tal religião havia sido totalmente desacreditada quando, em 1949, ele publicou a Grande Transformação”. E foi preciso algum tempo para nos darmos conta que o otimismo

---

natureza [...] [a]s leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva” (Ibid., p. 152 – 153). Por isso, para Polanyi (id.), a sociedade econômica se entendia como sujeita às leis “que não eram leis humanas”, e surgia aí “uma dicotomia que marcaria o nascimento da consciência do século XIX”, onde “acreditava-se que o mercado autorregulável provinha das leis inexoráveis da natureza” (ibid., p. 154).

<sup>180</sup> Para novamente recorrer a Polanyi (2000, p. 173), segundo a sua leitura, a filosofia dos liberais “gira em torno de que o laissez-faire foi um desenvolvimento natural, enquanto a legislação anti-laissez-faire subsequente foi o resultado de uma ação propositada por parte dos que se opunham aos princípios liberais”. Ao que ele, à época, completou: “não seria demais dizer que nessas duas interpretações mutuamente exclusivas do duplo movimento ainda se envolve, hoje em dia, a verdade ou inverdade da posição liberal”. Pois para Polanyi (id.), o conceito de um mercado autorregulado é utópico, “e o seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade”, mas na concepção dos liberais, “todo o protecionismo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão; e sem elas o mercado teria resolvido suas dificuldades”. Em verdade, nota o autor (Ibid., 175), “o seu eclipse parcial [no século XIX] pode até ter fortalecido a sua influência, uma vez que permitiu a seus defensores argumentarem que as razões de todas as dificuldades a eles atribuídas resultam da aplicação incompleta de seus princípios”, e, “de fato, este é o último argumento do liberalismo econômico que resta hoje em dia”. E aí retornamos, com precaução e proporção, ao fragmento da fala do ministro, que abre essa seção.

econômico, que sucedeu a publicação de Polanyi, traria um custo extra ao mundo que habitamos coletivamente. Karl Polanyi não poderia ter previsto que uma transformação ainda maior fora colocada em andamento, ao ponto de introjetar a história humana nas camadas geológicas da Terra. E ainda que o advento do Antropoceno colabore para a dissolução das antigas divisões propagadas desde o canto de galo modernidade, esse acontecimento não parece ter abalado a crença da economia em um mercado autorregulado que deve ser mantido em funcionamento. Agora, no Antropoceno, a economia não parece acompanhar os constrangimentos ecológicos que são experimentados dramaticamente em diferentes regiões do planeta.

E fica mais fácil entender por que a permanência da economia como guardiã de um funcionamento autônomo da segunda Natureza promove a emergência dos clamores de muitos ativistas que acusam a incomensurabilidade entre esta segunda Natureza e a Terra. Pois para esses segmentos, a transcendência do Mercado não parece mais caber na imanência da Terra. Por outro lado, os guardiões do Mercado costumam bradar que será através Dele (o Mercado) que se conseguirá a libertação dos grilhões que mantêm os humanos encolhidos na resguardada riqueza de seus territórios: e daí a recorrente alegação de uma liberdade acompanhada da liberação dos recursos naturais<sup>181</sup>.

É como se a economia privasse o mercado da gravidade de sua existência terrestre, ou melhor, do peso da sua existência para a Terra, e, por isso, é preciso *desnaturalizá-lo*. Pois, uma vez desnaturalizado, não será mais possível apelar às leis inexoráveis da autorregulação para silenciar a polifonia dos reclamantes. E se a economia e os ativistas não estão falando da mesma Terra, buscar descrever a existência Terrestre para colocar em funcionamento um mercado pode contribuir para a refutação empírica do saneamento econômico devotado às purificações. Como ocorre com os personagens de desenho animado, que tardiamente percebem o precipício sob os seus pés, o mercado deixará de flutuar pela força das suas próprias ilusões e será trazido à Terra pela força infalível da gravidade<sup>182</sup>. Nesse caso, tratarei

---

<sup>181</sup> Algo que tem suas raízes no liberalismo clássico, já que embora tenha “nascido como uma mera propensão em favor de métodos não-burocrático” (POLANYI, 2000, p. 166), essa maneira de pensar “evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado autorregulável” (id.).

<sup>182</sup> Frase contrabandeada de Raoul Vaneigem (2002, p. 25): “A história atual faz lembrar determinados personagens de desenho animado, que correm loucamente sobre um penhasco sem que disso se aparecebam: a força da sua imaginação os faz flutuar a tal altura, mas, assim que olham para baixo e tomam consciência de onde estão, imediatamente caem. Como os heróis de Bosutow, o pensamento atual deixou de flutuar pela força de suas próprias ilusões”.

de investigar os vínculos institucionais que colocam o mercado de águas minerais em funcionamento<sup>183</sup>. Começamos essa desnaturalização percorrendo a via da legislação.

### 3.1 A mão invisível da política

#### 3.1.1 Água, mas recurso mineral<sup>184</sup>

O Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945) submete a gestão das águas minerais ao Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967). E para que seja possível transitar pelos subterrâneos dessa importante controvérsia é preciso operar uma prospecção. Uma investigação com vista a encontrar os veios pelos quais seja possível traçar um fio que traga a superfície as preciosidades - que não pretendo esgotar – dessa história algo submersa.

O geólogo, historiador e político João Pandiá Calógeras empreendeu uma série de estudos que fornecem um valioso material sobre o histórico da atividade minerária brasileira. Em um importante trabalho deste antigo deputado federal e ministro, intitulado “Formação Histórica do Brasil” (CALÓGERAS, 1938), Calógeras revisou a atividade mineradora do

---

<sup>183</sup> Não se trata aqui de colocar em andamento um Inquérito sobre os Modos de Existência (IME) dos modernos, conforme a proposta de Bruno Latour (2013), mas de buscar nesse projeto a inspiração para operar um processo de desnaturalização do mercado de águas engarrafadas. Na primeira parte da tese, se pôde notar a descrição de uma rede heterogênea que está na origem da proliferação das águas minerais (crença, ciência, indústria e política, por exemplo). Mas as redes são apenas um modo de existência naquilo que se entende como modernidade, e apesar de uma ótima ferramenta para descrever as associações, as redes não distribuem os diferentes pesos relativos aos distintos domínios. As redes não qualificam valores (ibid., p. 35), porque há “diferenciações reais entre os domínios [ciência, lei, economia, religião...]” (id.). E aí o impasse: ou se retêm a diversidade de associações e perde-se a segunda forma de diversidade, i.e., dos valores, ou respeita-se a diversidade dos valores e recorre-se à noção de domínio, já bastante complicada pela descrição das redes heterogêneas. O método proposto em IME, para lidar com esse impasse, busca explorar a conexão bastante específica desses elementos distintos (Ibid., p. 38), i.e., qualifica os tipos muito específicos de conexão entre os elementos enredados (Ibid. p. 39). Trata-se de adicionar aos dados coletados nas redes os valores que os modernos parecem se importar. E para simplificar: a primeira lista, das redes, é indefinida, com diferentes e múltiplas entidades associadas; a segunda lista, por sua vez, é finita, “assim como são os valores que os modernos aprenderam a defender” (Ibid., 42). Em cada caso analisado, talvez seja necessário investigar a relação específica entre “a história dos valores modernos e as instituições as quais estes valores dão direção e que abraçam e lhes dão abrigo” (Ibid., p. 45). E aí está a inspiração desse método para essa segunda parte da tese. Embora se deva enfatizar que não aplicarei o rigor metodológico proposto no projeto de Latour (o que daria uma feição distinta à tese), trata-se de traçar as redes e detectar nelas os valores que mais parecem importar. No caso das águas minerais: antes mais santas do que medicinais, depois mais medicinais do que industriais e, hoje, mais industriais do que santas e medicinais, e, então, mais alinhadas com o discurso de um mercado autorregulado (pesos diferentes, portanto). E daí a importância privilegiada que será conferida à relação entre o mercado das águas minerais e as instituições que auxiliam o seu funcionamento.

<sup>184</sup> Uma versão abreviada desse subcapítulo pode ser encontrada no artigo intitulado “Sobre Águas e Minerais” (VIANNA e BRANQUINHO, 2018).

período colonial até a República. Segundo o autor, embora já tivessem sido encontradas jazidas de ouro nas capitanias do Sul - o que estimulou as recomendações do Rei D. Pedro II para que os seus vassallos no Brasil intensificassem as procuras -, foi com a descoberta dos ricos depósitos em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1694 – 1725) que a ordem das coisas entre Portugal e Brasil fora subvertida, já que, como observa Calógeras (1938, p. 20), “nunca pensara a metrópole receber tal riqueza de sua colônia”. Isto porque, até tal descoberta, as exportações do Brasil eram predominantemente derivadas da agricultura e da pecuária. A partir de então, com o ouro como protagonista, parte da rica e complexa história geológica da Colônia passou a ser transferida e depositada nas terras da Coroa. Isto, também o vimos, não ocorreu sem disputas, afinal, a colonização seguia a passos largos por parte da América do Sul, e um denso passado de veios abertos e sangue derramado emprestou a sua contribuição à “carga semântica” (PÁDUA, 2002, p. 83)<sup>185</sup> dos países cujos nomes imediatamente nos remetem ao processo de intensa exploração, ao exemplo do Brasil e da Argentina, esta última, especificamente para o caso da mineração. Sobre a mineração no Brasil, Calógeras (1938, p. 20) observou que, com a descoberta do ouro, o Rio de Janeiro passou a ser um novo ponto de ancoragem – o anterior era a Bahia -, e as embarcações que transitavam no porto com o cobiçado metal passaram a ser objeto de cobiça por corsários e piratas ansiosos por tomarem a cidade em troca de generosos resgates. Foi o ouro, então, o responsável por uma ampla modificação da paisagem biofísica do Brasil – notadamente na transição do Seiscentos para o Setecentos -, uma vez que a sua promessa parecia se estender para além dos campos até então conhecidos pelos colonizadores: uma terra rica e ampla aguardava os exploradores ansiosos e motivados pelas notícias de ouro abundante nos sertões.

A obra de André João Antonil, escrita na entrada do segundo decênio do século XVIII, mas reimpressa no Brasil em 1837<sup>186</sup>, é um dedicado relato que nos remete à atmosfera minerária do Setecentos. Para Antonil (1837, p. 141), não se tirava o proveito adequado das reservas minerais brasileiras de ferro, ouro e prata, uma vez que - e considerando a

---

<sup>185</sup> O historiador José Augusto Pádua atenta especialmente para a carga semântica do Brasil. Diz o autor (PÁDUA, 2002, p. 82): “A carga semântica que o nome Brasil transmitia – com base no corte do pau-brasil, o primeiro elemento da natureza brasileira passível de exploração pelo mercantilismo europeu – estava associada à busca de ganho fácil, ao uso imediatista das riquezas do território”.

<sup>186</sup> O título da obra de Antonil (1711) continua da seguinte maneira: “Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas e descobrir as de prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America dá ao Reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes.” Observa-se que a referida obra foi reimpressa no Brasil em 1837, de onde foram extraídas as informações que aqui, neste capítulo, estão expostas.

capacidade do território em abrigar tais minas -, os “moradores”<sup>187</sup> desta terra não manejavam os cursos naturais dos rios “para lhes examinarem o fundo”; nem seguiam o exemplo da “ambição insaciável” das outras nações dedicadas ao ato de “abrir aquellas entranhas” para obter o metal, que por aqui teve o seu interesse desviado “pelo gênio de buscar Índios nos matos”. Antonil (1837, pp. 143 – 148) escreveu que a descoberta do ouro nos Cataguases, atual Minas Gerais, se deu pela contribuição das entradas realizadas pelos paulistas. Sobre a “mina da serra de Itatiaia”, o autor informa que distava de Ouro Preto “oito dias de caminho moderado até o jantar”, uma distância, mensurada em tempo, que não despertava o apetite dos paulistas, já que a região oferecia um “ouro branco, que he ouro ainda não bem formado”<sup>188</sup>. Os paulistas estavam mais seduzidos pelo ouro de melhor rendimento, obtido nas minas que “dizem que ficão na altura das capitânicas do Espirito Santo”.

O livro de Antonil fornecia informações tão preciosas quanto o metal cuja localização os seus relatos pareciam precisar<sup>189</sup>, o que lhe conferiu um tributo que, mais tarde, em 1922, Affonso D’Escragnolle Taunay descreveu como um “livro famoso, inacessível, aureolado pela perseguição colonial de que foi vítima”. Sobre Antonil e o seu controverso livro, João Capistrano de Abreu (1907, pp.162-165)<sup>190</sup> disse que o “visitador da Companhia de Jesus”, aportado em terras brasileiras em 1689, tempo em que ocupou o cargo de “reitor da Bahia”, “mostrava o Brasil tal qual se apresentava a visão de um espírito investigador e penetrante”, e tamanho empreendimento, dotado de “algarismos escrupulosamente dispostos”, fora sucedido por uma “resposta fulminante” por parte do governo metropolitano, que confiscou o livro “com tamanho rigor que ainda hoje [em 1907] raríssimos exemplares se encontram da edição princeps”. O governo argumentou que Antonil estaria “divulgando nelle [em seu livro] o

<sup>187</sup> Atenta-se que por moradores, é provável que Antonil (1837, p. 149) estivesse se referindo à “mistura [...] de toda condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos: nobres e plebeos; seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tem no Brazil convento nem casa”.

<sup>188</sup> Sobre o ouro da Serra de Itatiaia, escreveu Antonil (1837, p. 147): “O ouro finalmente do ribeirão de Itatiaia, he de côr branca, como a prata, por não estar ainda bem formado [...] e deste se faz pouco caso, posto que alguns digão, que indo ao fogo ás vezes por mais formado, foi mostrando a côr amarela”.

<sup>189</sup> A título de exemplo destaque: “Em distância de meia legua do Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do Ribeirão de Antônio Dias: e, dahi a outra meia legua, a do ribeirão do Padre Joao Faria: e, junto desta, pouco mais de huma legua, a do ribeirão de Bueno, e a de Bento Rodrigues. E, dahi tres dias de caminho moderado até o jantar, a do ribeirão de N. S. do Carmo, descoberta por João Lopes de Lima; alem de outra, que chamão a do ribeiro Ibutiranga” (ANTONIL, 1837, pp. 143 – 144).

<sup>190</sup> Aquele para quem Taunay, em 1922, dedica o ensaio que contem o relato cujas partes encontram-se logo acima transcritas. Taunay assinou a seguinte dedicatória, em 15 de junho 1922: “Ao Mestre Prezado e Iluustre J. Capistrano Abreu / Em lembrança das sábias lições da adolescência até os dias de hoje afetuosamente oferece – e como a quem de direito – este ensaio despretensioso o discípulo e amigo [sic]”.

segredo do Brasil aos estrangeiros”. Contudo, o autor de “capítulos de história colonial” (1907, pp. 164 – 165) argumenta que tal captura por parte do governo da província se deu em decorrência da exposição dos “segredos do Brasil aos brasileiros”, uma vez que os relatos de Antonil esclareceram, do país, “toda a sua grandeza”, e não o fez por certa linguagem criptografada, estruturada em “uma arquitetura severa dos algorismos”, através da qual “conservou-se inviolado o segredo do Brasil aos brasileiros”, mas porque “transpirou [...] sob outras formas, em adombrações significativas” uma exaltação da “riqueza sem par do paiz”. E basta consultar a seção *auri sacra fames*<sup>191</sup>, do segundo capítulo da tese, para lembrar que as águas estavam no meio do caminho do ouro. Mas elas, as águas, não estavam apenas no meio do caminho da mineração, como também da sua legislação correlata.

Esteves (2012, p. 63) observou que durante o período colonial, as águas não tinham uma legislação própria, ao contrário dos bens minerais, que eram delegados como propriedades da Coroa Portuguesa. A atividade de mineração interpretou um importante papel na manutenção do poder da Coroa sobre a Colônia, e isto não se deu sem a influência do direito lusitano. A autora (ibid., p. 66) atenta que tal influência se confirmou em um conjunto de normas que constituíram a base do direito minerário brasileiro, e, uma vez sedimentada, essa base passou a orientar a atividade mineradora até a atualidade.

À época do Império (1822 à 1890), a primeira Constituição, em 1824, não possuía uma norma específica para a atividade mineradora, o que predizia, segundo Esteves (2012, p. 66), que as normas anteriores<sup>192</sup> ainda estavam em vigência, observação que permitiu à autora concluir que o patrimônio mineral que anteriormente pertencia à Coroa fora transferido ao Estado<sup>193</sup>. Mas com a proclamação da república, em 1889 - e a Constituição Republicana de 1891 -, transferiu-se a responsabilidade das minas e terras devolutas aos Estados-membros, em seus respectivos territórios:

---

<sup>191</sup> Capítulo 2, páginas 55 – 60 da tese.

<sup>192</sup> Esteves (2012, pp. 66-67) observa a garantia da propriedade em sua plenitude do sistema então vigente como o elemento que permite chegar à conclusão supracitada. Tal garantia estava prevista no Artigo 179 da Constituição de 1824, a saber: “A Inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...] XXII – E’ garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indmnisado [indenizado] do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá logar essa excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação [sic]”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>193</sup> A autora destaca (ESTEVES, 2012, p. 67), nesse aspecto específico, a inauguração do chamado Regime Dominial, com a Lei de 20 de outubro de 1823, que, em sua interpretação, determinou a aplicação das leis portuguesas no Brasil, onde o que estava sob o domínio da Coroa passou a ser do domínio do Estado.

Artigo 64 – Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Parágrafo único – Os próprios Nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados [...] Artigo 72 – A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...] Parágrafo 17 – O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia. a) As minas pertencem ao proprietário do sólo, salvo as limitações estabelecidas por lei, a bem da exploração das mesmas. b) As minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros [sic](BRASIL, 1891)<sup>194</sup>.

O que se agudizou com a Constituição do estado de São Paulo, publicada em 1891<sup>195</sup>, na qual, em seu Artigo 1º, “O Estado de S. Paulo, parte integrante da República dos Estados Unidos do Brasil, constitui-se autônomo e soberano sob o regime constitucional representativo” e, conforme consta em seu Artigo 57º, “A constituição assegura e garante a todos que estiverem no Estado a inviolabilidade dos direitos de igualdade, liberdade, segurança e propriedade, nos termos do Art. 72º da constituição federal”. Atenta-se, especialmente, para o inciso XII, onde se lê:

O direito de propriedade é restringido tão somente pelo ato de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante prévia indenização. As minas pertencem ao proprietário do solo, com as limitações que por lei forem estabelecidas em benefício de exploração destes ramos de indústria (SÃO PAULO, 1891).

Foi aí que, na concepção de João Pandiá Calógeras (1938b, pp. 477 - 478)<sup>196</sup>, a Constituição Republicana carregou às minas os litígios da superfície, quando, na leitura daquele autor, a compra das lavras não compensaria os custos dos litígios para regularizar os títulos dominiais. E as jazidas ficaram desvalorizadas, já que o acúmulo de títulos formava um emaranhado de obstáculos, cujos custos de regularização afastariam as iniciativas industriais.

---

<sup>194</sup> Fragmento extraído com base na investigação de Esteves (2012, p. 67). A Constituição de 1891 está disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>195</sup> Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1891/>>. Acesso em fev. 2017.

<sup>196</sup> Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/as-minas-do-brasil-e-sua-legislacao/pagina/274/texto>>. Acesso em: fev. 2017.

A Constituição desferiu, para Calógeras, “o golpe mais sério que se podia vibrar contra o desenvolvimento da mineração no Brasil”<sup>197</sup>.

Foi durante a primeira Constituição Republicana que o estado de Minas Gerais concedeu a outorga para o aproveitamento de águas minerais em Lambari e Cambuquira (ESTEVEZ, 2012, p. 69)<sup>198</sup>, e publicou o Decreto 1.038, de 20 de maio de 1897, que promulgou o regulamento das estações das águas minerais e ressaltou a importância da sua proteção sob a égide dos parques e a necessidade de monitoramento da situação das águas:

Art. 1º. As aguas mineraes deverão ser perfeitamente captadas, de maneira a ficarem isoladas completamente das aguas communs [...] Art. 9º. Onde já houver parques arborizados em torno das fontes, deverão ser feitos de modo a protegel-as [sic]. Esse parques são considerados zonas de proteção [...] Art. 71º. Esse relatório [anual] trará com detalhes as observações meteorologicas, hydrologicas e geologicas; o consumo das aguas, uso internos e externos, venda e exportação, frequência; a estatistica medica; os melhoramentos introduzidos; obras projectadas e executadas; o balancete da receita e despesa, venda [sic].<sup>199</sup>

Apenas em 1921 foi criada a Lei 4.265, de 6 de janeiro, que compreendeu ao primeiro Código de Minas<sup>200</sup> aplicado no Brasil. Em seu Artigo 2º, a referida lei descreve o que se considera como mina, a saber:

[...] as jazidas ou concentrações naturaes, existentes na superficie ou no interior da terra, de substancias valiosas para a industria, exploraveis com vantagem economica, contendo elementos metallicos, semi-metallicos, ou não metallicos, e os respectivos minereos, os combustiveis fosseis, as gemmas ou pedras preciosas, e outras substancias de aito valor industrial.

Contudo, no Artigo 3º dessa Lei há uma particularidade. Diz o texto:

[...] Não se consideram minas e reputam-se pedreiras as massas rochosas que fornecem materiaes de construcção, calcareos e marmores, saibreiras, as barreiras, os depositos de areia, pedregulhos, ocas, turfás, kaolim, amianto, e mica, as areias de minereo de ferro, os depositos superficiaes de sal o salitre e os existentes em lapas e

---

<sup>197</sup> Para mitigar tal herança, escreveu Calógeras (1938b, p. 479), seria preciso “atenuar suas consequências funestas, reduzir ao mínimo a oposição que os condôminos possam exercer contra as pesquisas e as explorações, favorecer o devassamento do subsolo, para o prospectador a preeminência que lhe foi sempre garantida em nossa legislação, premiando-lhe os descobrimentos, impedir que os defeitos formais e processuais dos títulos de domínio perturbem de modo constante a valorização das minas, tais são, portanto, problemas dos mais sérios a que deve dar solução a lei reguladora do assunto”.

<sup>198</sup> E já vimos na primeira parte da tese, especialmente no segundo capítulo, os esforços para fundar a República com o auxílio das águas minerais. Note-se que a referida Lei absorve elementos da ciência, da indústria, da medicina higiênica e da engenharia.

<sup>199</sup> Minas Gerais, Decreto nº 1038 - de 20 de maio de 1897. “Promulga o regulamento das estações de águas mineraes” [sic].

<sup>200</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>>. Acesso em: fev. 2017.

*cavernas. Também não se consideram minas as fontes de águas thermaes, gazosas, mineraes e minero-medicinaes [grifo meu].*

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, momento da transição de uma economia balizada principalmente na produção agrícola para uma progressiva industrialização<sup>201</sup>. Ainda que não tenha havido o abandono absoluto da produção agrícola, sobretudo na exportação do café<sup>202</sup>, a industrialização passava a galgar espaço na economia do país. Mas a primeira trintena do Novecentos já se anunciava abalada pela Depressão do ano anterior, e a instabilidade internacional não assegurava a confiança depositada na exportação de um produto único (o café), tampouco favorecia a importação. É provável que a “impossibilidade de programar melhor as importações deve ter contribuído para a difusão de substituí-las” (SILVA, 1999, p. 139). A indústria nacional, por sua vez, acompanhava o crescimento das cidades, por aí melhores nutridas pelas vias férreas e rodovias que desenhavam a agitada geografia daqueles anos. Também na década de 1930, foram criados os Ministérios que serviram de base institucional à intervenção estatal (SILVA, 1999, p. 149). E assim se foi revestindo o caminho para o avanço da indústria nacional, carregada pelo protagonismo da mineração, fenômeno bem aludido no conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade sobre a serra de Minas vista do município de Itabira, “A montanha pulverizada” (2017, p. 61):

Esta manhã acordo e não a encontro / britada em milhões de lascas / deslizando em correia transportadora / entupindo 150 vagões / no trem-monstro de 5 locomotivas / - trem maior do mundo, tomem nota -/ fuge minha serra vai / deixando no meu corpo a paisagem / mísero pó de ferro, e este não passa.

Mas o avanço da indústria mineradora não se deu sem um recapiamento jurídico. E com o notável aspecto nacionalizante que lhe caracterizou, a Constituição de 1934<sup>203</sup> estendeu as suas intenções às minas, uma vez que se tratavam não apenas de elementos de considerável potencial econômico, mas também estratégico, já que o horizonte estava carregado pela névoa da Guerra. Atenta-se, especialmente, para os Artigos 118 e 119 desse texto:

Art 118 - As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água,

<sup>201</sup> Silva (1999, p. 138), com base em estudos de outros autores e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alude que, em 1919, a produção agrícola, em termos de valores líquidos, era 3,8 vezes superior à produção industrial. Já no final de 1940, os dois setores já estavam equiparados e, dali em diante, a supremacia industrial já havia se instalado, quando, por exemplo, em 1954, o Produto Interno Bruto industrial superava o agrícola em 9,6%.

<sup>202</sup> Silva (1999, p. 139) observa que, em 1954, a exportação do café ainda tomava 60% das vendas do país ao exterior.

<sup>203</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)> . Acesso em: fev. 2017.

constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art 119 - O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros.

[...]§ 4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.

§ 5º - A União, nos casos prescritos em lei e tendo em vista o interesse da coletividade, auxiliará os Estados no estudo e aparelhamento das estâncias mineromedicinais ou termomedicinais.

Ficava sinalizada, assim, a intenção de transferência progressiva da responsabilidade para o Estado, que deveria autorizar ou reconhecer a concessão das minas, de maneira a conferir certa exclusividade às empresas nacionais. E no caso sul-mineiro, cumpre dizer que caberia à União auxiliar os estados na modernização das estâncias hidrominerais (Figura 16).

Figura 16 – O Presidente Getúlio Vargas em Caxambu



Legenda: O Presidente Getúlio Vargas em visita à Caxambu, na década de 1930.

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional<sup>204</sup>.

Em 1934, foi publicado o Código de Minas<sup>205206</sup>, cujo texto, em seu Parágrafo 2º, classificou as fontes de águas minerais, termais e gasosas como jazidas: “Art. 2º – As jazidas

<sup>204</sup> Notação: BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.382.

<sup>205</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24642.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

que constituem objeto deste código se classificam como segue: [...] Classe XI, da fonte de águas minerais, termaes e gasosas”. Na mesma data, foi publicado o Código de Águas – Decreto nº 24.643/34<sup>207</sup> – onde o conteúdo, conforme observado por Esteves (2012, p. 70), apesar de não mencionar as águas minerais, preocupou-se em assegurar o uso das nascentes para as prioridades primeiras: “Art. 34. É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água, para as primeiras necessidades da vida, si houver caminho publico que a torne acessível [sic]”. Já aí se pode notar a presença de um vertedouro jurídico no caminho das águas, e as minerais, distintas por conta de sua composição com dotes medicinais, foram se tornando minério, de especial interesse econômico e, portanto, se diferenciando das demais (tributárias de outros interesses, como a geração de energia, por exemplo)<sup>208</sup>.

E no momento em que se instaurou o governo autoritário de Vargas<sup>209</sup>, no ano de 1937, uma nova Constituição foi promulgada, mas não sem que provocasse algumas alterações no regime sobre as jazidas minerais – dentro do qual, as águas minerais constavam categorizadas:

---

<sup>206</sup> Note-se que o Código de Minas também se vinculou à estatização propagada (e propagandada) por Vargas: “o subsolo é propriedade da União, que concede direitos de pesquisa e exploração, com fortes restrições às empresas estrangeiras” (SILVA, 199, p. 150).

<sup>207</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>208</sup> O próprio Código de Águas, de 1934, tipifica as águas de acordo com os usos que delas se faziam (águas públicas), com as suas características (águas comuns), e com a dominialidade (águas particulares), (cf. Livro I, Título I, Capítulos I, II e III). Sobre o setor hidrelétrico, ver Livro III, Título I, Capítulo I.

<sup>209</sup> Para o historiador Carlos Nelson Coutinho (1988, pp. 123 - 124), a instauração da Ditadura Vargas foi um movimento reacionário às reivindicações populares que ganharam força no início da década de 1920. O autor escreve: “como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em restaurações que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais”. Um exemplo, foi a “instauração da ditadura de Vargas em 1937, culminação do agitado período que se inicia em 1922”. Período que o “movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder”. Assim, essas “pressões “de baixo” [...] fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930”. Essa “revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes)”. Contudo, “o caráter elitista desse novo bloco fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados”. Logo, “nessas condições, o resultado do protesto contra o caráter elitista da Revolução foi a adoção (ou retomada) de um “subversivismo elementar”, cuja manifestação mais evidente foi o putsch de 1935, uma desastrosa iniciativa comum dos comunistas e dos tenentes de esquerda”. Coutinho interpreta essa “desastrosa iniciativa” como o principal argumento para a instauração da Ditadura Vargas, que, por meio de seu Estado-novo, promoveu “uma acelerada industrialização do País, com o apoio da fração industrial da burguesia e da camada militar; além disso, promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho [...] ainda que ao preço de impor uma legislação sindical corporativista, copiada diretamente da *Carta del Lavoro* de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e enfraquecia a sua autonomia”.

[...] Art. 16 – Compete privativamente à União legislar sobre as seguintes matérias:  
 [...] XIV – Os bens do domínio Federal, minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, florestas, caça e pesca e sua exploração.

Em 1940, foi publicado o Código de Minas do Brasil, Decreto-Lei nº 1.985<sup>210</sup>, que manteve as águas minerais na condição de jazidas: “Art. 3º As jazidas classificam-se da seguinte maneira: [...] Classe XI – águas minerais, termais e gasosas”. Também na referida Lei consta um capítulo inteiro sobre as Estâncias Hidrominerais, de maneira a atentar para o papel do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na fiscalização das estâncias brasileiras, por intermédio de estudos geológicos, físico-químicos, crenológicos e trabalhos e projetos relativos à captação das águas minerais. Como rezava o Código, o Ministério da Agricultura deveria estabelecer um perímetro de proteção para as fontes, com o objetivo de assegurar as propriedades dos aspectos químicos, pois minerais; físicos, pois termais; e físico-químicos, pois relativos aos gases contidos nas águas. Atenta-se que os tributos sobre as águas minerais não deveriam exceder 5 % do produto da exploração das fontes; e a exigência de que a autorização de lavra de uma fonte, ou estância hidromineral, estivesse vinculada ao comércio dessas águas, cujas condições de higiene as autoridades de saúde pública, no nome do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), deveriam fiscalizar:

Capítulo IV – Das Estâncias Hidrominerais: Art. 44. É da competência do D. N. P. M. a fiscalização técnico-industrial de todas as estâncias hidrominerais, existentes no país. Art. 45. Sempre que necessário, o D. N. P. M., realizará nas fontes minerais, termais e gasosas os seguintes trabalhos:

a) estudo geológico local; b) estudo químico, físico e físico-químico das águas e emanações gasosas; c) estudos crenológicos; d) trabalhos preliminares de captação (sondagens, poços e galerias); e) projeto de captação e utilização. Parágrafo único. A pedido do concessionário de uma fonte, e a sua custa, o D. N. P. M. prestará assistência técnica. Art. 46. O Ministério da Agricultura marcará, quando necessário, para as fontes de águas minerais, termais ou gasosas, autorizadas nos termos deste Código, um perímetro de proteção na superfície, no qual, sem autorização prévia do Ministro, não poderão ser executados trabalhos ou exercidas atividades que possam alterá-las ou prejudicá-las. Parágrafo único. Este perímetro de proteção poderá ser modificado posteriormente, se as circunstâncias o exigirem. Art. 47. Os tributos lançados pela União, pelos Estados e pelos Municípios sobre as fontes de águas minerais, termais ou gasosas não poderão, em seu conjunto, exceder de cinco por cento do produto da exploração, sob qualquer forma, das mesmas fontes. Art. 48. A autorização de lavra de uma fonte ou estância hidromineral importa a do comércio de suas águas. § 1º A fiscalização desse comércio compete ao Ministério da Fazenda. § 2º Cabe às autoridades da Saúde Pública fiscalizar as condições higiênicas das águas minerais, termais e gasosas dadas ao consumo.

Nesta Lei há uma diferenciação entre as águas minerais e as águas potáveis de mesa: as primeiras manteriam, por até um ano da publicação da Lei – a ser atualizada -, a classificação prévia que lhes foram conferidas pelo DNSP. E todas as fontes e estâncias

---

<sup>210</sup>Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=23654&norma=39031>>. Acesso em: fev. 2017.

hidrominerais do país deveriam passar por um novo exame avaliativo, que seria realizado pelo DNPM e DNSP, sob a designação do Ministério da Agricultura. As águas potáveis de mesa, por sua vez, seriam aquelas cuja composição ou característica não estivesse distante das águas potáveis, cujo consumo não oferecesse riscos à saúde, e só poderiam ser comercializadas se trouxessem consigo a menção de se tratar de uma água *não mineral*<sup>211</sup>:

[...] Capítulo X – Das disposições transitórias [...] Art. 74. O sistema de classificação das águas minerais, termais e gasosas será o atualmente adotado pelo D. N. S. P. § 1º Dentro de um ano, a partir desta data, uma comissão de especialistas do D. N. P. M. e do D. N. S. P., designada pelo Ministro da Agricultura, submeterá a aprovação do Governo um novo sistema de classificação. § 2º Tendo em vista o seu bom aproveitamento, deverão ser novamente examinadas e classificadas todas as fontes e estâncias hidrominerais do país. Art. 75. As águas de mesa "stricto sensu" somente poderão ser objeto de comércio se tiverem expressa a menção "não mineral". Parágrafo único. Entende-se por "água de mesa" aquela cuja composição ou cujas características não se "afastem da média das águas potáveis regionais cujo consumo não seja prejudicial à saúde.

Para afirmar essa diferenciação, no ano de 1945, foi criado o Código de Águas Minerais, sob o Decreto-Lei nº 7.841<sup>212</sup>. O referido Código define as águas minerais como provenientes de fontes naturais ou artificialmente captadas, na condição de que apresentem composição química, ou propriedades físicas, ou físico-químicas, que aludam às suas qualidades minerais, termais, gasosas e medicamentosas, originalidades que as diferenciam das “águas comuns”:

[...] Capítulo I. Disposições preliminares. Art. 1º Águas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa.

E como a crenoterapia assediava o domínio Legal, criou-se, na ocasião desta Lei, uma Comissão Permanente de Crenologia<sup>213</sup> - cujos rendimentos, atribuições e direitos, conforme previsto no Código, seriam fixados posteriormente por uma portaria do Ministério da

<sup>211</sup> E por isso não devem ser confundidas com as falsificações das águas minerais observadas à época, já debatidas na primeira parte da tese.

<sup>212</sup>Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>213</sup>Consta no Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/45): “Art. 2º Para colaborar no fiel cumprimento desta lei, fica criada a Comissão Permanente de Crenologia, diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura. § 1º A Comissão Permanente de Crenologia terá a Presidência do Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e se comporá de quatro especialistas no assunto, de livre escolha do Presidente da República; um dos membros será escolhido entre o pessoal do órgão técnico especializado do D.N.P.M. § 2º O regimento da Comissão Permanente de Crenologia, as atribuições e direitos de seus membros serão fixados posteriormente por portaria do Ministro da Agricultura e leis subseqüentes.”

Agricultura, ao qual a Comissão estaria subordinada - com vistas à auxiliar na fiscalização e, sobretudo, na “ação medicamentosa” das águas<sup>214</sup>.

Embora tenha sido promulgada a Constituição de 1946<sup>215</sup>, com vistas à recuperar a via democrática interrompida pela ditadura de Getúlio Vargas, não houve atualizações relativas ao processo instaurado na Constituição anterior, de nacionalização das minas.

Durante a Constituição de 1967<sup>216</sup>, quando do período do Governo Militar, foi criado um novo Código de Mineração, pelo Decreto-Lei nº 227<sup>217</sup>, de fevereiro de 1967, e uma vez atribuídas como jazidas minerais nesse Código<sup>218</sup>, as águas minerais passaram a ser consideradas como um recurso mineral. E na medida em que esteja considerada como um recurso mineral, será a água mineral um bem da União, e, portanto, subserviente ao Código de Águas Minerais e ao Código de Mineração – que, embora tenha sofrido transformações, manteve-se, até hoje, inalterado no que tange ao enquadramento legal das águas minerais. E com a crenoterapia já pouco afamada, as águas minerais, ainda que especiais, são, até os nossos dias, engarrafadas, fundamentalmente, como recursos minerais.

### 3.1.2 Recurso mineral, mas água subterrânea

Mas as águas minerais são também subterrâneas, ainda que oficialmente tomadas como recursos minerais. E uma legislação dedicada às águas subterrâneas pode ser um abrigo para salvaguardar as águas minerais da deletéria acumulação promovida pela acidentada

---

<sup>214</sup> Observaram Ninis e Drumond (2008), que a Comissão de Crenologia se encontrou sob certo estado de latência entre a década de 1980 e o início do século XXI, quando, em decorrência da questão suscitada no circuito das águas mineiro, notadamente no município de São Lourenço, por conta da atividade da empresa Nestlé Waters, estimulou a retomada das atividades da Comissão, o que resta impresso na data de elaboração do Regimento Interno da Comissão, conferido pela Portaria nº 52/2005 do Ministério de Minas e Energia. A composição da Comissão fora conferida pela Portaria de nº 51, 2005, na mesma data de criação.

<sup>215</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>216</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>217</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0227.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>218</sup> “Art. 4º Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fósil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa” (Lei nº 227/67).

progressão da atividade mineradora<sup>219</sup>. O exercício descritivo que se segue não tem outro objetivo que não o de reforçar esse argumento.

A legislação de águas subterrâneas busca inserir o ciclo hidrológico nas especificidades dos perfis geológicos e geomorfológicos da paisagem<sup>220</sup>. E para lidar com essas especificidades, foi criada, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos<sup>221</sup>, a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas (CTPAS), instituída pela Resolução nº 09/2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - e a evolução para as Resoluções nº 15/2001 e nº 22/2002. As competências da CTPAS são assim descritas pela Resolução (CNRH, 09/2000), que as instituiu:

Art. 2º São competências da Câmara Técnica: I – discutir e propor a inserção das águas subterrâneas na Política Nacional de Gestão de Recursos Hídricos; II – compatibilizar as legislações relativas a exploração e a utilização destes recursos; III – propor mecanismos institucionais de integração da gestão das águas superficiais e subterrâneas; [...] V – propor mecanismos de proteção e gerenciamento das águas subterrâneas; VI – propor ações mitigadoras e compensatórias; VII – analisar e propor ações visando minimizar ou solucionar os eventuais conflitos [...]

Tratou-se de uma preocupação que se fundou nas singularidades dos problemas inerentes às águas subterrâneas, sem desconsiderar o seu entorno e os usos que se fazem diretamente destas águas. Águas estas, cabe lembrar, definidas, na Resolução (CNRH, 15/2001), como “águas que ocorrem naturalmente ou artificialmente no subsolo”. E considerando a atuação do referido Conselho, destaca-se a Resolução de número 76/2007, que

<sup>219</sup> Águas estas que sequer são bem conhecidas, ou estão garantidas. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para a alimentação e o abastecimento (FAO), em termos planetários, as águas subterrâneas são responsáveis pelo fornecimento de 50% da água potável e de 43% de toda a agricultura irrigada. Para a entidade, as principais fontes de pressão sobre essas águas, em nível mundial, são o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico, a urbanização, alterações nas dietas, agitações civis generalizadas e conflitos regionais, migração e poluição. Disponível em: <<http://www.fao.org/water/en/>>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>220</sup> A resolução nº 15, de 2001, do CNRH apresenta a seguinte apreciação: “Considerando que as águas superficiais, subterrâneas e meteóricas são partes integrantes e indissociáveis do ciclo hidrológico [...] [e] considerando ainda que a exploração das águas subterrâneas pode implicar a redução da capacidade de armazenamento dos aquíferos, redução dos volumes disponíveis nos corpos de águas superficiais e modificação dos fluxos naturais nos aquíferos.” Considera-se, para uma leitura mais adequada, as definições providas pelos incisos II e III, no Artigo 1º da referida Resolução, a saber: “II - águas meteóricas – as águas encontradas na atmosfera em quaisquer de seus estados físicos – III – aquífero – corpo hidrogeológico com capacidade de acumular e transmitir água através de seus poros, fissuras ou espaços resultantes da dissolução e carreamento de materiais rochosos”. Note-se, também, no Artigo 2º desta Resolução, que “na formulação de diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos deverá ser considerada a interdependência das águas superficiais, subterrâneas e meteóricas”. Trata-se, pois, de uma legislação que prevê a proteção destas águas na medida em que amplifica a escala de consideração de eventuais problemas que podem apresentar-se como pontuais. Em suma: amplifica a escala de observação na medida que considera as inter-relações geohidromorfológicas das águas subterrâneas.

<sup>221</sup> Resoluções do CNRH Disponíveis em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

estabeleceu diretrizes para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais:

Art. 3º O órgão gestor de recurso hídrico competente e o órgão gestor de recursos minerais, com vistas a facilitar o processo de integração, devem buscar o compartilhamento de informações e compatibilização de procedimentos, definindo de forma conjunta o conteúdo e os estudos técnicos necessários, consideradas as legislações específicas vigentes.

Nessa resolução, buscou-se normatizar a compatibilização dos usos aplicados aos recursos hídricos e às águas minerais. E isto fora feito considerando as etapas de pesquisa para água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, e a outorga de direito ao uso dos recursos hídricos, definidas, na Resolução, nos seguintes termos: a pesquisa refere-se à “execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico”; e a outorga compreende o

ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes.

Logo, no caso das águas minerais, a pesquisa consiste na etapa que inaugura o canal de diálogo entre o requerente e a autoridade outorgante de recursos minerais; e no caso dos recursos hídricos, a outorga consiste no ato administrativo no qual o outorgado se encontra autorizado ao uso pela autoridade outorgante competente. O ato administrativo que se aplica ao requerente no caso das águas minerais, por sua vez, denomina-se por “portaria de lavra”, assim entendida:

ato administrativo mediante o qual é outorgado ao interessado o direito ao aproveitamento industrial das jazidas de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa, ou destinadas à fins balneários.

Nos termos da Resolução (76/2007, Artigo 4º), o Órgão gestor de recursos minerais “dará conhecimento da autorização de pesquisa de água mineral [...] ao órgão gestor de recurso hídrico competente, que deverá se manifestar sobre possíveis impedimentos à pesquisa”, conforme previsto na Lei das Águas (Lei nº 9433). Por sua vez, o órgão gestor de recurso hídrico competente,

após [o] conhecimento do requerimento de autorização para pesquisa de água mineral [...] deverá informar ao órgão gestor de recursos minerais: I – as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, demais atos autorizativos e os usos cadastrados existentes na área requerida para pesquisa e seu entorno; II – as áreas de restrição e controle que possam ter interferência com a área requerida (Art. 5º).

E o intercâmbio das águas segundo as instituições que fazem a sua regulamentação, a saber, o órgão gestor de recursos hídricos e o órgão gestor de recursos minerais, se fará nos

moldes dessa resolução: conforme o segundo “deverá observar os atos de outorga de direito dos recursos hídricos emitidos [...] quando da análise do requerimento da autorização para pesquisa de água mineral” (Art. 6º), o primeiro “deverá observar as informações existentes nos requerimentos de pesquisa, alvarás de pesquisa e portarias de lavra para água mineral [...] quando da análise do requerimento de outorga de direito de uso dos recursos hídricos” (Art. 7º). Assim, a articulação dos órgãos gestores promove uma fisiologia que bombeia as águas por novos canais, pois estende a rede de exigências, cuja desaceleração nas fontes de exploração e de poluição é uma consequência esperada, principalmente diante das ameaças de escassez e contaminação.

Mas a legislação que trata das águas subterrâneas é ainda mais dedicada do que a resolução que busca o intercâmbio institucional entre águas minerais e os recursos hídricos, pois estipula medidas mais restritivas para a proteção e a conservação das águas subterrâneas, o que incentivou a criação da Resolução nº 92/2008, cujos critérios gerais visam “identificar, prevenir e reverter processos de superexploração, poluição e contaminação” (Art. 1º).

Critérios que demandam a realização de

estudos hidrogeológicos regionais para delimitar as áreas de recargas dos aquíferos e definir suas zonas de proteção [...], para identificar as potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades dos aquíferos para utilização de águas subterrâneas, em especial nas áreas com indícios de superexploração, poluição ou contaminação [...] [e] estudos hidrogeológicos locais para a delimitação de perímetros de proteção de fontes de abastecimento (Art. 2º, I – III).

Trata-se de uma gestão que atravessa as escalas espaciais sem desconsiderar o tempo que a água leva enquanto percorre o seu caminho pelos estratos subterrâneos, e pode-se entendê-la como uma prospecção. Uma prospecção que permite a emergência da água, agora contada em conjunto com os cientistas e os seus instrumentos que possam lhe assegurar uma relativa segurança: uma segurança hídrica, se poderia dizer.

E aí está a importância dos instrumentos denominados como “Planos de Recursos Hídricos”, que “devem delimitar as áreas de recarga de aquíferos e definir suas zonas de proteção” (Art. 3º), zonas estas que são objeto de “propostas [de] diretrizes específicas de uso e ocupação do solo” (Art. 3º, parágrafo primeiro). Na ausência, entretanto, desses Planos, o órgão competente (aquele gestor de recursos hídricos), “poderá propor a delimitação e [a] definição das áreas”, incluídas as aprovações dos “Comitês de Bacias, onde houver, e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos” (Art. 3º, parágrafo segundo). Trata-se, então, de uma articulação que forma um organismo, cujos estudos técnicos atuam como uma condicionante no estabelecimento de

áreas de restrição e controle de uso de águas subterrâneas [...] com ênfase na proteção, conservação e recuperação de [...] áreas vulneráveis à contaminação da água subterrânea [...] áreas com solos ou água subterrânea contaminados; e [...] áreas sujeitas a ou com identificada superexploração (Art. 4º, III - V).

As diretrizes e os critérios para o tratamento das águas subterrâneas sob o regime de um monitoramento integrado em rede nacional, por sua vez, ficaram esclarecidos na Resolução nº 107/2010, que trouxe a figura de uma Rede Nacional de Monitoramento Integrado e Qualitativo de Águas subterrâneas, a ser “planejada e coordenada pela Agência Nacional de Águas-ANA e implantada, operada e mantida pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM” (Art. 2º), entidades cujas relações devem ser mantidas com os órgãos gestores dos recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal. Espera-se que Rede seja ampliada, e assim diz a Resolução (Art. 2º, parágrafo primeiro), através da incorporação dos dados nela gerados<sup>222</sup>, ao Sistema Nacional de Informações sobre os Recursos Hídricos (SNIRH). A natureza da Rede não se transforma apenas com a sua extensão ao SNIRH, mas também ao incorporar os campos da hidrogeologia, hidrogeoquímica e hidrometeorologia que, por sua vez, darão voz à uma série de entidades, por meio de coletas que serão repetidas a cada cinco anos, para “parâmetros selecionados [...] em função da hidrogeoquímica natural da água, do uso e ocupação do solo e dos usos preponderantes da água subterrânea” (Art. 5º, I); a cada seis meses para “pH, cloretos, nitritos, nitratos, dureza total, alcalinidade total, ferro total, sólidos totais dissolvidos, e coliformes termotolerantes”; e medições *in loco* permanentes para a “determinação do nível estático (NE), temperatura e condutividade elétrica”. Trata-se da reunião de uma multiplicidade de entidades em um “boletim anual e disponibilizadas no Sistema Nacional de Informação sobre os Recursos Hídricos – SNIRH” (Art. 6º), seja no ato da interferência (p.ex. ocupação do solo), seja no ato das coletas e análises laboratoriais<sup>223</sup>.

Destaca-se, no ano de 2006, a aprovação, pela Resolução número 58/2006, do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Em 2011, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma

<sup>222</sup> Diz a Resolução CNRH nº 107/2010, Artigo 3º, sobre a escolha dos pontos de monitoramento, que deverá considerar: I – o uso e a ocupação do solo; II – a demanda pela água subterrânea: a) a densidade de poços; b) volume de exploração; c) densidade e crescimento populacional; d) uso da água para abastecimento público; e) tipo de atividade econômica; e f) áreas de conflitos; III – caracterização geológica; IV – caracterização hidrogeológica: a) hidráulica; b) geometria; c) tipo de aquífero; d) zonas de recarga/descarga; e e) interação das águas superficiais e subterrâneas; V – hidrogeoquímica: a) características naturais das águas subterrâneas; e b) águas subterrâneas alteradas por ações antrópicas; VI – vulnerabilidade natural dos aquíferos, risco de poluição das águas subterrâneas e áreas contaminadas; VII – clima: a) tipos climáticos; b) áreas sujeita a eventos hidrometeorológicos críticos; VIII – aquíferos de importância estratégica; e XIX – a proximidade e possibilidade de integração com estações de monitoramento hidrometeorológicas.

<sup>223</sup> Resolução CNRH nº 107, 2010, Artigo 5º, parágrafo primeiro: “as coletas deverão ser realizadas de acordo com critérios e procedimentos normatizados a as análises, realizadas por laboratórios credenciados”.

publicação que estabeleceu as prioridades para a gestão compreendida ao intervalo dos anos de 2012 e 2015, que foram atualizadas quando da aprovação da Resolução nº 181/2016 do CNRH, cuja primeira prioridade consiste em “Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas”. Dentre as 15 prioridades estabelecidas, destaca-se a décima, que aborda diretamente as questões inerentes às águas subterrâneas, a saber: “ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas”. Para tal, se prevê um grupo de ações gerais, dentre as quais

investir em monitoramento qualiquantitativo de águas superficial e subterrânea. Promover a consolidação e o aprimoramento dos sistemas estaduais de monitoramento dos recursos hídricos. Integrar o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas aos procedimentos de gestão, planos e outorga.

Estas ações devem estar acompanhadas pelas seguintes metas, até o ano 2020:

Ampliar a rede integrada de monitoramento de águas subterrâneas em 100% [...] implantar o projeto piloto de gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas.

Metas que seriam executadas pela Agência Nacional de Águas em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM); os Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos; e a Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Evidencia-se, então, dois principais vetores de esforços: i) ampliar o conhecimento acerca das águas subterrâneas através de um monitoramento contínuo; e ii) agenciar a gestão destas águas com a gestão empreendida às águas superficiais.

A mobilização dessas resoluções emprestou um caráter descritivo para que se chegasse aos dois principais problemas enfrentados pelas águas subterrâneas no Brasil: conhecê-las mais, para pressioná-las menos.

### 3.1.3 Por uma desmineralização

O regime jurídico das águas minerais é particularmente curioso, pois, se por um lado, há a persistência do peso da Lei que fixa essas águas como recursos minerais, por outro, a permanência dessa Lei não parece compatível com os sinais atuais de emergência ecológica, anunciados não apenas por cientistas, mas também pelos clamores daqueles que exigem a maior participação na gestão dos recursos, uma demanda que é contemplada na Política Nacional de Recursos Hídricos<sup>224</sup>. É atentar, como o fez Bruno Latour (2012, p. 362), que o

---

<sup>224</sup> A Lei das Águas (Lei nº 9433/97) cria a Política Nacional de Recursos Hídricos, balizada em sete princípios (Título I; Cap. I; Art. 1º): i – a água é um bem de domínio público; ii – a água é um recurso natural limitado,

que torna o funcionamento do domínio da Lei (Law) tão difícil de entender, é que ele foi mantido como um domínio separado, limitado por tautologias próprias, que de uma maneira confusa absorve diferentes tipos de injunções de outros domínios, como a ciência, a economia e a política (e também as tendências, os modismos e os preconceitos). E o parque das águas de Caxambu ilustra esses diferentes domínios agindo na Lei, como se pode notar na Figura 17.

Figura 17 – Diferentes domínios agindo na Lei



Legenda: (a) Recursos minerais, mas medicinais - Fonte Sta. Isabel<sup>225</sup>; (b) Recursos minerais, mas industriais – fábrica de Engarrafamento.

Fonte: O autor, 2018 (a) e 2019 (b).

Por outro lado, neste mesmo parque, pode-se notar a elementar controvérsia legal das águas minerais. Elas são recursos minerais, mas são também águas subterrâneas, e quando não tomadas nas fontes, acompanhadas dos seus componentes medicinais, ou quando não engarrafadas para serem vendidas como mercadorias, elas fluem para um corpo d'água adjacente e se tornam recursos hídricos superficiais. É possível notar, no parque de Caxambu, o momento preciso em que as águas minerais e subterrâneas abandonam o seu enquadramento de recurso mineral para tornarem-se recursos hídricos (Figuras 18 e 19), e numa questão de poucos segundos, outras injunções, de tendências mais descentralizadas, são legalmente autorizadas a agir.

---

dotado de valor econômico; iii – em situações de escassez, o uso prioritário de recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; iv – *a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas*; v – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; vi – a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades [grifo meu].

<sup>225</sup> A fonte Santa Isabel possui alto teor de ferro. A essa particularidade lhe foi atribuída a colaboração na gravidez da Princesa, ávida por um herdeiro. A fonte é hoje, assim como as demais do Parque de Caxambu – e a fábrica de engarrafamento -, propriedade da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMIG).

Figura 18 – Desague no ribeirão Bengo



Legenda: Águas minerais e subterrâneas tornando-se recursos hídricos.  
Fonte: O autor, 2019.

Figura 19 – Local de desague no ribeirão Bengo



Legenda: Detalhe à esquerda da água mineral subterrânea vertendo para o ribeirão Bengo, um corpo de água superficial e recurso hídrico.  
Fonte: O autor, 2019.

Olhando para essas imagens, afloram as perguntas com a pátina de certa ecologia política, que já vai se revelando na paleta de domínios que invadem o enquadramento das águas minerais como um recurso mineral: podem essas águas fazer o caminho reverso? Pode-se levar o presente ao passado? Ou melhor: as águas minerais poderão ser consideradas como recursos hídricos?

Como na imagem acima, a entrada das águas minerais na esfera das águas tratadas como recursos hídricos desemboca na via percorrida pelas últimas. Além de ser mais recente do que a legislação que trata das águas minerais, a Política Nacional de Recursos Hídricos está mais apta a fornecer abrigo às águas minerais (o termo “recurso” pode mobilizar tanto a noção de abrigo, em seu sentido figurado, quanto, juridicamente, um meio para recorrer à uma

sentença desfavorável; logo, e considerando ambos sentidos, um pedido de auxílio para abrigar-se). Portanto, é de se observar que se comparadas as legislações que regem as águas enquanto recursos minerais ou, possivelmente, como recursos hídricos, que as águas minerais encontrariam abrigo para os seus dramas nas segundas. Trata-se da possibilidade de uma des-territorialização: retirar a subserviência das águas minerais ao Código de Mineração para agenciá-las à Lei das Águas (torná-las recursos hídricos, sem que para isso elas necessitem abandonar aquilo que as diferenciam enquanto águas subterrâneas e minerais). Ou seja, atualizar, para uma política descentralizada e participativa, um Código que agrega proporções desmedidas de centralização e autoritarismo: uma desmineralização, portanto.

Mas manter, legalmente, a água mineral na condição de um recurso mineral, parece ter uma especial relação com a noção que atribuí à Economia o funcionamento de uma lei Natural, e então promove-se a ampla comercialização das águas como recursos minerais engarrafados. Em sua dissertação de mestrado, Ninis (2006, p. 145) comentou a opinião de uma procuradora do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e representante deste órgão no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sobre um conflito ocorrido com uma empresa multinacional em São Lourenço, sul de Minas Gerais (que será abordado na próxima parte da tese). A procuradora, segundo a autora, sustentou que a empresa teria o direito de explorar “a quantidade de água que retira atualmente e, de acordo com a lei, até a exaustão”. Para a representante do DNPM, a “água mineral não é vital para a sociedade, pois apenas uma parcela mínima da população consome água mineral”, que é “um patrimônio da União, e a comunidade não tem direitos sobre ele”. E ela “entende que a única forma de exploração da água, é o aproveitamento econômico para o envase”.

O pesquisador Portugal-Júnior (2016, p. 136) entrevistou um representante da Associação Brasileira de Águas Minerais (ABINAM), e solicitou a sua opinião sobre uma possível consideração das águas minerais como recursos hídricos. O representante respondeu que o grande problema não seria considerar a água mineral como um recurso mineral, mas como um recurso hídrico, pois se estivessem assim enquadradas, por conta da ineficiência fiscalizatória destinada aos recursos hídricos, as águas minerais “com certeza já teriam sido esgotadas pela exploração irracional”. Pode-se suspeitar que, para esse representante, a regulação das águas deveria ser mantida por um mercado interessado na permanência das águas como recursos minerais. Não por acaso, o autor definiu esse posicionamento como “nitidamente [...] a favor do mercado e das empresas” (id.).

Enquanto a mão invisível vai ganhando braços institucionais, as leis da segunda Natureza vão perdendo o seu funcionamento autônomo. E o mercado das águas minerais

segue mobilizando o peso da Lei para subtrair as intervenções que possam afetar o seu crescimento.

### 3.2 O mercado das águas minerais

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)<sup>226</sup> disponibiliza, em seu site oficial, os sumários minerais anuais com os dados sobre a exploração dos recursos minerais. Até a conclusão desta tese, o período coberto por esses sumários compreendeu ao intervalo entre os anos 2008<sup>227</sup> e 2016. No ano de 2008, segundo dados da International Bottled Water Association (DNPM, 2010), foram consumidos, no mundo, cerca de 200.605 bilhões de litros de água engarrafada, e a média de consumo per capita foi de 29,9 litros, o que demonstrou um crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, quando o consumo foi de 28,7 litros. À época, os Estados Unidos da América foram o país que mais produziu água mineral (32,8 bilhões de litros), embora se tenha observado que a China e a Indonésia apresentaram as maiores taxas de crescimento composto (respectivos 15, 6% e 9, 6% para o período 2003 – 2008). A produção interna foi de 4,396 bilhões de litros, com um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior. Tal produção foi protagonizada pelo estado de São Paulo (18%), seguido de Pernambuco (10,4%); BA (8,9%); RJ (8,5%); MG (6,5%); Rio Grande do Sul (5,8%); PR (4,8%); PA (4,8%); CE (4%); MT (3,4%); e SC (3,1%), restando aos outros estados uma participação menor, que não foi computada no referido relatório. O Grupo Edson Queiroz era o maior produtor nacional, com 11,5% do mercado, seguido pelo grupo Schincariol (2,7%)<sup>228</sup>; Mocellin, que envasa a marca Ouro Fino, com 2,6%; Spal, com a marca Crystal Spal, com 2,5%; Flamin, com as marcas Lyndóia e Bioleve, também com 2,5%; Dias D'Avila, com 1,7% e Nestlé, com 1,6%. As importações, em 2008, foram da

---

<sup>226</sup> Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/dnmp/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral>>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>227</sup> Júnior et al. (2015) observam, em análise realizada sobre o mercado das águas minerais no Brasil, que, no ano de 2006, houve um decréscimo na produção das águas engarrafadas, que os autores atribuíram a uma incerteza no cenário mundial, acompanhada de investimentos reduzidos das empresas nacionais e transnacionais. Soma-se a isto, ainda com os autores, o processo de reestruturação de sítios tradicionais de produção que se encontravam, no período, com as suas atividades interrompidas, ao exemplo de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, todas em Minas Gerais. Entretanto, os autores observaram, em 2008 e em 2009, uma tendência de crescimento do setor, com respectivos 11,14% e 24,17%, em relação ao ano de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ambiagua/v10n2/1980-993X-ambiagua-10-02-00413.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>228</sup> Note-se que a Schincariol produzia, à época, em Itu-SP e Alagoinhas-BA, respectivos 774 milhões de litros e 485 milhões de litros, que seriam utilizados em produtos industrializados, como refrigerantes, cervejas, sucos, entre outros (DNPM, 2009).

ordem de 881.404 litros, o que correspondia à 850.685 dólares americanos. Os países de origem foram a França (53%); Itália (30%); Uruguai (14,2%); e outros países não especificados no relatório, com 2,8%. As exportações foram da ordem de 309.484 litros, o que correspondia a 173.600 dólares americanos, e os destinos foram os Estados Unidos da América e a Bolívia, com respectivos 23%; Paraguai (16,5%); Porto Rico (14,7%); Angola (12,35%); Japão (6,17%); e outros não especificados, com 4,28%. O consumo interno foi de 5,7 bilhões de litros, o que correspondeu a um consumo per capita de 31 litros<sup>229</sup>. O Consumo aparente (consumo aparente = produção engarrafada + ingestão na fonte + composição utilizada em produtos industrializados + importação – exportação) foi de 4.629.477.252 litros em 2006; 4.703.148.826 litros em 2007; e 5.705.276.019 litros em 2008, sendo os dois primeiros valores já revisados e o último, conforme consta na publicação, ainda preliminar (DNPM, 2010).

A publicação do ano de 2012 – referente ao ano de 2009 – indica que, segundo a consultoria Zenith International, em 2009, o consumo mundial de água engarrafada foi de 215 bilhões de litros, e apresentou um crescimento de 3,9% em comparação ao ano anterior. Naquele ano, quase 30% da produção mundial esteve associada às quatro maiores empresas do setor de águas engarrafadas: a Nestlé (10, 5%); a Danone (8,2%); a Coca-Cola (6,8%); e Pepsico (4%). O consumo mundial foi protagonizado pelos Estados Unidos da América (30,8 bi. de litros), seguido pela China (23,7 bi. de litros); México (16,5 bi. de litros); Indonésia (14 bi. de litros); Alemanha (13 bi. de litros); e Itália (11 bi. de litros). Observou-se, na ocasião, que a China era o país que mais crescia no setor, período em que o Brasil ocupava a quinta posição. Embora com notável discrepância nos valores, quando comparados com as consultorias internacionais, em virtude de uma ausência de uniformidade quanto à abrangência das estatísticas consideradas nas quantidades que são apresentadas – pois algumas consideram apenas águas engarrafadas (mineral e potável de mesa); outras estatísticas consideram não apenas essas primeiras, como também a água mineral incorporada em produtos industriais, como cervejas e sucos, ingestão diretamente nas fontes e a utilização em balneários - a produção interna foi da ordem de 5,2 bilhões de litros (com estimativas de 7,2 bilhões de litros até o triplo desse montante). A existência, à época, de 970 lavras de água mineral no país indicava um crescimento, considerando os oito anos precedentes ao ano de 2009, de 57%. Em 2009, os estados de São Paulo e Pernambuco protagonizaram a produção

---

<sup>229</sup> Atenta-se, especialmente, que o referido cálculo é feito segundo os dados de população disponibilizados pelo IBGE, e não considera as questões de acessibilidade equânime à água engarrafada.

de água mineral, com respectivos 19,5% e 16,8%, seguidos pelo Rio de Janeiro (7,3%); Minas Gerais (7,1%); Bahia (7%); Rio Grande do Sul (4,6%); Pará (4,3%); Paraná (3,9%); Ceará (3,9%); e Santa Catarina (3%). Entre as empresas internacionais, aquelas que mais produziram águas engarrafadas no Brasil foram a Coca-Cola-FEMSA, com a marca Crystal; a Nestlé (Aquarel, Petrópolis, Santa Bárbara e São Lourenço); e Danone (Bonafont). E as empresas nacionais que se destacaram foram o grupo Edson Queiroz, com as marcas Indaiá e Minalba; Schincariol (água Schin); Flamin (Bioleve); e Mocellin (Ouro Fino). A importação brasileira foi de 762.391 litros, originários da França (52%); Itália (36%); Uruguai (10%); Portugal (2%); e Japão (1%), o que correspondeu a um valor de 708.504 dólares americanos. O Brasil exportou para o Japão (43%), Angola (20%), Estados Unidos da América (12%), Bolívia (10%) e Paraguai (6%), 1.136.555 litros, totalizados em 962.798 dólares americanos. O consumo per capita nacional, considerando a estatística adotada, variou entre 28 até 60 litros, considerada a população de 185 milhões de habitantes. O consumo aparente, corrigido neste novo documento, foi de 4. 919.067 bilhões de litros em 2007; 6.542.316 bilhões de litros em 2008; e 7.481.172 bilhões de litros em 2009, este último tratando-se de um resultado preliminar, ao contrário dos dois primeiros, já revisados.

Considerando os dados da Consultoria Internacional Beverage Marketing Corporation, 213 bilhões de litros de água engarrafada foram consumidos em 2010<sup>230</sup>, um aumento de 5,1 % em relação ao ano anterior. Desses 213 bilhões de litros, a América do Norte concentrou 29, 8% do consumo; a Ásia com 28,5% - sendo este continente aquele que apresentou o maior crescimento no período entre os anos de 2005 e 2010 -; a Europa com 28,1% - sendo este o continente que mais decresceu no mesmo período em que se observou o crescimento asiático -; a América do Sul com 10,1%; e a África, o Oriente Médio e a Oceania totalizando em 3,5%. A Nestlé, Danone, Coca-Cola e Pepsico foram as empresas internacionais que dominaram o mercado. No Brasil, a produção de água engarrafada foi de 5,8 bilhões de litros, embora esse número possa ser visto como um valor mínimo, já que a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM) e a Zenith Internacional reportaram, para o ano de 2010, respectivos 9,8 bilhões de litros e 11,6 bilhões de litros. Dentre as 987 lavras de água mineral no Brasil, destacaram-se na produção de água mineral engarrafada os estados de São Paulo (19%), Pernambuco (14%), Rio de Janeiro (8%), Bahia (8%) e Minas Gerais (6%). Na participação das marcas internacionais no consumo interno, destacaram-se as empresas Nestlé, com as marcas Aquarel, Petrópolis, São Lourenço e Santa Bárbara (2,5% do consumo

---

<sup>230</sup> Para a consultoria Zenith International (in: DNPM, 2011), contudo, o consumo mundial foi de 239 bilhões de litros.

interno); a Coca-Cola-FEMSA, com a marca Crystal (2,4% do consumo interno); e a Danone com a Bonafont (0,9% do consumo interno). Os grupos nacionais que produziram os maiores volumes foram a Schincariol, com a marca Schin correspondendo à 31,8% da produção nacional, o grupo Edson Queiroz, cujas marcas Indaiá e Minalba foram responsáveis por 7,4% da produção nacional, a Flamin, com a marca Bioleve (1,9% da produção nacional) e a Dias D'Avila e a Mocellin, com 1,3% da produção nacional de água mineral engarrafada. Dentre os 1.215.000 litros de água mineral importados pelo Brasil em 2010 – um valor corresponde, à época, de 963.000 dólares -, 48% foram originários da França; 45% da Itália; 4% do Uruguai; 1% da Finlândia; e 1% do Japão. Dentre a exportação de 219.000 litros – um equivalente, também à época, de 78.000 dólares americanos -, 55% foram destinados ao Japão; 12% à Guiana; 8% para a Bolívia; 6% ao Paraguai; e 6% para a Angola. Note-se que o consumo nacional per capita, em 2010, foi da ordem de 40 litros. Os consumos aparentes, corrigidos e mensurados em uma unidade de  $10^3$  litros, foram, em 2008, 6.542.576; 7.579.985 em 2009; e 8.484.876 litros em 2010, mantendo-se o padrão nas publicações sobre esse aspecto com os dois primeiros valores revisados e o último preliminar.

A publicação do DNPM em 2012 (ano-base 2011) aponta que, segundo a consultoria internacional Beverage Market Corporation, o consumo mundial de água engarrafada em 2011 foi de 232 bilhões de litros, um valor 9% superior ao mensurado por essa mesma fonte em 2010, destacando-se, nesses números, a América do Norte (Estados Unidos da América e México), o oeste europeu e a Ásia. As empresas internacionais Nestlé, Danone, Coca-Cola e Pepsico foram as principais produtoras de águas engarrafadas, com uma especial atenção de investimentos voltados aos mercados emergentes da América Latina e da Ásia. A produção nacional, em 2011, foi de 6,2 bilhões de litros, ainda que este valor, obtido nas declarações das empresas detentoras de concessão de lavras, tenha sido inferior à metade dos valores estimados por consultorias internacionais sobre o consumo no Brasil. Ao final do referido ano existiam 1.024 concessões de lavras vigentes no país, sendo 37 novas concessões fornecidas naquele ano – cujo destaque ficou para os estados do Rio de Janeiro (10) e Rio Grande do Sul (6). Os estados que mais produziram água mineral foram São Paulo (19%), Pernambuco (14%), Bahia (8%), Rio de Janeiro (7%) e Minas Gerais (6%). Oito empresas foram responsáveis por 45,3% da produção interna<sup>231</sup>, a saber: as internacionais Nestlé, com as marcas Aquarel, Levíssima, Petrópolis, Pureza Vital, Santa Bárbara e São Lourenço; Coca-Cola/FEMSA, com a marca Crystal; Danone, com a marca Bonafont; e as nacionais

---

<sup>231</sup>Considerou-se incluído nesse montante, em 2011, a água mineral utilizada em produtos industriais.

Schincariol, com a marca Schin; Edson Queiroz (Indaiá e Minalba); Flamin (Bioleve); e Mocellin (Ouro Fino). Em 2011, o Brasil importou 1.994.146 litros de água mineral – um valor correspondente à 2.472.818 dólares americanos – da França (47%); Itália (46%); Noruega (6%); e Estados Unidos da América (1%). Dentre os 289.368 litros exportados – equivalentes, à época, a 109.754 dólares americanos – 68% foi destinado às Guianas; ao Japão (14%); Bolívia (14%); Paraguai (3%); Estados Unidos da América (0,6%); e Uruguai (0,4%). Segundo essa publicação, os valores corrigidos do consumo aparente no país foram de 7.579.985 litros em 2009; 8.484.876 litros em 2010; e 8.965.916 em 2011. O consumo aparente (em 10<sup>3</sup> litros) foi, em 2009 (valor revisado pelo DNPM), de 7.579.985; 8.484.876 em 2010 (revisado); e 8.965.916 (preliminar) em 2011.

Segundo estimativas da consultoria internacional Beverage Market Corporation, o consumo mundial de água engarrafada, em 2012, foi de 249 bilhões de litros, 7% superior ao consumo do ano precedente. Ainda consta no sumário mineral do DNPM, para o ano-base de 2012, segundo essa consultoria, que, embora os EUA se destacassem como o principal mercado consumidor, a China deveria ocupar esse lugar até o ano de 2013. Nessa publicação, observa-se que outras fontes afirmavam que a China teria ultrapassado o consumo dos Estados Unidos da América ainda em 2011, quando consumiu 48 bilhões de litros contra os 32 bilhões de litros consumidos pelos norte americanos; e, em 2012, excedeu em 20 bilhões de litros os 34 bilhões consumidos nos Estados Unidos da América. A consultoria Beverage Market Corporation considerava, com base nos seus dados, o Brasil como o 4º maior mercado consumidor de água engarrafada, com um crescimento de 2,4% quando comparado ao ano de 2011, totalizando em 17,4 bilhões de litros consumidos em 2012. A Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM) chegou a estimar um crescimento de 15% para o setor entre os anos de 2011 e 2012. O DNPM estimou, com base nos Relatórios Anuais de Lavra, que o crescimento do setor tenha sido, em 2012, de 10,4%, embora, segundo esse órgão, a produção anual declarada de 6,98 bilhões de litros tenha se referido apenas a 40% do consumo no país. Sobre o envasamento<sup>232</sup>, o DNPM calculou que 75% tenha sido comercializado em garrafas retornáveis; 20% em garrafas; 1% em copos e o restante em outros tipos de embalagens. O estado de São Paulo envasou, em 2012, 17% da produção nacional, Pernambuco (14%), Bahia (8%), Rio de Janeiro (8%), Ceará (7%) e Minas Gerais

---

<sup>232</sup> Por “envasamento” entende-se, segundo a redação conferida pela Portaria nº 374/09 do DNPM, o “conjunto de operações visando o acondicionamento da água, proveniente da captação ou dos reservatórios, nas embalagens até o seu fechamento”. Disponível em: < <http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-no-374-em-01-10-2009-do-diretor-geral-do-dnpm/view> >. Acesso em: abr. 2017.

(6%). A utilização da água mineral na fabricação de produtos industrializados foi de 3,61 bilhões de litros – um decréscimo de 4% comparado ao ano de 2011. Dentre as 1.042 concessões de lavra para água mineral em vigência no Brasil, em 2012, 523 declaravam a utilização da água mineral para envase e utilização em produtos industriais, e se agrupavam em 493 complexos produtivos, dentre os quais, 96% realizavam apenas o envase. Embora presentes em muitos estados do país, observou-se certa aglutinação desses complexos nos seguintes estados: São Paulo, com 135 unidades produtivas; Minas Gerais (48); Rio de Janeiro (47); e Pernambuco (34). Notou-se que 93 concessões de lavra declararam a utilização das águas minerais em balneários – 53 em Goiás; 14 no Paraná; 13 em Santa Catarina; seis no Rio Grande do Sul; seis em São Paulo; e uma no Mato Grosso. Cinquenta e cinco concessões de lavra foram publicadas em 2012, cujo destaque ficou para os estados de Minas Gerais, com 9 concessões, São Paulo (8), Paraná (7), Rio Grande do Sul (5) e Goiás (5). Oito grupos foram responsáveis pelo envasamento de 30% da água mineral no país: Edson Queiroz, com as marcas Minalba e Indaiá; o grupo pernambucano que engloba as empresas J&E, L&R, Torres e Pedrosa e Pedrosa, com as marcas Santa Joana, Cristalina e Lindóia; as empresas Spal e Fontain, que envasam a água Crystal para a Coca-Cola/FEMSA; a Flamin, com a marca Bioleve; a Nestlé (Pureza Vital, Petrópolis, Levíssima, Aquarel e São Lourenço); a Mineração Canãa (Fresca); a Danone (Bonafont); e a Dias D'avilla, que confere à água envasada o mesmo nome do grupo empresarial. No referido ano, o Brasil importou 1.447 milhões de litros – equivalente a 1,42 milhões de dólares americanos – cujas origens foram a França (48%); a Itália (47%); a Noruega (3%); a Finlândia (1%); e os Estados Unidos da América (1%). Dentre os 297 mil litros de águas minerais exportados – em um equivalente à 102 mil dólares americanos -, 72% foi destinado à Guiana; 10% para a Bolívia; 7% ao Japão; 4% ao Paraguai; e 2% para Taiwan. O consumo aparente ( $10^3$  litros), portanto, foi, após correção, de 8.528.155 para o ano de 2010; 10.081.036 para 2011; e, preliminarmente, 10.592.718 para o ano de 2012 (DNPM, 2013).

O consumo mundial de água engarrafada no ano de 2013, segundo a estimativa da consultoria internacional Beverage Market Corporation, foi de 266 bilhões de litros, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. A taxa de crescimento composta do setor, nos últimos cinco anos anteriores à 2013, foi de 6,2%, cujo destaque fora conferido ao protagonismo chinês – que, após ultrapassar os Estados Unidos da América e o México, registrou um crescimento de 15,1% -; aos Estados Unidos da América, com um crescimento de 3,2% registrado para o período considerado; e ao México, com 4,8%. A Índia, a Indonésia – que ultrapassou o Brasil e assumiu a posição de 4º maior mercado mundial - e a Tailândia

registraram, para o ano de 2013, os maiores percentuais de consumo, com respectivos 16,6%, 15,1% e 12,1%. Note-se que as empresas Nestlé, Danone, Coca-Cola e Pepsico mantiveram, em 2013, o seu protagonismo na produção mundial de água engarrafada. Quando comparado com as estimativas da consultoria internacional Beverage Marketing Corporation, a produção declarada de 7,17 bilhões de litros, segundo os dados obtidos nos Relatórios Anuais de Lavras pelo DNPM, foi correspondente a apenas 40% do volume produzido no Brasil, o que, ao que se sugere, foi, portanto, subestimado. Entretanto, observa-se que o estado de São Paulo manteve a sua posição de maior estado produtor de água envasada, já que concentrou 19% do total produzido no país, seguido por Pernambuco (14%), Bahia (8%), Rio de Janeiro (7%), Ceará (6%), Minas Gerais (5%) e Rio Grande do Sul (5%). Embora tenha sido observado um decréscimo na utilização de água mineral em produtos industrializados no sumário de 2013 – ano-base 2012 -, no sumário mineral de 2014 observou-se um aumento de 7,4% no volume de água mineral utilizado para esse fim, totalizados em 3,88 bilhões de litros. Dentre as 1.066 concessões de lavra de água mineral em vigência no final de 2013, 552 declararam produção de água mineral engarrafada e a fabricação de bebidas, agrupados em 518 complexos produtivos, dentre os quais, 95% operavam com exclusividade na atividade de envase de água mineral e potável de mesa. O estado de São Paulo manteve o protagonismo com a concentração de 134 complexos produtivos, destacados também os estados de Minas Gerais (56), Rio de Janeiro (46), e Pernambuco (38). Um montante acima de 30% do total produzido no país ficou restrito ao envase realizado por oito grupos: Edson Queiroz, com as marcas Indaiá e Minalba, cujo envase ocorria em 11 Unidades da Federação (BA, SP, PE, PB, DF, PA, CE, GO, MA, AL, SE); Coca-Cola/FEMSA, com a marca Crystal e unidades produtivas em SP, AL, MS e RS; o grupo pernambucano que aglutina as empresas J&E, L&R, Torres e Pedrosa e Pedrosa, com as marcas Santa Joana, Cristalina e Lindóia; Danone (Bonafont, envasada em MG e SP); FLAMIN (Bioleve, envasada em SP); Nestlé (Pureza Vital, Petrópolis, Levíssima, Aquarel e São Lourenço, envasadas, respectivamente, em SP, RJ e MG); Dias D’avila (Dias D’avila, envasada na Bahia); e Mineração Canãa (Fresca, envasada na Bahia). Na utilização de água mineral em produtos industrializados destacou-se, em 2013, a Schincariol, com unidades produtivas em oito Unidades da Federação (BA, MA, GO, SP, PE, RJ, PA e RS). As importações de água mineral, no período, totalizaram 2,3 milhões de litros – correspondente, à época, em 1,76 milhões de dólares americanos -, cujas origens foram a França (47%); Itália (45%); Noruega (4%); e Portugal (3%). Dentre os 205 mil litros exportados, equivalente, à época, a 52 mil dólares americanos, 72% foi destinado à Guiana; 10% para a Bolívia; 7% ao Japão; 7% ao Paraguai; e 2% para a Bélgica. Segundo a

consultoria Beverage Marketing Corporation, o Brasil ocupava, em 2013, com um consumo de 18,2 bilhões de litros – um crescimento de 4,1% em relação a 2012 -, o quinto lugar no mercado mundial de águas engarrafadas. Considerando esse valor, o consumo per capita foi, em 2013, de 90,3 litros por ano. Permanecendo as incongruências relativas às fontes de divulgação dos dados expressos nos sumários minerais do DNPM, a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais relatou, para o período, um crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior, onde os garrafões de 20 litros respondiam por aproximadamente 55% do mercado consumidor. Para esta associação (ABINAM), o valor per capita, em 2013, foi de 55 litros por habitante ao ano. Feitas essas ressalvas, os dados do DNPM sobre o consumo aparente ( $10^3$  litros) foram de 10.081.036 em 2011; 10.485.776 em 2012; e 11.053.288 em 2013.

Considerando todo o território nacional, a região sudeste é aquela que concentra o maior número de concessões de lavra de águas minerais (QUEIROZ, 2004), observação corroborada pela posição de destaque que o estado de São Paulo apresentou, segundo os sumários minerais acima apresentados. A produção de água mineral desse estado, em 2014, correspondeu a 21% do total da contribuição dos estados brasileiros. E embora constem entre os sete estados – o já citado estado de São Paulo; Pernambuco (10%); Bahia (9%); Ceará (6%); Minas Gerais (5%); Rio Grande do Sul (5%); e Rio Grande do Norte (5%) - que mais produziram águas minerais no ano de 2014, apenas o somatório de São Paulo e Minas Gerais são superiores aos três estados do Nordeste tomados em conjunto, ainda que se considere que, comparado ao ano de 2013, com exceção de São Paulo, os estados que mais apresentaram um incremento na produção de águas minerais pertenciam ao nordeste. Atenta-se, especialmente, que, ao final de 2014, existiam 2.008 concessões de lavra de água mineral e potável de mesa ativas no Brasil, para fins de envase, fabricação de bebidas e utilização em balneários. Ainda no referido ano, mais de 30% do volume declarado de águas envasadas no Brasil corresponderam aos grupos Edson de Queiroz, cujo envasamento das marcas Indaiá e Minalba ocorria em 11 Unidades da Federação (CE, SP, BA, PA, PE, PB, SE, DF, GO, AL e MA); a Coca-Cola/FEMSA, com a marca Crystal envasada em SP, RS, AL e MS; a Danone e o envasamento, em MG e SP, da marca Bonafont; a Flamin, cuja marca Bioleve é envasada em SP; o grupo pernambucano que aglutina as empresas J&E, L&R, Torres e Pedrosa e Pedrosa, e envasa as marcas Santa Joana, Cristalina e Lindóia; a Nestlé, em SP, RJ e MG, que envasa as marcas Pureza Vital, Petrópolis, Levíssima, Aquarel e São Lourenço; na Bahia, a empresa de Mineração Canãa, cuja marca envasada é a Fresca; e na Paraíba, a empresa de mineração Sublime com a marca homônima. A importação, em um valor declarado de 2, 22

milhões de dólares americanos, originária da França (48%), da Itália (41%), de Portugal (5%) e da Noruega (5%), foi de 2,85 milhões de litros de água mineral em 2014; enquanto a exportação, destinada à Guiana (77%), Paraguai (7%), Bolívia (5%), França (3%) e Argentina (3%), foi de 485 mil litros, correspondendo a 136 mil dólares americanos. Ficou o Brasil, ainda segundo os dados da consultoria BMC, na posição do quinto maior mercado de água engarrafada do mundo, cujo consumo foi de 19,5 bilhões de litros, portanto, um consumo per capita estimado em 96, 2 litros/ano, 7,4% acima em relação ao ano anterior. A Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM), no entanto, estima que o consumo per capita tenha sido inferior, próximo de 69 litros/ano, porém, com um crescimento de 20% em relação ao ano anterior, o que foi atribuído, pela ABINAM, à “*busca de qualidade de vida e saúde do brasileiro*”<sup>233</sup>. Segundo o DNPM, o consumo aparente (10<sup>3</sup> litros) foi, após a revisões dos anos de 2012 e 2013, respectivamente, de 10.715.604 litros e 11.024.284 litros. Para o ano de 2014, o consumo aparente preliminar, pois ainda sem revisão pelo órgão, foi de 10.833.143<sup>234</sup>.

Consta no sumário mineral de 2015<sup>235</sup>, que o consumo per capita de água mineral no Brasil (litros/ano) foi de 90, 3 em 2013 e 96, 2 em 2014. Observou-se, também, um aumento no consumo (em milhões de litros), que em 2013 encontrava-se em 18.158 e em 2014 foi de 19.500, um aumento de 6,90%. Vale ressaltar a ocorrência de uma subdeclaração da produção de água mineral no Brasil, uma vez que, ainda segundo o sumário mineral de 2015, a produção anual declarada de 7,59 bilhões de litros não condizia com os 40% do consumo do país, segundo os dados da consultoria internacional Beverage Marketing Corporation (BMC). Observou-se, também, em 2014, que a maior parte das comercializações<sup>236</sup> foram realizadas em garrações retornáveis (71%) e garrafas plásticas (27%) – em 2013, essas contribuições foram, respectivamente, de 75% e 23%, o que sugere um acréscimo da utilização de embalagens descartáveis.

---

<sup>233</sup> A propósito do “conceito” de qualidade de vida atribuído à utilização das águas minerais engarrafadas, ver o subcapítulo seguinte.

<sup>234</sup> Atenta-se para a ocorrência de utilização de águas minerais na composição de produtos industrializados, cujo destaque, em 2014, ficou para a empresa Brasil Kirin, com complexos industriais nos estados BA, PE, PA, SP, RS, MA, GO e RJ. Dado atualizado: tratam-se de 12 unidades fabris distribuídas em 11 estados, devendo ser acrescentados os estados de SC, CE e AM. Disponível em: <<https://www.brasilkirin.com.br/localidades>>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>235</sup> Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2015>>. Acesso em mar. 2017.

<sup>236</sup> Ainda segundo o sumário anual de 2015, as comercializações realizadas em copos e garrafas de vidro foram de pouco mais de 1% e 0,2%, respectivamente.

Em 2015, o consumo global de água engarrafada foi de 329 bilhões de litros, 16,5% maior do que no ano anterior. E em nível mundial, a taxa média de crescimento do setor, entre o período de 2010 – 2015, foi de 6,9%, com respectivos acréscimos de 14% na China e 6% no E.U.A (o Brasil cresceu 4,1% nesse mercado, quase correspondendo ao aumento de 4,0% do consumo de água engarrafada observado no país, se compreendido o intervalo entre 2014 - 2015). A produção interna, ainda que subdeclarada, em 2015, cresceu 4,9%, segundo os dados oficiais do DNPM. Do volume engarrafado no país, 70% foi comercializado em garrafas retornáveis, 27% em garrafas plásticas, aproximadamente 2% em copos de plástico e 0,1% em embalagens de vidro. Do volume total declarado, oito grandes grupos responderam por 30% de água envasada, a saber: o grupo Edson Queiroz, com 8,9%; a Coca-Cola/FEMSA, com 5,4%; a Danone, com 3,5%; a Nestlé, com 3,2%; o grupo Pernambucano J&E, L&R, Torres e Pedrosa e Pedrosa, com 2,9% e o FLAMIN, com 2,9%. Considerando os dados revisados, em 2013, a produção, em milhões de litros, foi de 7.322.877; 7.702.875 em 2014; e 8.081.856 em 2015. O consumo aparente ( $10^3$  litros) em 2013 foi de 11.002.785, 10.892.445 em 2014 e 10.886.337 em 2015.

Após o antigo DNPM ser transformado na Agência Nacional de Mineração (ANM), foi publicado no site dessa agência, em 2017, o sumário mineral referente ao ano-base de 2016. A Beverage Market Corporation estimou que foram consumidos, em 2016, 349 bilhões de litros de água engarrafada no mundo, 5,9% a mais que em 2015. No final de 2016, no Brasil, havia 1.171 concessões de lavra, e 574 complexos produtivos declararam o envase de águas minerais, com a maior concentração na região sudeste e em Pernambuco: 150 em SP, 64 no RJ, 61 em MG e 35 em PE. Segundo os dados obtidos no Relatório Anual de Lavra, foram produzidos, naquele ano, 8,14 bilhões de litros de água mineral. Contudo, a Beverage Market Corporation estima que esse volume correspondeu apenas a 40% do total produzido no país em 2016, em decorrência de uma expressiva subdeclaração. No entanto, segundo os dados oficiais do volume declarado, 71,5% foi comercializado em garrafas, 26,7% em garrafas plásticas, 1,0% em copos plásticos, 0,1 em embalagens de vidro e o restante em outras embalagens (não tipificadas no sumário consultado). Porém, em SP e no RS, o volume envasado em garrafas foi menor do que o comercializado em garrafas plásticas, com 51% e 58,7%, respectivamente. Esses estados também constam entre aqueles que mais produziram águas minerais engarrafadas, a saber: SP (21,7%), BA (8,4%), PE (8,2%), CE (7,8%), RN (5,3%), MG (5,0%) e RS (4,9%). Nove grupos responderam por aproximadamente 30% do volume de água mineral envasada, com destaque para os seguintes: Grupo Edson Queiroz (8,5%), Coca-Cola/FEMSA (5,5%), Danone (3,8%), FLAMIN (3,0%), Nestlé (2,8%),

Mineração Canaã (2,2%) e J&E, L&R, Torres e Torres e Pedrosa e Pedrosa (1,8%). Os consumos aparentes revisados dos anos de 2014 e 2015 foram de respectivos  $10.783.640 \times 10^3$  e  $11.055.114 \times 10^3$ , e o consumo aparente preliminar de 2016 foi de  $10.106.097 \times 10^3$ .

Até aqui, o conteúdo meramente informacional dos números acima indica que há um mercado bem estabelecido de águas engarrafadas no país, com a presença de grupos nacionais e transnacionais disputando as águas e os consumidores (Tabela 1).

Tabela 1 – Consumo Aparente<sup>237</sup> das águas minerais no Brasil (2006 – 2017)

Ano	Consumo Aparente (10 <sup>3</sup> litros)
2007	4.919.067
2008	6.542.576
2009	7.579.985
2010	8.528.155
2011	10.081.036
2012	10.715.604
2013	11.002.785
2014	10.783.640
2015	11.055.114
2016	10.106.097*

Fonte: Sumários Minerais do DNPM (ANM).

\* Valor preliminar.

Se, por um lado, as marcas buscam forjar projetos de identificação para atrair os consumidores às águas engarrafadas, especialmente no caso das empresas multinacionais, por outro, notadamente no caso das empresas nacionais, isto não parece ser tão eficiente sem a mão despercebida da política, que auxilia a ofertar as garrafas ao alcance das demandas específicas: e no mercado das águas minerais engarrafadas há um encontro entre o investimento no desejo e o desejo de investimento<sup>238</sup>.

<sup>237</sup> Consumo Aparente = (produção engarrafada + ingestão na fonte + composição utilizada em produtos industrializados + importação – exportação).

<sup>238</sup> Não há, aí, uma frase de efeito, mas o efeito de uma vontade: é preciso que o Estado ceda espaço ao empresário com “gana de investir”, dizia, na ocasião de uma audiência pública na subcomissão de mineração, o Vice-presidente da Associação Goiana das Industrias de Água Mineral: “os custos são dispendiosos, é uma pena”, ele concluía. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/16/tributacao-e-burocracia-prejudicam-producao-de-agua-mineral-dizem-representantes-do-setor> >. Acesso em: fev. 2019.

### 3.3 Investimento libidinal

Para explorar a produção de identificação, atentemos ao papel da publicidade. Gilles Deleuze (2013, pp. 223 – 230) acusou o aparecimento de um controle que viria a substituir a soberania e a disciplina. O filósofo nomeou três períodos societários: o de soberania, o disciplinar (estes dois propostos por Michel Foucault) e o de controle, atentando para a ocorrência de uma transição – sem que tenha havido uma ultrapassagem, mas certa coexistência – entre os dois últimos. Se as sociedades disciplinares se caracterizam por encerramentos, facilmente notados nos espaços de confinamento, para Deleuze, esses espaços disciplinares encontram-se, atualmente<sup>239</sup>, “numa crise generalizada” (2013, p. 224). Tal crise, ele observou, anuncia-se no aparecimento de novas forças, nos “diferentes modos de controle” (DELEUZE, 2013, p. 225) que dividem os indivíduos<sup>240</sup>. E na medida que os indivíduos se tornam divisíveis, “as massas tornam-se amostras [...] mercados [...]”. E aqui chega-se ao ponto de interesse, que será recuperado no momento devido.

*O bem-estar, a qualidade de vida e a purificação* reaparecem como uma estranha constelação conceitual reproduzida nos setores de marketing das empresas que protagonizam o mercado de águas engarrafadas, notadamente as multinacionais<sup>241</sup>. E abusando da metáfora

---

<sup>239</sup> Deleuze publica esse relato ainda na entrada da década de 1990 (no primeiro dia do mês de maio), logo, a noção de “atualmente” mobilizada no texto trata de um espectro temporal mais distendido, o que não impede a ocorrência de tal crise em nossa atualidade.

<sup>240</sup> O pensamento de Gilles Deleuze resiste, inclusive, ao metamorfismo operado pela atual narrativa empresarial. Já naquela época, Deleuze observava o *empresariamento* progressivo dos indivíduos, quando notou que se a empresa parecia substituir a fábrica, no caso das escolas uma substituição também fora empreendida: substituiu-se o exame pelo controle ininterrupto, cujo aspecto notável é uma “formação permanente”, onde entregou-se, com eficiência, a escola para a empresa.

<sup>241</sup> “Inspirando hidratação para toda a vida” as pesquisas da Danone demonstram que “a hidratação está ligada à cognição e bem-estar em geral”, e “nós não bebemos *líquidos* suficientes”. Diz a Danone que “a nutrição só pode ser verdadeiramente eficaz se for parte de um estilo de vida saudável e abrangente” – e aí uma definição um tanto abrangente do que seria um estilo de vida saudável, embora possamos tomar como definição da própria empresa, a crença de que “boa saúde é tudo para nós [ela]”, entendido por “boa saúde”, “um estado de bem estar-geral, que envolve tanto a mente quanto o corpo, as emoções e sensações”. Disponível em: < <https://corporate.danone.com.br/br/descubra/nossos-negocios/aguas/estrategia/> >; < <https://corporate.danone.com.br/br/descubra/sustentabilidade/saude-melhor/estilos-de-vida/> >; e Danone (Pacto Global, 2016), disponível em: < [https://corporate.danone.com.br/fileadmin/user\\_upload/DanoneBrazil/REPORT-DANONE\\_BRASILAGOSTO2016.pdf](https://corporate.danone.com.br/fileadmin/user_upload/DanoneBrazil/REPORT-DANONE_BRASILAGOSTO2016.pdf) >. Acesso em: abr. 2017. Uma matéria da Folha de São Paulo, publicada em 24 de junho de 2017, trazia o seguinte título: “Estratégias de marketing levam água Bonafont [da Danone] ao primeiro lugar entre paulistanos”. E também nela, um pequeno depoimento do diretor de marketing da empresa que corrobora o argumento levantado no texto: “A marca de água tradicionalmente conhecida pela eliminação de toxinas sugere a seus consumidores que pratiquem o detox também no dia a dia, sejam as toxinas físicas, sejam as emocionais”. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/o-melhor-de-sao-paulo/2017/restaurantes->

hídrica, é preciso retirar a publicidade do “fundo do poço da vergonha”, anunciado por Deleuze e Guattari (2013 p.17), para uma análise, tão rápida quanto um banho frio, de quando as disciplinas da comunicação se apoderaram do vocábulo “conceito” e assumiram a tarefa de serem as “conceituadoras”.

Conforme o conceito torna-se “o conjunto de apresentações de um produto” (Ibid., p. 17), os acontecimentos tornam-se as exposições das diversas apresentações, e os conceitos os “produtos que se pode vender”<sup>242</sup>. E pode-se inferir que o que se vende são as experiências que colocam o experimentador em potencial na rota de colisão de um produto apto a lhe fornecer a experimentação de um conceito<sup>243</sup>. Na revista oficial da Associação Brasileira de Águas Minerais (ABINAM), intitulada “Água e Vida”, ano 13, número 75, publicada em 2012, um consultor disse sobre a gestão das águas engarrafadas: “o simples pode ser substituído pelo raro e único. Uma boa gestão é capaz de transformar o usual em especial. E o especial em experiência” (p. 20).

Mas para que tal experiência ocorra, é preciso que esteja o experimentador apto a pagar por ela; é preciso que o experimentador se torne um consumidor. E para detectar a distribuição e a abundância dos consumidores, proliferam as noções de uma ecologia mercantil: mapeiam-se os “nichos de mercado”, cujo controle refere-se à formação permanente de interessados naquilo que um mercado lhes deixa transparecer sob a noção de certa exclusividade: forja-se um consumo personalizado, territorializado, guiado pelo acúmulo de dados<sup>244</sup>. Um documento publicado em 2008, pelo então gerente da categoria de

---

bares-e-cozinha/2017/06/1895303-vendendo-agua-mais-leve-e-pura-bonafont-e-a-marca-mais-citada-em-sao-paulo.shtml > Acesso em: jan. 2019.

<sup>242</sup> Para evitar os ataques dos especialistas, faço notar que se preocupam, especialmente, Deleuze e Guattari, com o impacto conferido por essa formação profissional empresarial à tarefa da filosofia de criar conceitos. Contudo, eles atentam (2013, p. 17): “Porém, quanto mais a filosofia tropeça em rivais imprudentes e simplórios, mais ela os encontra em seu próprio seio, pois ela se sente preparada para realizar a tarefa, criar conceitos, que são antes meteoritos que mercadorias”.

<sup>243</sup> E para sintetizar o argumento do texto que origina essa nota, cumpre observar que, em 22 de novembro de 2018, a gerente de água e chá da Coca-Cola Brasil disse, no site oficial da empresa, sobre uma nova marca de água que a empresa traria para o mercado nacional: “em testes, as pessoas responderam positivamente ao conceito e ao design de Smartwater. Com esse lançamento deixamos o nosso portfólio de águas mais robusto e com opções para diversos momentos do dia [...] a comunicação será baseada em três pilares: Smart Places, Smart Brand e Smart People, que contempla ações em três frentes relevantes para o nosso público: aeroportos, mídias sociais e influenciadores”. Disponível em: <<https://www.cocacolabrazil.com.br/imprensa/release/coca-cola-brasil-lanca-smartwater-no-pais>>. Acesso em: jan 2019.

<sup>244</sup> Observou Deleuze (2013, p. 226) que “nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra [...] a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou à rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos” [aspas dele]”.

produto da Coca-Cola no Brasil (PAIXÃO, 2008), traz essa relação entre as pesquisas e o mapeamento de nichos do mercado consumidor da marca de águas Crystal:

quando começamos a falar de água, indagamos, *o que é água mineral?* E aí começa toda a força de comunicação e marketing [...] mas e o consumidor, o que quer, o que pensa? Quais os seus desejos e os seus anseios? [...] e a pergunta básica: que volumes iremos obter?

Essas perguntas são respondidas por meio de pesquisas:

investimos muito em pesquisa [...] especialmente para a Crystal tivemos muitas pesquisas [...] sempre vamos trabalhar com base de dados e fatos. E se não os tivermos, iremos procurar gerar essas informações para que possamos tomar as decisões corretas e diminuir os erros em qualquer decisão gerencial.

Na pesquisa “tem início o processo de entendimento acerca dos motivos de consumo, para que depois possamos personificar a marca”. Daí “ser necessário saber quais são as ocasiões de consumo [...] isso é importantíssimo: em que momento do dia vai ocorrer o maior consumo? Que embalagem vou oferecer, onde vou colocar à disposição e de que forma isso será feito?”. Ao que ele complementa: “Tracking [ acompanhamento ], isso é quase uma obsessão do sistema Coca-Cola [...] e nós, como empresa, temos um único dever: colocar esse produto ao alcance final dos nossos consumidores”.

Observa-se, no entanto, que as empresas, sobretudo as grandes<sup>245</sup>, abarcam um espectro cada vez maior de nichos conforme *performam*, para dizer como Michel Callon, a união de objetos e discursos, que, inclusive, podem ser diametralmente opostos, como é o caso das bebidas açucaradas<sup>246</sup> e das águas minerais oferecidas por um mesmo conglomerado. É este o caso da empresa que manteve o protagonismo na produção mundial de água engarrafada.

---

<sup>245</sup> Marques e Segre (2003) observaram que o porte de uma empresa “vincula coisas heterogêneas, tais como dinheiro, materiais, distâncias, tempos e pessoas”, traduzindo essas coisas em termos financeiros, ordens de medidas, períodos e trabalhadores. E isto às tornam fluidas, assim como as suas fronteiras vão se tornando permeáveis. Daí a noção, talvez aqui rapidamente interpretada, de uma expansão de nichos através da extensão das redes de sustentação de uma grande empresa como a Nestlé, com notável capital disponível para performar discursos com objetos diversificados – e as vezes antagônicos, tais como as bebidas adoçadas e as águas minerais. Ressalta-se que esse capital disponível, inclusive, tem sido utilizado para “comprar empresas locais que já possuem a concessão da lavra da água mineral e implantar [a] sua filosofia de produção em larga escala e abrangência” (JÚNIOR, 2016, p. 45).

<sup>246</sup>As bebidas açucaradas colocam-se como um importante adversário às empresas cujo segmento de águas minerais é a sua atividade mister, especialmente no caso brasileiro. Isto “por se tratar [a água mineral] de um alimento associado à hábitos mais saudáveis, o que é uma tendência crescente no mundo todo, o produto vem, já há algum tempo, conquistando a preferência dos consumidores em relação às bebidas açucaradas [sic]”, disse o então Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais (ABINAM). Disponível em: < [http://www.abinam.com.br/materias.php?cd\\_secao=39&codant=&friurl=-Palavra-do-Presidente-](http://www.abinam.com.br/materias.php?cd_secao=39&codant=&friurl=-Palavra-do-Presidente-) > Acesso em jan. 2019.

A Nestlé Waters, companhia criada em 1992, é, atualmente, a “número um” na produção de água engarrafada no mundo, com 31,740 trabalhadores em aproximadamente 100 sítios de produção dispersos em 33 países<sup>247</sup>. Nesta empresa, acredita-se que “o que você bebe, é tão importante quanto o que você come”<sup>248</sup>, considerando-se, em concomitância, que o consumidor dessas águas esteja disponível para adotar um estilo de vida saudável<sup>249</sup>. A Nestlé atenta, especialmente, para o papel positivo que o consumo diário de água representa aos que sofrem de diabetes e/ou estão sob a condição de obesidade. E como naqueles teocidas do século XVI, que portavam os amuletos da Virgem Maria<sup>250</sup>, a empresa propõe o exorcismo

<sup>247</sup> Disponível em: <<http://www.nestle-waters.com/aboutus>>. Acesso em: jan. 2017. No condado rural de Mecosta, Michigan, Estados Unidos da América, uma das 100 fábricas de engarrafamento de água da Nestlé oferece uma descrição do modo de produção que a coloca como protagonista no mercado de água engarrafada. Se os enquadramentos por segundo garantem certo espetáculo aos espectadores das salas de cinema, na referida fábrica, aproximadamente 3,5 milhões de garrafas passam diante dos olhos dos trabalhadores, já que a capacidade de produção é de até 1.200 garrafas por minuto; o que corresponderia à uma média, grosseiramente obtida, de 20 garrafas por segundo. A cena repetitiva parece funcionar num regime de “24/7”, em minha leitura, 24 horas, sete dias por semana. Cento e vinte e cinco toneladas de resina plástica armazenadas em silos são transformados em garrafas: e cerca de 25 segundos é o tempo demandado para que a resina seja transformada em uma garrafa apta a ser transportadas por umas das 25 empilhadeiras da fábrica. Os destinos são provisórios, mas diversos: até que chegue ao consumidor, as garrafas seguem para o armazém da fábrica, ou para as docas de carga em um dos 175 caminhões que diariamente são ali abastecidos com os recipientes, para transporta-los até os pontos de varejo do centro-Oeste Norte Americano. Se as pessoas devem beber mais água para “continuar hidratadas”, diz o gerente, “seria bom se fosse a minha água”, ele completa. As informações acima foram obtidas em matéria publicada no dia 21 de setembro de 2017, em “Bloomberg businessweek”. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2017-09-21/nestl-makes-billions-bottling-water-it-pays-nearly-nothing-for>>. Acesso em: jan. 2017.

<sup>248</sup> Tradução direta minha, recomenda-se a leitura no original. Disponível em: < <http://www.nestle-waters.com/healthy-hydration> >. Acesso em: abr. 2017. De especial atenção, nessa frase, é a noção de “beber” e “comer” expostas de maneira separada, a primeira mais associada às bebidas e a segunda aos alimentos, já que, como veremos no subcapítulo seguinte, controvérsia sobre a qual estipularei um exame mais profundo, especialmente no Brasil, a água mineral é tratada, também, como um alimento.

<sup>249</sup> Que diriam sobre a adoção desse estilo de vida saudável, aqueles que veem as horas passando enquanto passam por estações de trem, metrô ou pontos de ônibus no longo trajeto (no espaço e no tempo) entre o trabalho e a casa? Que tempo eles teriam para aproveitar as nem sempre adequadas condições dos espaços disponíveis para, por exemplo, a tão recomendada prática de exercícios físicos?

<sup>250</sup> Nessa frase me embasei no muito mais coerente argumento de Bruno Latour (2002b, pp. 15 - 18). Diz o autor sobre a produção de fetiches pelo avanço da frente modernizadora: “é moderno aquele que acredita que os outros acreditam”, ou seja, eram modernos aqueles portugueses “cobertos de amuletos da Virgem e dos Santos”, que acusavam os habitantes de algum lugar da Guiné de adoradores de fetiches, e lançavam, assim, pela violência de seus argumentos contraditórios, aqueles ídolos ou à condição de divindades, ou de fetiches. Era preciso escolher: ou um, ou outro. Talvez, e já considerando a pergunta que os Africanos poderiam ter dirigido aos modernos (“talvez teria sido interessante perguntar aos portugueses se eles haviam fabricado os seus amuletos da Virgem, ou se esses caíram diretamente do céu”, escreveu Bruno Latour), deveríamos perguntar à empresa se ela contribuiu para a disseminação da diabetes, adquirida pelos hábitos de ingerir alimentos e bebidas açucaradas, ou se ela ascendeu aos corpos por uma força mágica. Afinal, não é por ter acusado os Africanos de fetichistas que os brancos são “ingênuos anti-fetichistas” (LATOURE, 2002b, p. 25). E basta um golpe de condão para “o seu fabricante [do fetiche] se metamorfosear de manipulador cínico em enganador de boa fé”. Digamos, para encerrar esta nota que renderia, por si apenas, um novo texto, pode o fabricante [das águas minerais] se transformar de cínico a um enganador confiável.

da diabetes, enquanto o grupo que lhe empresta o nome fabrica belos fetiches envoltos no doce manto das seduções (Figura 20).

Figura 20 – Marcas produzidas pela empresa Nestlé



Legenda: Marcas de bebidas, chocolate e confeitaria comercializadas pela empresa Nestlé.

Fonte: Site oficial da empresa<sup>251</sup>, 2019.

E se há um debate sobre a questão da subjetividade veiculada nos objetos, muito se deve à inovação de autores que expandiram as suas fronteiras para as “máquinas de subjetivação” (GUATTARI, 2012, p. 20). A subjetividade, escreveu Guattari, não é o produto exclusivo do circuito familiar, mas também de “grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas”<sup>252</sup>. Não haverá uma discussão minuciosa deste tema aqui, o que não oblitera a irradiação de um investimento libidinal fabricado pela indústria de engarrafamento, o que parece ser o suficiente para trazer um componente subjetivo na produção do objeto “garrafa de água mineral”, e estimular a demanda pela via do desejo<sup>253</sup>. Então, daqui tira-se uma conclusão, talvez tão precipitada quanto óbvia, mas que resume o que fora descrito ao longo desta seção: nessa indústria, a qualidade de vida é incentivada desde que engarrafada. E isto é favorecido por um desejo pelos desejos dos outros.

Se até aqui foram enfatizadas as empresas multinacionais, não quer dizer que as empresas nacionais não empreendam investimentos semelhantes, mas como competem com as multinacionais na busca de consumidores, e possuem menos recursos para performar os discursos publicitários baseados em pesquisas, constroem estratégias aglutinadas em

<sup>251</sup> Disponível em: < <https://www.nestle.com/brands> >. Acesso em: jan. 2019.

<sup>252</sup> Guattari (2012, pp. 22 - 23) escreveu que “o inconsciente Freudiano é inseparável de uma sociedade presa ao seu passado, às suas tradições falocráticas, às suas invariantes subjetivas. As convulsões contemporâneas exigem, sem dúvida, uma modelização mais voltada para o futuro e a emergência de novas práticas sociais e estéticas em todos os domínios”.

<sup>253</sup> “Por meio da pesquisa, passamos a entender que precisamos atingir alguns pontos de comunicação por meio da nossa embalagem [...] começamos a trazer elementos que são importantes para a marca: o cristal como novo ícone da marca, uma área de rotulagem diferenciada, uma garrafa com ombros elegantes e cônicos, que identificamos como mais atrativos ao público – e isso só é possível com base em pesquisas”, destacou o então gerente da categoria de produto da Coca-Cola no Brasil, sobre a marca de água mineral Crystal (PAIXÃO, 2008, p. 37).

instituições, com destaque para a Associação Brasileira de Águas Minerais (ABINAM). Já foi visto que, para essa associação, a água mineral não deve ser considerada como um recurso hídrico, mas mineral<sup>254</sup>. Um recurso mineral que não deve ser tomado como bebida, mas como um alimento, e então abrir os precedentes para afirmar a diferença das empresas nacionais através das vias intestinas da política<sup>255</sup>.

### **3.4 Recurso mineral, mas alimento líquido**

“A água mineral natural é um alimento indispensável à saúde da população brasileira”, disse o geólogo e presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM)<sup>256</sup>. Mas por que considerar a água mineral como um alimento forneceria a nutrição necessária para o crescimento do mercado nacional de águas engarrafadas?

Em 2012, Santa Catarina foi escolhida para sediar o Congresso da ABINAM, para que fosse recompensado o exemplo daquele estado em incluir na cesta básica as águas minerais em embalagens de até 20 litros. À época, com essa inclusão, o governo catarinense tinha reduzido a alíquota de ICMS para 7%, o que beneficiou o setor de engarrafamento. E para hidratar esse mercado com o aumento de lucros, “[é] preciso haver envolvimento da indústria, de políticos e dos governos de estado” (matéria na página 15 da revista *Água e Vida*, veículo oficial da ABINAM)<sup>257</sup>. O Senador responsável pela inclusão da água na cesta básica catarinense disse: “a água é um alimento básico e o setor está em crise por conta da carga tributária superior à 40%”.

E para que o setor cresça, a “demanda deve ser estimulada via redução de preços. E isso só é possível por meio da desoneração de impostos”, dizia a matéria da revista. Afinal, “a conquista de Santa Catarina abre precedentes para que o benefício seja ampliado para todo o mercado brasileiro. Para que isso aconteça, basta um pouco de vontade política” (Revista *Água e Vida*, p. 15). E flagra-se o mercado pulando a cerca do imaculado funcionamento autorregulado para beber nas águas da política. Mas para que isso tenha o efeito desejado, é preciso enfatizar o argumento de que a água mineral não é uma bebida, e embora seja um

---

<sup>254</sup> Ver a página 144 da tese.

<sup>255</sup> A este respeito, ver Júnior (2016, p. 45), que observou que a expansão do Mercado de água no Brasil está vinculada aos incentivos fiscais para este segmento, que, desde 2012, “está isento de PIS/COFINS”.

<sup>256</sup> Disponível em: <[http://www.abinam.com.br/materias.php?cd\\_secao=39&codant=&friurl=-Palavra-do-Presidente-:](http://www.abinam.com.br/materias.php?cd_secao=39&codant=&friurl=-Palavra-do-Presidente-:)>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>257</sup> Revista *Água e Vida*, Ano 13, número 73 – jun/jul 2012.

recurso mineral, ela deve ser tomada como um alimento. Daí a recorrência dessa ênfase na narrativa da ABINAM: “A Abinam está encampada nessa campanha para corrigir um erro cometido em 1992, quando decidiram chamar a água mineral de bebida”, disse o presidente da entidade na referida matéria (id.)<sup>258</sup>.

Que o acesso da população à água mineral seria dilatado quando ela fosse incluída na cesta básica, não há dúvida, mas esse movimento é precisamente um tipo de ancoramento institucional que coloca o mercado em funcionamento: “Ter um projeto de Lei tramitando para a redução de impostos da água mineral já é uma conquista. Esperamos prosseguimento positivos, além da inclusão da categoria na cesta básica de todos os estados” (Presidente da ABINAM, na revista *Água e Vida*, 2012, p. 19). E se há um problema fiscal que complica a saída das águas engarrafadas das fábricas até os consumidores, é preciso que a indústria vá ao congresso, “para zerar a tributação sobre garrações de 20 litros, que favorecem alternativa de abastecimento em núcleos urbanos sem acesso à água tratada e com serviços públicos precários”<sup>259</sup>. E aí está uma condicionante para a experimentação do bem-estar propagado pela indústria nacional de águas envasadas: “desonerar a indústria de água mineral significa beneficiar a vida e a saúde” (Revista *Água e Vida*, 2012, p. 23). E para o pleno funcionamento do setor, seria preciso “solicitar, a nível nacional, a inclusão da água mineral na cesta básica, para que o ICMS passe a ser de 7%, a exemplo do que foi feito em Santa Catarina” (Presidente da ABINAM, Revista *Água e Vida*, 2012, p. 27)<sup>260</sup>. O argumento é popularizar o acesso à água mineral pela via da política, e para que a água mineral possa chegar até às casas, a indústria nacional de águas envasadas precisa ir até o congresso.

Já em 2014, outra publicação<sup>261</sup> anunciava um recado do presidente da ABINAM sobre os objetivos do setor, destacando “a luta incessante de reivindicar, junto aos governos estaduais, a inclusão da água mineral na cesta básica, e reduzir a carga tributária para 7%”, para, então, tornar mais acessível o alcance daqueles imersos em condições insalubres às

---

<sup>258</sup> Revista *Água e Vida*, Ano 13, número 73 – jun/jul 2012.

<sup>259</sup> Não à toa, e o vimos nos dados fornecidos pelos sumários minerais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a maior parte da água engarrafada no Brasil é feita em garrações retornáveis. Em 2012, 75% da água envasada no país estava em garrações (20% em garrafas e 1% em copos). Em 2013, 55% das águas envasadas foram consumidas em garrações. Em 2015, 70% das águas envasadas foram consumidas em garrações (27% em garrafas plásticas, aproximadamente 2% em copos e 0,1% em outras embalagens). Nota-se aí um especial interesse da indústria nacional de engarrafamento por essas embalagens de 20 litros – ao mesmo tempo em que reafirma uma linha de fuga do poderoso investimento libidinal das multinacionais aplicado às garrafas de água de menor tamanho.

<sup>260</sup> Revista *Água e vida*, ano 13, número 74, 2012.

<sup>261</sup> Revista *Água e Vida*, ano 15, número 81, mar/abr, 2014.

águas minerais engarrafadas. Do mercado à política, e da política aos inacessíveis, a indústria poderia acessar o lucro, afinal, dizem os mercadores, se há uma demanda, criemos boas condições para a oferta, mas não sem a mão oculta da política, que ajuda a depositar as águas engarrafadas nas cestas de alimento e nas gôndolas dos supermercados: e o já desgastado ditado não poderia descrever melhor esse relacionamento mediado pelas águas minerais; “uma mão lava a outra”.

Mas se as águas engarrafadas são uma necessidade de quem não possui acesso à água tratada, ou fora exposto a um acontecimento trágico<sup>262</sup>, há de se notar um sentimento de cornucópia, que de maneira alguma celebra as desgraças, mas que filtra o elemento trágico do otimismo indisfarçável com os resultados. Na “Revista Mercado de Águas” (ano 14, edição 56, mai/jul, 2014)<sup>263</sup>, uma diretora escreveu:

Depois de um trimestre maravilhoso, com altas temperaturas e recorde de consumo, a escassez das chuvas e a possibilidade de racionamento de água, aumentaram ainda mais as expectativas para o inverno, época em que se consumia bem menos água, no passado – uma realidade que mudou depois que o brasileiro adquiriu o hábito de beber água mineral [sic]<sup>264</sup>.

Na mesma edição (páginas 6 e 7), uma matéria anunciava que o “tempo seco e Copa do Mundo fazem o segmento faturar bilhões”, cujo teor dizia:

A chegada do outono, o tempo seco e a mudança de hábito do consumidor [...] são os motivos mais prováveis para a manutenção do crescimento das vendas. Outro motivo para o aumento do consumo foi a queda do nível nos reservatórios em São Paulo e a possibilidade de racionamento e utilização do volume morto, que despertou a insegurança em relação à garantia do abastecimento e a desconfiança da qualidade da água oferecida [...]

E aí se nota um descolamento: de um lado o mercado promissor, do outro, o clima intempestivo. O que fora também enfatizado na declaração de um diretor na edição 59, de 2015, da mesma revista<sup>265</sup>:

<sup>262</sup> É o caso, por exemplo, das campanhas para arrecadação de águas engarrafadas para humanos e não-humanos atingidos por situações trágicas. O caso do município de Mariana é icônico (cf. Revista Mercado de Águas, ano 16, edição 62, 2015). A fome de minério afogou um rio (doce) e provocou não apenas a sede de justiça daqueles (humanos e não-humanos, volto a enfatizar) expostos à tragédia (até os nossos dias, cumpre dizer), mas também uma exposição à falta de água confiável: o fornecimento de águas envasadas, nessa ocasião, foi fundamental.

<sup>263</sup> Disponível em: < [https://issuu.com/revistamercadodeaguas/docs/revista\\_mercado\\_de\\_aguas\\_56](https://issuu.com/revistamercadodeaguas/docs/revista_mercado_de_aguas_56) >. Acesso em: jan. 2019.

<sup>264</sup> A Organização das Nações Unidas para Alimento e Agricultura (FAO), observa a possibilidade de que “até 2025, 1.800 milhões de pessoas estarão vivendo em países e regiões com “absoluta” escassez hídrica (<500 m<sup>3</sup> por ano per capita), e 2/3 da população mundial poderá estar sob condições de “estresse” (entre 500 e 1000 m<sup>3</sup> por ano per capita) [tradução direta minha]”. Disponível no site oficial da FAO: < <http://www.fao.org/land-water/water/water-scarcity/en/> > Acesso em: abr. 2017.

<sup>265</sup> Revista mercado de águas, ano 15, edição 59, 2015. Disponível em: <[https://issuu.com/revistamercadodeaguas/docs/rev\\_mercado\\_de\\_aguas\\_ed\\_59](https://issuu.com/revistamercadodeaguas/docs/rev_mercado_de_aguas_ed_59)>. Acesso em: abr. 2017.

O Brasil pode ser mesmo considerado um país abençoado. Por aqui não temos tsunamis, terremotos, atentados e outras tantas mazelas que assolam tantas partes do mundo. A atual crise econômica não está afetando apenas o nosso país, ela está obrigando governos, pessoas e empresários a fazerem ajustes, *o que é natural* [...] [N]o segmento de água mineral, vivemos um momento positivo, principalmente em São Paulo, pois a crise hídrica contribuiu para o aumento do consumo nos últimos meses [grifo meu].

Se a crise econômica é motivo de preocupação e a crise hídrica de comemoração, isto parece ser parte de um fenômeno que não é uma anomalia no clima de otimismo que incentiva os mercadores a navegarem no competitivo mundo dos negócios sem o atrito das mazelas. É como se estivesse em funcionamento um mundo outro, regulado pela Segunda Natureza, bem protegida e azeitada pela Economia: e como óleo e água, a Segunda Natureza paira silenciosa sobre os agonismos, agitações e barulhos cá de baixo.

Em uma audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração<sup>266</sup>, o presidente da ABINAM expôs que a tributação sobre refrigerantes e bebidas açucaradas, “que causam danos à saúde”, é inferior a atribuída às águas minerais. “Nós não somos bebidas frias, nós somos alimentos”, ele ressaltou. E aquelas águas doces, mas não adocicadas, e outrora remédios, passariam também à condição de alimentos, embora ainda minério: “a água mineral é um bem mineral como o ouro e o diamante, embora apresente característica renovável, ao contrário dos demais”, explicava, ainda na ocasião da audiência, o presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) – e o fazia já preocupado com o potencial de crescimento do setor, ali encarpelado por um emaranhado de burocracias legais. Pois o potencial brasileiro seria, para o presidente do núcleo Bahia da ABAS, “um grande desconhecido”. E basta que as burocracias cedam espaço, e “os aquíferos da Amazônia vão ter nome, e vão ser os maiores do mundo”.

E continua-se pensando como um modernizador. Persevera a noção de que estamos diante de dois mundos desconectados: o mundo do Mercado e o mundo que nós habitamos: a segunda Natureza e a Terra: de um lado, o frio ambiente da contabilidade preocupada com as projeções do crescimento econômico, do outro, as projeções cada vez mais preocupantes com a temperatura de um clima que se aquece em velocidade acrescida<sup>267</sup> e evapora as esperanças

---

> acesso em: jan. 2019.

<sup>266</sup> Já citada na nota de rodapé número 238, da página 158 da tese. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/16/tributacao-e-burocracia-prejudicam-producao-de-agua-mineral-dizem-representantes-do-setor>>. Acesso em: out. 2017.

<sup>267</sup> Segundo a FAO, existe a suposição de que para cada 1°C de aumento na temperatura planetária, cerca de 7% da população mundial estará diante de um decréscimo de 20% - ou mais – dos recursos hídricos. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5604e.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

de que a economia poderá solucionar os problemas políticos desencadeados pelas sucessões de devastações ecológicas. E no caso das águas minerais, a permanência desse modo de pensar o funcionamento do mercado como uma Natureza autônoma favorece o aparecimento de conflitos territorializados<sup>268</sup>. É para isso o que atentam alguns grupos que, no Brasil, proliferam nos territórios onde as empresas de engarrafamento praticam a mineração das águas, e o sul de Minas Gerais exerce aí algum protagonismo: de um lado, o otimismo com a possibilidade de um crescimento exponencial, do outro, a exposição de que o fim das águas é possível<sup>269</sup>, e então, uma guerra entre mundos (Figura 21).

Figura 21 – Passeata no sul de Minas Gerais



Legenda: Passeata pelas águas no sul de Minas Gerais.  
Fonte: ONG Nova Cambuquira.

Em “Guerra dos Mundos”, Bruno Latour (2002, pp. 21-22) escreveu que os fatos não são mais a alternativa para silenciar a política, e os objetos, que antes eram considerados como exteriores ao reino social e político, se tornaram coisas novamente, pois misturados em assembleias, problemas, preocupações, dados e processos legais, para reter os exemplos enunciados pelo autor. Para ele, se anteriormente, ainda era possível acalmar as turbulentas paixões políticas a partir de uma sólida importação de fatos indisputáveis, a única

<sup>268</sup> Félix Guattari (2015, p. 63) atentou para a importância, no movimento ecologista, tanto para “os grupos de bairros [...]” quanto das forças políticas e organizacionais. Bruno Latour (2013), em entrevista ao jornal “El País”<sup>268</sup>, reforça esse argumento, quando diz que muitos movimentos com motivações ecologistas “têm mostrado [...] grande energia nas questões locais”. E, no ano seguinte, (LATOURE, 2014a, p. 18) notou: “a política ganha gravidade quando tem um território a defender”. Daí que, no sul de Minas Gerais, como se verá adiante, as reivindicações trarão, junto com as águas, as cidades e os parques (e os corpos dos cidadãos).

<sup>269</sup> Félix Guattari (2015a [1999; 1992], p. 76) também observou que “todo o mundo da ideologia, ou dos meios de comunicação, nos faz mergulhar em uma ilusão de eternidade e ao mesmo tempo de irresponsabilidade. Se estamos em um mundo eterno, não há mais do que se deixar levar pelas coisas, não teremos que intervir. Se pelo contrário temos o sentimento dessa finitude, então o problema resulta novamente colocado [Tradução direta minha]”. E aí o problema que será analisado na parte seguinte da tese.

possibilidade, nos dias atuais, parece ser acrescentar à turbulência passional a turbulência gerada pelas disputadas “questões de interesse”, onde “ninguém quer ser apenas tolerado” (id.). A filósofa Déborah Danowski e o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2014, pp. 116; 118) realizaram uma reflexão sobre o estágio de guerra declarado por Latour. A leitura destes sobre os esforços daquele em denunciar o “desmoronamento histórico objetivo da distinção fundadora da modernidade, aquela da natureza e política” e, mais recentemente, em apontar o “colapso ambiental planetário como ao mesmo tempo o resultado mais real e a prova mais eloquente da irreabilidade de tal distinção [natureza e política]”, coloca os polos “humanidade” e “mundo” como uma figura de apenas um lado: “a humanidade não está do outro lado do ser, ela não é o inverso ou o negativo do mundo, assim como o mundo não é o contexto (o ambiente) de um Sujeito que o contra-define como Objeto”, e “é exatamente por essa razão que é preciso reconhecer que estamos numa guerra”. E o que se coloca “em disputa na controvérsia ambiental são posições onde os autores estão politicamente implicados, onde alguns têm tudo a perder e outros muito a ganhar”. E aí, nessas zonas críticas onde os mundos se encontram, está o desafio da cosmopolítica.

#### 4 COSMOPOLÍTICA

Difícilmente, um espaço de decisão política não reúne controvérsias. Diria Platão (2014, pp. 205 – 207), na voz de Sócrates endereçada à Górgias<sup>270</sup>:

Creio que também tu, Górgias, és experiente em inúmeras discussões e já observaste nelas o seguinte: não é fácil que os homens consigam encerrar seus encontros depois de terem definido entre si o assunto a respeito do qual intentam dialogar, aprendendo e insinuando mutuamente; pelo contrário, se houver *controvérsia* em algum ponto e um deles disser que o outro não diz de forma correta ou clara, eles se enfurecem e presumem que um discute com o outro por malevolência, almejando antes a vitória do que investigar o que se propuseram a discutir [grifo meu] [457 c – d].

Se tomarmos o rétor, e assim entende o seu apreciador Górgias, como aquele que exerce a arte dos discursos que dizem respeito “às melhores e às mais importantes coisas humanas” [451d], e que tem por poder a capacidade persuasiva - “em toda e qualquer reunião que seja uma reunião política [...] tens o poder de falar e persuadir a multidão” [452e] -, então podemos concluir, como o fez Sócrates, que a retórica “é artífice da persuasão, e todo seu exercício e cerne convergem a esse fim” [453a] (PLATÃO, 2015, p. 187; 191). A retórica seria, portanto, nesta concepção, uma arte cujo fim é a persuasão dos partícipes de uma reunião pública, mais precisamente nos tribunais e nas aglomerações, situações que, lembramos Bruno Latour (2001, p. 273), eram essenciais à vida ateniense. Arte aquela, a retórica, que poderia, para o terror dos aristocratas, agir nas diversas ocasiões em que seria necessário decidir sobre como aconselhar a cidade. Dizia Górgias à Sócrates: “[...] são os rétores os que aconselham e fazem prevalecer suas deliberações sobre o assunto” [456a]; e, para Górgias, através da retórica, “todos os poderes, por assim dizer, ela os mantém sob sua égide” [456b] (PLATÃO, 2014, p. 201).

Assim, diz Górgias (*ibid.*, pp. 203 - 205), se um médico e um rétor encaminham-se para uma cidade qualquer e, por acaso, nesta cidade, na ocasião de uma reunião, fosse requerida uma disputa entre ambos, mediante o discurso, para decidir quem seria eleito o médico, o seria aquele que detivesse a capacidade falar, a saber, o rétor: “E se disputasse com qualquer outro artífice, o rétor, ao invés de qualquer um deles, persuadiria as pessoas a elegerem-no” [456c]; isto porque, “não há nada sobre o que o rétor seja mais persuasivo do que qualquer outro artífice em meio à multidão” [456c]. E, por isto, o rétor não deve “furtar a

<sup>270</sup> Não há nessa frase a aventura de um capricho desnecessário, mas a indicação de que “os personagens conceituais não são personificações míticas [...] não é o Sócrates da história que está em Platão [...] é Platão quem começou: ele se torna Sócrates, ao mesmo tempo em que faz Sócrates tornar-se filósofo” (DELEUZE e GUATTARI, 2013, p. 44).

reputação dos médicos – pois seria capaz de fazê-lo – nem a de qualquer outro artífice, mas usar a retórica de forma justa” [457b]. Percebe-se, aqui, a potência da retórica contida pela noção de justiça, para que não ultrapasse o saber dos artífices.

É também aqui que esta introdução começa a fusionar com aquela que introduz as conclusões de Bruno Latour em “esperança de Pandora” (2001, p. 276):

SOC: Dizias há pouco, pois, que também a respeito da saúde o rétor será mais persuasivo que o médico.

GOR: Dizes a verdade.

SOC: Se ele for, então, mais persuasivo que o médico, ele se torna mais persuasivo do que aquele que tem conhecimento?

GOR: Absolutamente.

SOC: Mesmo não sendo médico, não é?

GOR: Sim.

SOC: Quem não é médico certamente não tem o conhecimento que o médico tem.

GOR: É evidente.

SOC: Portanto, o ignorante será mais persuasivo do que o conhecedor em meio a ignorantes, quando o rétor for mais persuasivo que o médico. É isso que acontece, não?

GOR: É isso o que acontece em tais circunstâncias.

SOC: Assim, no tocante a todas as demais artes, o rétor e a retórica se encontram na mesma condição: a retórica não deve conhecer como as coisas são em si mesmas, mas descobrir algum mecanismo persuasivo de modo a parecer, aos ignorantes, conhecer mais do que aquele que tem conhecimento [459a – c]<sup>271</sup>.

Mas uma reunião pública, bem se sabe, não é composta apenas por peritos e também não interessa apenas a estes. Fácil seria – e também não poderia ser tão mais distante da política – se a multidão fosse tomada pelo que Sócrates descreveu, em diálogo com Polo (PLATÃO, 2014, p. 231), como “crianças ou homens igualmente ignorantes como crianças” [464e]<sup>272</sup>. Mas, nos alerta Latour (2001, pp. 276 - 277), pouco talento é requerido para “deixar Sócrates embaraçado”. Isto porque a multidão ateniense não era composta por crianças mimadas, e na vida real, cada vez mais as coisas que ninguém “conhece como certas [...] a todos afetam” (id.). E aqui reside a importância, ignorada por Sócrates, daquela solução que

<sup>271</sup>Cf. Platão (2014, pp. 211 – 213).

<sup>272</sup> Paul Feyerabend (2016, pp. 131 – 133) disserta sobre a baixa popularidade, pois distanciamento, da filosofia platônica para com a vida pública da Grécia antiga, se comparada à tragédia. Baseando-se em textos exatos e datados (p.ex. o *Eutifron*) - e, portanto, não se referindo à obra inteira de Platão -, Feyerabend (2016, p. 132) diz que, para Platão, os deuses consideram “a ideia de bem, e por isso não pode haver uma contradição trágica” (id.); e com isso, para Feyerabend, “Platão quer que a tragédia seja substituída por uma ideia de bem e mal que permita se afastar do que é mal e não carregue consigo esse conflito trágico” (id.). E então conclui: “de um lado temos a antiga tragédia, que contém ambas possibilidades. Do outro, temos uma concepção de vida mais restrita e menos complexa, proposta não ao público geral das tragédias, mas a uma pequena elite de filósofos” (id.). Assim, para Feyerabend (2016, pp. 32 – 33) – e esta é uma afirmação passível de revisão, ainda que, à sua maneira, se relaciona bastante com a frase que gerou a presente nota - “a filosofia tinha pouco efeito sobre os cidadãos em Atenas [...] as pessoas sabiam que Platão existia, mas suas ideias só eram bem conhecidas por uma pequena elite”. Portanto, segue Feyerabend (ibid., p. 133), “A tragédia apresentava uma concepção mais rica da vida do que apresentava a filosofia de Platão. Essa concepção mais rica era acessível para mais pessoas [...] e elas conseguiam compreendê-la [...] Em comparação com a tragédia, a filosofia se mostra totalmente árida e elitista, incluindo a filosofia do divino Platão”.

os “não-peritos tinham em mãos - a saber, escutar na ágora tanto o cozinheiro *como* o médico a longo prazo antes de correr o *risco* de tomar juntos uma decisão que terá consequências legais” (id.).

Bruno Latour (2001, pp. 296 – 304), em sua perigosa empreitada de investigar a caixa de Pandora, identificou que na medida em que uma má política originou-se no sequestro de uma forma especializada de razão, também se originou uma má ciência. Originou-se uma Ciência que não tinha por outra função senão aquela de “oferecer um substituto para a discussão pública”. Tratou-se, pois, de “uma arma política para abolir as coações da política” (LATOURE, 2001, p. 296).

E se agora, um número crescente de entidades não-humanas participa dos debates na ágora, é necessário pensar nos meios para a *composição progressiva da vida coletiva*, o que Latour (2012, p. 68) definiu como política. Por isso, Isabelle Stengers (2002, p. 184) referiu-se como “ressonâncias proféticas” (STENGERS, 2002, p. 184) as evocações de Latour (1994) sobre o “parlamento das coisas”, que convoca o princípio da multiplicidade, onde “todo novo representante se soma aos demais”<sup>273</sup> (id.).

Bruno Latour (2016, p. 159) observou que não procuramos mais distinguir a ciência e a política, mas as “distinções entre composições de mundos”. Logo, segundo o autor, não se trata de definir o Universo para que, após essa definição, seja possível extrair as regras de ação, mas de “forçar cada parte a *explicitar* o seu – ou os seus – cosmos. É daí que vem a expressão multiverso [grifo dele]” (LATOURE, 2016, p. 160). E aí começa a se observar uma sobreposição de cosmogramas que, como sugere o autor, “devemos aprender a descrever e a tornar públicos”. Trata-se de descrever “mundos diversos, agenciamentos, repartições, entre o que é aceitável e o que é inaceitável, o que é compatível e o que é incompatível”, que, em síntese, diferenciam os bons agenciamentos daqueles agenciamentos que se negam a “explicitar o cosmograma [...] que se negam a ter que compor” (LATOURE, 2016, p. 161).

E será através dessas descrições que entraremos no terreno da cosmopolítica. A questão da cosmopolítica consiste em encontrar o meio que permita a reunião dos portavozes, para que sejam compartilhadas as incertezas sobre as qualidades de suas representações: cuida-se de adotar o parlamento como um mito constitucional que “existe pela multiplicidade das redes de controvérsias que agregam partes interessadas em torno de

---

<sup>273</sup> Apenas quando o múltiplo é tratado como substantivo, i.e., multiplicidade, deixa de possuir relação com o uno como sujeito ou objeto. Uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, apenas determinações que não podem crescer sem que mude de natureza (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 23).

questões diversas”(LATOUR em entrevista à DIAS *et. al.*, 2014, p. 505). A palavra cosmopolítica designa, portanto, um “jogo de poderes e de contrapoderes [...] que ainda se deve inventar para que não exista mais política alguma que não leve em consideração o cosmos e que não haja nenhum cosmos que não possa penetrar os terrenos políticos” (LATOUR, 2016, p. 162): criar condições para que não haja política que não escute quem fala com as águas minerais no circuito das águas do sul de Minas Gerais.

#### 4.1 Zonas Críticas no Circuito das Águas

Se as cidades do sul de Minas Gerais nasceram das águas, é de se pensar que os corpos dos moradores foram afetados pela surgência<sup>274</sup> das águas minerais. Lá, a cada visita aos Parques, os moradores vão se tornando línguas, narizes, olhos e pele: vão criando corpos que aprenderam a ser afetados desde as primeiras lembranças do contato com as águas que vertem sabores, odores, cores, frios e calores<sup>275</sup>. E esta é uma primeira característica que devemos notar, que será resgatada adiante.

Mas se os corpos se tornam sensíveis às entidades das águas, os aparatos técnicos traduzem outra sensibilidade na forma dos enunciados científicos. Desde 1999, um estudo da Companhia de Produção Mineral (BAETO et. al., 1999) seguia como o mais importante registro sobre os parques hidrominerais da região, até que, no final de 2018, o projeto SIGA (PEDROSA-SOARES et. al., 2018, pp. 453 - 471) aprofundou as análises, e com o incremento de novas técnicas e métodos chegou a resultados inéditos se comparados àqueles anteriormente propostos pela CPRM, a saber:

- i) As águas estudadas no sul de Minas Gerais (Caxambu, Cambuquira, Lambari e Águas de Contendas) representam aquíferos antigos (com milhares a dezenas de milhares de anos) e profundos (com dezenas até centenas de metros), correspondendo a paleoáguas (águas de chuvas pretéritas) com longos tempos de trânsito;
- ii) as datações das águas minerais pelo método Carbono-14 revelaram idades aparentes que ultrapassam 43.500 anos, situando-se majoritariamente acima de 25.000 anos;
- iii) portanto, as águas minerais da região são classificadas como subterrâneas antigas (old groundwaters);

---

<sup>274</sup> Entende-se por “surgência”, de acordo com a Portaria nº 374/09 do DNPM, o “local de descarga natural de um aquífero na superfície do terreno”. Disponível em: < <http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-no-374-em-01-10-2009-do-diretor-geral-do-dnpm/view> >. Acesso em: abr. 2017.

<sup>275</sup> Para falar do corpo, Bruno Latour (2004b) começa a sua reflexão partindo do exemplo das pessoas que têm os narizes treinados para distinguir diferentes fragrâncias na indústria de perfumes. Após treinados, tornam-se, no jargão daquele setor, “narizes” (LATOURE, 2004b, p. 40). Se é possível se tornar um nariz (LATOURE, 2004b, pp. 40 - 42), é por que se aprende a ser afetado para distinguir os odores em um amplo leque de fragrâncias. No Parque das águas, é possível se tornar um “nariz”, mas também “língua”, a partir da agência com as entidades gustativas: as papilas e as substâncias químicas das águas. É preciso levar isso a sério, pois, como se verá, a precaução acerca de uma possível superexploração em São Lourenço se expressou também no sabor daqueles que estavam treinados para sentir as sutis diferenças que a ausência de estudos técnicos não pôde captar. Se podemos resumir: ao adquirir um corpo, fabrica-se territórios de sensibilidades.

- iv) as águas dos parques incorporaram a sua mineralização em função de longos tempos de residência nos aquíferos profundos, em condições de contato duradoras entre água e rocha. As águas de Caxambu possuem assinaturas isotópicas de heranças locais, enquanto as demais possuem heranças isotópicas distintas, de rochas regionais;
- v) logo, a circulação das águas excede os limites das sub-bacias dos parques;
- vi) e os fatores geológicos locais podem alterar a mineralização das águas, como é o caso de Caxambu, cujas assinaturas refletem as rochas alcalinas que afloram no morro do parque;
- vii) os dados evidenciam que não ocorrem misturas significativas entre as águas minerais e as águas rasas e/ou superficiais, com exceção de algumas amostras com indícios de contaminação por afluentes antrópicos (nitrato mais elevado);
- viii) os fluxos profundos de águas minerais conseguem se manter regulares e isolados de influência dos aquíferos rasos e das águas superficiais. Logo, a situação ímpar dos aquíferos profundos que alimentam os parques hidrominerais é um fator condicionante ao uso, extração e preservação das águas minerais;
- ix) a distribuição espacial das surgências das águas minerais ao longo da bacia do rio Verde sugere que a Serra da Mantiqueira, onde se situam as cabeceiras, tem sido uma longa área de recarga de águas. Estas têm se infiltrado nos aquíferos desde milhares de anos, formando longos fluxos regionais de águas profundas com um vasto tempo de trânsito no substrato da bacia;
- x) cujo corolário permite inferir que a grande concentração de fontes de água mineral existentes na bacia do rio Verde implica a ocorrência de um substrato com características geológicas, que associado com fatores geomorfológicos e topográficos, condicionam e permitem a ascensão e surgência das águas minerais com características específicas;
- xi) e a determinação precisa dessas características e fatores que permitem a surgência podem ter implicações ambientais e econômicas para as águas minerais;
- xii) as águas de chuva que teriam se infiltrado pela encosta setentrional da Serra da Mantiqueira, há milhares de anos, migraram para o norte até que surgissem no que hoje são os parques das cidades. E no decorrer do seu trânsito subterrâneo, as águas percolaram por fraturas de rochas metamórficas de alto grau, o que provocou a liberação de CO<sub>2</sub> de inclusões fluidas e reações dos compostos de carbono contidos nas estruturas;

- xiii) os aquíferos rasos estão sob a influência da sazonalidade climática e da contaminação. Por isso, a conservação das áreas no entorno das fontes e parques, das sub-bacias e dos aquíferos rasos é fundamental para que se evite o estabelecimento de conexões com os aquíferos profundos - onde estão as águas minerais;
- xiv) as águas superficiais recebem o lançamento de efluentes sanitários dos municípios, seja *in natura* ou após o tratamento (caso específico do município de Caxambu, onde o esgoto é coletado);
- xv) e em grande parte dos cursos de água se observou a ausência de vegetação ripária ao longo das áreas de drenagem, facilitando os processos de assoreamento;
- xvi) assim, as águas superficiais podem eventualmente se conectar com as estruturas e zonas de captação das águas minerais e contaminá-las.

Considerados os resultados obtidos, o SIGA (PEDROSA-SOARES et. al., 2018) recomendou:

- I) a continuidade dos estudos, ampliados para uma escala regional;
- II) a gestão socioambiental conjunta entre prefeituras, órgãos ambientais, comitês de bacia, ONGs e comunidades;
- III) o melhor conhecimento das dimensões e arquiteturas dos paleoaquíferos que abrigam as águas minerais, como as suas zonas de recarga, de circulação e de descarga na bacia do rio Verde;
- IV) a realização de análises hidroquímicas das águas minerais, de outras águas subterrâneas e das águas superficiais da bacia do rio Verde, para contribuir no monitoramento e na prevenção de contaminações das águas das estâncias hidrominerais do sul de Minas Gerais;
- V) para os Parques de Caxambu e Cambuquira recomendou-se a realização de monitoramentos hidroquímicos, isotópicos e bacteriológicos nas fontes de águas minerais; o monitoramento periódico das cargas hidráulicas das fontes e a análise comparativa com a pluviometria ao longo de todo ano hidrológico; o monitoramento periódico das vazões das fontes e a comparação com a pluviometria do ano hidrológico;
- VI) e para os municípios de Caxambu e Cambuquira recomendou-se a Proteção dos aquíferos rasos para evitar uma eventual contaminação dos paleoaquíferos.

Só podia acontecer ali. As águas adquirem características específicas pelo íntimo contato com um substrato geológico dotado de aspectos extraordinários. É como se os

minerais se desterritorializassem das rochas e se reterritorializassem nas águas: águas minerais. Mas águas minerais que vertem diferenças.

E para convocar o argumento inaugural desta seção, vai aí um pequeno testemunho. Impressionou-me muito que, no circuito das águas, os habitantes, desde a infância, são afetados pelas entidades que habitam as águas minerais. Retomemos, com brevidade, o exemplo do teor de ferro, que antes animou os anêmicos em romarias de cura, para emprestar algum sentido ao texto desta parte. As diferenças nesse teor, lá, são reconhecidas num único gole, quando as águas ferruginosas das outras cidades do circuito são degustadas pelos habitantes da região: o ato de bebericar as águas que vertem das fontes, uma repetição quase cotidiana nos parques das cidades, reforça o laço entre o corpo e a água, cria um território. Um território existencial que afirma, desde a língua, as diferenças entre as águas do circuito. Se, para os moradores, cada água ferruginosa do circuito tem em comum o fato de serem diferentes, pode-se dizer que a alteridade ganha aspereza na repetição ritmada dos goles<sup>276</sup>. O que leva à uma conclusão claudicante, mas não por isso absurda: o que há em comum no sul de Minas Gerais são as diferenças nas características das suas águas minerais, sejam elas acusadas pelos instrumentos científicos, sejam elas transmitidas pelos corpos adquiridos dos habitantes.

E reconhecendo essas idiosincrasias, ao falar do circuito das águas, é como se estivéssemos nos referindo a uma camada permeável próxima da superfície da Terra, que vai da atmosfera até o fundo do lençol freático. Uma camada limite, mas em constante metamorfose, onde rocha, solo, água, ar e organismos vivos estão interagindo. Essas interações complexas regulam o habitat e determinam a disponibilidade de recursos que sustentam a vida, incluindo aí a produção de alimentos e a qualidade da água. E esta é precisamente a descrição que um grupo de pesquisadores tem utilizado para definir o que entendem por “zona crítica”<sup>277</sup>.

---

<sup>276</sup>Até aqui, alguém notará, com razão, a influência do platô acerca do ritornelo, de Deleuze e Guattari (1997). Segue o trecho que acusa a influência: “O território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos [...] A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo [...] O fator T, fator territorializante, deve ser buscado em outro lugar: precisamente no devir-expressivo do ritmo ou da melodia, isto é, na emergência de qualidades próprias (cor, odor, som, silhueta) [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

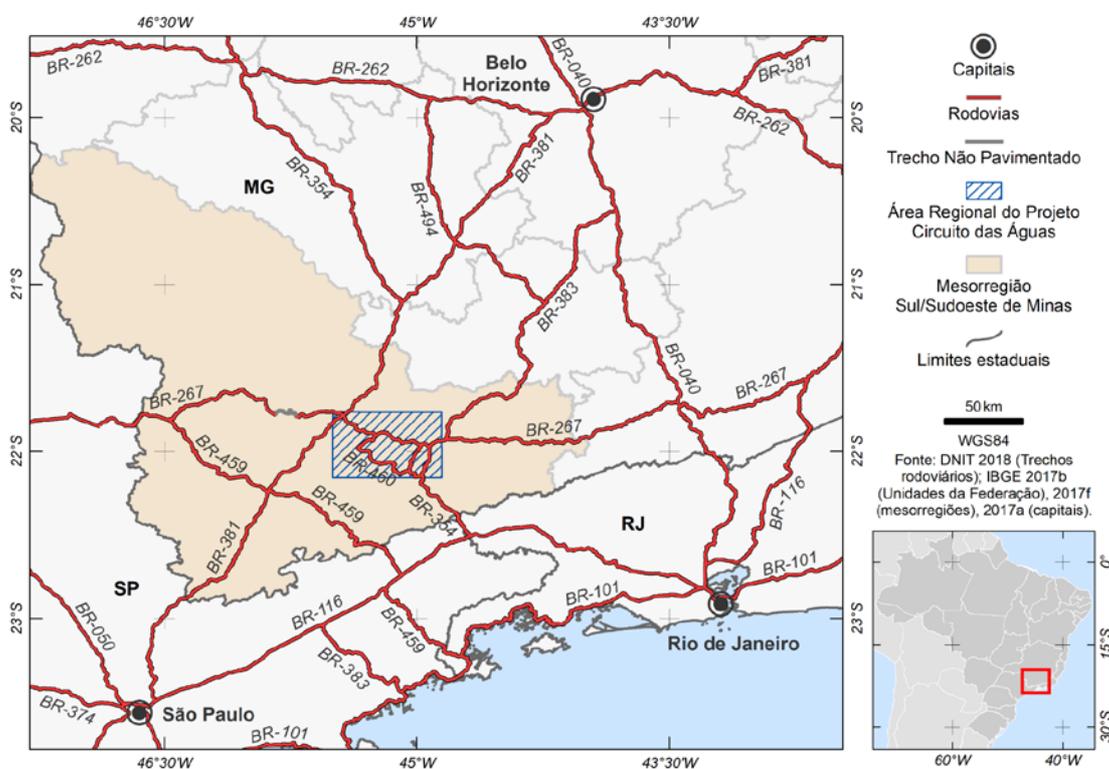
<sup>277</sup> Definição retirada daquela expressa no site oficial do observatório de Zonas Críticas, a saber: “Earth’s permeable near-surface layer... from the tops of the trees to the bottom of the groundwater. It is a living, breathing, constantly evolving boundary layer where rock, soil, water, air, and living organisms interact. These complex interactions regulate the natural habitat and determine the availability of life-sustaining resources, including our food production and water quality.” Disponível em: < <http://criticalzone.org/national/research/the-critical-zone-1national/> > Acesso em: fev. 2019. Uma definição semelhante, porém mais detalhada, pode ser encontrada no trabalho de Brantley *et al.* (2007). Esses autores definem a zona crítica como o sistema dos

Bruno Latour (2014c, p. 2) esmerilha um pouco mais a noção de "zona crítica". Para ele, esta zona significa um ponto no envelope da biosfera que se estende verticalmente, do topo da baixa atmosfera até as chamadas de rochas estéreis, e horizontalmente, até aonde for possível obter dados confiáveis sobre os vários fluxos de ingredientes fluindo para um local determinado. E os "ingredientes" não são apenas os elementos físicos ou químicos, mas também a "legislação", as "práticas agrícolas" e as "posses de terra", juntos com, por exemplo, a quantidade de "nitratos" que podem atuar nos fenômenos de contaminação das águas. A zona crítica, para Latour (id.), redistribui os fluxos e os ciclos das muitas entidades que circulam em um local de estudo a um tal ponto, que o agente humano se diversifica e passa a agir de muitas maneiras diferentes. E ao adotar essa noção, se recuperará, na análise dos estudos empreendidos em uma determinada região, os múltiplos traçadores das agências heterogêneas misturadas em uma combinação amplamente diferente. Literalmente, e para continuar com Bruno Latour (2014c), a zona crítica envolve todos os seus habitantes em uma história narrativa de crise, conflitos e transformações. E penso estar aí justificada a intenção de olhar para o circuito das águas (Figura 22) como uma extensão territorial povoada de zonas críticas, das quais se destacam as controvérsias envolvendo as águas minerais nos municípios de São Lourenço, Caxambu e Cambuquira.

---

processos químicos, biológicos, físicos e geológicos operando juntos para manter a vida na superfície de uma camada que se estende desde a vegetação até os níveis mais baixos de água subterrânea. E para melhor conhecer essas zonas, esses pesquisadores incentivam a colaboração de cientistas de diferentes disciplinas (por meio do uso de ferramentas analíticas computadorizadas e abordagens interdisciplinares inovadoras que alimentariam o crescimento das redes entre as pessoas e os lugares). Para resumir, os autores pontuam que a zona crítica é uma mistura complexa de "ar, água, biota, matéria orgânica e materiais Terrestres", e através dessa zona, os processos químicos originados, tanto de forma abiótica, quanto catalisados por organismos, produzem nutrientes e energia para a sustentação dos ecossistemas na Terra. Portanto, os diferentes gradientes de interação entre esses elementos permitem caracterizar a zona crítica como capaz de nutrir a vida e de responder à presença dessa vida mesma (BRANTLEY et. al., 2007); i.e., afetar e ser afetada por ela.

Figura 22 – Circuito das águas do sul de Minas Gerais



Região do Circuito das Águas do sul de Minas Gerais e principais vias de acesso.  
Fonte: SIGA (2018, p. 7).

São dois os grandes momentos envolvendo grupos de moradores, empresas e as águas minerais no sul de Minas Gerais; um já arrefecido e o outro exibindo os fortes sinais da ebulição provocada pela fricção dos acontecimentos: um no município de São Lourenço, envolvendo a empresa Nestlé, e outro abrangendo os municípios de Caxambu, Cambuquira e a empresa detentora dos direitos de concessão de lavra das águas minerais desses municípios, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, atual Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (antiga CODEMIG, atual CODEMGE)<sup>278</sup>.

Para entendê-los melhor, imaginemos a existência de um fluxo de água mineral em vias de engarrafamento. Pode parecer óbvio, mas para que o objeto “garrafa de água mineral” exista, é preciso um fluxo de água. Há, decerto, uma interrupção nesse fluxo operada por um maquinário que se liga a uma indústria. Contudo, se muitas garrafas fluem das máquinas fabris, pode ocorrer de o fluxo das águas ser uma promessa impossível à realização do desejo de produção da indústria. Isto é, para suprir a ânsia de engarrafamento da indústria, pode ser

<sup>278</sup>A nota da CODEMIG, em 02/03/2018, sobre a cisão e criação da CODEMGE pode ser encontrada em: < <http://www.codemig.com.br/nota-codemig-codemge/> >. Acesso em: mar. 2018. Como a descrição dessa contenda ocorreu em grande parte no período em que a empresa ainda era grafada como CODEMIG, manterei essa grafia na tese.

preciso acelerar o fluxo das águas. E se o fluxo das águas não for compatível com a saciedade da máquina de engarrafamento, se estará aí diante de um estresse hídrico. Mas já vimos que os fluxos das águas minerais do sul de Minas Gerais não são apenas interferidos por fontes inspiradas no modelo europeu, ou por máquinas de engarrafamento cuja ontogênese remete ao casamento da medicina com a química, mas também por corpos que aprenderam a interpretá-los em termos de uma sensibilidade refinada<sup>279</sup>. E para estas interpretações, o estresse hídrico provocado pela aceleração do fluxo das águas através das máquinas de engarrafamento não é uma opção. É assim que se pode dizer que uma garrafa de água mineral, para existir, deve resistir às objeções que lhe são impostas<sup>280</sup>: se, por um lado, é preciso haver condições para o seu aparecimento, por outro, há forças que lhes estabelecem limites, ou contribuem para a sua dissolução.

Como já se viu, a proliferação das garrafas de águas minerais tem uma origem tão confusa quanto eram os componentes dessas águas investigadas pelos químicos e recomendadas pelos médicos crenólogos. E com os laboratórios tomando o lugar das fontes na fabricação de medicamentos para as doenças, as águas minerais perderam a credibilidade de um remédio extraído diretamente da Natureza. Contudo, as garrafas de águas minerais não acompanharam a derrocada da hidroterapia, mas aliaram-se ao surto de industrialização experimentado no país. E uma legislação correlata favoreceu o estabelecimento de uma indústria de engarrafamento, o que fora agudizado com o encanto da globalização, fornecendo as bases para o estabelecimento de um mercado de águas engarrafadas, onde as empresas nacionais e multinacionais passariam a disputar as águas e os consumidores na arena da

---

<sup>279</sup> A noção de ontogênese é aqui muito rapidamente empregada. A intenção é sinalizar para a existência, na interface máquina, como atentou Félix Guattari (2015b, [1991] pp.89, 90), de uma relação consigo e com a alteridade: “há, na technè, elementos ontogenéticos [...] relações sociais que sustentam ditas tecnologias, um capital de conhecimento, relações econômicas e, gradualmente, toda uma série de interfaces no seio das quais se insere o objeto técnico [...] o entorno da máquina forma parte de agenciamentos maquínicos [...] a essência da máquina está ligada aos procedimentos que desterritorializam seus elementos, seu funcionamento, suas relações de alteridade. Se falará de uma relação de ontogenia da máquina técnica, que a faz se abrir para o exterior” [tradução minha].

<sup>280</sup> Há aqui a presença oculta de Isabelle Stengers (in: DIAS et. al., 2016, p. 159), que na ocasião de uma entrevista disse: “um objeto deve resistir às objeções”. Isabelle Stengers se referia às objeções levantadas entre cientistas quando da realização de um trabalho coletivo. Ela atentou (ibid. p., 163) que no momento em que as objeções científicas deixam o laboratório, “elas têm que se deparar com todas as objeções relevantes”; assim, a capacidade das criações dos cientistas “tem de resistir à objeção que constitui a própria racionalidade tão adorada por eles”. Devem, portanto, “aceitar [as] objeções de todas as pessoas afetadas pela a inovação que produzirem em laboratório”. Fenômeno que a Química-Filósofa denomina como a “desaceleração da ciência”, ou seja, “cientistas interessados no mundo onde essas consequências irão ocorrer”. Aqui, tomei de empréstimo a frase de Stengers, mas para modificá-la e utilizá-la em outra situação, mas não sem reconhecer a coerência argumentativa da autora, destacadas em aspas, que, à sua maneira, se aplica ao caso das garrafas de água mineral produzidas industrialmente.

Segunda Natureza. Mas, e também já o vimos, se o que se persegue é a purificação inviolada, o que se gera são hibridações, recorrentemente, inesperadas.

Em entrevista concedida aos antropólogos brasileiros Renato Sztutman e Stelio Marras, em 2004, na cidade de Paris<sup>281</sup>, quando perguntado sobre a noção de hibridização empregada em suas reflexões, Bruno Latour reconheceu que a utilização do termo foi feita com a proposição de testá-lo, uma vez que trata-se, o “híbrido”, de um mundo inteiro da ciência genética. Contudo, a utilização desse termo, observa Latour (in: Sztutman e Marras, 2004, p. 406), traz a vantagem de que

quando você fala em garrafas de água mineral, por exemplo, você vai encontrar a legislação, os problemas de poluição e a água vai se por a diferir, a se complicar, deixando de estar situada como *matter of fact* [grifo meu].

O que se tem, portanto, incorporado em uma garrafa, não é apenas a água mineral, mas uma hibridação de questões científicas, jurídicas e políticas, cujos rastros encontram-se marcados nas curvas dos rótulos que envolvem os recipientes cilíndricos<sup>282</sup>. Assim, a garrafa

<sup>281</sup> Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf> >. acesso em: mar. 2017.

<sup>282</sup> Com o perdão de uma nota excessivamente longa, cumpre notar o que diz o Código de Águas Minerais, em seu Capítulo VI, Artigo 29: Art. 29. “Fica criado o rótulo padrão sujeito à aprovação do D.N.P.M., devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo: I. Nome da fonte. II. Natureza da água. III. Localidade. IV. Data e número da concessão. V. Nome do concessionário. VI. Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o D.N.P.M. VII. Volume do conteúdo. VIII. Carimbo com ano e mês de engarrafamento. § 1º As águas minerais carbogasosas naturais, quando engarrafadas, deverão declarar no rótulo, em local visível, “água mineral carbogasosa natural”. § 2º É obrigatória a notificação da adição de gás carbônico às águas engarrafadas, quando este não provenha da fonte; essas águas estão sujeitas às seguintes especificações, sem prejuízo das outras exigências constantes desta lei: I. As águas minerais deverão declarar no rótulo, em local visível, “Água Mineral gaseificada artificialmente”. II. As águas potáveis de mesa deverão declarar no rótulo, em local visível, “Água potável de mesa gaseificada artificialmente”. § 3º Nenhuma designação relativa às características ou propriedades terapêuticas das fontes poderá constar dos rótulos, a menos que seja autorizada pela Comissão Permanente de Crenologia. Art. 30. Os recipientes destinados ao engarrafamento da água para o consumo deverão ser de vidro transparente, de paredes internas lisas, fundo plano e ângulos internos arredondados, e com fêcho inviolável, resistente a choques, aprovados pelo D.N.P.M.” E as controvérsias geradas em decorrência dessas exigências. Se antes as águas eram vendidas como remédios engarrafados, ainda que industrialmente produzidas, mas com o selo científico atestado pelos médicos que as recomendavam, hoje, comercializá-las como remédios engarrafados não é cientificamente recomendável. E para que se tenha uma breve noção dessa complicação, basta observar alguns diálogos nas Reuniões da Comissão Permanente de Crenologia (CPC). Na primeira reunião da CPC, em 20 de abril de 2005, esse problema foi abordado pelo então presidente CPC, que manifestou, na ocasião, uma preocupação sobre a “condição ambígua da água mineral como alimento ou ação medicamentosa”, motivo pelo qual a CPC deveria recorrer à “experiência da ANVISA, pois o fator medicamentoso requer que se tenha grande cuidado na outorga”, e, naquele caso, o crivo da CPC seria determinante para a provação de tal atividade. Em resposta, a representante da ANVISA comunicou que o produto que “opte por ser classificado como tendo ação medicamentosa *deve ser comprovado cientificamente*” [grifo meu], como ocorre nos casos dos alimentos funcionais. Na ocasião da nona reunião, realizada em 16 de junho de 2007, em Brasília, que, no nome de sua representante, manifestou “posição contrária à indicação medicamentosa das águas minerais”. Posição que, cumpre lembrar, não se estendia aos balneários, mas apenas às águas engarrafadas. O sétimo ponto de pauta desta reunião, ocasião em que foram lidas as sugestões do presidente da CPC para classificar “químico-terapêuticamente as águas das estâncias hidrominerais para divulgar suas ações medicamentosas e para disciplinar e racionalizar seu uso” é particularmente interessante já que o presidente assinalou que o Código de Águas Minerais “trabalha com limites de determinadas substâncias indicados pelos médicos crenoterapeutas no passado”, e isto, em sua perspectiva, convida à duas possibilidades: ou se montaria uma “equipe de médicos

de água mineral deixa de ser um produto acabado e passa a ser entendida como um estado de coisas; um objeto composto, pois, resultado de uma composição<sup>283</sup>. E se a garrafa de água mineral resulta de uma composição, significa que a sua existência é discutida. E se a sua existência se torna discutida, permite-se, nesse estado de coisas, que a dor local crie o seu relato (SERRES, 2016, p. 76).

Resta entender quando esse relato começou a tomar forma no sul de Minas Gerais. No primeiro caso, de São Lourenço, há a inegável vantagem de uma análise em retrospectiva, o que oferece maior liberdade de movimentação para seguir as controvérsias que definiram o destino de uma garrafa de água mineral, e por ele começamos.

---

crenólogos que possam trazer para a CPC estas indicações terapêuticas”, ou seriam instituídos “procedimentos previstos na Lei que norteariam as pesquisas para comprovar a ação medicamentosa de determinada água”. A representante da ANVISA, então, expôs que o posicionamento da ANVISA era o mesmo daquele do Ministério da Saúde o qual enquadra as águas envasadas como “alimento e não como medicamento, portanto não se poderia consultar a Comissão de Medicamentos como sugerido”. O presidente da CPC ponderou, então, a necessidade de um “entendimento entre governo naquilo que seja razoável para se encontrar um denominador comum, que nos permita evoluir nos aspectos sócio-econômicos [sic] e medicamentosos”. A posição da ANVISA fora reforçada na décima reunião, realizada em 05 de setembro de 2007, como consta no quarto ponto de pauta: “o Ministério da Saúde – MS não considerando as águas minerais como medicamentosas, é contra a qualquer menção, nos rótulos de propriedades medicamentosas das águas envasadas”. De prontidão, o representante da Sociedade Brasileira de Termalismo (SBT) observou certa assimetria constitucional no parecer do Ministério da Saúde, uma vez que este datava de 1969, e o Código de Águas Minerais o precede, já que é de 1945, e neste último “foi consolidado no Brasil que as águas minerais tem [sic] propriedades medicamentosas, [e] que o MS [Ministério da Saúde] revise esse parecer”. Também fora questionado, tal parecer, pelo representante da ABINAM, que “propôs [...] a discussão conjunta entre as partes interessadas e informou [trata-se de um texto datilografado] que na Itália os rótulos contêm informações sobre as propriedades crenoterápicas das águas”, ao que complementou outra representante da ABINAM: “se for comprovado que a água tem a concentração e propriedades adequadas [,] o código não é contra a menção das propriedades medicamentosas”. O Brasil, na manifestação do representante da SBT, deveria pôr-se “no resgate da qualidade de vida com uso de seus recursos naturais sendo a água um dos mais importantes”, e concluiu: “o Código de Águas Minerais já detectava que determinadas águas produziam efeitos no corpo humano e não se pode apagar isso na modernidade”, e se deveria, pois, “incentivar as estâncias [hidro]minerais brasileiras e não se quebrar uma tradição e retroagir”. O representante do DNPM mencionou, sob argumento Legal, que “a designação relativa às características ou propriedades terapêuticas das fontes não poderá constar nos rótulos a não ser quando autorizado pela Comissão Permanente de Crenologia”. Foi então que a questão se encaminhou para a qualificação daquele apto à atestar tais condições: “existe a especialidade de médico crenólogo no Conselho Regional e Federal de Medicina?”, questionou a representante do laboratório oficial de Análises das águas minerais comercializadas no Brasil (LAMIN), para quem foi explicado que não havia a especialização, o que não impedia o registro no referido Conselho “mediante a apresentação de diploma”. Outro representante do DNPM, então, observou que “a questão remete à necessidade de atestar a capacidade do profissional que deverá se responsabilizar pela classificação da água”, e que a CPC teria um papel determinante nesse problema, já que compatibilizaria os fatores técnicos e jurídicos, estes últimos aqueles que mais foram mobilizados pela SBT e ABINAM quando dos questionamentos do parecer da ANVISA. Por fim, a representante desta última, convidada a se manifestar, concluiu que os balneários não eram de competência da ANVISA - ao contrário da água mineral engarrafada - e que aquele “parecer” tinha por motivo “subsidiar instruções das alegações medicamentosas e terapêuticas para as estâncias hidrominerais”.

<sup>283</sup> A noção de “composição” tomada em seu sentido amplo, como coloca Latour em entrevista (in: DIAS *et. al.*, 2014, p. 504), a saber: “o de compromisso, o de conflito, o de hibridação, o de gambiarra [...]”.

## 4.2 Tempestade em uma garrafa d'água<sup>284</sup>

No ano de 1998, um estudo foi realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (BAETO et. al., 1999)<sup>285</sup>, com os objetivos de “subsidiar o planejamento e o gerenciamento racional dos recursos naturais em harmonia com a legislação ambiental”; produzir conhecimento básico sobre as fontes hidrominerais de forma a permitir a “sua proteção e exploração sustentável”; e “gerar mapas, documentos e dados sistematizados para auxiliar o planejamento da ocupação territorial e o gerenciamento ambiental, contribuindo para que os recursos naturais sejam aproveitados em todo o seu potencial” (ibid., p. 3). A realização de tal estudo fora motivada pelos questionamentos da administração pública e da comunidade do município de Caxambu, que procuravam respostas sobre a influência da expansão urbana nas proximidades das fontes hidrominerais daquele município. A avaliação preliminar da CPRM constatou que não apenas em Caxambu, como em outros municípios do circuito das águas, as fontes poderiam estar sob o risco de contaminação pela influência da urbanização e dos usos do solo nas bacias à montante. Vale destacar que até o ano de publicação desse estudo, 1999, não havia uma análise sistematizada das águas minerais nas estâncias sul-mineiras, cujos limites e potencialidades permaneciam desconhecidos.

No município de São Lourenço, o estudo enfatizou as particularidades de duas fontes, a saber: a fonte Oriente, local da captação da empresa Nestlé Waters para o envasamento, e a fonte Andrade Figueira. Segundo a CPRM (BAETO et. al., 1999, pp. 76, 77), as captações nessas fontes foram realizadas através de poços tubulares<sup>286</sup>, e quando as primeiras captações foram construídas, os níveis estáticos das fontes eram no nível ou acima da superfície, mas,

---

<sup>284</sup>As informações referentes ao caso de São Lourenço foram obtidas na matéria escrita pelo jornalista Chico Villela, em 21/10/2004, disponível em: <[> e no blog do Movimento Cidadania Pelas Águas de São Lourenço, disponível em: <<https://aguasdesaolourenco.wordpress.com/2013/04/21/movimento-de-cidadania-pelas-aguas-de-sao-lourenco-mg-sintese-historica-2/>>. Acesso em: dez. 2016.](http://eventos.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=10854&0%5Bidioma_id%5D=&0%5Bidnoticia%5D=&0%5Bidusuario%5D=&0%5Btitulo%5D=&0%5Btexto%5D=&0%5Bdatacad%5D=&0%5Bdatapub%5D=&0%5Bpublicado%5D=1&0%5Bfonte%5D=&0%5Bautor%5D=&0%5Bidfonte%5D=&0%5Bidtipo%5D=&0%5Bidioma%5D=&0%5Burl_referencia%5D=&0%5Bdestaque%5D=)

<sup>285</sup> Publicado em 1999. Disponível em: <[http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8558/Estudo\\_geoambiental\\_Cambuquira.pdf?sequence=1](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8558/Estudo_geoambiental_Cambuquira.pdf?sequence=1)> Acesso em: fev. 2017.

<sup>286</sup>A Portaria nº 374 do DNPM define o poço tubular como um “[d]uto construído por meio de perfuração no terreno revestido com tubulação para fins de captação de água de um aquífero”. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-no-374-em-01-10-2009-do-diretor-geral-do-dnpm/view>>. Acesso em: abr. 2017.

no ano de 1995, já havia sido observado um rebaixamento nesse nível, atingindo 5,5 metros no poço do Hotel Brasil, vizinho ao Parque das Águas de São Lourenço. A pesquisa (ibid., p. 115) concluiu que

Os estudos comparativos de qualidade química e vazão das medidas realizadas no início do século com as executadas para esse estudo indicaram que houve uma diminuição da mineralização das águas e, localmente, reduções da vazão, às vezes acentuadas (fontes Vichy e Alcalina em São Lourenço). Possivelmente esse fenômeno esteja associado a ações antrópicas como desmatamento em áreas de recarga e à *superexploração dos aquíferos através de poços em exploração e dos novos poços perfurados* [grifo meu].

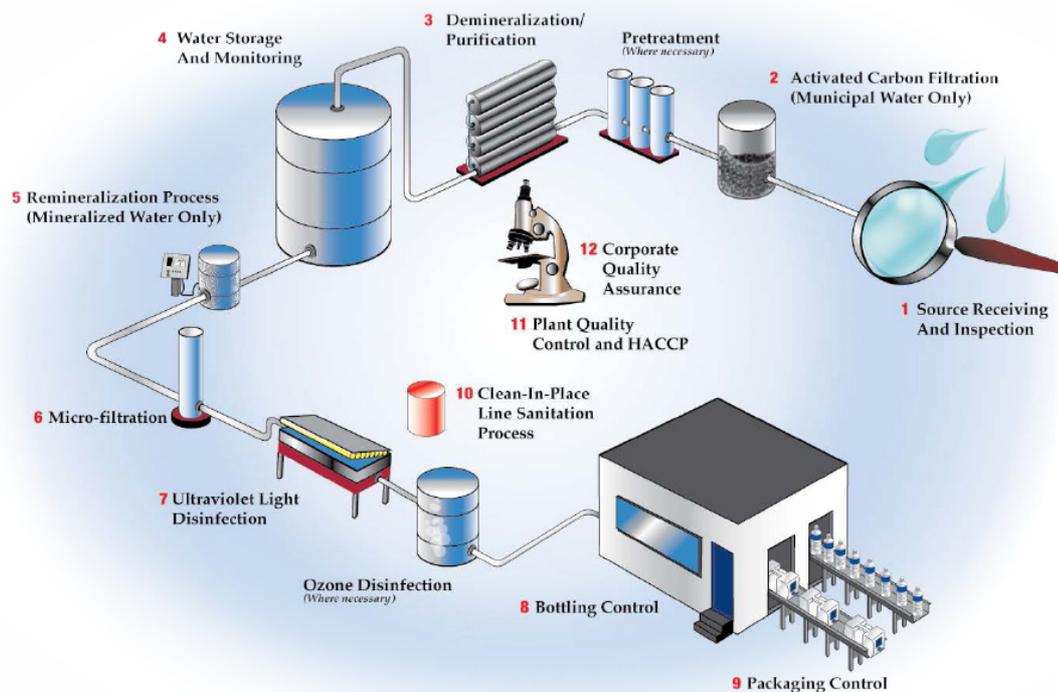
Nele, também foi apontado que a água do Poço Primavera possuía um alto teor de ferro, que, em virtude da sua decantação conferia aos recipientes uma cor amarelada, o que se tornava um empecilho à comercialização das águas ferruginosas em garrafas<sup>287</sup>. E por conta dessa característica, a empresa Nestlé solicitou ao DNPM uma autorização para a retirada artificial do ferro das águas, o que lhe fora negado, uma vez que não havia precedente legal para esta atividade. Desde que começou a produzir a água adicionada de sais da marca “Pure Life”, a presença do ferro na água se tornou um problema para a empresa. Segundo Ninis (2006, p. 118), em 1999, a empresa “driblou” a legislação, baseada em um parecer que deferia a competência de autorização para a comercialização das águas adicionadas de sais à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Como o DNPM havia negado a solicitação de retirada do ferro, a empresa solicitou à ANVISA a autorização para comercializar as águas adicionadas de sais, porém, sem o ferro, já artificialmente depositado (cf. Etapa três da Figura 23)<sup>288</sup>.

---

<sup>287</sup> Um problema que nasceu antigo (cf. página 78 da tese).

<sup>288</sup> Ninis (2006, pp. 118-119) sugere que a autorização concedida pela ANVISA decorreu de uma omissão da empresa sobre a procedência (o poço primavera perfurado) da água utilizada na fabricação da marca “Pure Life”.

Figura 23 – Fabricação da água Pure Life



Legenda: Etapas da produção da marca de água Pure Life, pela empresa Nestle Waters.

Fonte: Nestle Waters (2019).

No ano de 1999, a Nestlé Waters ampliou o seu pátio de fábrica e, naquele período, foram observadas, pelos moradores, depressões no solo e rachaduras nas construções (Figura 24); interrupção da vazão espontânea na fonte magnésiana; redução da vazão na fonte Vichy; alterações no sabor de algumas águas do Parque; e a demolição da fonte Oriente, para que esta fosse posteriormente adaptada às ampliações do pátio da empresa. Foi quando alguns cidadãos começaram a atentar sobre uma possível superexploração das águas minerais<sup>289</sup>, já aventada na publicação da CPRM (1999), o que culminou na formação do grupo Cidadania Pelas Águas. Em março de 2001, ocorreu o então intitulado “Encontro pelas águas”, articulado pelo Movimento Cidadania Pelas Águas de São Lourenço (MACAM), quando foram expostas, na frente do Parque das Águas, algumas faixas que continham as seguintes perguntas: i) onde está a [água da fonte] magnésiana?; ii) as fontes estão secando?; e iii) está havendo superexploração?

<sup>289</sup> Ninis (2006) observou, à época, o consumo diário de água mineral por 82% da população de São Lourenço (31.900 pessoas).

Figura 24 – Rachadura no assoalho do Parque de São Lourenço



Legenda: Rachadura no assoalho do Parque das Águas de São Lourenço.  
Fonte: O autor, 2017.

Em abril de 2001, foi entregue ao Ministério Público de Minas Gerais um requerimento solicitando a abertura de uma Ação Civil Pública, acompanhado de um livro de assinaturas para reivindicar providências que assegurassem a proteção das águas minerais da cidade. Também naquele ano, o DNPM respondeu ao Ministério Público que não havia emitido uma autorização para a empresa utilizar a água do Poço Primavera na fabricação da água “Pure Life”<sup>290</sup>. Logo em seguida, o Ministério da Saúde respondeu ao Ministério Público de Minas Gerais que a Nestlé não estava autorizada a desmineralizar a água do Poço Primavera para a fabricação da “Pure Life”.

Uma matéria publicada do jornal suíço “Le Courrier”<sup>291</sup> inaugurou os debates sobre o tema em 2002. O teor da matéria foi dedicado à solidariedade que se formou no caso da disputa pela água na cidade de São Lourenço. A reportagem trazia algumas transcrições do ativista e embaixador brasileiro do movimento cidadania pelas águas, que, na ocasião, estava na suíça para uma palestra sobre o “balanço da água no Brasil e os interesses de uma multinacional suíça”. Na matéria, constavam os seguintes fragmentos: “todas as condições

---

<sup>290</sup> Na Audiência Pública número 943/2004, da Comissão de Defesa do Consumidor, o diretor-geral adjunto do DNPM disse: “no caso específico do poço primavera, o DNPM nunca autorizou a perfuração e nunca autorizou a desmineralização. É pra ficar bem claro isso [sic]”.

<sup>291</sup> Disponível em: <[http://www.lecourrier.ch/la\\_solidarite\\_se\\_cree\\_autour\\_de\\_leau\\_bresilienne](http://www.lecourrier.ch/la_solidarite_se_cree_autour_de_leau_bresilienne)>. Acesso em: dez. 2016.

estão reunidas em favor da Nestlé que também exerce forte pressão no Estado. Com o apoio da Coca-Cola, tenta inclusive alterar a legislação brasileira que impede a desmineralização da água...”. E continua: “lutar contra a Nestlé é uma coisa impossível para um cidadão comum. E um movimento de cidadania tem sido criado”. Naquele ano, o caso de São Lourenço foi lembrado em uma manifestação ocorrida na Suíça, organizada pelo grupo denominado “ATTAC” (Association pour la Taxation des Transactions Financière et l’Aide aux Citoyens), para questionar a possibilidade de privatização de uma fonte de água, pela Nestlé, na cidade de Bevaix.

Em maio de 2002, o Jornal do Brasil (JB) publicou uma matéria<sup>292</sup> que consistiu na primeira fonte em um veículo informativo de ampla divulgação sobre a situação em São Lourenço. Na reportagem constava a informação de que a Nestlé, à época, não possuía a licença do DNPM para o uso das águas, e segundo o depoimento de uma ativista do MACAM:

“[as] bombas de sucção de grande potência e injeção artificial de gás retiram à força, do subsolo, um milhão de litros de água por dia do Poço Primavera, de onde é extraída a Pure Life, uma água cujas propriedades químicas foram adulteradas. O ferro, abundante nessa água e recomendada pelos médicos para combater a anemia, foi retirado pela Nestlé porque impregnava a água de uma coloração amarelada. A outra adulteração é a adição de sais minerais. Para legalizar essa adulteração, a empresa conseguiu autorização do Ministério da Saúde (ANVISA)”.

E chegou-se à principal controvérsia do caso, afinal, a água é um recurso mineral ou um recurso hídrico? Na matéria do JB, o MACAM expressou o seu desejo de que as águas de São Lourenço passassem à condição de recursos hídricos, para garantir a ampla participação na sua gestão. Na publicação também constava o pronunciamento do Promotor responsável pelo caso, que notou “uma série de denúncias diferentes”, porque o “licenciamento para as obras veio depois da execução, [e] falta autorização para a extração da água e desmineralização da água do Poço Primavera”. Um inquérito foi instaurado para investigar as denúncias sobre o caso e, posteriormente, teve início uma Ação Civil Pública<sup>293</sup>, com o objetivo de impedir a fabricação da “Pure Life”, em decorrência da suspeita de desmineralização da água, dano ambiental e ameaça ao patrimônio histórico e turístico (NINIS, 2006).

Em 2004, foi realizada uma audiência pública, e em virtude de inúmeras controvérsias que não pareciam aproximarem-se do fim, mas, ao contrário, turbilhonarem em velocidades

---

<sup>292</sup>Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_12&pagfis=59818](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pagfis=59818)>. Acesso em: dez. 2016.

<sup>293</sup> A Ação Civil Pública (ACP) foi iniciada no dia 07 dezembro de 2001. A matéria do JB faz uma referência pretérita à ACP, pois a querela já estava em curso desde o ano anterior.

acrescidas, instalou-se, por ordem da Procuradoria Federal, uma auditoria interna no DNPM para avaliar o caso da Nestlé em São Lourenço. Após essa ocasião, a Procuradoria Federal recomendou a interdição do Poço Primavera. A empresa apelou da decisão e obteve a decisão liminar favorável para a continuidade das atividades e a permanência da extração no Poço Primavera. Contudo, em outubro de 2004 (cf. NINIS, 2006, p. 126), e considerando o esforço intensivo que tal “guerra” implicou ao setor de marketing da multinacional, a empresa interrompeu a fabricação da água “Pure Life” em São Lourenço.

Há, portanto, uma série de desvios no curso dessas águas. E aqui, eu gostaria de fazer uma breve digressão: se as águas ficaram conhecidas pelos seus elementos distintos, primeiro a santidade, e depois as entidades que estimularam a produção das águas engarrafadas como remédios naturais, no caso de São Lourenço, no século XXI, a produção da água engarrafada demandou a retirada do ferro, uma entidade outrora virtuosa, mas que se tornou um empecilho à sua comercialização. E se a retirada do ferro determinou a remoção das garrafas das gôndolas dos supermercados, pode-se dizer, nesse caso, que as condições para a existência de uma garrafa de água mineral não foram cumpridas, e a sua dissolução sucedeu a desmineralização operada pela empresa.

E também pode-se dizer, com alguma segurança, que há elementos não-humanos que provocam ações humanas, e ações humanas que alteram a ação de elementos não-humanos. E seria demasiado simplificador entender essas ações como pura recursividade, ao contrário da magnífica complexidade de encará-las como ações compartilhadas. E aí podemos, novamente, falar em uma geo-história, mas animada por controvérsias que devemos aprender a mapear, para evitar simplificar o complexo pelo termo mesmo que o define (é complexo demais...). E mapear as controvérsias talvez possa colaborar na detecção das condições de existência dos objetos que compõem o nosso dia-a-dia, sem os quais as nossas conexões, possivelmente, seriam radicalmente diferentes. Os não-humanos merecem muito mais do que desempenhar o papel de um coadjuvante passivo das nossas ações. E para liberá-los desse papel, é preciso extrair as suas complexas relações com as assembleias humanas e mapear as controvérsias que afetam a sua possibilidade, ou cartografar como as condições que os tornam possíveis nos afetam.

#### 4.2.1 Cartografia de controvérsias<sup>294</sup>

A noção de controvérsia é ampla, e Tommasio Venturini (2010a) sugere uma interessante síntese. O autor observa que as controvérsias são situações onde os atores discordam; elas têm início quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e terminam quando os atores adotam o compromisso de viver em conjunto.

Em seu artigo intitulado “Diving in magma: how to explore controversies with Actor-network theory”, Tommaso Venturini (2010a) atenta que o mapeamento de controvérsias passou a ser um método de pesquisa, embora pouco documentado. Nele, o autor define o mapeamento de controvérsias como o exercício de criar dispositivos para observar e descrever os debates sociais, com especial atenção para os problemas tecnocientíficos, sem que seja exigida a adoção de um protocolo específico (VENTURINI, 2010a, p. 2).

Para a observação das controvérsias, Venturini (2010a, p. 5) destaca três pontos, a saber: i) não se deve limitar a observação a apenas uma teoria ou metodologia; ii) deve-se multiplicar os pontos de vista e, conseqüentemente, enriquecer a objetividade; e iii) deve-se ouvir menos as suas próprias presunções do que as vozes dos atores. Para Venturini (2010a, pp. 5-6), os dispositivos de observação se tornam valiosos porque permitem que os observados interfiram com aqueles que os observam, e os conceitos e protocolos mobilizados pelos atores que participam das controvérsias ganham aí uma consideração especial.

Ocorre que os atores podem ser humanos ou não humanos. E as controvérsias envolvem todos os tipos de atores. Mas, como atenta Venturini (2010a, p. 7), embora haja uma hibridização de atores, estes não são iguais e nem atuam da mesma maneira. As controvérsias exibem, portanto, o movimento existente no social, onde os grupos aparentemente desconexos podem se agenciar, enquanto os grupos aparentemente coesos podem se fragmentar. É por essa constatação que, observa Venturini (2010a, p. 8), ao se considerar uma controvérsia, clarifica-se o significado da existência do hífen existente entre Ator e Rede na TAR (*Teoria Ator-Rede*), já que cada ator pode ser decomposto em uma rede, e qualquer rede, não importa o seu grau de heterogeneidade, pode coagular para funcionar como um ator<sup>295</sup>.

<sup>294</sup> Uma descrição mais detalhada sobre esse método pode ser encontrada em Vianna (2018a).

<sup>295</sup> Bruno Latour (2013, p. 75) sublinha que o ator, na expressão ator-rede, “não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção”, logo, “empregar a palavra “ator” significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar”.

Assim, as controvérsias, nota Venturini (2010a, p. 10), são lutas para conservar ou reverter desigualdades e, embora recomenda-se que a sua negociação seja realizada sob procedimentos democráticos, elas podem envolver o uso de força violenta. E para sintetizar, seguem as cinco características das controvérsias, propostas Venturini (2010a): i) as controvérsias envolvem todos os tipos de atores; ii) as controvérsias exibem o social sob uma forma dinâmica; iii) as controvérsias são resistentes ao reducionismo; iv) as controvérsias são debatidas; e v) as controvérsias são conflitos.

A cartografia de controvérsias é, de acordo com Venturini (2010a, p. 13), uma caixa de ferramentas para lidar com essa hibridização crescente; um esforço para seguir as disputas, na medida em que estas extravasam as fronteiras disciplinares, como parece acontecer com grande parte das controvérsias que envolvem as questões genericamente delimitadas como ambientais<sup>296</sup>(no caso da água mineral, como se viu, o debate pode contemplar, ao mesmo tempo, os aportes da química, da medicina, da geologia, da sociologia, do direito, da engenharia e da economia, para nos retermos na barreira dos exemplos evidentes). Seguindo outro trabalho de Venturini (2010b) sobre o tema, pode-se concluir que o mapeamento de controvérsias não é um retrato do território observado, mas uma forma de representar a complexidade observada no território. Por isso, para o autor (2010b, pp. 3 - 4), as observações devem ser as mais complexas possíveis e as descrições as mais simples possíveis, o que será feito adiante.

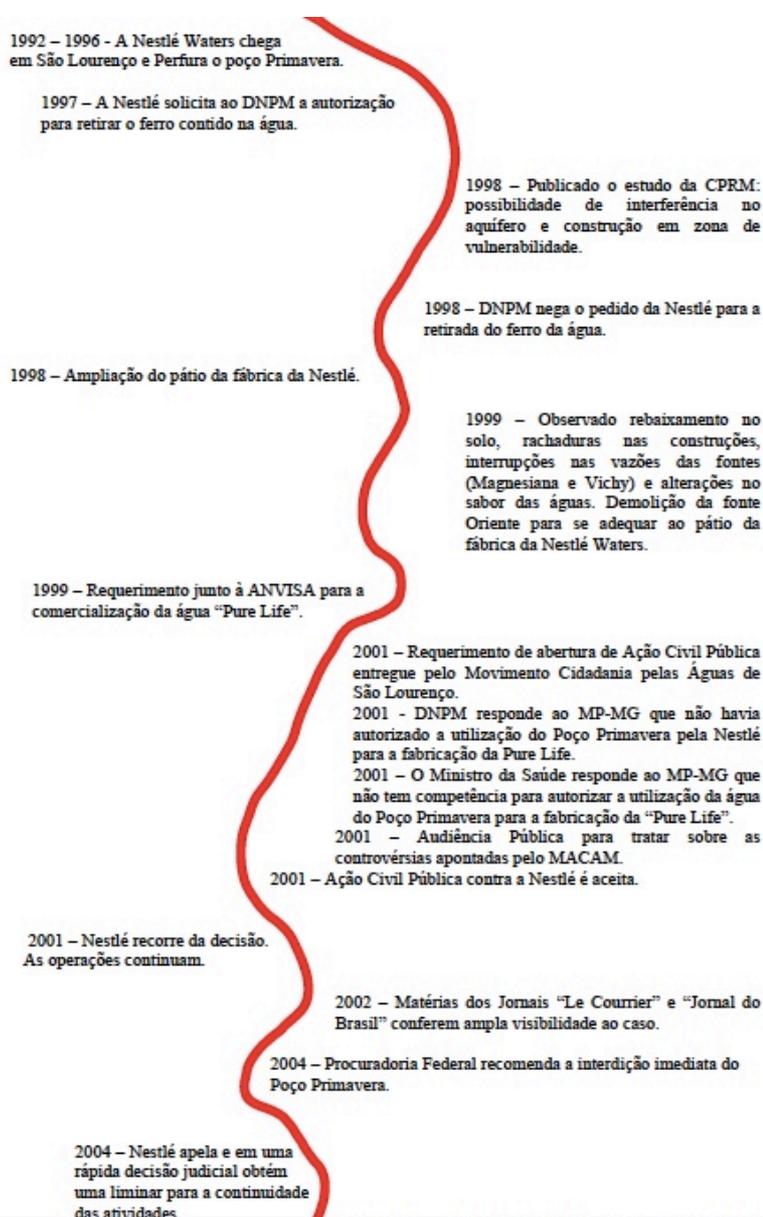
---

<sup>296</sup> Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), o expressivo aumento dos cursos de pós-Graduação com proposta interdisciplinar deveu-se sobretudo à uma tendência, inclusive internacional, na aproximação de temas de pesquisa norteados por problemas complexos. Ainda no ano de 2004, foram criadas quatro Câmaras Técnicas que, posteriormente, em 2011, foram reestruturadas a partir do desmembramento de uma daquelas câmaras para a constituição da área de Ciências Ambientais (CACiamb). Essa área surge, segundo a CAPES (2016), da necessidade de abordar a interação de sistemas antrópicos e naturais de nosso tempo, e baliza-se em produções científicas cuja promoção esteja alicerçada na interação entre países, instituições e saberes. A CAPES define que o objeto de pesquisa da CACiamb é “naturalmente multidisciplinar e requer a convergência de conhecimentos distintos possibilitando a reflexão vista por diferentes perspectivas”. A pertinência da área é expressa nos seguintes dados: em 2011, quando da criação da CACiamb, havia 57 programas que correspondiam a 73 cursos. Segundo o último registro consultado nessa tese, divulgado pela CAPES em 2016, a área englobava 82 instituições, 115 programas, 147 cursos e 2.166 docentes, entre permanentes, colaboradores e visitantes. Note-se que a existência de blocos temáticos divididos em quatro (Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente; Uso de Recursos Naturais; Planejamento, Gestão e Políticas Públicas Ambientais; e Tecnologia, Modelagem e Geoprocessamento) envolvem abordagens disciplinares que lhes são respectivas – embora sem exclusividade –, a saber, Ciências Políticas, Sociologia, Sociologia e História; Ciências Biológicas e Ecologia; Planejamento Urbano Regional, Arquitetura, Geografia e Administração; e Engenharias Civil, Ambiental e Química. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/49\\_CAMB\\_docarea\\_2016\\_publ2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/49_CAMB_docarea_2016_publ2.pdf)>. Acesso em: abr. 2017.

#### 4.2.2 Para distinguir amigos e inimigos de uma garrafa de água mineral

O estudo de Faria (2014) propôs um diagrama de translações das controvérsias sobre o caso do projeto Apolo, na Serra do Gandarela, em Minas Gerais. Inspirado em nesse trabalho, proponho a seguinte cartografia da Guerra das Águas em São Lourenço (Figura 25). Um adendo: na medida em que a linha divisória caminha para a direita, corresponde dizer que a Nestlé caminha no sentido da concretização do seu projeto (ganha aliados); e na medida em que a linha se move para a esquerda, a ação da Nestlé sofre interrupções e desvios, e se distancia do seu projeto original; perde aliados.

Figura 25 – Cartografia de controvérsias da água “Pure Life”



Legenda: Mapeamento de controvérsias da Guerra das Águas em São Lourenço.

Fonte: O autor, 2018.

No mapeamento acima se pode perceber o movimento na “linha de frente”, o que corrobora a assertiva de Latour (2016, p. 53), de que “uma invenção técnica não caminha em linha reta, mas zigue-zagueia entre acordos e concessões [...] entre programas e antiprogramas”. Assim, a garrafa de Água “Pure Life” deixou de ser um objeto e passou a ser um projeto. Ao se tornar um projeto, foi possível detectar o serpenteamento entre as condições para a sua existência e as exigências de seu desaparecimento. E uma garrafa de água mineral que trazia no nome a utopia da purificação, não resistiu ao custo territorial que condicionou o seu aparecimento<sup>297</sup>. A *Vida Pura* não resistiu às fissuras e aos sabores<sup>298</sup> provocados pela convicção de quem pensou que a Segunda Natureza poderia organizar a vida pública de um lugar com solidariedades próprias entre as pessoas e as águas.

Se falei de global e local, utopia e território, natureza e política, pessoas e águas reunidos em São Lourenço, é porque há, ali, a existência de uma hibridação, i.e., há no território a inscrição de uma geo-história<sup>299</sup>. Há a fabricação do mundo através de ações compartilhadas entre humanos e não-humanos. Pois se houve no ferro a potência para agenciar tantos atores e paralisar uma atividade de uma multinacional líder no segmento de

---

<sup>297</sup> O geógrafo Milton Santos (2006, p. 338 - 339) faz notar que o lugar media a relação entre o mundo e o território. A utilização dos lugares pelas grandes empresas, segundo esse autor, depende de um conjunto indissociável de formas e normas. Nesses espaços de globalização, como ele denomina, as normas globais são desterritorializadas, pois separam a causa de sua realização do efeito final. E os lugares, por sua vez, contêm as condições que permitem a realização dos processos ambicionados pelo global. O mundo, ou globo, se torna espaço, para Milton Santos, quando atinge um lugar, pois jazem ali as condições para o seu enraizamento. Daí a minha interpretação, neste fragmento, de que o global é uma utopia, pois um lugar sem lugar (lembramos de Michel Foucault, na parte II da tese) que exige um território para a realização de suas ambições. Território, contudo, que não está vazio, mas que são lugares com formas de relacionamento próprias e solidariedades idiossincráticas com as águas minerais. Quando o global permeia o local para produzir uma garrafa segundo normas que satisfazem o seu projeto original, o local inscreve, nela, questionamentos gerados pelas suas formas de se relacionar com as entidades que povoam as águas minerais; e então, uma tempestade em uma garrafa de água mineral.

<sup>298</sup> Note-se que na Audiência Pública nº 943/2004, da Comissão de Defesa do Consumidor, realizada em 01/07/2004, um representante do MACAM disse: “não há laudo técnico que diga qual é o sabor. Sabor se verifica na boca. E em todos os depoimentos os usuários dizem que as águas estão sem sabor”.

<sup>299</sup> Milton Santos, alinhavado com as reflexões de Bruno Latour (cf. SANTOS, 1995, p. 698; 2006, pp. 61; 65; 66), sublinhou que a ação não ocorre sem a presença de um objeto. Nesse sentido, a partir de sua inserção histórica em uma série de eventos (SANTOS, 2006, p. 66), o objeto passa também a ser considerado como um elemento social (em situações precisas, os objetos se confundem com os elementos sociais, e passam a agir junto com os humanos, para falar como Latour, 2012, p. 99). Daí que o espaço, no entendimento de Milton Santos, é considerado como um híbrido. Contudo, cumpre observar que a materialidade de um determinado objeto pode até permanecer a mesma, mas uma vez atravessada por um feixe de relações (estabelecidas por “instituições, processos econômicos e sociais”, para falar como Michel Foucault, 2016, p. 55), passa a adquirir, tal objeto, uma nova feição. Estabelece-se, portanto, um processo de diferenciação, de metamorfose, i.e., estabelece-se a criação permanente, diria Milton Santos (2006, p. 62), de “uma nova geografia”, ou, se quisermos, uma *geo-história*, que envolve, aqui, os lugares onde brotam as águas minerais do sul de Minas Gerais.

bebidas engarrafadas, é digno que lhe confirmamos um papel que exceda o caráter vestigial deixado nos recipientes que abrigam as águas ferruginosas. E para cumprir esse pacto, basta causar uma torsão a um conhecido provérbio, para descrever essa ação compartilhada que fora forjada no sul de Minas Gerais: quem sem ferro feriu, com ferro fora ferido.

E se até aqui, a análise retrospectiva mostrou uma implacável vantagem para cartografar as controvérsias, o mesmo não poderá ser dito da seção seguinte, que será dedicada à descrição de uma situação acompanhada no curso de seu acontecimento. A existência de duas garrafas de águas minerais tem movimentado cidadãos no sul de Minas Gerais novamente. Uma composição tem sido ensaiada, o tom é de alerta.

### **4.3 As unidades envasadoras de Caxambu e Cambuquira**

Dois Planos de Aproveitamento Econômico das águas de Caxambu e Cambuquira foram divulgados, em 2006, com o objetivo de informar os interessados em envasar as águas daquelas cidades. As informações a seguir foram obtidas nesses Planos.

São doze as fontes que acusam as surgências das águas minerais no Parque das Águas de Caxambu, conhecidas pelos nomes de seus patronos (Fonte Duque de Saxe; Fonte Dona Leopoldina; Fonte Dom Pedro; Fontes Mayrink I, II e III; Fonte Venâncio; Fonte Viotti; Fonte Conde D'eu; Fonte Princesa Isabel; e Fonte Ernestina Guedes), e pela promessa de suas virtudes (Fonte Beleza). O Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) das águas minerais de Caxambu demonstrou a viabilidade técnica e econômica de exploração da água mineral de três dessas fontes, a saber: Fonte Mayrink I, Mayrink II e Mayrink III.

As fontes aproveitadas no sistema de captação, ainda que independentes, encontram-se unificadas por uma mesma passagem, cujo controle manual dos registros permite o transporte dessas águas para os reservatórios (Figura 26). Quando paralisado esse sistema de transporte, as águas retornam ao seu nível estático e são direcionadas, por sistemas de esgotamento, às piscinas recreativas, ou diretamente ao ribeirão Bengo, que atravessa o Parque (cf. Figuras 18 e 19, página 143).

Figura 26 – Reservatórios no Parque de Caxambu

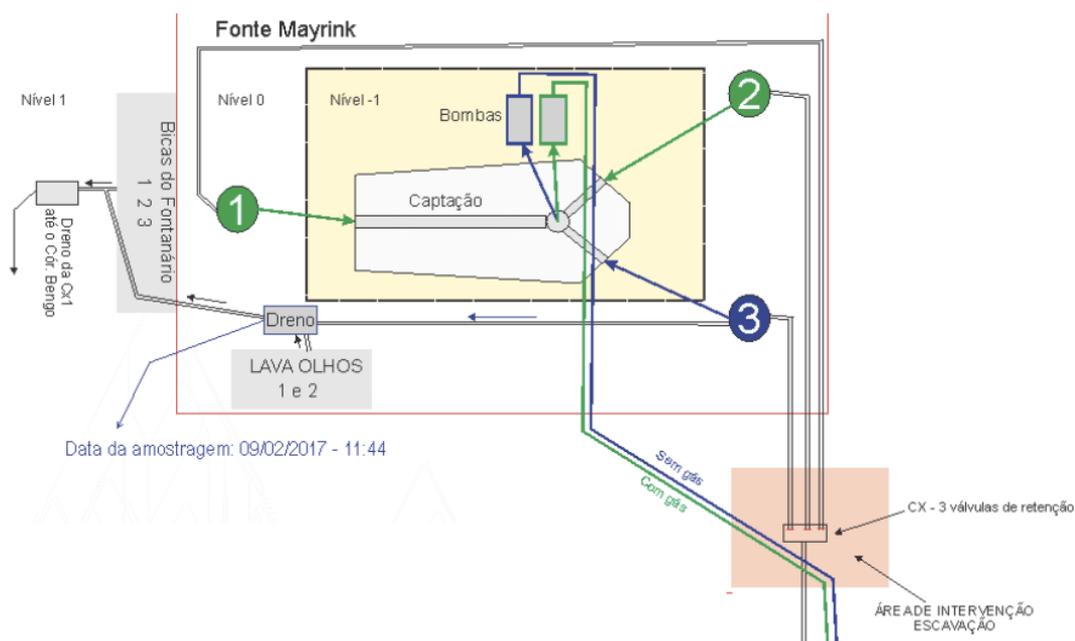


Legenda: Reservatórios para o envasamento das águas oriundas das fontes Mayrink I, II e III, no Parque de Caxambu.

Fonte: O autor, 2018.

Uma vez acionado o sistema de bombas situado acima do nível de surgência, a água sofre um rebaixamento até o nível onde se encontram as tubulações para a captação. Com vistas a evitar que esse limite seja alcançado, o que causaria uma intermitência nas águas oferecidas ao público, estabeleceu-se um método de controle, há mais de trinta anos, onde a vazão disponibilizada ao público controla a vazão da bomba de transporte de águas que, por sua vez, entra em equilíbrio com a vazão de recarga do aquífero. Assim, alia-se a disponibilidade de água ao público com a estabilização do nível freático, *desde que esteja mantida a sua capacidade de recarga*. Considerando esse sistema, as vazões de exploração das fontes foram: Mayrink I e II – 1.600 l/hora; e Mayrink I – 3.600 l/hora. Com uma linha de produção capacitada para produzir até 14.400 garrafas PET de 150 mL por dia; 5.760 garrafas PET de 500 mL por dia; e 25.000 copos de 200 mL por dia (compreende-se um dia pelo turno de oito horas), este é o regime de produção de águas minerais engarrafadas de Caxambu (Figura 27).

Figura 27 – Complexo da Fonte Mayrink



Legenda: O complexo de fluxos e desvios do fontanário Mayrink I, II e III, no Parque das Águas de Caxambu, Minas Gerais.

Fonte: CODEMIG, 2017<sup>300</sup>.

Segundo o Plano de Aproveitamento Econômico das águas de Cambuquira (2006), o sistema de engarrafamento localizado no município utiliza as águas das fontes Regina Werneck, Roxo Rodrigues e Comendador Augusto Ferreira. São quatro as etapas de engarrafamento (captação, adução, armazenamento e envase), e três linhas independentes de dutos estendidos em uma canaleta abaixo da superfície conduzem as águas captadas nas três fontes. Essas linhas alimentam os reservatórios por bombeamento, de onde saem as águas para a unidade de envasamento. Nessa unidade, as águas são envasadas em garrafas de vidro de 310 mL e 510 mL. À época desse Plano de Aproveitamento Econômico, previa-se a produção anual de 1.478.400 garrafas de 310 mL e 1.774.080 garrafas de 510 mL. E, atualmente, esta é a melhor informação disponível sobre a atividade envasadora em Cambuquira.

<sup>300</sup> A figura foi retirada da documentação disponibilizada pela empresa Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). Esse estudo concluiu que: “as captações não apresentam infiltrações na tubulação; as análises microbiológicas mostraram boa qualidade das águas subterrâneas; a tubulação de drenagem, vedada no passado, apresenta deterioração e fluxo de água; escoamento da água de drenagem em ralo aberto no piso do fontanário; extravasores interconectados favorecendo a mistura das águas das fontes; retorno dos extravasores que aduzem águas para o balneário; *detectada a possibilidade de contaminação externa a fonte*” [grifo meu]. E sugeriu “promover o isolamento de cada captação, a fim de restringir a comunicação entre elas e com as águas superficiais”.

#### 4.3.1 Resistir para existir: para compor duas garrafas de água mineral

Em 2005, uma reportagem do jornal “Folha de São Paulo”<sup>301</sup> destacou que a interrupção das atividades da empresa Superágua, que realizava o envase das águas minerais de Caxambu, Cambuquira e Lambari, teve um impacto significativo na economia dessas cidades, mais urgente, contudo, pela demissão de 185 funcionários ligados à atividade de engarrafamento. Esta matéria também informou que a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) - estatal que detêm a concessão das fontes dessas águas – estaria preparando um edital de licitação para buscar novos contratos de arrendamento, o que despertou a preocupação de alguns grupos de moradores diante da possibilidade de uma empresa privada desencadear uma situação semelhante àquela ocorrida no município de São Lourenço, pouco tempo antes.

Em fevereiro de 2006, o edital previsto pela CODEMIG trouxe, novamente, o problema da “privatização da água mineral à tona”<sup>302</sup>, conforme dizia o título da reportagem veiculada no site oficial do Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo da Universidade de Campinas (LABJOR/UNICAMP)<sup>303</sup>. Esta situação incitou o posicionamento do presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral (ABINAM) sobre aquelas fontes, que “gera[m] dezenas ou centenas de empregos diretos ou indiretos e mantêm inviolável um bem cada vez mais valioso no planeta, que é a água potável de qualidade”. Embora a qualidade do epíteto “valioso” não estivesse esclarecida na pauta, é possível que o presidente da ABINAM estivesse se referindo à própria polivalência do termo: ora, nem o mais crítico ambientalista, o comprometido empreendedor liberal ou o mais obstinado idólatra do Estado poderia negar

<sup>301</sup> A matéria mencionava que a interrupção decorreu do término do contrato de arrendamento e de prejuízos seguidos - Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113068.shtml> >. Acesso em: mai. 2017.

<sup>302</sup> Tensão implícita nas atas das reuniões da Comissão Permanente de Crenologia (CPC). Em 09 de fevereiro de 2006, foi realizada a sexta reunião da CPC, que trouxe informações sobre a formação de uma Subcomissão Permanente de Crenologia do Circuito das Águas de Minas Gerais (SPPC-CiAg/MG). Também no ano de 2006, nas atas da sétima e da oitava reuniões, observou-se, respectivamente, duas alusões acerca da particularidade da região do circuito das águas do sul de Minas Gerais, a saber: o “contexto político da região” (ver ata da sétima reunião) e a “sensibilidade política da região” (ver ata da oitava reunião). Esses termos foram proferidos quando se abordou a demora na criação da SPPC-CiAg/MG, o que rendeu o comentário do Presidente da Comissão sobre a “delonga existente na resolução dessa pendência, que tem contribuído para ensejar críticas de pessoas relacionadas ao segmento das águas minerais”. Disponível em: <[http://www.dnpm.gov.br/assuntos/crenologia/colecao-de-atas-comissao-permanente-de-crenologia?b\\_start:int=30](http://www.dnpm.gov.br/assuntos/crenologia/colecao-de-atas-comissao-permanente-de-crenologia?b_start:int=30)>. Acesso em: abr. 2017.

<sup>303</sup> Disponível em: < [http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id\\_article=156](http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=156) >. Acesso em: maio de 2017.

que a água fosse um bem valioso. Mas bastava seguir adiante na leitura da matéria para jogar uma luz sobre aquele discurso e dissolver a névoa polivalente que poderia provocar alguma desorientação, já que atentava o presidente para o valor preciso do preço:

“[N]um cenário em que a poluição prevalece sobre todos os demais recursos hídricos. Tudo isso [a atividade de produção da água engarrafada] tem um preço e exige responsabilidades que somente a iniciativa privada tem condições de arcar [...]”

Mas se apenas o setor privado teria condições de lidar com as responsabilidades envolvidas nos negócios das águas minerais, isto não ocorreu imediatamente no sul de Minas Gerais. No dia mundial da água, em 22 de março de 2006<sup>304</sup>, foi assinado um protocolo de intenções que colocaria as condições para a retomada do envasamento das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari. Após o cumprimento de um prazo de 100 dias, período estipulado para definir tais condições, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e a CODEMIG assinariam um contrato de concessão, no qual a primeira assumiria as responsabilidades com as quais deveriam arcar as empresas privadas que não expressaram interesse na concessão.

E se seguiu assim até o início de 2015, quando a CODEMIG anunciou o rompimento do contrato celebrado com a COPASA. Na época, um acordo estipulou que a segunda continuaria fabricando as águas até que uma solução fosse encontrada pela primeira. E a solução assumiu a forma de um novo edital. No dia 07 de fevereiro de 2017, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) publicou, em seu site oficial, um comunicado onde expôs a abertura de uma licitação para o projeto de exploração das águas minerais nos municípios de Cambuquira e Caxambu. A licitação teve por objetivo selecionar um parceiro privado para a constituição de sociedade em conta de participação<sup>305</sup>, destinada à

<sup>304</sup> “COPASA firma parceria com CODEMIG”. Disponível em: <[<sup>305</sup> Ver \(anexo II\): Contrato social da sociedade em conta de participação – SPC água mineral, que diz : Capítulo 1 – Identificação, objeto social, sede e prazo de duração. Art. 1º. A SPC Água Mineral é uma sociedade em conta de participação, sem personalidade jurídica, regida pelo presente Contrato Social \[...\] Art. 2º. O objeto da SPC Água Mineral é: I. Fabricação de águas envasadas \[...\]; II. Comércio atacadista de água mineral \[...\]; III. Fabricação de bebidas \[...\]; IV. Comércio atacadista de bebidas \[...\]; V. Comércio varejista de bebidas. Parágrafo](http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/imprensa/noticias/releases/2006/marco/noticias-20060322-ie732!/ut/p/a1/nVJNc9sgEP0tPeiIWA9uTfVncS27LrjHCLp0kEYyTgSKIDrNr8-yM0hmXy4LRd2mbe7bx8PV7jAlaQ_RUutUJJ2Y17FP1aQZ_M8h-Vmu7iCLN9urjeLL9tv6wTf4gpXTNrB7nFphOWIqYEa6i5p-XGnjAfCRVpy60En5J1BR8uFeZGMTQba8h03opXnjIkdLuuaTuOGBCiiNEbhjIOUshBrKmbBDgNpxQcx9JxhHdOBucVvsNiNgmvYZnOiyUsTSbT-QxIFE6e6j8AXJBgeQngBgR6PVu345J2j4RsFC6ksoIJanChecep4S4KAGJc9FSzZwA0vgIJAiR4QoI_kl9gfAZ8IEndpk7e7ZATfPOPn7D8C5XfEOG5B14muBSH-_sqc-4anfTL4uL_7eXYibr3T6z3wSeQxNM0igISJmk8icZZmaxJ6qhp3nDNtX_Uzvt7awfz2QMPTqeT3yrVdtxnqvdr7cFbVXtHm1XYDz0fXpo8lXUtV_jbeoE6Q6_ycOK32afHgGihCe7/dl5/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/>. Acesso em: dez. 2017.</p>
</div>
<div data-bbox=)

exploração do negócio de águas minerais e os seus correlatos, por um período de 15 anos, prorrogável, uma vez, por igual período, a critério da própria CODEMIG. No comunicado constava o seguinte fragmento:

Indutora do desenvolvimento econômico e alinhada com seu planejamento estratégico, a CODEMIG objetiva selecionar parceiro privado com expertise no ramo de alimentos e/ou bebidas, para assumir e exercer a exploração da atividade econômica, desde a extração das águas minerais até a venda ao consumidor final.

A modalidade de licitação prevista pela empresa foi aquela denominada de pregão oficial, na qual a maior oferta é vencedora. No edital de convocação constavam alguns aspectos sobre a qualificação técnica exigida das empresas, impressas no Item 9 daquele documento:

9.6.3. – [A] licitante, ou qualquer membro do consórcio licitante, deverá possuir em seu contrato/estatuto social e registro na receita federal de pelo menos um dos seguintes objetos representados pela seções/divisões/grupos/classes e subclasses de CNAE [Classificação Nacional de Atividades Econômicas] [...]: a) [...] Fabricação de produtos alimentícios; b) [...] Fabricação de bebidas; c) [...] Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebida e fumo; d) [...] Comércio varejista de produtos alimentícios, bebida e fumo [...] 9.6.5. Atestado de capacidade de distribuição [...] que comprove(m) ter a licitante acesso a rede de distribuição capaz de vender, no mínimo, 12.000.000 (doze milhões de litros) de bebidas por ano, ou, no mínimo, 1.000.000 (um milhão de litros de bebidas por mês).

E diante de tal comunicado, moradores e membros da sociedade civil organizada de Cambuquira e de Caxambu debateram, constantemente pelas redes virtuais, as estratégias para questionar aquela decisão da CODEMIG, tão surpreendente quanto um raio que irrompe de um céu azul. E como os abrigos são necessários numa tempestade inesperada, fora preciso abrigar esse debate inflado em algum um local. E fora marcada a data da primeira audiência para escutar o público sobre a situação das águas do sul de Minas Gerais.

---

Único. Os sócios poderão, mediante deliberação em assembleia geral, incluir no objeto social da SPC Água Mineral, outras atividades diretamente relacionadas aos ramos de fabricação ou comercialização de bebidas, cosméticos, produtos de perfumaria ou de higiene pessoal, *dentre outros nos quais a água mineral seja utilizada no processo produtivo* [grifo meu]. Disponível em: < <http://www.codemig.com.br/codemig-realiza-consulta-publica-sobre-gestao-das-aguas-minerais/> >. Acesso em fev. 2017.

#### 4.3.2 Os sotaques das águas<sup>306</sup>

Era 15 de fevereiro de 2017, 17:28 horas. O local, a Câmara Municipal do município de Caxambu, Minas Gerais (Figura 28). A ágora trazia algumas curiosidades: uma passarela ascendente conduzia os excelentíssimos senhores (e uma excelentíssima senhora) até os seus lugares, sob os olhares inclinados da audiência. Acima deles (e dela), o nazareno crucificado ganhava algum destaque na parede encarada pelo público. Abaixo da cruz, e mais precisamente à direita das costas de alguns senhores, umas bandeiras enrugadas pareciam implorar um maior esforço do ar-condicionado, cujo motivo interditava os ventos fracos das ensolaradas tardes do fevereiro tropical: em uma delas, as ondas das dobras traziam os saltos da cor do sangue de um antigo inconfidente que, tardiamente, após o sufocamento e desmembramento da sua história, ganhou um rosto semelhante ao do Filho na Santíssima Trindade, que jazia contorcido em destaque. Sob esse pano enrugado, um grito abafado: “*Libertas Quae Sera Tamen*”. Próximo dali, o lábaro estrelado, que iluminado pelo amarelo ondulado, se assemelhava ao dia que desperta com um “canto de galo”<sup>307</sup>. E bastaria um sopro forte para o losango se estender e denunciar a “curta sombra”, cujo lema ganha tom de aviso: “Ordem e Progresso”. E mais ao lado, estava a fâmula caxambuense, que para a satisfação dos ordeiros e progressistas foi adornada por hibiscos e serpentes enroladas em um cálice que, arrisco dizer, não foi aquele sacralizado pelos lábios do nazareno que propagou esperanças aos que buscavam a cura nas águas santas. Mas um cálice tocado por serpentes, que se sobrepõem a um triângulo verde que alude à bandeira mineira: acima, a frase “Caxambu 16-IX-1901”, que, na forma de fita, enfeita a transição para o ápice onde repousa a Coroa Imperial. Abaixo, a frase que, possivelmente, melhor descreva o simbolismo contido no brasão: “medicina entre flores”.

---

<sup>306</sup> “Sotaques das águas” é uma referência ao apanhador de desperdícios (Manoel de Barros). Sobre a audiência, para o leitor interessado em uma descrição outra que não a minha, ver a versão no site oficial da câmara de Caxambu-MG. Disponível em: <<http://www.camaracaxambu.mg.gov.br/v1/camara-realiza-audiencia-publica-para-discutir-entvasamento-das-aguas-minerais/>>. Acesso em: fev. 2017.

<sup>307</sup> Retiro o termo, também de contexto, da interpretação de Friedrich Nietzsche (2014, pp. 29 – 30) sobre como o “mundo verdadeiro” se tornou uma fábula; ou, a história de um erro: “O mundo verdadeiro – inalcançável? Em todo caso, inalcançado E enquanto inalcançado também desconhecido. Por conseguinte, também não é consolador, redentor, obrigatório: Para o quê algo desconhecido poderia nos obrigar? (Manhã cinzenta. Primeiro bocejo da razão. *Canto de galo do positivismo*.) [...] O “mundo verdadeiro” – uma ideia que não é mais útil pra nada, que nem mesmo obriga, - uma Ideia que se tornou inútil, supérflua, por conseguinte uma ideia refutada: eliminemo-la! (Dia claro; café da manhã [...]) Abolimos o mundo verdadeiro: que mundo restou? Talvez o mundo aparente?... Mas não! Com o mundo verdadeiro abolimos também o mundo aparente! (Meio dia; momento de mais curta sombra; final do mais longo erro; ponto culminante da humanidade [...]) [grifo meu].

Figura 28 – Audiência Pública em Caxambu



Legenda: Audiência Pública sobre o edital da CODEMIG (fevereiro de 2017).  
 Fonte: Câmara Municipal de Caxambu<sup>308</sup>.

Nas mesas concedidas aos ilustríssimos senhores – e uma ilustríssima senhora -, estavam as pequenas garrafas da água Caxambu. E aqui proponho uma manobra arriscada: para cada enunciação, peço ao leitor que imagine um ritual onde quem fala, no púlpito, o faz de posse da água engarrafada, e após o ato de sua fala, a ceda ao informante seguinte, e assim ocorrerá até que todas as falas tenham se esgotado. Nesse estranho ritual, espero demonstrar que uma mesma garrafa, se considerado o seu movimento de mão em mão, pode ser muitas<sup>309</sup>: nesse movimento, essa mesma garrafa passará a se transformar. Retornemos à descrição daquela ocasião para emprestar alguma dose de coerência para essas frases desconcertantes.

Ofuscado pela insistente claridade seccionada pelas janelas translúcidas, o público apertava os olhos enquanto esboçava breves sorrisos dirigidos aos pequenos grupos que se procuravam menos em desafetos do que em afinidades. E se a casa do povo se pretendia

<sup>308</sup> Disponível em: < <http://www.camaracaxambu.mg.gov.br/v1/camara-realiza-audiencia-publica-para-discutir-entavamento-das-aguas-minerais/> >. Acesso em: fev. 2019.

<sup>309</sup> Escreveu Latour (2012, p. 99), e aí a inspiração para esse movimento proposto: “a definição do termo [social] é outra; não designa um domínio da realidade ou um item especial; é antes o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro. É uma associação entre entidades de modo algum reconhecíveis como sociais no sentido corriqueiro, *exceto* durante o curto instante em que se confundem”. E “chamaremos de social [...] as varias modificações feitas no lugar para exibir os produtos – emabalá-los, etiquetá-los, colocar-lhes preço – porque essas pequenas alterações revelam ao observador quais combinações novas foram exploradas e que caminhos serão seguidos (aquilo que mais tarde definiremos como “rede”)”. E, portanto, o movimento que tentei capturar com a proposta desse exercício heterodoxo.

transparente como as águas engarrafadas, nada teria início antes que aquelas águas estivessem bentas: a audiência pública foi inaugurada com a leitura de um versículo bíblico, e a posição privilegiada do Nazareno deixou de ser um mero acaso. Logo após, o Presidente da mesa trouxe algumas questões com base no edital da CODEMIG: o limite máximo de exploração; a proibição de bombeamento; a proibição de captação anterior ao afloramento da água; a utilização de hidrômetros para aferir a quantidade de água; a participação do município sobre a execução do contrato; e a participação financeira do município na exploração das águas. Nas mãos do presidente da mesa, a existência daquela garrafa ganhou condições limitadas por regras (limite e proibições) asseguradas por instrumentos de verificação (hidrômetros), que deveriam ser debatidas e firmadas com o município (contrato). Até aí, este seria o preço a ser pago pela CODEMIG, se ela quisesse dar continuidade ao seu objetivo de valorizar economicamente a garrafa de água “Caxambu”.

Cedeu-se a voz – e o vasilhame - ao Prefeito da cidade. A maior autoridade local destacou o prazo exíguo conferido pela CODEMIG para a realização de uma consulta pública a respeito do edital<sup>310</sup>, e reiterou que a empresa não apresentava um envase de maneira a aproveitar a potência das águas da cidade. Aquele senhor lembrou, também, que a privatização poderia até ser uma alternativa a uma prática prejudicial ao contribuinte, mas frisou a importância de um uso sustentável das águas e a garantia de que não haveria superexploração. E ali surgiam dois termos importantes: sustentabilidade e superexploração (ao longo da audiência, o primeiro atuou como um eficiente blefe, afinal, quem apostaria contra a sustentabilidade?; e a recorrente utilização do segundo termo foi referida ao caso ocorrido na cidade vizinha, São Lourenço)<sup>311</sup>. A garrafa do Prefeito poderia até ser privatizada, desde que sustentável e, portanto, dentro dos limites de recarga dos aquíferos.

Foi chegada a hora de delegar o púlpito – e não esqueçamos da garrafa - ao senhor Presidente da COPASA Águas Minerais de Minas S/A., e representante da CODEMIG. Disse aquele senhor que, ao contrário do ocorrido em São Lourenço – cujas águas foram vendidas

---

<sup>310</sup> Uma consulta pública fora realizada via internet, na qual os questionamentos acerca do edital deveriam ser enviados para o endereço eletrônico da empresa, até o dia 23 de fevereiro daquele ano, 16 dias após a divulgação do edital.

<sup>311</sup> E aqui ressalta-se a suspeição da coagulação da rede criada no caso de São Lourenço em um importante ator-acontecimento nessa(s) outra(s) rede(s) em formação, decorrente(s) da situação provocada pelo edital. Cumpre lembrar, novamente com Venturini (2010a, p. 8), que na medida em que se considera uma controvérsia, clarifica-se o significado da existência do hífen existente entre Ator (“um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção”, Latour, 2012, p. 75) e Rede na TAR (*Teoria Ator-Rede*), já que cada ator pode ser decomposto em uma rede e qualquer rede, não importa o seu grau de heterogeneidade, pode coagular para funcionar como um ator.

para uma empresa multinacional - a CODEMIG não estava vendendo as águas de Caxambu e Cambuquira, mas procurando parceiros privados. E aparentemente familiarizado com a cartilha ambiental(ista), aquele senhor recorreu ao coringa da sustentabilidade, mas ressaltou a sua ambivalência: sustentabilidade ambiental, apenas se econômica. O presidente da COPASA mencionou um estudo já realizado, cujo resultado indicou que, para que se tornasse um empreendimento viável, a vazão de água engarrafada, em Caxambu, teria que ser de 12 milhões de litros de água por ano (um milhão de litros por mês). Ele ressaltou que a outorga do DNPM estipulava uma vazão de 32 milhões de litros de água por ano, e a CODEMIG havia proposto, no edital, uma vazão de 12 milhões de litros de água por ano. A garrafa daquele senhor tinha, ali, um apelo afetivo que era afetado pelo preço efetivo de sua realização: 12 milhões de litros ao ano renderiam o lucro estimado, e aquela garrafa precisaria ser multiplicada para dividir os 12 milhões de litros planejados.

Mal acabara o representante da CODEMIG de apresentar aqueles números e foi chegado o momento da fala do especialista. Ante a sua presença, o jogo sofreu uma reviravolta: iluminai-vos, ele parecia dizer, mas não sem a modéstia que o caracterizava. Mas aquele senhor estava ali como convidado, e não fora o especialista que convocara o jogo político, ao contrário, fora ele o convocado pela política territorial acusada nas reivindicações dos grupos que floclavam naquelas cidades. E para aquele senhor, a exploração deveria se debruçar apenas àquela parcela que era conhecida das águas, o que, em virtude da dinâmica climática e de um extenso período sem monitoramento, suspeitava-se que fosse uma parcela possivelmente ínfima, o que tornaria as expectativas da CODEMIG, do ponto de vista técnico, inviáveis, pois inseguras. Em sua opinião, seria preciso cautela, e um benefício dessa precaução seria um ajuste nos passos entre a política e a ciência<sup>312</sup>. Para o especialista, as águas minerais deveriam ser tratadas em sua multifuncionalidade ambiental, sanitária e terapêutica<sup>313</sup> - e não como recurso mineral. A garrafa daquele senhor associou entidades muito dispersas: das bactérias à atmosfera, passando pela legislação, os laboratórios, a

---

<sup>312</sup> Um breve, mas potente, comentário de Bruno Latour (2016, p. 158) sobre o princípio da precaução ilustra o que pretendo com a passagem que origina esta nota: “[...] o princípio da precaução, tão importante quanto violentamente atacado, coloca fim a essa estranha forma de pensar a ação: agora, a ação já não seguiria o conhecimento, mas o acompanharia, precederia e, às vezes, o sucederia.”

<sup>313</sup> Note-se que, em 2006, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 971/2006, instituiu as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Nessa Portaria estão as diretrizes e as responsabilidades institucionais para a oferta de produtos como o termalismo, e possibilita a indução de políticas, ações e programas aos estados e municípios, assim como ao governo Federal, para utilizar as PICS no âmbito da saúde pública.

medicina, as cidades e as fábricas de engarrafamento: para ele, a existência da garrafa deveria ser acompanhada de precaução.

Afogados os aplausos em respeito à ordem que exige o progresso das solenidades na casa do povo, cessaram-se os ânimos. E logo após o especialista, ganhou voz o então prefeito da cidade de Itamonte, também no sul de Minas Gerais, que se apressou em apresentar as suas credenciais – sem externar nenhum traço de arrogância – junto da Agência Nacional de Águas. Disse aquele senhor que não se opunha às parcerias público-privadas, uma vez que a sua experiência lhe conferira certa segurança para sugerir a ineficiência na gestão das águas por entes unicamente públicos. Em sua breve fala, a garrafa teria melhores condições de existir se amparadas pelo cuidado empresarial fiscalizado pelo estado, porém, com a participação das comunidades locais.

E perto do fim, um rapaz pediu a palavra: sua roupa não era adequada à ocasião. Usava uma bermuda curta, o que bastou para uma veloz, porém cuidadosa, repreensão do Presidente da Casa acerca dos seus trajes (escassos por ali, bastavam os trapos do Nazareno apregoado na parede). O Presidente, então, relevou o descuido e lhe concedeu a palavra. O rapaz apelou, aparentemente efervescido por uma visita recente ao Parque de São Lourenço, para que não se repetisse, em Caxambu e em Cambuquira, o ocorrido naquele município. Para ele, a garrafa parecia importar menos do que as condições primárias da sua existência. Se aquela garrafa deveria permanecer existindo, que não fosse afetado todo o entorno que a tornava possível – desde os lençóis que abastecem os aquíferos até as fontes do (e o) Parque.

Naquele dia, outras falas foram proferidas, algumas mais combativas, outras mais combatidas, e mantiveram-se suspensas como pequenos núcleos de condensação que antecedem a ocorrência de uma precipitação. Necessitavam aglutinar-se para ganhar gravidade política. E isto pode ser observado nas ocasiões destacadas. A fala do especialista aglutinou as reivindicações da maioria do público, pois aqueles que questionaram o edital pareciam aguardar a realização de estudos científicos que talvez os fizessem mudar de ideia. E para a maior parte do público, os estudos científicos deveriam, no mínimo, anteceder a decisão de exploração das águas, e no máximo, caminhar junto com esta (e aí o princípio da precaução).

Mas como um romântico devoto pintaria uma paisagem harmoniosa, seria ingenuidade devotar um reino de harmonia àquela paisagem variegada. Como Deleuze e Guattari (2013, pp. 15 – 16) observaram: “se cada cidadão aspira a alguma coisa, ele encontra

necessariamente rivais”<sup>314</sup>. E seria demasiado simplificador assumir que os cidadãos de Caxambu e Cambuquira estivessem, em sua totalidade, de pleno acordo sobre o edital da CODEMIG. Se, para alguns, as águas deveriam ser tomadas nas fontes, o que incentivaria o turismo na cidade, para outros, uma cidade esvaziada de gente à procura das águas ainda poderia encher muitas garrafas e garantir numerosas vagas de emprego. Mas também aí, uma concordância permaneceu entre os discordantes: o nome das cidades deveria estar vinculado às águas: e fosse nas gôndolas dos supermercados ou nas fontes dos parques, as águas deveriam ser procuradas pelos nomes das cidades de onde surgiam, e isto não seria negociável. As garrafas deveriam trazer nos rótulos a marca de sua procedência: “Caxambu” e “Cambuquira”.

Ao final da audiência, permaneci sob certa influência de Baco, inebriado pelas tantas anotações em meu caderno e pelo confuso vaivém de pessoas aglutinando-se em grupelhos que rapidamente desfaziam-se. E ali, gozando do benefício de ser um intruso, enquanto mirava uma garrafa de água deixada próximo do púlpito oferecido aos informantes, eu só conseguia pensar: “quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos” (Gilles Deleuze, em conversa com Michel Foucault, 2011, p. 70).

#### 4.3.3 Translação de interesses<sup>315</sup>

Como se viu, quão mais perspectivas forem expressas em uma audiência pública “o barulho se torna maior e não menor”. Isto porque *tornou-se preciso decidir se a garrafa de água mineral deveria ser fabricada ou não*<sup>316</sup>. Afinal, “você concorda com a exploração das águas minerais do sul de Minas pela iniciativa privada?”; ou deve-se “parar o edital”?<sup>317</sup>. Mas que autoridade seria capaz de fazê-lo?<sup>318</sup>. Com quais instrumentos?<sup>319</sup>

<sup>314</sup> Assim escreveram Deleuze e Guattari (2013, pp. 15 – 16): “O marceneiro aspira à madeira, mas se choca com o guarda-florestal, com o lenhador, com o carpinteiro, que dizem: sou eu, sou eu o amigo da madeira”. Nesse caso, cidadãos, pois, também rivais. Os hidrofílicos são variados e, ocasionalmente, podem se tornar rivais.

<sup>315</sup> Por “translação” entende-se, segundo o léxico de Bruno Latour (2000, p. 179), “[...] a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam”. Logo, uma informação que, na medida em que é transportada, é transformada.

<sup>316</sup> Tomo de empréstimo – não sem modifica-la, mas mantendo o teor de sua motivação– a sentença publicada originalmente em Latour (2000, pp. 53-54), a saber: “é preciso decidir se o MX [sistema de defesa contra os mísseis soviéticos com precisão de 100 metros] deve ser fabricado ou não”.

<sup>317</sup> Matéria intitulada “Parem o edital”, publicada no jornal Tribuna Sul de Minas. Disponível em: <<http://tribunasuldeminas.com.br/parem-o-edital-palavra-de-ordem-foi-grito-de-protesto-em-favor-das-aguas-minerais-em-audiencia-publica/>>. Acesso em: fev. 2017.

Se a CODEMIG vislumbrou estabelecer um parceiro privado em conta de participação para a exploração do negócio de águas minerais, seria preciso despertar interesses para colecionar aliados. Mas para atingir tal objetivo, foi preciso lidar com outros atores nem tão interessados assim na proposta original. A intenção da CODEMIG ao publicar o edital fora preenchida por interrupções que fragmentaram o seu projeto original, e a existência das garrafas de água mineral Caxambu e Cambuquira começou a se complicar.

Em fevereiro de 2017, a prefeitura de Caxambu emitiu um ofício<sup>320</sup>, no qual externou as suas “sugestões, críticas e questionamentos” sobre o edital. A Prefeitura (CAXAMBU, 2017, p. 2) ressaltou que o edital deveria informar a “todos os interessados na [...] licitação”, e que “as fontes de águas mineral e outras instalações listadas nos diferentes documentos anexos” estão “todos localizados no Parque das Águas de propriedade da CODEMIG – mas inseridos na área central e de maior povoamento no município de Caxambu [sic]”. Assim, as “vias urbanas sob a jurisdição da Prefeitura Municipal” são “as únicas opções possíveis de escoamento da produção das águas minerais”, mesmo que essas águas fossem extraídas “segundo os direitos minerários assegurados à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais [CODEMIG]”. E três sugestões foram colocadas pela prefeitura, para que fossem “parte integrante do edital e do contrato que vier a ser celebrado” (CAXAMBU, 2017, p. 2):

- I) a CODEMIG poderia dedicar um esforço maior ao “conjunto de outros equipamentos, instalações e recursos” que, no entendimento da prefeitura, “poderiam oferecer melhor aproveitamento econômico, social, ambiental e cultural para o desenvolvimento sustentável municipal e de todo o Circuito das Águas Mineiro”, e que “melhor atendendo aos anseios da população das

---

<sup>318</sup> Matéria intitulada “autoridade internacional pede que Fernando Pimentel não privatize circuito das águas em MG” e publicadano site do jornal The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/03/08/exclusivo-autoridade-internacional-pede-que-fernando-pimentel-nao-privatize-circuito-das-aguas-em-mg/>>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>319</sup> Matéria publicada em 10 de março de 2017. Nesta reportagem da EPTVobservou-se o surgimento de uma Ação Civil Pública emitida pelo Promotor de Justiça de Cambuquira, em conjunto com o Procurador de Justiça da cidade de Varginha, solicitando a suspensão da consulta pública prevista no edital da CODEMIG, acrescentando, ainda, a solicitação de que a CODEMIG se abstinisse de promover a licitação ou outro instrumento jurídico para a exploração privada das águas da cidade de Cambuquira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/jornal-da-eptv/videos/t/edicoes/v/mp-tenta-suspender-licitacao-da-codemig-para-exploracao-de-aguas-em-cambuquira-mg/5714442/>>. Acesso em: mar. 2017.

<sup>320</sup> Ofício nº 131/2017. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/2017/03/oficio-prefeitura-de-caxambu.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

idades do sul de Minas Gerais”, mostravam-se mais promissoras “do que a simples exploração das águas minerais”;

- II) a outra sugestão foi direcionada “aos prazos estipulados pela licitação” do edital, que “torna pequena e restrita a ação de um ente do Estado de Minas Gerais”, já que, no entender da prefeitura, tal ente “deveria estar voltado a ações multiplicadoras dos efeitos de suas intervenções para a geração de empregos e renda no sul de nosso estado”;
- III) e então, a prefeitura se disponibilizou para propor a “formulação de um modelo econômico das águas minerais do Parque das Águas caxambuense e de outros recursos municipais”, que, se comparado ao edital, seria dotado de “melhores resultados para o desenvolvimento sustentável do Circuito das Águas”.

Em resumo, a prefeitura observou a ocorrência de “recursos municipais” outros que não apenas a exploração das águas minerais, e que estariam em maior afinidade com os interesses da população para se chegar a um objetivo diferente daquele proposto no edital; e poderiam ser contempladas outras potências nos limites do município que não somente as águas limitadas nas garrafas. Para a prefeitura, o edital era passível de crítica porque (CAXAMBU, 2017, pp. 3 – 5):

- I) não havia, nos documentos oferecidos pela CODEMIG, a “exigência explícita e solicitação de comprovação de parceiro privado, na operação de “exploração de água mineral” e conhecimento técnico e normativo para a operação de atividade extrativa [aspas do original]”;
- II) portanto, a CODEMIG “capitalizará os seus direitos de exploração” das fontes Caxambu em entidade jurídica a ser constituída e operada com um parceiro ao qual não se exige expertise em tais atividades”;
- III) também não havia, no documento, um “detalhamento do plano de escoamento da produção através das áreas urbanas do município de Caxambu”, que abrigam “múltiplas construções reconhecidas pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais”<sup>321</sup>;

---

<sup>321</sup> Destaque para a complexidade de construções presentes no “Conjunto Paisagístico e Arquitetônico do Parque das Águas de Caxambu”, tombado pelo estado de Minas Gerais através do Decreto do Executivo nº 40.288, de 01 de março de 1999; e a Igreja de Santa Isabel da Hungria, tombada pelo Decreto nº 19.153, de 26 de outubro de 1978 (IEPHA, 2014a, pp. 139 – 144; IEPHA, 2014b, pp. 107 – 110).

IV) notou-se a ausência de “estudos submetidos à consulta popular”, sobre os impactos na “circulação urbana, deterioração de vias públicas, poluição sonora”, antes que fosse colocada em curso “a contratação da ampliação de uma atividade de extração mineral e industrial”, indissociável da “área urbana e central do município de Caxambu”. E considerando isso, a prefeitura atentou para “a ignorância das distinções necessárias entre a atividade de mineração e industrialização em área urbana”, o que “compromete a efetiva concretização do objeto da licitação”, porque “coloca em risco a vida de cidadãos e turistas visitantes”, pois os exporiam “à convivência diária com caminhões de cargas usados para o escoamento da produção das águas minerais, sem qualquer planejamento conjunto com as autoridades municipais”.

E então, a prefeitura fez uma proposta para transladar o objetivo original da CODEMIG, quando argumentou (CAXAMBU, 2017, p. 5):

manifestamos também [...] a disposição dos cidadãos caxambuenses, através dos instrumentos aqui mencionados ou outros que nos sejam possíveis construir conjuntamente com a CODEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, para uma melhor solução de aproveitamento dos direitos minerários das águas extraídas da zona urbana de Caxambu [sic].

A Câmara Municipal de Cambuquira também posicionou os seus interesses sobre o assunto<sup>322</sup>. E na condição de representante de “toda a população cambuquirense”, com “cerca de 13 (treze) mil habitantes”, manifestou, por meio de um ofício (CAMBUQUIRA, 2017), “seu protesto, descontentamento e insatisfação” sobre a proposta da CODEMIG, que ofereceu, no entender da Câmara, “a exploração das águas minerais sem proporcionar um debate aberto e franco com a população”. O documento manifestou “extrema e profunda preocupação com as condições lançadas na minuta do edital”, pois este preocupou-se “em exigir a exploração MÍNIMA de envasamento por parte da eventual empresa vencedora [maiúsculas conforme o documento original]”. Para a Câmara de Cambuquira, o não estabelecimento da captação máxima “certamente levará nossas águas minerais à exaustão”. E a “atitude unicamente mercenária” da CODEMIG colocaria em risco, “no futuro próximo, a própria existência de nossa cidade”; e daí a súplica para “que seja a publicação do edital imediatamente suspensa”, de maneira a conceder “oportunidade para a participação popular e o debate amplo”.

---

<sup>322</sup> Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/2017/03/oficio-camara-municipal-cambuquira-23-2017.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

Pouco tempo depois da publicação desses ofícios, no mês de março, alguns cidadãos caxambuenses emitiram um abaixo-assinado<sup>323</sup> solicitando o “cancelamento do referido processo” licitatório previsto no edital da CODEMIG, caracterizado-o como “obscuro”, já que “pode oferecer riscos à nossa maior riqueza natural” (as águas minerais). Isto porque o edital sequer estabeleceu “um limite máximo quanto à sua extração, mas tão somente um mínimo”. Soma-se, ainda segundo o abaixo-assinado, que “nenhum poder fiscalizatório” fora atribuído ao município, o que acenaria a um “risco ainda maior de eventuais abusos no decorrer da exploração das águas”. O desejo da população estava agenciado à manutenção do município “como administrador do Parque das Águas”, mas não sem reconhecer a possibilidade de uma “parceria junto à CODEMIG”, que se efetivara por um longo tempo, com a “preservação das nossas belezas naturais, em especial, das águas minerais”. Portanto, a continuidade da parceria não seria desencorajada, desde que o município permanecesse como o administrador do Parque das Águas. Havia, no abaixo-assinado, “um sentimento de medo de que a empresa que for consagrada vencedora do certame explore em demasia as nossas águas minerais”, o que poderia provocar alterações na qualidade e quantidade dessas águas, situação que não seria inédita no circuito sul-mineiro, “como já aconteceu [...] inclusive na cidade vizinha de São Lourenço/MG”. É possível dizer que a população empreendeu um (re)curso na ação original da CODEMIG, através de um documento “objetivando [o] seu cancelamento [do edital]”. É “válido salientar” que os cidadãos “não são contra o processo licitatório em si, mas contra a maneira controvertível e escusa que ele está sendo conduzido neste momento”. Mas como o processo licitatório estava envolto em uma nebulosa de documentos esparsos, informações incompletas e interesses escusos, pediu-se à CODEMIG o estabelecimento de uma confluência entre os seus objetivos e os interesses dos cidadãos por meio de um remanejamento das intenções expressas no edital.

O Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), em 08 de abril de 2017, emitiu um documento com uma série de recomendações, dentre as quais, a determinação, endereçada ao Diretor-Presidente da empresa CODEMIG, de “suspensão de publicação do Edital”, em decorrência “dos fatos e disposições legais”, tais como a exploração das águas pela CODEMIG “de forma que se tem imprimido essencialmente a perspectiva econômica (lucro) ao negócio de exploração de garrafas pet de água mineral”, sem que os “investimentos público empregados, de alto vulto” garantissem “uma eficaz gestão dos recursos hídricos [...] de

---

<sup>323</sup> Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/2017/03/abaixo-assinado-aguas-minerais.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

forma a tutelar o patrimônio comum”. E isto viria acompanhado de uma “precariedade [de] racionalidade comunicativa” entre o estado de Minas Gerais e a CODEMIG com os municípios de Caxambu e Cambuquira. E no documento do MP-MG, oito pontos básicos foram enfatizados, a saber:

a) a imediata suspensão da licitação [...]; b) deve ser permitido o envasamento das águas que apenas decorrem de sua recarga; ficando expressamente proibida a utilização de sua reserva; c) exploração apenas da fonte Mayrink; d) garantia da utilização do Parque das Águas pelo povo caxambuense e seus visitantes; e) exigências de estudos atuais ou recentes sobre a produção das águas por minuto; f) exigência de publicidade para o incentivo do visitante e turista vir até Caxambu para beber água na fonte; e) a parceria pretendida para a exploração das águas minerais não pode se resumir na obtenção de lucro; f) assegurar ao município, por meio de uma comissão, o acompanhamento da fiscalização e execução do contrato de parceria, inclusive com acompanhamento técnico; g) instalação de hidrômetro para o acompanhamento e fiscalização da exploração das águas minerais; h) assegurar ao município uma participação financeira de R\$ 0,10 (dez centavos) por litro de água mineral extraída [grifos do original].

E se muito foi dito, é por que poucos foram ouvidos antes da publicação do edital pela CODEMIG. E se aqueles ruídos inaudíveis fizeram mais barulho do que o previsto, seria preciso escutar aquelas vozes em uma nova audiência, dessa vez, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

No dia 15 de junho de 2017, foi realizada uma nova audiência pública para tratar da concessão dos parques e águas de Caxambu e Cambuquira para um parceiro privado <sup>324</sup>. Nessa audiência, uma representante da CODEMIG destacou que a empresa e o governador de Minas Gerais preocupavam-se com a sustentabilidade, e ressaltou que o que estava em questão não era um processo de privatização, mas uma “sociedade em cotas de participação”, na qual a CODEMIG continuaria em posse dos ativos. Mas logo em seguida, uma proposta ativamente competitiva ficou expressa em uma conjunção opositiva que sucedeu certo lampejo de harmonia: “vibramos pela natureza e a respeitamos [...] *mas*, a partir do momento em que se está engarrafando, precisamos ser competitivos [grifo meu]”<sup>325</sup>, ela completou. E sobre o parque de Caxambu, a representante externou certo descontentamento, já que seria preciso “buscar uma forma para que as receitas obtidas com ele sejam investidas no próprio Parque”. Porém, o receio de uma possível interferência no acesso ao Parque fora por ela logo afastado: “em momento algum se pensou em não permitir acesso. Não há nenhum projeto

<sup>324</sup> Para uma versão taquigráfica da “10ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico da 3ª sessão legislativa ordinária da 18ª legislatura” (MINAS GERAIS, 2017), ver: <<http://www.camaracaxambu.mg.gov.br/v1/download/downloads/CodemigAP.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

<sup>325</sup> As falas que aqui reproduzo o foram feitas por uma transcrição. Caso o leitor queira verificar a apresentação da representante da CODEMIG, ver: Minas Gerais (2017, pp. 31 – 37).

absolutamente sobre isso”. Já ao fim de sua apresentação, a representante da CODEMIG afirmou que a empresa estivera trabalhando com a exploração de volumes inferiores de água mineral àqueles permitidos em lei, situação que deveria ser transformada para que a marca Caxambu pudesse figurar nos “melhores restaurantes, bares, hotéis do estado de Minas Gerais e, quiçá, em outros estados”. E para fazer transbordar a água mineral de Caxambu para além do estado de Minas Gerais, seria preciso exigir mais das unidades envasadoras, embora devessem ser respeitados os limites de vazão: a progressão da marca Caxambu dependeria de um engarrafamento mais competitivo, visto que “o modelo atual não é de sucesso”.

A representante do Instituto de Gestão das Águas Mineiro (IGAM) ressaltou a já citada Resolução nº 76/2007 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que tem por objetivo unir a gestão das águas enquanto recursos hídricos e minerais, e observou que o ordenamento territorial dos municípios seria fundamental para que os locais de recarga das águas fossem preservados: “nenhuma instância é mais competente do que ela mesma, tanto que é dela a competência de estabelecer o ordenamento territorial, que é do município”. E “dentro da competência do IGAM, que é o órgão gestor de recursos hídricos do estado, estamos celebrando agora [...] depois de muitos anos, não de negociação, mas de discussão [...] um acordo de cooperação com o DNPM” para integrar as informações buscando a “conservação das águas nessas regiões”.

Em seguida, o representante do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) disse que “Água é vida [...] água é alimento; água é tudo, água é essencial para nós”, ainda que, pela hombridade de seu ofício, tenha reconhecido desconhecer as minúcias da controvérsia da qual fora enviado para participar (“infelizmente, não tenho acompanhado essas discussões de perto”), mas não sem sublinhar a importância da água mineral, atestada e impressa em um Código próprio. Aquele senhor destacou a qualidade da água de Caxambu, a qual pretendia continuar saboreando, mas enfatizou desconhecer presencialmente a cidade que a produzia. E registrou o seu entusiasmo por, até ali, nenhum falante ter externado o desejo de interrupção da produção. Adiante, passou a palavra ao geólogo do mesmo órgão, que conhecedor do ciclo hidrogeológico, destacou a importância do monitoramento realizado pelo DNPM para a realização de novos estudos das águas da região, acentuando a importância da crenologia e a necessidade do desenvolvimento desse campo para a divulgação das qualidades terapêuticas daquelas águas. Até então, a amistosidade reinava aparentemente absoluta e o relativismo estava posto de lado na audiência.

O representante do SEBRAE estava ali na condição de contribuir para o tema do turismo. Para ele, seria o caso de se repensar o turismo através de um reposicionamento do

circuito das águas sul-mineiro: se antes, o turismo fora baseado na cura, parecia chegado o momento de “pensar a água como saúde, como bem-estar”, nos moldes das atribuições que lhes são conferidas em âmbito internacional. É dizer que se antes fora preciso replicar um modelo internacional para tratar de um corpo doente, agora, parecia seria preciso replicar tal modelo para cuidar de um corpo sadio: antecipar-se à cura, se poderia dizer. E encerrada a fala do representante do SEBRAE, foi chegada a hora da amistosidade render lugar ao relativismo; ora, não é o relativismo aquilo que se opõe ao absolutismo (neste caso, o que se opõe à amistosidade absoluta)?

E o representante de uma empresa de estratégia ambiental assim o fez. Primeiro, colocou algumas questões sobre as águas minerais, para em seguida fazer o mesmo sobre o parque das águas. Sobre as águas, aquele senhor disse ver a história se repetir: “não se fala no limite de exploração”, e colocou as seguintes questões: “Qual é o limite de exploração? Cadê o monitoramento das águas?”. Seria preciso, aconselhou, saber o que se estava fazendo, já que uma atitude equivocada em um local poderia gerar consequências surpreendentes em outras regiões, uma vez que estes corpos de água conectam-se por vastidões ainda pouco conhecidas<sup>326</sup>. Com relação ao Parque das Águas, o senhor disse que também se estaria trabalhando no escuro, já que por repetidas vezes fora proferido, em outras ocasiões, o argumento de que “o Parque não é viável” (economicamente). Ocorre que, lembrou aquele representante, as atividades que acontecem na cidade acabam por afetar o Parque e, então, se os Parques das cidades sul-mineiras não são viáveis, ele completou, as cidades também deixariam de sê-lo. A pressão aumentara; o barulho também.

A representante da Associação dos Amigos do Parque das Águas (AMPARA-Caxambu) externou a sua preocupação com a situação, e falou sobre a necessidade de um modelo perene de gestão. Não é possível, dizia aquela senhora, desmembrar a cidade, as águas e o Parque, “porque somos do território; sabemos o que é importante para nós”, e sendo do território, tratou de esclarecer algumas questões críticas; i) a área determinada para a proteção das fontes corresponde aos muros do Parque; i.e., toda a área do Parque; ii) se o trabalho da Companhia de Produção Mineral (BAETO et. al., 1999) estipulou que os caminhões não deveriam trafegar em regiões específicas, “estão certos os caminhões pesados que entram no parque das águas para embarcar água?” ; iii) a exploração de águas engarrafadas, caso realizada sem critérios claros e pré-estabelecidos, só vislumbra o lucro, o

---

<sup>326</sup> Lembro que o projeto SIGA, citado na introdução dessa última parte da tese, ainda não tinha sido divulgado na época dessa audiência.

que colocaria as águas minerais sob risco; iv) algumas condicionantes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental para a proteção de águas de recarga não foram cumpridas; e v) seria necessário retirar as águas minerais da tutela do código de mineração.

E a relatividade começava a se desenhar no espaço absoluto da Câmara de Belo Horizonte. O representante da ONG Nova Cambuquira expôs uma sensação conflituosa: por um lado, expressou gratidão pela oportunidade de conferir publicidade ao tema, e, por outro, afirmou a sua indignação sobre a privatização da água. Privatização que, para aquele senhor, estaria ali sendo proposta sob o nome de um “parceiro privado”. Na condição de representante da ONG, registrou o interesse da mesma de ser contra a privatização, e ressaltou a incoerência da manutenção das águas minerais sob a tutela do código de mineração.

A Câmara Municipal de Lambari foi representada por um vereador que destacou que, naquela cidade, a água fora descoberta pela saúde, e bastaria observar a bandeira do município para verificar essa situação. Aquele senhor destacou que em Lambari, a vazão das águas não desperta o interesse comercial, apenas o valor de uma água dotada de qualidade específica, chamada de “gourmet”. Mas ele observou que, em virtude da conectividade subterrânea das águas, as alterações realizadas por uma possível intervenção irresponsável em uma região vizinha poderiam afetar as, já pouco expressivas, vazões das águas de Lambari. Este senhor convocou um apelo à capacidade de afetação dessas águas na saúde e sublinhou que o caso de São Lourenço ilustrou um caminho equivocado.

Ao final das explicações, como no ambiente observado na primeira audiência, em fevereiro daquele ano, a atmosfera era bem diferente daquela de seu início. Foi como se as palavras tivessem ganhado energia na agitação rasteira das fricções circulantes, que lhes conferiram a força para romper a densa camada da concordância absoluta que deu o tom do início da solenidade. E se o ambiente foi tornado quente, é porque foi relativizado: conforme se aqueceram os assuntos naquele espaço absoluto, emergiu um espaço relacional: as concordâncias cederam lugar a outras miradas, e na miragem da concordância absoluta se pôde observar os pontos de vistas discordantes<sup>327</sup>. Finalmente, a assumpção de que havia uma guerra em curso. Benefício secundário: buscar a paz.

---

<sup>327</sup> Fundamentalmente inspirado em Alfred Whitehead (2009, pp. 28, 29): “[m]as se o espaço for absoluto [...], o curso do argumento pouco se altera” - embora com notável influência do geógrafo David Harvey (2015): o espaço absoluto é relativo e relacional no espaço-tempo: as paredes do local limitam o espaço absoluto, por exemplo. Mas o informante é relativo em relação ao público (à audiência, se quisermos), uma distância que não assegura a transmissão da informação sem que haja transformação, dissipação, esvanecimento. E há o componente relacional, i.e., as experiências vividas pelos presentes trazidas ao espaço-tempo absoluto. Esse espaço é, portanto, se seguirmos David Harvey, absoluto, relativo e relacional. No modo absoluto, realiza-se

E com o trabalho diplomático iniciado ainda no falatório virtual antes da primeira audiência na cidade de Caxambu, o interesse originário da CODEMIG foi interrompido e transladado. E a concessão do Parque à prefeitura de Caxambu, que deveria ser encerrada no dia primeiro de julho de 2017, fora prorrogada em mais 90 dias. E isto corresponderia atendera os interesses da prefeitura, pois Caxambu é uma cidade turística que tem no período das férias escolares um dos melhores momentos para a movimentação dos mercados dependentes dos parques nas cidades. Ficou acordado, então, nas considerações finais da CODEMIG, na ocasião daquela audiência em Belo Horizonte, que a concessão do Parque à Prefeitura seria estendida, e que um Grupo de Trabalho seria criado para “buscar a sustentabilidade do Parque”.

Em 03 de junho de 2017, a Sociedade Amigos do Parque das Águas de Caxambu (AMPARA) propôs a criação de um conselho gestor do Parque das Águas, com representatividade comunitária e do poder público. Uma das atribuições deste conselho seria implantar uma proposta de Gestão Social do Parque de Caxambu, compartilhada com Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal, Estado, parcerias com Universidades Públicas e Institutos Federais, entre outras possibilidades. Havia a intenção de construir um modelo institucional de preservação, gestão e uso democrático do patrimônio; reconhecer as águas das estâncias como minerais, medicinais e especiais; e estipular critérios para que os recursos oriundos de qualquer atividade econômica realizada na área do Parque fossem revertidos para a preservação e manutenção do Parque mesmo, incluídas aquelas atribuídas às águas minerais.

E se tivesse sido empreendida uma análise cartográfica tal como a que representou o caso de São Lourenço, veria-se que o “zigue-zague”, nesse período, teria curvas menos acentuadas, amenas como num fio de barbante balançado pela lassidão de uma mão paciente. Mas em 30 de novembro de 2017, a CODEMIG publicou um novo edital para “seleção de parceiro privado para constituição de sociedade em conta de participação destinada à exploração do negócio de águas minerais das unidades de Caxambú e Cambuí/MG”

---

uma ação e espera-se as conclusões segundo os objetivos. No modo relativo, as interpretações são construídas de modo diferente, e algo mais do que as conclusões esperadas no modo absoluto podem ser alcançadas. No espaço absoluto, as escolhas são claras, mas quando se passa ao modo relativo elas se tornam mais fluidas, e muito difíceis de serem tomadas no modo relacional. Inspirado nessas concepções (Whitehead e Harvey), pode-se dizer que a transformação dos objetivos originais implica uma relativização no espaço da audiência acima descrita.

[sic]<sup>328</sup> (Figura 29), que, assim como o primeiro edital, alvo de uma interrupção pelos desvios já descritos, durará 15 anos e poderá ser prorrogada por mais 15 anos.

Figura 29 – Edital publicado pela CODEMIG

**DETALHES DA LICITAÇÃO**

**Nº DA LICITAÇÃO: 07/2017**

EMPRESA: CODEMIG

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL	DATA DA LICITAÇÃO: 20/12/2017	STATUS: EM ANDAMENTO
-------------------------------	-------------------------------	----------------------

OBJETO:

SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO PARA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO DESTINADA À EXPLORAÇÃO DO NEGÓCIO DE ÁGUAS MINERAIS DAS UNIDADES DE CAXAMBÚ E CAMBUUIRA/MG

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 30/11/2017

---

ABERTURA DA LICITAÇÃO

DATA: 20/12/2017	LOCAL: CODEMIG - RUA MANAUS 467 - SANTA EFIGÊNIA - BELO HORIZONTE/MG
------------------	--

INFORMAÇÕES:

EDITAL, ATAS E ARQUIVOS PARA DOWNLOAD:

 <a href="#">Link para acesso aos anexos</a>	Baixar arquivo
 <a href="#">Edital</a>	Baixar arquivo
 <a href="#">Publicação MG - Aviso de Licitação</a>	Baixar arquivo

Legenda: Edital para seleção de parceiro privado publicado pela CODEMIG, em 30/11/2017.

Fonte: CODEMIG, 2017.

E a resposta dos cidadãos, que pouco tempo antes entreviam alguma possibilidade de acordo, veio na forma de uma “Ação Cautelar preparatória de ação civil pública ambiental”, solicitando a paralisação do novo edital da CODEMIG. Mas a empresa estatal já havia marcado o pregão para o dia 20 de dezembro de 2017. E se um martelo havia sido batido pela decisão da empresa, ele ecoou mais do que se esperava, e no dia previsto para o leilão, um comunicado fora emitido pela CODEMIG:

às 16:00 horas, do dia 20 de dezembro de 2017, reuniram-se, na sede da CODEMIG [...] o Pregoeiro Oficial desta empresa pública e respectivos membros da Equipe de Apoio [...] com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão para Seleção de parceiro privado para constituição de Sociedade em Conta de Participação destinada à exploração do negócio de águas minerais nas unidades de Caxambu-MG e Cambuquira-MG. O pregoeiro comunicou a suspensão do certame em virtude de decisão liminar [...]

<sup>328</sup> Evidentemente, o leitor notará o equívoco na grafia dos nomes das cidades/águas. As mantive aqui, já que assim constavam no edital.

O comunicado acima transcrito referiu-se a uma determinação, em Juízo, emitida no dia 20 de dezembro de 2017 (Figura 30). Tal determinação respondeu à solicitação de paralização do edital, realizada pela ONG Nova Cambuquira.

Figura 30 – Deferimento para a paralisação do Edital

Diante do exposto, **DEFIRO** a tutela provisória e **DETERMINO** que o réu se abstenha de realizar o processo licitatório a ser realizado na data de hoje às 15:00h. Serve a presente como mandado intimação.  
Intimem-se.  
Elói Mendes, 20 de dezembro de 2017.

Legenda: Determinação da Juíza Plantonista referente ao pedido de paralização do Edital da CODEMIG, realizado pela ONG Nova Cambuquira.

Fonte: ONG Nova Cambuquira.

Mas no dia 27 de dezembro de 2017, após uma decisão tomada pelo juiz federal plantonista, que transferia a responsabilidade da decisão para o juiz responsável pelo julgamento da ação contra a CODEMIG<sup>329</sup>, o pregão fora, enfim, realizado. E após a disputa de lances entre dois fornecedores participantes, a empresa “Maximus Prestação de Serviço Eireli” foi oficializada como a parceira privada da CODEMIG na exploração das Águas Minerais de Caxambu e Cambuquira (Figura 31)<sup>330</sup>.

<sup>329</sup> Descrito assim no perfil do facebook da ONG Nova Cambuquira: “[o]Juiz Federal de plantão entendeu que não é cabível sua análise desse caso, mas sim ao Juiz Federal que irá julgar ação contra o Edital da Codemig, após o recesso do judiciário. Porém, ressaltou que a Codemig, decidindo por realizar o pregão amanhã 27/12/2017, assume o risco da decisão a ser tomada, mesmo depois do resultado desse pregão, uma vez que ele poderá ser anulado e gerar grandes prejuízos àquela empresa, já que conforme CPC/2015 as decisões mesmo expedidas por juiz absolutamente incompetente têm seus efeitos conservados”.

Disponível em: <https://www.facebook.com/novacambuquira/photos/a.191001401037872.42691.176695075801838/1036728426465161/?type=3&theater>. Acesso em: dez. 2017.

<sup>330</sup> Destaco que o percentual manifestado na imagem corresponde ao critério de maior proposta, cuja variação, conforme proposto no edital, seria entre 10% e 50%. Logo, a empresa, na ocasião do pregão, manifesta a percentagem que estaria disposta a ceder à CODEMIG quando da sua atividade – em outros termos, naqueles mais jurídicos, refere-se ao percentual de participação sobre os resultados que a empresa cederá à CODEMIG. Nesse caso, uma empresa, a “Maximus Prestação de Serviço Eireli” “pagou mais”, já que ofereceu uma cota superior, de 45%, se comparada à cota oferecida pela “Original Sucos e Águas Minerais Eireli”.

Figura 31 – Classificação final dos fornecedores

Classificação Final dos Fornecedores		
Número do Fornecedor	Fornecedor	Percentual (%)
01	MAXIMUS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EIRELI	45
02	ORIGINAL SUCOS E ÁGUAS MINERAIS EIRELI	16,8

Habilitação de fornecedor	
Data/hora	Evento
10:44	MAXIMUS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EIRELI foi declarada habilitada.

Página 2 de 3

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig  
Rua Marauá, 457 - Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP: 30190-360 - Tel: (31) 3207-4900 - Fax: (31) 3273-3060 - www.codemig.com.br

Legenda: Ata de Processo Licitatório do Pregão Presencial n.º 07/17.

Fonte: CODEMIG.<sup>331</sup>

Atualmente, há em curso uma ação conjunta<sup>332</sup> para definir uma maneira de exploração mais compatível com outros desejos e interesses. Como uma pintora que se debruça sobre uma tela e a transforma em desejo impresso, os requerentes desejam compor outras paisagens no sul de Minas Gerais, e oferecem uma proposta de acordo para encerrar a demanda que resultou na Ação Cautelar. E aí estão algumas das condições para que as garrafas possam existir, sem que para isso se tenha que apagar os desvios que conduzem a sua composição:

- I) à CODEMIG, solicita-se a realização de monitoramentos das fontes de águas minerais, conforme as recomendações do projeto SIGA (já citadas no início do capítulo) com a publicização dos dados obtidos;
- II) conforme também recomendado no SIGA, propõe-se à empresa uma gestão conjunta, com a participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a elaboração de planos de educação ambiental, replantio e recuperação de matas ciliares das bacias e das nascentes, que seriam custeadas pela CODEMIG, mas realizadas em conjunto com as OSCs requerentes;
- III) ao DNPM, solicita-se a divulgação dos métodos e resultados empregados nas análises de monitoramento dos aquíferos do sul de Minas Gerais;
- IV) à empresa Maximus Prestação de Serviços Eireli, solicita-se a mensuração mensal das vazões espontâneas e do nível estático dos poços, cujos resultados deverão ser divulgados à comunidade;

<sup>331</sup> Note-se que a empresa “Original Sucos e Águas Minerais Eireli” manifestou a intenção de interposição de recurso, como consta na ata do pregão, já que “a [empresa] Maximus, não apresenta esse objetivo social [i.e., de atividade incompatível com o objeto da licitação, a saber: exploração das águas minerais]”. Disponível em: < <http://www.codemig.com.br/wp-content/uploads/licitacoes/493337605-recurso-codeaguas.pdf> >. Acesso em jan. 2018. O recurso fora indeferido.

<sup>332</sup> Cujos requerentes são uma ONG, uma Associação, uma Sociedade e a prefeitura da cidade de Caxambu. E as partes requeridas são a CODEMIG e a Maximus Prestação de Serviços.

- V) também para esta empresa se propõe que não seja realizado o bombeamento mecânico (excluídas as condições específicas que já utilizam sistemas mecânicos para conduzir as águas para os reservatórios, tais como nas fontes Mayrink em Caxambu, e Roxo Rodrigues, em Cambuquira, ou contornar adversidades específicas, como a Viotti, em Caxambu);
- VI) propõe-se que haja obrigatoriedade dos nomes Caxambu e Cambuquira nas marcas das garrafas;
- VII) que as águas sejam envasadas tão somente pelas vazões espontâneas;
- VIII) que o tamanho da planta industrial seja mantido, conforme o tamanho concedido pela CODEMIG (ampliações poderiam gerar danos às águas minerais);
- IX) permitir o acesso de munícipes e turistas às fontes (salvos em casos específicos de manutenção, desde que justificados os motivos);
- X) realizar reuniões, agendadas previamente entre as partes, com a presença de um responsável nomeado pelas OSCs, para acompanhar as atividades de engarrafamento (parte da gestão conjunta);
- XI) não desmineralizar as águas no envasamento e utilizar apenas as águas já captadas para a finalidade do engarrafamento.

Assim pois o cosmograma, aqui expresso, mediocrementemente, na forma desses XI itens (lembro que esta é uma situação ainda em andamento).

Se em São Lourenço, uma garrafa não resistiu às objeções provocadas pelo seu aparecimento excludente, talvez, em Caxambu e Cambuquira, haja uma chance para que as garrafas possam existir sem que seja necessário deletar os interesses que deveriam ter sido considerados desde as primeiras etapas do seu planejamento recente, comunicado no lançamento do edital. E se hoje, as recomendações científicas parecem mais próximas das reivindicações dos ativistas, por outro lado, as recomendações econômicas não parecem estar falando dessa mesma zona crítica, onde pessoas e águas estão imersas em uma geo-história povoada de intimidades entre diferentes entidades que solicitam serem levadas em consideração.

Já era noite quando, em minha última visita ao circuito antes da conclusão da tese, alguns moradores conversavam sobre os poderes curativos das águas enquanto as engarrafavam, acorados, em uma fonte no Parque de Cambuquira. Bem perto dali, perguntei para um morador e ativista que me acompanhava se ele considerava aquelas águas santas. Ele me respondeu que sim, e completou que se elas permanecem santas depois da

medicina, da química e das bactérias, talvez, um dia, a ciência pudesse verificar essa santidade. Se bem entendi, a santidade das águas, para ele, seria a manifestação de um excesso indetectável pelos instrumentos e técnicas de prospecção e investigação. Mas que isso não importava naquele momento, pois a sua crença bastava, desde que as águas continuassem existindo. Se é possível tecer algum comentário sobre essa situação, eu diria que se a Primeira Natureza não obliterou a crença na santidade das águas, e se a alopatia não silenciou a confiança nas suas capacidades terapêuticas, não parece que a Segunda Natureza eclipsará outras formas de relacionamento com as entidades que habitam as águas minerais do sul de Minas Gerais.

E antes de encaminhar a conclusão da tese, eu gostaria de deixar suspenso um exercício reflexivo, tal como aquele endereçado ao jovem Kappus, pelo famoso remetente Rainer Maria Rilke, e que pode ter alguma serventia para lidar com a sensação de desamparo provocada pela emergência ambiental. Disse Rilke (2014, p. 77 - 79): como “Quem fosse retirado de seu quarto, quase sem preparação ou transição, e posto nas alturas de uma grande montanha”, pode ser que surjam “então imaginações inabituais e sensações estranhas, que parecem ultrapassar a medida do que se pode suportar”. Esse nomadismo mágico guarda uma potência reveladora, pois inverte o lugar de partida. Posto só, no alto de uma montanha, pode ser que alguém, no retorno para o seu quarto, se depare com as devastações e criações de mundos que foram repelidas de sua intimidade imediata, e não permaneça alheio nem “aos horrores indizíveis”, nem às relações extraordinárias promovidas pelas circunstâncias da vida. E pode ser que agora, iniciado nas dores e nos devires, finalmente, se possa sentir, através da pele, esse órgão abissal, que se o fim dos mundos é possível, outro presente, com eles, também é. E como quem regressa ao quarto, retornamos, cá no fim, ao motivo que catalisou o início dessa tese, exposto lá na introdução que a inaugurou: como bem observou o Ishamel de Melville, nutrir a ternura pelo que é remoto e “conhecer a parte aquosa do mundo”, para perceber, no horizonte, a ameaça do intolerável e a aurora dos possíveis.

## CONCLUSÃO<sup>333</sup>

*Vi que não há Natureza*

Alberto Caeiro

Esse final possui um formato inusitado. O leitor encontrará aqui uma espécie de método rudimentar (e lembremos que outro nome para método é “caminho”), que o permitirá trafegar com alguma segurança por alguns dos territórios explorados na tese. Esta conclusão parte de um problema que desaguará em uma reflexão teórica que, por sua vez, infiltrará os argumentos que serão abordados nas seções ulteriores. Como de costume, as notas irrigam o texto, que para elas escoam.

### **O problema**

Não parece haver dúvida de que as águas minerais estão na origem de muitas cidades do sul de Minas Gerais. E se as águas são minerais, é porque elas são pedras fundantes daquelas cidades: Atlântidas invertidas.

Mas o que outrora fora considerado como um remédio extraído diretamente das entranhas da natureza (para falar como alguns médicos do século XIX), algumas décadas mais tarde, foi se transformando em um interesse industrial: e naquele período de industrialização incipiente no Brasil, as garrafas de água mineral começaram a ser produzidas nas fábricas. Ocorre que, hoje, resta esclarecido que a produção de águas engarrafadas se tornou uma questão política; e o atual estado de coisas no sul de Minas Gerais atesta essa assertiva. E se alguns setores argumentam que as águas são um recurso mineral que deve ser explorado pelas empresas de engarrafamento, outros sublinham que falta a participação coletiva na gestão dessas águas. Trata-se, portanto, de algo que eu gostaria de resumir assim: se a economia tomou de empréstimo a noção de “Natureza” para conferir ao discurso econômico a vontade de uma verdade indiscutível, em um futuro próximo, pode ser que não haja água o suficiente para o governo das leis da Economia. Mas de onde vem a insistência de que o governo das leis da economia seja o mais adequado quando falamos de recursos naturais (aqui, das águas minerais)?

---

<sup>333</sup> Essas conclusões foram primeiramente apresentadas no I Fórum Alternativo das Águas Minerais e deram origem ao segundo capítulo do livro “Clamor das Águas: a busca por uma nova identidade para as águas minerais”, que aqui, com algumas modificações, são reapresentadas.

### **Da natureza à economia: os fatos indisputáveis**

Assim como as águas minerais surgem das profundezas, é preciso ir à caverna para poder pensar em como abandoná-la. Se o mito platônico, e estou sendo injusto nessa simplificação, estabeleceu dois mundos (um povoado de não-humanos, e outro de humanos imersos em representações mal-acabadas da realidade), podemos, por ora, entender que *lá fora* estaria a Natureza, e *dentro* da caverna estaria o mundo das representações dessa natureza mesma. E o filósofo, e mais tarde o cientista (LATOUR, 2004a, p. 10), seria aquela figura cujo acesso aos dois mundos se tornaria um privilégio indiscutível. E se nas sombras estavam os humanos, imersos nas disputadas representações da realidade, o cientista seria aquele que poderia pacificar as querelas a partir da importação dos fatos extraídos diretamente daquela Natureza que ele poderia acessar<sup>334</sup>: eis a figura do cientista como um porta-voz oficial da realidade.

Teríamos, então, e supostamente, duas casas: uma humana e outra não-humana, objetiva. Essa noção pareceu pavimentar o terreno para que a modernidade desse início ao seu avanço: o que era humano, seria o social; o que era não-humano, pois objetivo, seria, e não há outro nome que se adegue melhor, um objeto. De um lado, portanto, estariam os sujeitos, e do outro lado, estariam os objetos. E em trânsito entre as casas estariam os cientistas, que revelariam a verdade muda da Natureza na medida em que denunciariam a fragilidade das representações daqueles habitantes das sombras imersos em disputas intermináveis. Bruno Latour (2004a) observou que nessa alegoria (da caverna) está a gênese de duas ideias importantes: a ideia de uma Ciência e a ideia de um mundo social.

Foi pela capacidade de transitar entre as casas que o cientista, equipado por Leis, se tornou habilitado para silenciar a agitação das sombras e pacificar toda aquela tagarelice pela força da Razão. E assim, o Cientista foi autorizado a atualizar as leis da Natureza; leis que, por sua vez, não estavam abertas ao questionamento público. Com algum esforço, podemos identificar aí não apenas a passagem das águas santas para as águas virtuosas, descrita na Parte I da tese, mas também algumas regularidades da civilização ocidental e o seu diálogo com “o outro”, frequentemente tolerado como mera subjetividade entretida com as suas representações da realidade objetiva. Dito de outro modo, naquele de Latour (2004a, p. 14):

de um lado, temos as ficções tagarelando; e do outro, o silêncio da realidade. A sutileza dessa organização recai inteiramente sobre o poder dado a quem pode

---

<sup>334</sup> Cf. Latour, 2004a.

mover-se de um lado para o outro entre as casas [da caverna e do fora] [...]em suma, esses poucos eleitos [...] podem fazer o mundo mudo falar, dizer a verdade sem que sejam desafiados, colocar um fim aos intermináveis argumentos através de uma incontestável forma de autoridade que resultaria das próprias coisas [tradução minha].

Mas se foi a partir de uma sólida importação de fatos indisputáveis que os cientistas buscavam colocar um fim às disputas daqueles habitantes das sombras através da força das leis da Natureza, não podemos dizer que não há algo mais distante da política?<sup>335</sup>

E se a Ciência fez funcionar a Natureza por meio de Leis indisputáveis, a Economia traçou uma caminhada semelhante. Pretendendo firmar a sua autoridade enquanto um saber científico, a economia passou a colocar em funcionamento outra Natureza para justificar o funcionamento de suas próprias Leis. E assim, o avanço da frente modernizadora se deu com o precioso auxílio da Natureza e das Leis que dela foram extraídas: um avanço que buscou pacificar as agitações pelo martelo da Razão e pelas Leis do Mercado.

Mas, atualmente, já se torna quase comum entre ouvir a oposição entre um crescimento infinito e uma Terra finita. E agora, com as sucessivas subtrações ecológicas, não parece mais ser possível “*economicizar*” a política através do apelo à Natureza de um Mercado que se autorregula. Isto porque a disciplina econômica parece se ocupar menos com os mistérios desse Mercado do que com a sua execução, e por isso a Economia buscou censurar todo tipo de interferência que pudesse macular o funcionamento das Leis do Mercado. Mas se isso tudo soa estranho, e talvez distante do problema das águas, resumamos assim: a natureza da economia não parece compatível com a geração da água mineral. E quando falo de geração, não é no sentido do seu aparecimento, mas de gestação. E se é possível que algum dia não

---

<sup>335</sup> Conforme indica um Bruno Latour do início do século (2002, p. 14), a solução para a diminuição dessa contradição entre uma natureza unificada, mas desprovida de sentido, e as culturas dotadas de significado mas desprovidas do direito de governar a realidade objetiva, foi tornar a noção de cultura sagrada. Contudo, a noção de cultura é relacional, trata das possíveis maneiras de relacionamento com os outros. É nesse sentido que a noção de multiculturalismo se apresenta como o outro lado do que pode ser denominado como “mononaturalismo”. Tal fato, apresenta um preço a ser pago pelas outras culturas que, embora dotadas de significado, são destituídas da realidade, já que a realidade, na modernidade, é objetiva e científica. É a partir dessa aliança entre o multiculturalismo que reduz a diversidade cultural às representações e simbologias, e o mononaturalismo que unifica a realidade por meio de leis obtidas por intermédio da Razão, que o Ocidente pacificou as disputas que por ventura pudessem lhe incomodar, e o fez com uma particularidade: sem que um estado de guerra fosse reconhecido. Foi nesse pretense estado de paz que os modernistas reconheceram a inevitabilidade das guerras travadas pelos “arcaísmos subjetivos” (ibid., p. 18), ou seja: existem guerras no mundo, mas não existe uma guerra entre os mundos. A possibilidade, nos dias atuais, diz Latour, e já o vimos, parece ser acrescentar à turbulência passional a turbulência gerada pelo disputado estado de coisas. É possível reconhecer que a fonte da paz não reside mais na Natureza, e soma-se a isto a constatação de que as culturas já não desejam ser “meras culturas” (ibid., p. 22). Estamos, portanto, diante da Guerra dos Mundos, e ninguém quer ser apenas “tolerado”. Dito de outro modo, o mundo do povo das águas do sul de Minas Gerais não parece ser o mesmo dos empresários e economistas, e ele exige o seu lugar político. Daí a necessidade de compor um mundo comum, o que Latour entende como *política* – como se verá adiante.

haja mais água para suprir a sede dos mercadores, hoje, as Leis do Mercado não parecem mais capazes de calar outras formas de viver com as águas minerais<sup>336</sup>. Se Lautréamont estivesse falando das águas, sua frase seria precisa: “eles têm sede insaciável de infinito”.

### **Dos fatos à política**

E já que a água mineral é uma questão de interesse político, é preciso criar condições para o aparecimento dos parlamentos das águas minerais. Contudo, nessas reuniões para falar com as águas, parece haver o eterno retorno da sensação de que elas necessitam encontrar um abrigo para os seus dramas<sup>337</sup>. E ao se comparar a legislação que trata dos recursos hídricos com o enquadramento legal dos recursos minerais, pode-se constatar que as águas minerais encontrariam um abrigo para os seus dramas se migrassem para a legislação que as tratariam como recursos hídricos. E aí há a possibilidade de uma desmineralização que muito difere daquela observada em São Lourenço, mas que compreende uma desterritorialização acompanhada de uma reterritorialização: de recursos minerais para recursos hídricos.

Mas lembremos que o termo “recurso” pode desencadear tanto a noção de um abrigo, uma proteção ou um refúgio, quanto o meio para atingir um fim. É precisamente diante desse problema que, seguindo uma conhecida passagem de Deleuze e Guattari, onde a criação de um conceito remete-se a um problema, me proponho, diante das questões apresentadas na tese, a pensar as águas minerais como um *recurso híbrido*. Mas o que pretendo dizer com isso?

Pretendo dizer que as águas minerais envolvem as tramas da natureza, da ciência, da economia e da política, e, nesse enredamento, elas vão se tornando algo difícil de definir com alguma precisão, pois uma multiplicidade de objeto-discurso-natureza-sociedade, para falar como Bruno Latour (1994)<sup>338</sup>. E tratando-se, as águas minerais, de recursos minerais e candidatas a recursos hídricos, e, portanto, passíveis de investidas dos mais diversos

---

<sup>336</sup> O termo “parecem” tem, nessa frase, uma importância capital. Pois se as Leis do Mercado operam tal silenciamento, não o fazem pela força de uma Natureza autorregulável, mas pelas associações sub-reptícias que colocam em marcha o funcionamento dessa Natureza mesma, que se encontra impregnada de interesses em mantê-la intacta, e, portanto – e paradoxalmente - inundada de presença humana: a utopia do mercado identificada por Karl Polanyi (cf. páginas 122 - 123 da tese).

<sup>337</sup> São colecionados ganhos pedagógicos, mas não se observa o mesmo nos ganhos políticos. Sobre a diferença entre ganhos políticos e pedagógicos, ver Latour (2014a, pp. 19, 20).

<sup>338</sup> cf. “Apresentação”: páginas 10 - 14 da tese.

interesses, penso, por ora, fazer-se aplicar a provisória conceituação de olhar para as águas minerais como recursos híbridos.

Eu diria, para deixar mais claro, e de forma excessivamente resumida, que se trata de um conceito que se propõe a evitar as armadilhas ativadas pelas purificações, como nos casos das águas minerais consideradas como um recurso mineral, como um alimento ou como um recurso econômico. Uma vez pensada como um recurso híbrido, passa a reunir, a água mineral, certa obrigatoriedade na consideração de outros interessados – sobretudo aqueles cujo o futuro depende da existência dessas águas, ou cuja existência depende do futuro das águas (Atlântidas ao avesso, novamente).

Considerando esses aspectos, gostaria de propor uma hipótese que é tão incerta quanto provisória. Para a um só tempo abrigar as águas minerais e evitar a ameaça de uma autoridade totalizadora, parece ser preciso tanto a existência de grupos de usuários<sup>339</sup>, quanto a criação de lugares para que esses grupos possam se reunir. E sobre essa reunião, por ora, podemos considerá-la como uma multiplicidade<sup>340</sup>. É aqui que entendo, como notou Gilles Deleuze, que não basta reverenciar, vivificar ou celebrar o múltiplo. É necessário criá-lo. E então, sinto que nesses últimos parágrafos, de alguma maneira, estive falando de um povo que falta.

### **O povo que falta**

Inspirado nas reflexões do filósofo Gilles Deleuze, arriscarei falar de um povo que falta. E não é de hoje que sabemos que falta povo nas câmaras, falta povo nas assembleias, falta povo nas universidades, falta povo nas ciências, falta povo na economia... Mas de quem se diz quando se fala de um povo que falta?

No caso das águas minerais, me refiro a um povo que seria incompleto se demasiado humano, ou inumano demais. E não é esse o caso de um povo fundado em águas, e que, sem elas, perniciosamente, encaharia na sequidão de uma vida sem o sopro das paixões que movem esse “mais-que-um” que são? E assim, a questão poderia ser tanto “há água sem

---

<sup>339</sup> Destaco que tal hipótese surge de uma reflexão do filósofo Gilles Deleuze (2013, p. 213), a saber: “o que me interessa não é a lei nem as leis [...] nem mesmo o direito ou os direitos, e sim a jurisprudência. É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não deveria ser confiada aos juízes [...] hoje já se pensa em estabelecer o direito da biologia moderna; mas tudo, na biologia moderna e nas novas situações que ela cria, nos novos acontecimentos que ela possibilita, é questão de jurisprudência. Não é de um comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários. É aí que se passa do direito à política.”

<sup>340</sup> Uma multiplicidade que passa a proceder por alianças. E, talvez, por proliferação. Cf. página 165, nota nº 268 da tese.

povo?<sup>341</sup>”; como “há povo sem águas?”. E se muitos sul-mineiros têm feito um barulho transcontinental quando falam com a água mineral<sup>342</sup>, é porque eles confiscam, pelo menos por algum momento, para falar como Michel Foucault (2011, p. 76), o poder de falar das águas, na maior parte do tempo monopolizado pelas empresas e os seus compadres.

E fazendo coro com o protesto de uma cidadã Cambuquirense em um evento realizado na cidade de Caxambu<sup>343</sup>, sobre o pejorativo termo “Cambuquira tinha”<sup>344</sup>, então, pode-se assumir que em Cambuquira<sup>345</sup> não tinha, mas tem povo. Há, em Cambuquira e também em Caxambu, um povo das águas dedicado a “composição de um mundo comum”<sup>346</sup> (Latour, 2004a). Dito isto, trago a figura provisória de quatro pequenas considerações que, posteriormente, caso resistentes à oxidação provocada pela exposição aos acontecimentos, servirão de porto de partida para futuras navegações.

I – A água mineral parece ser muitas; e isto convoca, a um só tempo, a figura de um grupo de usuários e o aparecimento de locais para que esses grupos possam se reunir e expor os seus modos de existir com as águas;

II – É possível que água mineral encontre abrigo para os seus dramas se enquadradas na legislação de recursos hídricos. Mas o substrato inconsistente do termo “recurso” pode proporcionar o recrudescimento de noções fundamentalistas: este é o exemplo do tratamento conferido à água como um recurso econômico e, portanto, obediente às leis da Economia. É precisamente aqui que o conceito de “recursos híbridos” se aplica mais ao sentido que pretendi atribuí-lo, ou seja, para evitar a imposição de uma desproporcionalidade, na medida em que comercia com a simetria (ou com as demais formas de existir com as águas). Se antes, a importação de fatos extraídos de uma Natureza, cujo acesso era um privilégio dos cientistas (e, algum tempos depois, dos economistas que trouxeram a noção de um funcionamento

---

<sup>341</sup> Destaco que me refiro a possibilidade de que a entrada do povo na história geológica das águas minerais se dê como uma maneira de garantir a sua existência, i.e., impedir a sua exaustão.

<sup>342</sup> Note-se que desde o ocorrido em São Lourenço, as notícias sobre a situação das águas minerais do sul de Minas Gerais têm sido debatidas em muitos lugares do mundo. Cf. página 183, nota 291.

<sup>343</sup> Evento realizado em março de 2018, para a apresentação da APA do Parque das Águas de Caxambu, instituída pelo Decreto Municipal nº 2.300 de 23 de março de 2018, que “[D]eclara como Área de Preservação Ambiental Municipal das Águas Minerais a microbacia do Ribeirão Bengo, conforme especificações e memorial descritivo anexo, e dá outras providências”.

<sup>344</sup> Isto é, tinha, mas não tem mais. Por isso a qualificação de pejorativo.

<sup>345</sup> Talvez, o termo mais adequado seja “os povos das águas”. Se mantive o singular, o fiz – com alguma irresponsabilidade - para se adequar à noção de “povo que falta” de Gilles Deleuze, que serviu aos argumentos aqui levantados.

<sup>346</sup> Cf. páginas 213 - 214 da tese (a ação conjunta e o cosmograma).

natural do Mercado), calava as paixões e agitações políticas, hoje, parece que uma alternativa para esse ordenamento impositivo é a substituição dos fatos pelas questões de interesse (cf. Bruno Latour, 2002)<sup>347</sup>. É assim, portanto, que não parece haver um futuro das águas que será *prescrito* por especialistas, ou norteado *apenas* pelas leis da economia, mas um futuro que será progressivamente composto com todos os interessados;

III – Eis então o povo. O povo que falta pela falta que fez quando do avanço da Modernização, da Ciência e do Mercado. Mas que, por ser um grupo de usuários, está à altura do desafio de tornar as águas minerais um recurso hídrico e um elemento de domínio público<sup>348</sup>.

### **Enfim, não é o fim**

Gostaria, agora, de retomar outra reflexão do filósofo Gilles Deleuze: ele dizia que o desejo flui para um agenciamento. Seguindo este conceito, desejar é construir um conjunto. Desejar é compor paisagens. Mas como saber com quem formar alianças agora que a névoa dos interesses parece embaçar o horizonte? Uma maneira, seria “forçar cada parte a explicitar o seu – ou os seus cosmos” (Latour, 2016, p. 160), i.e., esse “arranjo de todos os seres<sup>349</sup> que uma cultura particular reúne em formas de vida prática” (ibid., p. 116). E que melhor oportunidade para tal, do que a criação dos parlamentos das águas minerais?<sup>350</sup>

---

<sup>347</sup> É importante ressaltar que não opero aqui uma crítica infalível contra as ciências. Apenas me ocupo em fazer notar que há certa permanência da figura do especialista legislador, i.e., aquele que se julga habilitado para prescrever o futuro político. Por outro lado, muitos cientistas, hoje, descrevem com maestria os impactos do abalo ecológico no edifício moderno. A atual condição climática talvez seja o fenômeno mais evidente desse acontecimento. Se a ciência está sob o ataque daqueles que negam as mudanças climáticas, é importante notar que os negacionistas do clima dizem não acreditar mais nos fatos, e que os fatos mesmos não parecem mais capazes de calar as paixões políticas (ainda que a interferência humana na mudança climática, nos dizem os cientistas, seja um fato). Talvez seja o caso de expor o funcionamento dos enunciados científicos e todo os caminhos percorridos para torná-los possíveis (dos financiamentos às “descobertas”, passando pelos instrumentos e revisões por pares e publicações e métodos de análise...). E, em contrapartida, exigir semelhante exposição daqueles que negam as mudanças climáticas (dos financiamentos ao discurso) (cf. LATOUR, 2012). Mas não quero me afastar do meu ponto, que é precisamente esse: os gases do efeito estufa não parecem ser objetos separados da política dos homens (lembramos do famigerado “Acordo de Paris”): eis um exemplo que aponta para o abalo ao qual já me referi anteriormente (natureza e discurso e sociedade emaranhados).

<sup>348</sup> Cf. páginas 141 - 142, nota nº 224 da tese.

<sup>349</sup> Considerados, e ainda com Latour (2016, p. 116): “[os] deuses, os espíritos, os astros, tanto quanto as plantas, os animais, a parentela, os utensílios ou os rituais”.

<sup>350</sup> Em março de 2018, ocorreu, em Cambuquira, o I Fórum Alternativo das Águas Minerais (I FAMA), motivado pelo escasso debate acerca da situação legal das águas minerais durante o Fórum Mundial da Água, que aconteceu na cidade de Brasília, no mesmo mês daquele ano. No I FAMA, muitos temas relacionados às águas minerais foram considerados em diferentes mesas de debate e exposições orais. Este evento pode ser entendido precisamente como um exemplo de um parlamento das águas minerais.

Ou seja - e com o perdão dessa insistente repetição -, conforme a sua explicitação (dos cosmos), pode-se aprender a distinguir aqueles que se negam a compor um mundo comum, daqueles interessados em fazê-lo. E quando falo de composição – e insisto na proposta de Bruno Latour -, é prudente esclarecer que estou me referindo a uma composição progressiva, i.e., uma composição que opera pelo avesso do fundamentalismo, já que este apresenta como qualidade intrínseca a univocidade e, portanto, o encerramento precoce da composição (e aí voltaríamos ao estado de Natureza e às suas quimeras, ao exemplo do Mercado autorregulado posto em funcionamento pela Economia).

É aí que a noção de política sofre uma transformação: e se a tomo como a composição progressiva da vida comum, é porque, com a crise ecológica, donde as águas, não parece haver mais lugar para o encerramento prematuro de uma política que não considere os cosmos em suas existências (Latour, 2004b). Dito de outra maneira: não parece mais haver lugar para um encerramento prematuro que não considere o povo das águas. Não parece mais haver lugar para a persistência de um fundamentalismo do governo das leis da Economia sobre as águas minerais. Pois este é um fundamentalismo que se nega a compor com esse povo que no sul de Minas Gerais não inexistente; mas que ainda falta nas leis econômicas e jurídicas que se pensam detentoras das águas minerais.

Ora, mas não se alimenta aqui um apetite revolucionário, já que também perigosamente próximo das utopias fundamentalistas. Trata-se de atentar que, talvez, o problema esteja na persistência de uma indiferença. De uma indiferença sobre os efeitos possíveis, a longo prazo, da permanência de uma maneira de pensar que considera as leis da economia como imutáveis e transcendentais, e, portanto, impassíveis de revisão e debate com os povos. No caso do sul de Minas Gerais, com o povo das águas.

Se as campanhas publicitárias entenderam a questão do desejo muito bem, o povo das águas parece ter entendido que também é possível compor outras paisagens. E se há a possibilidade de compor um mundo, eu não poderia encaminhar o final desse trabalho com uma conclusão mais incerta, mas que, à sua maneira, talvez, possa figurar como um pequeno incentivo para o estabelecimento das relações polifônicas capazes de resistir às irresponsabilidades ecocidas das pulsões degradantes: se no século XVII, o silenciamento dos espaços infinitos apavorou o matemático Blaise Pascal, hoje, a possibilidade de silenciamento dos espaços finitos não faz senão ecoar os gritos de resistência ao que é intolerável. O povo das águas já parece estar gritando, e eu suspeito que uma tarefa dos políticos, empresários, economistas, acadêmicos e juristas é aprender a escutá-lo. E “escutar” parece um bom infinitivo para encerrar essa tese que tanto falou de composição.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco e C. 1907. Disponível em: </  
<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00157600#page/4/mode/1up/>>. Acesso em: abr. 2017.
- ANDRADE, C. D. **Boitempo**. Esquecer para lembrar. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANDRADE, M. F. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850). 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brazil**, por suas drogas e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas e descobrir as de prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America dá ao Reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes, 1837. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>>. Acesso em: abr. 2017.
- ARAUJO, J. X. L. de. **Dissertação acerca da analyse e propriedades therapeuticas das aguas acidulas gasosas da cidade de Campanha**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 1848.
- BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- BAETO, D. A. C.; OLIVEIRA, F. A. R.; VIANA, H. S. **Projeto circuito das águas do estado de Minas Gerais**. Estudos geoambientais das fontes hidrominerais de Cambuquira, Caxambú, Conceição do Rio Verde, Lambari e São Lourenço. Serviço Geológico do Brasil. Superintendência Regional de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <[http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8558/Estudo\\_geoambiental\\_Cambuquir a.pdf?sequence=1](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8558/Estudo_geoambiental_Cambuquir a.pdf?sequence=1)>. Acesso em: fev. 2017.
- BARRETO, L. Os tais higienistas. In: BARRETO, L. (**Novas seletas**). (Org.) Isabel Travancas. Rio de Janeiro: Fronteira, 2004. pp. 21-23.
- BELL, J. **Baths and mineral Waters**. Philadelphia: Literary rooms, 121, chestnut street. Office of the Journal of Health and the Family Library of Health, [ilegível], 1831.
- BENEVIDES, A. A. da F. Sobre o uso das nossas aguas mineraes sulphurosas nas molestias cutaneas, comprovados por observações tanto dos médicos antigos quanto modernos, e destinada a generalizar a sua applicação nestas enfermidades. In: **Historia e memorias da academia de Real das Sciencias de Lisboa**. 2ª serie, tomo I, parte I. Lisboa: 1843. Disponível em: <[https://play.google.com/books/reader?id=FV5fAAAAcAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt\\_BR&pg=GBS.PP7](https://play.google.com/books/reader?id=FV5fAAAAcAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP7)>. Acesso em: maio de 2017.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Trad. Nair de Lacerda. 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1969. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-idade-de-ouro-do-brasil-dores-de-crescimento-de-uma-sociedade-colonial/pagina/5/texto>>. Acesso em: mar. 2017.

BRANDÃO, T. **Cambuquira**. Estância Hidro Mineral. Trabalho apresentado ao II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

BRANTLEY, S. L.; GOLDHARBER, M. B.; RAGNARSDOTTIR, K. V. Crossing disciplines and scales to understand the Critical Zone. **Elements**, v. 3, pp. 307- 314, 2007.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Decreto número 4, de 19 de novembro de 1889**. Estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos sellos e sinetes da República. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4&tipo\\_norma=DEC&data=18891119&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4&tipo_norma=DEC&data=18891119&link=s)>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.265, de 15 de janeiro de 1921**. Regula a propriedade e a exploração das minas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4265-15-janeiro-1921-568703-publicacaooriginal-92061-pl.html>>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934**. Decreta o Código de Águas Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940**. Código de Minas. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=23654&norma=39031>>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945**. Código de Águas Minerais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.**

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) >. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L2661.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2661.htm)>. Acesso em dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.** Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940 (código de minas). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0227.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 7.790, de 28 de dezembro de 1989.** Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).

BRASIL. **Medida Provisória nº 789, de 25 de julho de 2017.** Altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv789.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv789.htm)>. Acesso em: out. 2017.

BRAUDEL, F. **Civilização material, Economia e Capitalismo:** séculos XV-XVIII. O tempo do mundo. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

CALÓGERAS, J. P. **Formação histórica do Brasil 1938.** Disponível em: <

<http://www.brasiliana.com.br/obras/formacao-historica-do-brasil/preambulo/7/texto> >. Acesso em: fev. 2017.

CALÓGERAS, J. P. **Minas do Brasil e sua legislação.** 1938b. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.com.br/obras/as-minas-do-brasil-e-sua-legislacao/pagina/274/texto>>. Acesso em: fev. 2017.

CAMBUQUIRA. À Comissão de Licitação (CPEL) da CODEMIG. Ofício nº 023/2017.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Documento de Área:** Ciências Ambientais, 2016. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/49\\_CAMB\\_docarea\\_2016\\_publ2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/49_CAMB_docarea_2016_publ2.pdf)>. Acesso em: abr. 2017.

CASTRO, F. **Discursos do Professor Francisco de Castro**. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1904. Disponível em: <[http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/00405400/004054\\_COMPLETO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/00405400/004054_COMPLETO.pdf)>. Acesso em: mar. 2017.

CAXAMBU. Consulta pública do edital de licitação nº 01/07. Ofício nº 131/2017.

CAXAMBU. **Decreto nº 2.277 de 19 de janeiro de 2018**. Estabelece as metas mensais de arrecadação e o cronograma mensal de reembolso para o exercício financeiro de 2018. Disponível em: <[http://www.caxambu.mg.gov.br/v2/download/decretos\\_2018/Decreto-n-2277-Estabelece-as-Metas-Mensais-de-Arrecadacao-e-o-Cro.pdf](http://www.caxambu.mg.gov.br/v2/download/decretos_2018/Decreto-n-2277-Estabelece-as-Metas-Mensais-de-Arrecadacao-e-o-Cro.pdf)>. Acesso em: mai. 2018.

CAXAMBU. **Decreto nº 2.300 de 23 de março de 2018**. Declara como Área de Preservação Ambiental Municipal das Águas Minerais a microbacia do Ribeirão Bengo, conforme especificações e memorial descritivo anexo, e dá outras providências". Disponível em: <[http://www.caxambu.mg.gov.br/v2/wp-content/uploads/2019/01/4-Decreto\\_2300\\_2018\\_APAMAM.pdf](http://www.caxambu.mg.gov.br/v2/wp-content/uploads/2019/01/4-Decreto_2300_2018_APAMAM.pdf)>. Acesso em: fev. 2019.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

COELHO NETTO. **Água de juventa**. 3. ed. Porto: Livraria Chardron, 1925.

CONSTANCIO, F. S. Das aguas naturaes e da sua analyse. In: ANNAES DAS SCIENCIAS, DAS ARTES, E DAS LETRAS; POR UMA SOCIEDADE DE PORTUGUESES RESIDENTES EM PARÍS. **Tomo XI** (pp. 33-96). Paris: A. Bobée. Impressor da Sociedade Real Acadêmica das Sciencias de Paris, 1821. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=OABKAAAACAAJ&pg=PA46&lpg=PA46&dq=águas+ferruginosas&source=bl&ots=RxS7pXoZgk&sig=2PRRkM8MZsh5ETHLZWHkIb85rfw&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjDo9m564bUAhUHlpAKHcyzBKI4ChDoAQhPMak#v=onepage&q=águas%20ferruginosas&f=false>>. Acesso em: maio de 2017.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Campus, RJ, 1988.

CNRH. **Resolução nº 9, de 21 de junho de 2000**. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 15, de 11 de janeiro de 2001**. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 22, de 24 de maio de 2002**. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006**. Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 76, de 16 de outubro de 2007**. Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 92, de 05 de novembro de 2008**. Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 107, de 13 de abril de 2010**. Estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CNRH. **Resolução nº 181, de 07 de dezembro de 2016**. Aprova as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

CRUTZEN, P. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 23, 2002. DOI: 10.1038/415023a

CRUTZEN, P. Anthropocene man. **Nature**, v. 467, n. 10, 2010. DOI: 10.1038/467S10a

DANOWSKI, D.; VIVEIROS de CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

DEFERT, D. Heterotopia: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles, por Daniel Defert. In: FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO. Audiência Pública nº 943/2004. Comissão de Defesa do Consumidor, 1º de agosto de 2004.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Portaria nº 374, de 01 de outubro de 2009**. Aprova a Norma Técnica que dispõe sobre as Especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinadas para fins balneários, em todo o território nacional, revoga a Portaria nº 222 de 28 de julho de 1997, publicada no D.O.U. de 08 de agosto de 1997 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-no-374-em-01-10-2009-do-diretor-geral-do-dnpm/view>>. Acesso em abr. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Portaria nº 127, de 25 de março de 2011**. Aprova o roteiro técnico para elaboração do projeto de caracterização crenoterápica. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-no-127-em-25-03-2011-do-diretor-geral-do-dnpm>>. Acesso em: mar. 2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2009**. Volume 29. ISSN: 0101-2053, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2010**. Volume 30. ISSN: 0101-2053, 2012a.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2011**. Volume 31. ISSN: 0101-2053, 2012b.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2012**. Volume 32. ISSN: 0101-2053, 2012c.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2013**. Volume 33. ISSN: 0101-2053, 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2014**. Volume 34. ISSN: 0101-2053, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário mineral de 2015**. Volume 35. ISSN: 0101-2053, 2015.

DIAS, J. P.; SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87772>>. Acesso em: mar. 2017.

DIAS, J. P.; BORBA, M.; VANZOLINI, M.; SZTUTMAN, R.; MARRAS, S; SCHAVELZON, S. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937/120086>> Acesso em: abr. 2017.

DOSTOIÉVSKI, F. **Memórias do subsolo**. São Paulo: Hedra, 2013.

ELIAS, N. S. Sobre a sociogênese da economia e da sociologia. In: **Escritos & Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp. 167-196.

ESCHWEGE, W. L. von. **Pluto Brasiliensis**: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. V.1 (1944). Trad. Domicio de Figueiredo Murta. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/pluto-brasiliensis-memorias-sobre-as-riquezas-do-brasil-em-ouro-diamantes-e-outros-minerais-v-1/pagina/17/texto>>. Acesso em: fev. 2016.

ESTEVES, C. C. **O regime Jurídico das águas minerais na constituição de 1968**. Tese (Doutorado). UNICAMP, São Paulo, 2012.

FARIA, E. S. **Cartografia de controvérsias**: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do Projeto Apolo na Serra do Gandarela. Dissertação (Mestrado). UFMG, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9Q7EQ7/2014\\_faria\\_disserta\\_\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9Q7EQ7/2014_faria_disserta__o.pdf?sequence=1)> Acesso em: dez. 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FEYERABEND, P. **Ciência, um monstro**. Lições trentinas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Crise da medicina ou crise da antimedicina**. Primeira conferência proferida, em outubro de 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ. Tradução do Espanhol por Eliana Conde, 2010. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/8646/6432>>. Acesso em: mar. 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F. Que és la ecosofia? In: **QUE ÉS LA ECOSOFIA? Textos presentados y agenciados por Stéphanie Nadaud**. Buenos Aires: Cactus, 2015.

GUATTARI, F. Caosmosis, hacia una nueva sensibilidad. In: **Que és la ecosofia?** Textos presentados y agenciados por Stéphanie Nadaud. Buenos Aires: Cactus, 2015a.

GUATTARI, F. A propósito de las máquinas. In: **Que és la ecosofia?** Textos presentados y agenciados por Stéphanie Nadaud. Buenos Aires: Cactus, 2015b.

HARAWAY, D. **Anthropocene, Capitalocene, Plantatiocene, Chthulucene: Making Kin**. Environmental Humanities, v. 6, pp. 159-165, 2015. Disponível em: <<http://environmentalhumanities.org/arch/vol6/6.7.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revta. em Pauta**, n. 35, v. 13, p. 126 – 152, 2015.

HECKING, F. H. **Artificial Mineral Waters, prepared by F. H. Hecking, practical chemist**. Together with an exposition of their properties and effects. New York: Printed by Nicholas Muller, 1863.

HOBSBAWN, E. O mundo da década de 1780, In: **A era das revoluções**, Europa 1789 - 1849, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HURLEY, R.; WOODWARD, J.; ROTHWELL, J. Microplastic contamination of river beds significantly reduced by catchment-wide flooding. **Nature Geoscience**, 2018. DOI: 10.1038/s41561-018-0080-01.

IBSEN, H. **Um inimigo do povo**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO de MINAS GERAIS (IEPHA). **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. 2. ed. Belo Horizonte: IEPHA, 2014a.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA). **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. 2. ed. Belo Horizonte: IEPHA, 2014b, pp. 139-144.

JÚNIOR, P. P. dos Santos; REYDON, B. P.; PORTUGAL, N. Dos Santos. As águas minerais no Brasil: uma análise do mercado e da institucionalidade para uma gestão integrada e sustentável. Ambiente e Água. **Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 10, n. 2. Taubaté, apr./jun., 2015, pp: 413 – 430. ISSN 1980-993X – doi:10.4136/1980-993X. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ambiagua/v10n2/1980-993X-ambiagua-10-02-00413.pdf> >. Acesso em abr. 2017.

JÚNIOR, P. S. P. **A controvérsia sobre as águas**: uma proposta de integração institucional e de políticas públicas para o seguimento de águas minerais no âmbito da gestão de recursos hídricos. Tese (Doutorado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 2016.

KANT, I. **A paz perpétua**: um projecto filosófico. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2008.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAMEGO, A. R. O homem e a Serra. In: **Setores da Evolução Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 2, n. 1, p. 7-26, mar-jun., 1995.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **War of the worlds. What about peace?** Chicago: Prickly Paradigm Press, LLC, 2002a.

LATOUR, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Santa Catarina: Edusc, 2002b.

LATOUR, B. **Whose cosmos, wich cosmopolitics? Comments on the peace terms of Ulrich Beck**. *Common knowledge*, Ramat-Gan, v.10, n. 3, p. 450-462, 2004.

LATOUR, B. **Politics of Nature**: how to bring the Sciences into Democracy. London: Harvard University Press, 2004a.

LATOUR, B. **Como falar do corpo?** A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência, 2004b. Disponível em: < <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/77-BODY-NORMATIVE-POR.pdf> >. Acesso em: dez. 2018.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador, Bahia: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **An Inquiry on Modes of Existence**. An Anthropology of the Moderns. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

LATOUR, B. “No estaba escrito que la ecología fuera un partido”. Entrevista concedida à Miguel Moura, Jornal El País. 25 de março de 2013a. Disponível em: <[https://elpais.com/elpais/2013/03/25/eps/1364208764\\_064054.html](https://elpais.com/elpais/2013/03/25/eps/1364208764_064054.html)>. Acesso em: maio 2017.

LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, nov. 2014a. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>>. Acesso em: jan. 2016.

LATOUR, B. **On some of the affects of capitalism. Lecture given at the Royal Academy**, Copenhagen, 2014b. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/136-AFFECTS-OF-K-COPENHAGUE.pdf>> Acesso em: jan. 2016.

LATOUR, B. Some advantages of the notion of “Critical Zone” for Geopolitics. **Procedia Earth and Planetary Science**, 2014c. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-169-GAILLARDET-pdf.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LAUTRÉAMONT. C. de. **Os cantos de Maldoror**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

LEMONS, P. S. As Aguas Thermaes de Poços de Caldas por Pedro Sanches Lemos. 1904, In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, pp. 653 - 716. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1744.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1744.pdf)>. Acesso em: nov. 2018.

MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, R. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: n-1, 2017.

MARQUES, I. C.; SEGRE, L. M. Problematizando o tamanho das empresas: a multiplicidade do “grande” e do “pequeno” na sociedade em rede. In: **Cooperação e desenvolvimento local**. H. M. M. Lastres, J. E. Cassiolato and M. L. Maciel. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará: 347-364., 2003.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas**: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

McARTHUR, D. E. Beyond Plastic Waste. **Science**, 17, nov 2017: v. 358, Issue 6365, p. 843. DOI: 10.1126/science.aao6749

MINAS GERAIS. **10ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura**. Disponível em: <<http://www.camaracaxambu.mg.gov.br/v1/download/downloads/CodemigAP.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Prioridades 2012 -2015. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14](http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14)>. Acesso em: abr. 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Portaria nº 051, de 02 de fevereiro de 2005**.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Portaria nº 52, de 02 de fevereiro de 2005**. Aprova o regimento interno da Comissão Permanente de Crenologia do Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1290173/Portaria+52+de+02-02-2005+Publicado+no+DOU+03-02-2005/16740664-2e62-4fad-be04-31c81a9e90d6;jsessionid=A8A53BEBD4ADCA53D18C9BBEBC563AD5.srv154>>. Acesso em: abr. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria971\\_03\\_05\\_06.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria971_03_05_06.pdf)>. Acesso em: mai. 2017.

MONAT, H. **Caxambú, pelo Dr. H. Monat**. Rio de Janeiro: Rua da Quitanda 64, 1894.

MOURÃO, B. M. **A água mineral e as termas: uma história milenar**. São Paulo: ABINAM, 1997.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

NINIS, A. **A ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço**. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2006.

NINIS, A.; DRUMMOND, J. A. Áreas (des)protegidas do Brasil: as estâncias hidrominerais. **Rev. Ambiente e Sociedade**. v. 11, n. 1, Campinas, jun./jul. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100011>

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAIXÃO, R. P. Água Crystal: marca jovem e líder de mercado. **Debates GVsaúde**, n. 5, Primeiro trimestre de 2008.

PEDROSA-SOARES, A.C.; JEBER, A.; ALKMIN, F. F.; MARTINS, V.T.S.; SCUDINO, P.C.B.; La TERRA, E. F.; SOUZA, M.A.T.A; CARMO, J.C.C.; REIS, M.M.; PROFETA, A.L.; VOLL, K. Siga – Circuito das águas: conclusões e recomendações. In: SIGA - Circuito das Águas. **Caracterização geoambiental, geológica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do circuito das águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques de hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Contendas, Marimbeiro e Lambari**. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE). 2018.

PLATÃO. **Górgias de Platão**. Obras II. São Paulo: Perspectiva, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

QUEIRÓS, E de. **A cidade e as serras**. Luso livros. Disponível em: < <https://www.luso-livros.net/wp-content/uploads/2013/03/A-Cidade-e-as-Serras.pdf> > Acesso em: nov. 2018.

QUEIROZ, E. T. **Águas minerais do Brasil**: distribuição, classificação e importância econômica. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, Diretoria e Desenvolvimento de Economia Mineral, 2004.

QUINTELA, M. M. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de São Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v.11, Rio de Janeiro, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000400012>.

REGO, J. R. de Sá. **Relatorio que á Assembléa da provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinaria de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, presidente da mesma província**. Ouro-Preto, Typ. Social, 1851. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/455/> >. Acesso em: out. 2017.

REZENDE, F. de P. **Minhas recordações**. Belo horizonte: Itatiaia: EDUSP, 1988.

RILKE, R. M. **Cartas a um jovem poeta**. Trad. Pedro Sussekind. Porto Alegre: L&PM, 2014.

RIO, J. do. **A correspondência de uma estação de cura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. s/d. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/410>>. Acesso em: dez. 2018.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. In: **Anales de la Universidad Complutense**, nº 15, Madrid: Servicio de Publicaciones Universidad Complutense, 1995, pp. 695 - 705.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SARMENTO, J. De C. **Apendix ao que se acha escrito na materia medica**. Sobre a natureza, contentos, effeytos, e uso pratico, em forma de bebida, e banhos, das Agoa das Caldas da Rainha. Londres: 1757.

SLOTERDJICK, P. **A árvore mágica**. Rio de Janeiro: LTC Editora: Casa-Maria Editorial, 1988.

SOJA, E. W. **Thirdspace**. Journey to Los Angeles and other real-and-imagined places. Massachussets: Blackwell Publishers Inc, 1996.

SERRES, M. **O contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SERRES, M. **O terceiro instruído**. Lisboa: Instituto Piaget, 2016.

SERRES, M. **Diálogo sobre a Ciência, a Cultura e o Tempo**. Conversas com Bruno Latour. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

SCHULTZ, C. **Mineral Spring Waters, their chemical composition, physiological action and therapeutical use**; with a short review of the history of Mineral Waters. New York: Baker e Godwin Printers, 1865.

SIGA - **Circuito das Águas. Caracterização geoambiental, geológica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do circuito das águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques de hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Contendas, Marimbeiro e Lambari**. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE). 2018.

SILVA, S. L. Q. A Era Vargas e a Economia. In: **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. D'Araujo, M.C. (Org.) Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

SIMONDON, G. **On the mode of existence of technical objects**. University of Western Ontario, Canadá, 1980.

STEFFEN, W; GRINEVALD, J; CRUTZEN, P; McNEILL, J. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. 2011. Disponível em: <<http://rsta.royalsocietypublishing.org/content/369/1938/842>> . Acesso em: dez. 2015.

STENGERS, I. **A Invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STENGERS, I. Gaia, the urgency to Think (and feel). Conferência apresentada In: Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/isabelle-stengers.pdf>> Acesso em: maio de 2017.

STENGERS, I. In: **CATASTROPHIC TIMES: Resisting the Upcoming Barbarism**. Open Humanities Press: Meson press, 2015. DOI: 10.14619/016.

SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Por uma antropologia do centro. Entrevista com Bruno Latour, 2004. **Revista MANA**, v. 10, n. 2, p. 397-414. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf>> . Acesso em: mar. 2017.

TAUNAY, A. D'Escragnolle. Antonil e sua obra. Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil [1711]**, 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

TARDE, G. **Monadologia e sociologia e outros ensaios**. (Org.) Vargas, E. V. São Paulo: UNESP, 2018.

TSING, A. More-than-human sociality: a call for critical description. In: **Anthropology and nature**. Kirsten Hastrup (edited by). New York: Routledge, 2013, pp. 27-42.

VALLE, S. **Clima e águas de Cambuquira**. These apresentada ao 2º Congresso das Estancias Hydro-mineraes do Estado de Minas, realizado em Araxá, agosto de 1929. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.

VANEIGEIM, R. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VENTURINI, T. **Diving in magma: how to explore controversies with Actor-Network theory in public understanding of Science**. 2010a. Disponível em: <[http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso\\_venturini/Diving\\_in\\_Magma.pdf](http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

VENTURINI, T. **How to represent controversies with digital methods**. 2010b. Disponível em: <[http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building\\_on\\_Faults.pdf](http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf)>. Acesso em: fev. 2017.

VIANNA, R. Sobre os recursos híbridos. In: VALADÃO J. A. D. *et al.* (Coord.); SOUZA A. P. L *et al.* (Org.). **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

VIANNA, R. Quem controla a água? Mapeamento de controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço, Minas Gerais. In: BRANQUINHO, F.T.B. (Org.). **Pedra, planta, bicho, gente... coisas: encontros da teoria ator-rede com as ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, pp. 59 - 76.

VIANNA, R.; BRANQUINHO, F. T. B. Sobre águas e minerais. **Revta. Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v. 8, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2018v8i1.p158-183>.

VICHY. **Vichy and its medicinal properties**: as found by the most prominent doctors in the world. New York: Louis Weiss & Co., printers. National Library of medicine. Bethesda, Maryland, 1898.

WERNECK, A. **Judith**. Por seu noivo, Americo Wenerck. Lisboa: Typographia “A editora limitada”, 1912.

WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Trad. Glaser, A. São Paulo: UNESP, 2011.